

TEMAS SEM FRONTEIRAS:

A pesquisa
na formação
acadêmico-
profissional

Organizadoras:

Jaina Raqueli Pedersen

Rosilaine Coradini Guilherme

TEMAS SEM FRONTEIRAS

A PESQUISA NA FORMAÇÃO
ACADÊMICO-PROFISSIONAL

*Organizadoras:
Jaina Raqueli Pedersen
Rosilaine Coradini Guilherme*

© Copyright by
Universidade Federal do Pampa
Todos os direitos reservados.
"Os/as autores/as respondem individualmente e são totalmente
responsáveis pelo respectivo conteúdo publicado".

FICHA TÉCNICA

Livro

Temas sem fronteiras: a pesquisa na formação acadêmico-profissional

Reitor
Edward Frederico Castro Pessano

Coordenador Administrativo:
Gustavo de Carvalho Luiz

Vice-Reitora
Francéli Brizolla

Apoio Técnico e Operacional:
Gustavo de Carvalho Luiz, Luis André Antunes
Padilha e Rafael Machado da Silva

Diretor Campus São Borja:
Valmor Rhoden

Edward Frederico Castro Pessano **Diagramação,**

Coordenador Acadêmico:
Thiago da Silva Sampaio

impressão e acabamento:
MCP Digital



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-
SemDerivações 4.0 Internacional.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Temas sem fronteiras [livro eletrônico] : a
pesquisa na formação acadêmico-profissional /
organizadoras Jaina Raqueli Pedersen, Rosilaine
Coradini Guilherme. -- São Borja, RS : UNIPAMPA,
2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-83164-02-5

1. Ciências sociais - Estudo e ensino
2. Educação - Coletâneas 3. Trabalhos acadêmicos
4. Pesquisas educacionais I. Pederson, Jaina Raqueli.
II. Guilherme, Rosilaine Coradini.

24-226467

CDD-300.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais : Pesquisa 300.72

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Conselho Editorial

Prof. Dr. Jorge Elias Dolzan
UFSC

Msc. Renata Thais Segala Dolzan
UFSC

Marcos André de Siqueira
UFPR

Jornalista Patrícia Blümel
Tuiuti

Paula Franco Batista
Universidad Europea del Atlantico e Escuela Internacional de Criminologia - Espanha

Maria Cristina Teixeira
Universidade Tuiuti do Paraná e Universidade de Franca

Romano Navarro Gabardo
Univille

Elisete Poncio Aires
Universidade Tuiuti do Paraná

Conselho Internacional

Michele Montanucci
Università per Stranieri Perugia

Francesca Malorgio
Università di Bologna

Laura Malorgio
Università di Bologna

Alina Piolanti
Università di Bologna

APRESENTAÇÃO

É com grata satisfação que apresentamos a presente produção que integra coletânea intitulada *Temas sem Fronteiras*, a qual, desde o ano de 2019 vem sendo organizada mediante financiamento público, a partir da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. O primeiro volume teve como título *Temas sem Fronteiras: a pesquisa e a produção de Conhecimentos na área do Serviço Social*. Já, o segundo volume, publicado em 2022, teve como título *Temas sem Fronteiras: apreensão crítica e proteção social na América Latina*. Para a presente publicação contou-se com a aprovação de uma proposta conjunta de Grupos de Pesquisa, submetida ao Edital de Apoio a Grupos de Pesquisa – AGP, via chamada interna nº 14/2023.

Trata-se de Grupos de Pesquisa vinculados ao Curso de Graduação em Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social-PPG/SSPS, sendo eles: Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Proteção Social na América Latina-GTFOPPS e Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão-GPEXO, e que, desde o ano de 2017, vêm contribuindo para dar visibilidade a diversos temas e demandas da sociedade através de suas investigações.

Neste terceiro volume da coletânea, que tem como título “*Temas sem Fronteiras: a pesquisa na formação acadêmico-profissional*”, o objetivo consistiu em reunir estudos desenvolvidos por discentes de graduação na área das Ciências Sociais, sob a orientação de docentes da Universidade Federal do Pampa, pertencentes aos referidos grupos de pesquisa. Para tanto, contemplou-se produções oriundas do processo de orientação e elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de artigo científico, os quais foram resultados de pesquisa teórica ou de campo.

Trata-se de uma produção de caráter científico que contribuirá na visibilidade das diversas temáticas de estudos desenvolvidos pelos/as docentes e discentes que integram a coletânea, fomentando, assim, a socialização e o debate de temas pertinentes para as diversas áreas do conhecimento. O intuito é suscitar reflexões críticas que fomentem novas pesquisas, além

de “iluminar” eixos considerados indissociáveis: trabalho e formação profissional; teoria e prática; ensino, pesquisa e extensão.

O tempo presente exige que se reafirme o pensar crítico por meio da ciência em contraposição ao negacionismo. Logo, o conjunto dos textos que integram essa produção se amparam na teoria social crítica, o que pressupõe, além de problematizar as temáticas no intuito de desvelar a sua essência, também apontar possíveis construções e manifestações de resistências e enfrentamentos diante da realidade concreta. Nesse sentido, o livro reúne, além desta apresentação, prólogo e prefácio, também 10 (dez) artigos, distribuídos em dois capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “As particularidades do Trabalho, Questão Social e Política Social no Brasil”, reúne 05 (cinco) artigos que tratam das dimensões estruturais das desigualdades criadas pelo modo de produção capitalista. Tratam das contradições próprias desta sociabilidade norteada pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida. No detalhe, este capítulo problematiza, inicialmente, a respeito da política de assistência social sob o recorte do Estado ultraneoliberal, reletindo sobre o desmonte do Sistema Único de Assistência Social. Em seguida, são abordadas as particularidades da questão social no Brasil, no que se refere aos aspectos como a fome e a questão agrária. Ainda neste capítulo, a questão social e o programa auxílio Brasil são tratados a partir das mediações com o contexto da pandemia da covid-19. Por fim, o tema do consumo alimentar como representação da pluralidade de formas de organização social.

O segundo capítulo, intitulado “Relações de exploração/opressão: em debate os marcadores de gênero, geração, raça/cor/etnia”, comporta análises que transversalizam o debate dos direitos humanos, a partir de 05 (cinco) artigos que envolvem, inicialmente, reflexões sobre o ato infracional praticado por adolescentes e suas determinações sociais na vida destes sujeitos. Na sequência debate as questões de gênero no processo de envelhecimento, assim como tratam dos avanços e entraves para a materialização dos direitos das crianças e adolescentes LGBTQIA+. Por fim, agrega artigos que abordam sobre o contexto da arte como instrumento de transformação social e o trabalho doméstico feminino no Brasil.

Diante de vasta gama de reflexões e apontamentos contidos nos estudos ora apresentados, os quais se estruturam como importante produção de conhecimento advindos da experiência discente e docente no que se refere aos aspectos do processo de formação acadêmico-profissional, acredita-se

que a presente produção poderá servir de inspiração para a produção de novos estudos, pesquisas e intervenções profissionais. Fica a convicção de que a transformação social requer esforços teórico-práticos coletivos mediante criação de mecanismos de resistência. Essa produção se coloca como uma das formas de resistir! Estimamos uma ótima leitura!

Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS, Maio, 2024.

As Organizadoras,

Profa. Dra. Rosilaine Coradini Guilherme

Profa. Dra. Jaina Raqueli Pedersen

PREFÁCIO

A coletânea que aqui prefacio é o resultado de importantes reflexões de um grupo de discentes e docentes envolvidos com a área das ciências sociais, pertencentes aos grupos de pesquisa: Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPSS); e Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão (GPEXO) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

A obra é um mergulho profundo nas nuances complexas das questões brasileiras contemporâneas, e cada capítulo deste livro é um convite à reflexão crítica, à análise rigorosa e ao entendimento das múltiplas dimensões que permeiam a formação socio-histórica do Brasil, a atuação do Estado e os desafios enfrentados pelos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Importa referir, ainda, que esta produção ampliará a visibilidade das diversas temáticas de estudos desenvolvidos pelas áreas de conhecimento que integram a coletânea, fomentando, assim, a socialização e o debate de temas estudados pela comunidade acadêmica do interior do Estado do Rio Grande do Sul.

O primeiro capítulo, “Política Nacional de Assistência Social e o Estado Ultraneoliberal: Uma Análise a Partir da Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social”, revela as potencialidades, contradições e desafios enfrentados pela Política Nacional de Assistência Social durante a pandemia de COVID-19 e o período de avanço do ultraneoliberalismo. Utilizando-se da pesquisa e análise crítica, as autoras discutem as implicações desse modelo econômico para a manutenção e ampliação dos direitos sociais, destacando a necessidade de resistência articulada pela Frente Nacional em Defesa do SUAS para evitar o desmonte da PNAS, bem como o processo de responsabilização das famílias, a precarização das condições de trabalho dos profissionais, a ampliação do racismo estrutural e a violência de gênero em meio à crise sanitária. O leitor será levado a refletir sobre o papel do Estado e a importância de políticas públicas.

Na sequência, “Particularidades da ‘Questão Social’ na Formação Socio-Histórica do Brasil: As Mediações da Questão Agrária com a Fome” explora

a intersecção entre a questão agrária e a fome no Brasil. Com uma análise crítica que remonta às raízes históricas e estruturais da desigualdade no campo, os/as autores/as examinam como a fome é produzida no Brasil, destacando a questão agrária como estruturante na conformação da questão social, a concentração de terras, a monocultura, as diferentes lógicas de produção de alimentos (alimentar ou exportar) e seus impactos para a segurança alimentar dos brasileiros. Neste importante artigo, o leitor poderá ampliar suas reflexões sobre o desafio da produção e distribuição de alimentos em uma sociedade capitalista onde tudo é tornado mercadoria e sobre o descrédito em relação à reforma agrária.

O texto “Agravamento da Questão Social no Brasil na Pandemia de COVID-19” oferece um olhar perspicaz sobre os efeitos devastadores da pandemia na sociedade brasileira, elencando, em especial, os impactos no mundo do trabalho, através do desemprego e da precarização das condições de vida da classe trabalhadora. Este capítulo nos ajuda a perceber como a crise sanitária exacerbou as desigualdades preexistentes, oriundas do sistema capitalista e suas metamorfoses, que, além da promoção da exploração, vêm impedindo a propagação de políticas públicas e sociais eficazes no enfrentamento das desigualdades sociais.

O estudo intitulado “Perfil do Público Beneficiado pelo Programa Auxílio Brasil na Pandemia de COVID-19 nos Meses de Nov/Dez de 2021 no Município de Santana do Livramento no Estado do Rio Grande do Sul” oferece uma análise detalhada do impacto local do Auxílio Brasil, evidenciando como programas de transferência de renda são cruciais para a sobrevivência das famílias em situação de pobreza e, em períodos de calamidade sanitária, para um público diverso, independentemente da idade, níveis educacionais e ocupações, que, ao não possuírem mais uma renda mínima, foram beneficiados por uma política pública emergencial.

“A Dinâmica do Consumo Alimentar como Representação da Pluralidade de Formas de Organização Social” aborda a alimentação como um reflexo das dinâmicas sociais e culturais, destacando como o sistema capitalista cria disparidades sociais, reduzindo a possibilidade de sistemas alimentares justos. Ou seja, como destacam os autores: “[...]Não são todos que se alimentam todo dia. Logo, a fome precisa ser vista[...]. Este capítulo contribui para a compreensão de como os hábitos alimentares estão intrinsecamente ligados às identidades coletivas que são influenciadas por padrões culturais disseminados por forças homogeneizantes e sua forma

massificante de invalidação de culturas. Precisamos, como afirma o artigo, nos tornarmos “protagonistas de um novo modo de vida em que a dinâmica do consumo de alimentação se manifeste potente no enfrentamento do paradigma vigente e suas respectivas barreiras”.

Em “Adolescentes que Praticam Ato Infracional no Brasil: Em Análise o Roubo e Suas Determinações”, os/as autores/as exploram os fatores que levam os adolescentes à criminalidade, com um enfoque especial no roubo. A análise busca compreender as determinantes sociais e econômicas que moldam a vida desses jovens, oferecendo uma perspectiva crítica sobre o sistema de justiça e as políticas de prevenção, bem como sobre as legislações existentes.

O capítulo “Em Pauta as Relações Sociais que Perpassam as Questões de Gênero no Processo de Envelhecimento” discute as particularidades do envelhecimento na perspectiva de gênero. Este estudo ilumina as desigualdades enfrentadas pela população idosa frente a uma sociedade que supervaloriza a juventude, em especial as mulheres, que muitas vezes carregam o peso do cuidado com a beleza estética e da discriminação ao longo da vida, refletindo sobre como essas experiências moldam suas condições de vida na velhice.

“Avanços e Entraves Acerca dos Direitos das Crianças e Adolescentes LGBTQIA+” examina os progressos e desafios na garantia dos direitos e busca discorrer sobre os impactos das violações de direitos humanos na saúde mental de crianças e adolescentes LGBTQIA+. Com esse texto, percebe-se ainda mais a importância de políticas públicas inclusivas frente ao impacto do preconceito e da violência na vida das crianças e adolescentes, ressaltando a necessidade de uma sociedade mais justa e acolhedora, com uma proteção efetiva da liberdade e autonomia de crianças e adolescentes.

Em “Teoria do Reflexo, Arte e Rap Nacional”, os autores exploram a relação entre a arte e a realidade social através da teoria do reflexo. O capítulo destaca o rap nacional como uma forma de expressão artística que reflete as condições de vida e as lutas sociais dos jovens das periferias brasileiras, servindo como um veículo de denúncia e de resistência cultural.

Por fim, “A Produção de Conhecimento na Área do Serviço Social sobre o Trabalho Doméstico Feminino no Brasil” analisa a importância da produção de conhecimento e, nesse caso específico, sobre o trabalho doméstico. Esse trabalho é permeado pela invisibilidade e desvalorização,

majoritariamente realizado por mulheres. A produção de conhecimento na área também se mostra insuficiente frente à demanda de dialogar e propor políticas públicas de enfrentamento dessa profunda desigualdade vinculada ao mundo do trabalho.

Este livro oferece um panorama abrangente das questões que permeiam a sociedade brasileira, destacando a importância de políticas públicas, a resistência contra modelos econômicos excludentes e a valorização das diversas formas de organização e expressão social. Cada capítulo é uma peça fundamental para compreender a complexidade das dinâmicas sociais no Brasil contemporâneo, convidando o leitor a uma reflexão crítica e engajada.

Esta obra é uma contribuição valiosa para o campo das ciências sociais, pois proporciona uma compreensão profunda e abrangente dos desafios e respostas à pandemia de COVID-19. É uma leitura essencial para assistentes sociais, formuladores de políticas, acadêmicos e todos aqueles comprometidos com a promoção da justiça e proteção social.

Fabio Jardel Gaviraghi
Docente do Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

PRÓLOGO

A obra *“Temas sem Fronteiras: a pesquisa na formação acadêmico profissional”*, organizado pelas professoras e pesquisadoras Jaina Raqueli Pederson e Rosilaine Coradini Guilherme, se constitui em uma importante contribuição diante de tempos tão desafiadores para todas as pessoas que lutam contra a barbárie, imposta pela sociabilidade regida pela égide do capital. Ao apresentar para o público um conjunto de reflexões, fiel em uma perspectiva crítica, o livro possibilita um respiro de oxigênio em tempos de sufocamento do pensamento crítico e de avanço neoliberal e neoconservador, que se alastra por todos os espaços.

O título invoca o desafio de ir para além das “fronteiras”, fazendo uma dupla alusão: a primeira diz respeito a região geográfica que se localiza a Universidade Federal dos Pampas (lócus onde o livro é gestado), cumprindo um papel extremamente importante no Estado do Rio Grande do Sul ao estar geograficamente posicionado nas regiões fronteiriças, contribuindo para o desenvolvimento econômico e científico dessas regiões. Mas, para além do posicionamento geográfico, ao colocar no título o desafio de “ir para além das fronteiras”, as organizadoras da obra levam o leitor e a leitora à necessidade de pensar para além dos limites e barreiras importas pelos processos de alienação, tão presentes e potencializados no contexto atual.

Afinal, vivemos tempos marcados por *fronteiras*, isso é: por inúmeros processos de segregação que esfacelam lutas, sonhos e conquistas. Desigualdades econômicas, sociais, culturais, geracionais, étnico-raciais e de sexualidade são potencializadas e constituídas como fronteiras entre a vida e a morte de inúmeros seres-humanos, sendo reificados e descartados na lógica da produção mercantil. Ao mesmo tempo que a vida humana é reificada e desacatada, por meio de inúmeros processos, tendo por base a divisão de classes mediada por meio de questões étnico-raciais; a natureza é destruída, colocando em xeque a continuidade na vida humana na terra. Nesse processo é inegável a dinâmica antropofágica do modo de produção capitalista que, para sua reprodução, destrói tudo e a todos. Esse processo é cada vez mais agudizado diante da Crise Estrutural do

Capital, que se manifesta em todo o globo terrestre desde a década de 1970, caracterizada por seu escopo global em contínua permanência, resultando na ampliação da destruição constante da natureza e da força de trabalho, trazendo impactos cada vez mais graves para todo o planeta (Mézaros, 2011). De forma visível, a vida humana e a natureza pedem socorro, sendo visível a agudização da desigualdade social e das mudanças climáticas que trazem impactos cada vez mais extremos. Essa dinâmica afeta a todos os países, porém, apresenta seus efeitos são mais drásticos em países de desenvolvimento capitalista tardio e dependente, como é o caso brasileiro, que nunca conseguiu consolidar padrões de proteção social de forma universal para a sua população. É diante desse contexto que se agudiza uma crescente flexibilização das relações de trabalho, calcada na lógica de expulsar o trabalho vivo como estratégia de valorização do capital (Alencar; Granemann, 2009).

O Estado, compreendido enquanto uma arena de disputa, repleta de interesses sob o comando das forças hegemônicas do capital, se reestrutura embasado por meio do ideário neoliberal, buscando, por meio de diversas contrarreformas, reduzir sua atuação no âmbito das políticas sociais. Desta forma, no caso brasileiro, são destruídas conquistas históricas, construídas por meio de lutas sociais em um intenso processo de resistência frente a um Estado constituído, de forma autoritária, em uma consolidação por renovações conservadoras voltado para o atendimento da burguesa nacional, consagrando sua dependência diante do capital internacional. Tais contrarreformas se caracterizam tanto pela redução na sua atuação no âmbito das políticas, como na entrega do parque industrial lucrativo para o espaço privado e na redução da proteção social à força de trabalho (Alencar; Granemann, 2009).

Nesse contexto, o capital financeiro avança sobre o fundo público, sugando os recursos do Estado, que se constitui por parte da mais valia, produzida pelo capital produtivo, e apropriada pelo Estado na forma de impostos (Salvador, 2010). O modo de produção capitalista, por meio do capital financeiro, se apoia em dois pilares centrais: no Estado nacional, especialmente por meio do assalto ao fundo público, fazendo com que esse reduza sua atuação no âmbito da proteção social; bem como, na reestruturação produtiva no âmbito das empresas capitalistas, ampliando a extração de mais valor em um grupo cada vez menor de trabalhadores flexibilizados, enquanto aumenta uma massa de trabalhadores compreendidos como “inúteis para o mundo” (Iamamoto, 2011).

Por outro lado, o Estado não descuidou de seu aparato repressivo e controlador, uma que, como demonstra Wacquant (2011), na medida que o Estado Social se retrai, o Estado Penal avança sobre a classe trabalhadora, buscando criminalizar a classe trabalhadora, por meio dos múltiplos aparelhos de dominação. O avanço neoconservador, se constitui como funcional a lógica do capital, ao desfocar as raízes da Questão Social, possibilitando a criação de ilusões desfocadas da realidade, que colocam sob determinados segmentos sociais, a “culpa” por suas mazelas. Nesse contexto a questão social é tratada pelo viés da criminalização, por meio pela perspectiva da moralização, ampliando o discurso de ódio, voltando suas atenções para as populações que mais vem sofrendo com a dinâmica do capital em seu atual estágio.

A compreensão dessa dinâmica mostra-se extremamente complexa, não sendo apreendida em um primeiro olhar. É nesse sentido que o pensamento científico se constitui em um importante instrumento na perspectiva emancipatória, a fim de compreender a realidade para além da sua aparência fenomênica. Compreender o cotidiano e suas múltiplas mediações de totalidade é o que se propõe essa obra, sendo um movimento fundamental diante dos processos de heterogeneização do pensamento, que não permite compreender as resistências e potências, constituídas no movimento contraditório do real. Como refere Heller (2009) o cotidiano é o palco da história, é na trama desse cotidiano que são tecidas as possibilidades de resistência e enfrentamento, em diversos níveis, a fim de consolidar espaços para a construir revoluções moleculares nos termos de Gramsci, isso é, formas de potencializar nas relações cotidianas, espaços de resistência e contra-hegemonia. Perceber e apoiar as resistências cotidianas das classes subalternas se compreender em elemento fundamental e um desafio central no tempo presente, na perspectiva de construir uma cultura, compreendida enquanto um instrumento de emancipação política da classe trabalhadora, nas lutas sociais dos movimentos sociais, lutas sociais e políticas em práticas cotidianas de contestação e resistência a dominação (Simionatto, 2009).

Nesse sentido, o livro oferece reflexões para analisar a constituição de desigualdades e formas de resistência, diante da dureza de tempos que potencializa as armadilhas da apatia diante do necessário movimento de enfrentamento à barbárie cotidiana. A obra é dividida em duas partes: a primeira faz reflexões acerca das *Particularidades do Trabalho, Questão Social e Política Social no Brasil* e a sua segunda parte analisa as *Relações*

de Exploração/Opressão: em debate os marcadores de gênero, geração, raça/cor/etnia, se debruçando em múltiplos temas que se relacionam ao estado ultraneoliberal, políticas públicas diante do contexto atual, questão social e suas múltiplas expressões, questões de gênero e sexualidade, impactos da pandemia da covid-19 para a classe trabalhadora, trabalho profissional, arte e formas de resistências. É por meios dessas temáticas que o livro se propõe a minimizar fronteiras ao tocar em temas que possam trazer a necessária totalidade na compreensão do saber. Para isso, partem de produções de conhecimento sólidas e fiéis ao conhecimento científico, produzido por grupos de pesquisa da Universidade Federal dos Pampas, oferecendo ao público uma série de subsídios fundamentais para enfrentar os desafios do tempo presente. Produzidas por diversas mãos, a obra articula pesquisadores de sólida trajetória com jovens pesquisadores. Sendo assim, o mérito dessa publicação se dá tanto pela importância do tema e qualidade das produções, bem como pela forma coletiva e articula que esses textos são construídos. Em tempos de estrangulamento do pensamento crítico, a construção de textos coletivos e com profundidade científica é sinal vital de resistência, afinal, como refere o grande poeta Thiago de Mello:

*É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.*

A presente obra representa um encontro científico de diversos pesquisadores e temas, que transbordam o conhecimento das paredes da academia e oferecem ao público a potência do pensar na era do avanço das mentiras, potencializadas em uma era marcada pelo chamado negacionismo do real. Portanto, o livro é um encontro, potência e resistência.... Sua leitura é fundamental para alimentar as necessárias lutas cotidianas.

*Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer
Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço
Social Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS*

Outono de 2024.

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. *In: Rev. Katál*. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-169, jul./dez. 2009.

Heller, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: SP: Paz e Terra, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

MELLO, Thiago. Para os que virão. *In: STEEN, Edla Van (org). Melhores Poemas de Thiago de Mello*. São Paulo: SP, Ed. Global, 2023.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SIMIONATTO, Ivete. **Expressões Ideoculturais da Crise Capitalista na Atualidade e sua Influência Teórico-prática**. CFESS, ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília, 2009.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL	19
POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ESTADO ULTRANEOLIBERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL <i>Camila Telles da Silva e Rosilaine Coradini Guilherme</i>	20
PARTICULARIDADES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL: AS MEDIAÇÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA COM A FOME <i>Júlia Arnt Machado e José Wesley Ferreira</i>	41
AGRAVAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL NA PANDEMIA DA COVID-19 <i>Vitoria Schimitz Nicoli e Solange Emilene Berwig</i>	60
PERFIL DO PÚBLICO BENEFICIADO PELO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL NA PANDEMIA DE COVID-19 NOS MESES DE NOV/DEZ DE 2021 NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL <i>Emili Yasmin Veríssimo Andrade e Angela Quintanilha Gomes</i>	79
A DINÂMICA DO CONSUMO ALIMENTAR COMO REPRESENTAÇÃO DA PLURALIDADE DE FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL <i>Sirlene Aparecida da Silva, Maria Beatriz Junqueira Bernardes e Roberto Barboza Castanho</i>	104
CAPÍTULO 2 RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO: EM DEBATE OS MARCADORES DE GÊNERO, GERAÇÃO, RAÇA/COR/ETNIA	121
ADOLESCENTES QUE PRATICAM ATO INFRACIONAL NO BRASIL: EM ANÁLISE O ROUBO E SUAS DETERMINAÇÕES <i>Breno da Silva Oliveira e Jaina Raqueli Pedersen</i>	122
EM PAUTA AS RELAÇÕES SOCIAIS QUE PERPASSAM AS QUESTÕES DE GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO <i>Fernanda Pereira Molina e Elisângela Maia Pessôa</i>	145
AVANÇOS E ENTRAVES ACERCA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES LGBTQIA+ <i>Maina Saldanha Garcia e Jocenir de Oliveira Silva</i>	164

TEORIA DO REFLEXO, ARTE E RAP NACIONAL	184
<i>Diego Camargo de Lima e Jorge Alexandre da Silva</i>	
A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO NO BRASIL	197
<i>Julia Rambo Volpato e Monique Bronzoni Damascena</i>	
SOBRE OS AUTORES	213

CAPÍTULO 1

AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ESTADO ULTRANEOLIBERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL

*Camila Telles da Silva¹
Rosilaine Coradini Guilherme²*

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a Política Nacional de Assistência Social - PNAS na pandemia da covid-19, sob a delimitação de um Estado ultraneoliberal e a responsabilização familiar. Desse modo, o estudo ora apresentado tem como objetivo geral analisar os desmontes ocorridos na Política de Assistência Social frente ao reducionismo do Estado e seu reflexo na responsabilização familiar, tendo como recorte temporal o ano de 2019 a 2021, a fim de evidenciar o período histórico pré-pandemia e durante a pandemia de covid-19, assim como o período de mandato presidencial do governo de Jair Bolsonaro.

No contexto recente se enfrentou uma pandemia de escala global, já que a covid-19 tirou vida de milhares de brasileiros desde sua primeira confirmação no Brasil no dia 26 de fevereiro de 2020, sendo contabilizado cerca de 677.804 óbitos acumulados até o dia 27 de julho de 2022, segundo o

1 Graduada em Serviço Social (Unipampa). Residente do Programa Saúde da Família da Residência Multiprofissional UNIJUÍ/FUMSSAR. Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPSS) da Universidade Federal do Pampa. *E-mail*: camila13telles@gmail.com.

2 Doutora em Serviço Social (PUCRS), Mestre em Política Social (UCPel), Graduada em Serviço Social (UFN). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, São Borja-RS. Coordenadora do Mestrado em Serviço Social e Proteção social – PPG/SSPS. Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPSS) da Universidade Federal do Pampa. *E-mail*: rosilaine-guilherme@yahoo.com.br.

Ministério da Saúde (2022). A pandemia afastou diversos trabalhadores de seus postos de trabalhos, conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (Pnad, 2020), houve recorde na taxa média de desocupação em 20 estados do país. Especificamente, a média nacional aumentou de 11,9% em 2019 para 13,5% em 2020 com o início da pandemia, resultando na precarização da vida de centenas de pessoas, principalmente, as que já se encontram em situação de vulnerabilidade social. Essa crise sanitária atinge o Brasil em um contexto histórico de extrema desigualdade social.

Em 2018 – período que antecedeu a crise sanitária – conforme Ibge (2019), o Brasil abarcava 13,5 milhões de pessoas na extrema pobreza, e cerca de 73% das pessoas pobres no país envolviam pretos ou pardos, com a ressalva de que esses indicadores se ampliaram no período recente. Para barrar o aumento de contaminação foram tomadas medidas de contenção tais como: distanciamento social, uso de máscara e álcool em gel, porém, as condições de vida da população brasileira não pressupunham subsídios para aderir tais medidas. Segundo dados levantados pela PNAD Contínua (2021), a respeito dos Indicadores Sociais de Moradia no Contexto de Pré-Pandemia 38% da população tinha alguma dificuldade de acesso à água; 9,8% da população residiam em domicílios com seis ou mais moradores; a população preta ou parda correspondia ao dobro da proporção de pessoas brancas nessa situação. A população mais afetada foi a classe trabalhadora, pessoas não brancas que vivem nas periferias.

Frente ao contexto apresentado, esse estudo envolveu uma pesquisa qualitativa cuja natureza se caracterizou como exploratória, logo buscou aprofundar os fenômenos para além do aparente. Com isso, compreender os fenômenos em suas totalidades, muito além da quantificação dos dados (Minayo, 2002). A pesquisa qualitativa procura as particularidades dos fenômenos de uma forma singular, dando voz e materializando a realidade, para além do imaginário do pesquisador, em vista de conhecer as realidades singulares de cada sujeito de forma objetiva e subjetiva (Martinelli, 1999). O método utilizado para interpretação da realidade consistiu no dialético-crítico mediante incorporação das suas categorias - historicidade, totalidade e contradição - as quais contribuem para análises críticas.

Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin, que é organizada em três fases: na primeira é feito a busca, leitura e organização dos materiais que serão utilizados na pesquisa; a segunda fase é destinada a materiali-

zação do que foi organizado na primeira, ou seja, começa-se o processo de utilização e articulação do que foi organizado na primeira fase, sendo esse o processo mais longo; e, por último, a terceira fase, que se destina ao desvendamento e análise dos dados obtidos (Minayo, 2001). A coleta de dados documental ocorreu mediante instrumento roteiro norteador, o qual abarcou 7 (sete) perguntas abertas, realizada mediante análise documental, envolvendo documentos emitidos pela Frente Nacional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social-SUAS e da Seguridade Social.

A pesquisa tem como universo os documentos emitidos pela Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social³ dos anos 2019, 2020 e 2021 publicados no endereço eletrônico: frentenacionalsuas.org. Para selecionar os documentos foram definidos critérios de inclusão e exclusão, tais como: serão consideradas apenas os documentos emitidos nos anos de 2019 a 2021, de modo a propiciar desvendar a realidade em seu local de observação, que é o Brasil, no Governo Bolsonaro, em razão de estar como chefe do executivo, logo responsável de propiciar proteção no período pandêmico.

Ao todo, foram mapeados cinco documentos: 1) Enfrentamento ao novo coronavírus, assistência social e a proteção à população mais vulnerável (Frente Nacional⁴, Março/2020a); 2) Informe 1: Frente Nacional em defesa do Sistema Único de Assistência Social desastres epidemiológicos e proteção social nos municípios (Frente Nacional, Março/2020b); 3) Informe 2: Apoio necessário às/aos trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social no contexto de pandemia (Frente Nacional, Março/2020c); 4) Informe 3: Os benefícios eventuais do SUAS em tempos de pandemia (Frente Nacional, Maio/2020d); 5) Informe 4: A vigilância socioassistencial em tempos de calamidade emergência: Estratégias para a proteção social (Frente Nacional, Junho/2020e).

Assim, o presente artigo se encontra organizado da seguinte maneira - com destaque para o fato de cada seção de desenvolvimento se reportar à determinado objetivo específico da pesquisa: i) Introdução; ii) Expor a configuração da Política Nacional de Assistência Social e o respectivo papel do Estado; iii) Desmonte da Política Nacional de Assistência Social

3 Organização formada por trabalhadores, usuários e entidades dispostas a defender a Assistência Social e a Seguridade Social brasileira, entidade de luta popular nascida durante o golpe de 2016 com o objetivo de unificar a luta e resistência frente aos desmontes do SUAS e Seguridade Social.

4 Se utilizará essa sigla - Frente Nacional - no decorrer do estudo para falar e se referir aos documentos analisados da Frente Nacional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social e da Seguridade Social- visto que não se tem uma sigla definida a priori pelo coletivo que constitui o movimento.

e as condições de trabalho das/os trabalhadoras/es do Sistema único de Assistência Social - SUAS; iv) Transferência de responsabilidade do estado para a família frente os desmontes na PNAS e os possíveis enfrentamentos. Por fim apresentam-se notas reflexivas.

1. CONFIGURAÇÃO DA PNAS E O PAPEL DO ESTADO

Na abrangência da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, diante do reconhecimento pelo Estado da situação de calamidade pública estabelecida frente à crise sanitária, em 2 de abril de 2020 foi criado o Auxílio Emergencial - AE. Esse foi regulamentado pela Lei nº13.982/2020, que propôs a transferência de renda temporária no valor de R\$1.200,00 para mães solas e R\$600,00 para os demais trabalhadores informais ou fora do mercado de trabalho (Silva et al., 2021). Porém, as regras para sua concessão foram permeadas de conservadorismo a respeito da concepção de famílias elegíveis e seu valor foi gradualmente diminuindo, pois chegou a R\$300,00 para mães solas e R\$150,00 para as demais pessoas. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos-DIEESE em 2019 o valor do salário mínimo necessário para a subsistência envolvia R\$4.277,04, em comparação ao valor do salário mínimo nominal de R\$998,00. Em maio de 2022 o valor do salário mínimo nominal era R\$1.212,00, já o valor necessário seria R\$6.012,18, ou seja, o valor do AE,⁵ assim como o do salário mínimo deveria ter uma ampliação para atenuar as desigualdades sociais. Vale destacar que a precariedade da vida da população mais afetada na pandemia envolveu a população preta e parda.

Frente a esse contexto de acirramento das expressões da questão social, e considerando a questão norteadora número um da presente pesquisa, buscou-se - considerando os documentos emitidos nos anos de 2019 a 2021⁶ pela Frente Nacional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social e da Seguridade Social – a respeito da configuração da Política Nacional de Assistência Social e o respectivo papel do Estado. Dessa forma, foi identificado que a Frente Nacional nos anos de 2019 abordou em seus documentos aspectos relacionados à atual configuração da PNAS no Brasil, sendo importante ressaltar que no ano de 2018 ocorreu

5 Esse estipulou três parcelas entre Abril e Junho de 2020. Posteriormente teve sua prorrogação em setembro de 2020 com o valor reduzido pela metade e perdurou até dezembro do mesmo ano. Em 2021 o AE retorna em abril mais uma vez com o valor reduzido pela metade e sua última parcela ocorre no mês de outubro de 2021.

6 O ano de 2018 a 2021 foi definido como escala temporal em razão de projetar um contraponto em relação ao período de pré-pandemia e durante a pandemia da covid-19. Porém, no levantamento dos documentos – considerando o universo – na definição da amostra foram encontrados documentos centrados no ano de 2020.

a candidatura do atual presidente da República, Jair Bolsonaro (Partido Liberal-PL), do qual resultou em uma série de cortes e retrocessos no campo da proteção social. Como aponta documento analisado, o Sistema de Proteção Social no Brasil: “[...] vem sofrendo as consequências nefastas das contrarreformas constitucionais adotadas, dentre elas as alterações na legislação trabalhista, previdenciária e na redução dos recursos públicos para as políticas sociais” (Frente Nacional, 2020a, p. 2).

Nesse sentido, é possível observar as consequências do período de colonização no Brasil por Portugal, no que se refere a construção da PNAS, já que um dos informes analisados aponta que essa historicamente: “foi praticada como um conjunto de ações emergenciais e de socorro, como algo de caráter precário e do campo da boa vontade e da misericórdia, sem constituir direitos” (Frente Nacional, 2020d, p. 4). Dessa forma, o clientelismo, o voluntariado, primeiro damismo e a caridade ainda estão arraigados e seguem se reproduzindo no cotidiano cultural da sociedade brasileira. O que acaba impulsionando a ideia de que é “vergonhoso” acessar um benefício, programa e projetos, que não se empenhou o suficiente e, com isso, se precisa de “ajuda”, não reconhecendo a assistência como direito, sendo essa prerrogativa inaugurada na Constituição Federal de 1988.

Importante lembrar que a PNAS (2004), tem como objetivo fazer o detalhamento da assistência social de acordo com as definições estabelecidas na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, no que se refere à gestão, serviços, controle e financiamento. Essa política é dividida em níveis de complexidade, sendo a Proteção Social Básica representada pelo Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. Já a Proteção Social Especial se divide em duas, sendo: atenção especial de média e de alta complexidade. Na média complexidade estão os Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e, na alta complexidade, são as instituições de acolhimento institucionais (PNAS, 2004).

A partir dessa linha conceitual, considerando a realidade concreta, em documento analisado é possível observar a realidade que o SUAS se encontrava antes da pandemia:

A pandemia do COVID-19 encontrou o SUAS com baixa cobertura dos serviços da proteção social básica e da proteção social especial. Todos os debates travados nas instâncias do SUAS nos últimos anos demarcaram a necessidade da universalização do direito socioassistencial, conforme uma

das diretrizes do II Plano Decenal da Assistência Social. As desproteções sociais da população brasileira diante da pandemia trouxeram ao SUAS um colapso, em especial no acolhimento institucional e no acesso aos benefícios eventuais em situação de emergência e calamidade (Frente Nacional, 2020c, p. 2).

O cenário apresentado, resultou em aumento da procura da população usuária da Política Nacional de Assistência Social, a programas, projetos, serviços, da qual o cenário atual já não correspondia às demandas emergentes. Como apontam Boschetti e Behring (2021, p. 80-81) o Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS “especialmente dos investimentos nos serviços socioassistenciais, que tiveram agressiva redução de 38,6% entre 2012 e 2018, com a participação no FNAS caindo de 5,6%, em 2012, para 2,8%, em 2019, o que se agravará em 2020”. Para além do aumento da procura e a fragilidade dos serviços, o cenário de isolamento social colocou diversas barreiras para a manutenção de vínculos e análise da realidade aprofundada dentro do exercício profissional dos assistentes sociais.

O SUAS vem sofrendo uma série de desmontes desde o golpe de 2016,⁷ em vista dos desmontes dos direitos sociais com a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15/12/2016, que limita os gastos sociais como assistência, saúde e educação. Além disso, a Lei da Terceirização e a Contrarreforma trabalhista que propõem os desmontes dos direitos da classe trabalhadora, assim como “a Lei da Liberdade Econômica” (Lei nº 13.874/2019) e a Contrarreforma da Previdência (EC nº 103/2019) se somam aos instrumentos já em vigor do ajuste fiscal permanente” (Boschetti; Behring, 2021, p. 72).

A pandemia da covid-19 acentuou as precariedades existentes na PNAS, o sucateamento dos serviços e da vida da classe trabalhadora. A pandemia tirou milhares de pessoas de seus postos de trabalho, tendo como resultado um aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, pobreza e extrema pobreza. Um número crescente de pessoas têm procurado acesso a benefícios, auxílios e programas. Assim, o documento analisado aponta que “as contrarreformas ultraneoliberais impactam direta e negativamente nas ofertas das políticas de assistência social, saúde e previdência social, e penalizam cada vez mais a população vulnerável e que vive em condição mais desigual” (Frente Nacional, 2020c, p. 2). Nessa mesma linha, refere Silva (2021, p. 5), que “Bolsonaro propõe

7 “Após o golpe parlamentar, midiático e jurídico que afastou Dilma Rousseff da presidência da República, durante o governo de Michel Temer, duas alterações institucionais significativas foram realizadas [...]. São elas: a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) e o conjunto de artigos e dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que foram alterados pela reforma trabalhista” (Marques; Nakatani, 2019, p. 226).

um programa econômico ultraliberal, com mais globalização, mais mercado, mais privatizações, além de um completo alinhamento com o Império norte-americano”. Logo, se tem um cenário de investimentos mínimos na área social e o empobrecimento da população mais vulnerável.

No contexto da crise sanitária, outro documento analisado aponta que “a política pública de assistência social foi considerada como serviço público, e atividade essencial durante a pandemia da covid-19, por meio do Decreto Federal nº 10.282, de 20/03/2020, que regulamenta a Lei Federal nº 13.979, de 6/02/2020 (Frente Nacional, 2020c, p. 2). O Decreto Federal nº 10.282 aponta quais os serviços públicos e atividades essenciais e não essenciais durante período de calamidade pública, sendo considerado enquanto essencial: a abertura das academias e salões de beleza ao passo que no art. VIII aponta como não essencial “a captação, tratamento e distribuição de água”. Em um país onde já foi mencionado que 38% da população brasileira não tem acesso à água, segundo a PNAD (2020), a água é um item essencial para contenção da contaminação do vírus. Ainda cabe analisar o fato de que, embora tenha se constituído um serviço essencial, ainda se visualiza fortes obstáculos para a efetivação da assistência social, considerando os poucos recursos orçamentários destinados.

Ainda, o mesmo documento aponta que o SUAS: “é fundamental para assegurar ao cidadão o direito à proteção social, materializada nas seguranças de renda, sobrevivência, acolhimento e convivência” (Frente Nacional, 2020d, p. 2). Dessa forma, o reconhecimento da emergência de calamidade pública colocou o Estado nacional, estadual e municipal a pensar medidas de proteção social. Porém, é possível evidenciar que as seguranças não se materializaram na vida cotidiana dos serviços, exemplo disso é a paralisação da realização dos grupos de convivência nos Centro de Referência em Assistência Social – CRAS,⁸ como aponta o documento: “a natureza e característica da proteção social no SUAS é a sua dimensão relacional, logo, esse é o maior desafio nesse momento, estabelecer relações de proteção [...]” (Frente Nacional, 2020b, p. 4). Em outro documento há que:

A essencialidade da assistência social - operada por meio do SUAS - é definida pelas suas responsabilidades constitucionais de garantir proteção social pública a quem dela necessitar e na condição de direito social. A especificidade da proteção de assistência social no campo da Seguridade

8 Vale ressaltar que esses serviços estão previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Proteção Social Básica – executada pelos CRAS.

Social brasileira se dá pela garantia das seguranças de sobrevivência e renda, de acolhida, de autonomia e de convívio. Considerando campo específico da proteção social do SUAS, é seu dever legal, como política de Estado, forjar respostas para mitigar os efeitos da pandemia (Frente Nacional, 2020d, p. 2).

Observa-se que os desafios encontrados na proteção social são diversos, e com a pandemia se acentuou a precarização da vida e dos serviços, cabendo ao Estado apresentar respostas às expressões da questão social. Conforme Carvalho e Yamamoto (1983, p. 77) a questão social: “é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”. Dessa forma, a questão social deriva do modo de produção capitalista, do conflito capital/trabalho, onde a riqueza socialmente produzida se concentra nas mãos de poucos. O Estado é falho ao enfrentar a questão social, já que “o neoliberalismo defende não é a diminuição do gasto público [...] e sim o abandono da responsabilidade pública de certas áreas ou atividades, especialmente as sociais, abrindo espaço para que o capital privado desenvolva sua acumulação” (Marques et al., 2021, p. 30-31).

Sendo assim, o Estado neoliberal vai buscar a manutenção da acumulação do capital, com os esvaziamentos das políticas sociais, porém, mesmo que precariamente, terá que ceder para a classe trabalhadora, sem que isso se transforme em um reconhecimento integral de seus direitos. A privatização caminha para comercialização de tudo aquilo que o Estado deveria prover a sua população, como a saúde, educação, habitação, assistência etc. A retração do Estado está justamente de encontro ao seu papel de retração dos direitos sociais, serve como sua origem, para mascarar a precariedade das condições de vida da população e garantir a reprodução da força de trabalho e a geração de lucros ao capital. Com isso, cabe mencionar dado extraído, o qual aponta qual o papel do Estado nesse período:

O governo federal tem demonstrado frágil capacidade em atuar com integração nacional e inter federativa, além de adotar medidas que ampliam desproteções, como: a exclusão de beneficiários do Programa Bolsa Família, a irregularidade nos repasses federais de recursos dos fundos e a flagrante penalização da classe que vive do trabalho, por meio da desastrosa Medida Provisória no 927/2020, que dispõe sobre medidas trabalhistas a serem adotadas durante o período da pandemia Covid-19 (coronavírus). Esta MP revela o projeto deste governo de reduzir o papel do Estado e atender, tão somente, às demandas do capital. Trata-se de uma afronta aos pilares do Estado Democrático de Direito, o que colo-

ca em risco a sobrevivência da maioria da população brasileira (Frente Nacional, 2020a, p. 2).

Nesse sentido, comporta retomar o contexto que se desenhou após o golpe sofrido pela presidenta Dilma. Ou seja, no governo de Michel Temer a PEC nº 241 em 2016 teve como objetivo o congelamento dos gastos públicos no período de 20 anos, entrando em vigor em 2017. Impactou diretamente as políticas públicas como educação, saúde e assistência social, o que gerou nesse governo ultraliberal o desmonte do Estado de direito, e com isso, a responsabilização da proteção social para a sociedade civil organizada e as famílias. Vivenciou-se no governo Bolsonaro um ultraneoliberalismo que se expressa por:

[...] um reacionarismo violento — neofascista —, que se evidencia em discursos e ações de criminalização das lutas sociais e do pensamento de esquerda, que fortalece o negacionismo e persegue a autonomia da pesquisa, da formação e da produção de conhecimento, com ataques virulentos contra as universidades públicas. O conservadorismo moral negligencia os direitos humanos e as conquistas civilizatórias no campo da cidadania constitucional (Boschetti; Behring, 2021, p. 72).

É sabido que além de não propiciar proteção social abrangente à população em momento de calamidade pública, o Estado incide na vida de milhares de brasileiros, se posicionando contra a ciência sobre a covid-19, o que levou milhares de brasileiros a óbito. Com isso, desarticula - mediante falta de financiamento - estudos acerca da produção de vacina no país, além de cercear os meios de comunicação e a sociedade civil frente a liberdade de expressão. O Estado “se afasta de suas responsabilidades e convoca a sociedade civil por meio da filantropia, da caridade e da solidariedade para ajudar ‘os necessitados’, arrecadando, inclusive, bens e utilidades para doações” (Frente Nacional, 2020c, p. 7).

Sendo assim, apresenta-se a necessidade do Estado assumir seu papel de primazia no âmbito de garantia dos direitos e as ações da sociedade civil ser complementares como é apontado em outro documento: “às ações de solidariedade e doação são consideradas importantes e necessárias, mas a obrigação, o dever, é do Estado (Frente Nacional, 2020c, p. 7). Considerando a importância de debater a respeito de qual é a incidência do Estado neoliberal na execução da Política e as condições enfrentadas pelos trabalhadores da área, na próxima seção será abordado o desmonte da PNAS e as condições de trabalho no SUAS.

2 DESMONTA DA PNAS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS/AS TRABALHADORES/AS DO SUAS

Diante do cenário de desmonte da Política Nacional de Assistência Social fica cada vez mais precário as condições de trabalho das trabalhadoras e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, dessa forma, o presente item busca responder à questão norteadora número 2 (dois) do presente estudo: “quais foram os desmontes ocorridos na Política Nacional de Assistência Social brasileira com atenção às condições de trabalho nessa área frente à retração do Estado?”.

Nos últimos anos a seguridade social sofreu cortes orçamentários, com o golpe de 2016. No mesmo ano foi aprovado pelo governo de Michel Temer a EC nº 95 que congela os gastos públicos com saúde, educação, assistência social, pelo período de 20 anos. Segundo (Carneiro; Carvalho; Araújo, 2021), no ano de 2016 para a Política de Assistência Social/SUAS foi destinado cerca de R\$2,1 bilhões, já no ano de 2020 o orçamento foi de 1,3 bilhões, uma redução de 60%. O que resulta na precarização da classe trabalhadora no período da pandemia, em todos os âmbitos da vida social.

Ainda, em dezembro entra em vigor a Portaria nº 2.362/2019 (Brasil, 2019) que estipula a “redução em média, de 40% dos recursos passados para os municípios e 33% para os estados” (Carneiro; Carvalho; Araújo, 2021, p. 181). Resultante desse processo de desmonte do orçamento da política de assistência social, no ano de 2021, no cenário pandêmico, o orçamento fica em torno de R\$1.085 bilhões, significando uma nova redução, quando se remete aos valores destinados no ano de 2020. Cabe ainda refletir que, nesse contexto pandêmico, a política de assistência social se qualificou como serviço essencial.

O Teto de Gastos estipulado pela EC nº 95 (Brasil, 2019) não leva em consideração as alterações das condições de vida da população brasileira ao decorrer dos anos. Como o aumento da cesta básica, direitos essenciais tais como moradia e estagnação do poder de compra da população, visto o valor do salário mínimo. Segundo DIEESE (2022) o valor necessário do salário mínimo deveria ser de R\$6.754,33 em comparação ao valor do salário mínimo nominal do período de R\$1.212,00.

No governo Bolsonaro esteve em curso a proposta da Reforma Tributária pelo então ministro Paulo Guedes, ao qual apresenta mudanças no modelo tributário, com um caráter antidemocrático a fim de reter os tributos no

consumo de bens e serviços. Reforma essa que bem aponta o documento analisado, só vem a precarizar a vida da população pobre. Além de ir de encontro com o governo liberal ao beneficiar os ricos e o lucro do capital. Diante disso, o documento analisado aponta que na ocasião da pandemia:

[...] onde a contingência passa ser a regra, é preciso reconhecer o notório desgaste da relação federativa. Esse desgaste toma várias formas, entre essas, a forma de atos irresponsáveis como a escassez de recursos públicos, a exacerbada burocratização nas relações institucionais, atraso nos repasses, e, na contramão do que foi coletivamente produzido pelo SUAS, a inconstância na socialização de dados e informação, dificultando o seu uso como subsídio para tomada de decisões, para transparência e para definição de ações (Frente Nacional, 2020e, p. 3-24).

Como resultado do sucateamento da proteção social brasileira, as condições de vida da população no período pandêmico foi se agravando, os postos de trabalho tidos como não essenciais foram demitindo os trabalhadores, gerando uma série de desempregos e, conseqüentemente, o emprego informal. Segundo IBGE (2019), no ano de 2019 a taxa de desocupação estava em 11,9% e no ano de 2020 com a pandemia da covid-19 atinge cerca de 13.5%. A procura por benefícios, programas e projetos aumentou, o sistema que já estava em colapso aumentou a demanda e não aumentou o orçamento e as condições objetivas para a execução da oferta na política de assistência social. A precarização da vida e o aumento diário de mortes ocasionadas pela covid-19 resultou em maior procura dos benefícios eventuais, como aponta a tabela:

Tabela 1: Concessão trimestral de Benefícios Eventuais (desconsiderando os Auxílios por Natalidade e por Morte) - dados em milhares, Brasil [2017-2020]

	2017	2018	2019	2020
Janeiro-Março	356	582	619	852
Abril-Junho	542	686	746	2.610
Julho-Setembro	632	729	817	2.454
Outubro-Dezembro	616	659	774	1.876

Fonte: Ministério da Cidadania (2020).

Os benefícios eventuais foram criados para situações caracterizadas como emergenciais, vulnerabilidades temporárias e calamidade pública. Na tabela 1 é possível observar que a quantidade de pessoas acessando o benefício

durante a pandemia triplicou em comparação ao mesmo período dos anos anteriores. Os dados da tabela desconsideram os Auxílios por natalidade e o Auxílio por morte que compõem os benefícios eventuais, o que remete a respeito da demanda de aporte nutricional. Segundo pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede PENSSAN, a fome avançou em 2022 atingindo 33,1 milhões de brasileiros, são 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome.

Ainda, segundo a pesquisa da Rede PENSSAN, no ano de 2020 a fome no Brasil tinha voltado a patamares equivalentes aos anos de 2004. Nesse sentido, é notório o aumento da fome no Brasil e a situação de calamidade que se agravou com a pandemia da covid-19 e a insuficiência do Auxílio Emergencial em sua configuração, e valores de repasse, para manutenção da vida da população. Diante disso, documento aponta que o trato com a população em vulnerabilidade remete:

[...] a necropolítica, conforme as reflexões do artigo de Achille Mbembe (2016), tendo em vista que o poder decisório sobre as vidas das pessoas está a depender de políticas públicas que não estão afinadas a esse fim, por desencontro de informações, por aquisição inadequada de produtos/aparelhos necessários a manutenção da vida, por atraso e decisão para a geração de benefícios socioassistenciais de caráter emergencial. Quando ocorre a decisão, essa apresenta um contingente de burocracias, critérios excludentes e prazos absurdos (Frente Nacional, 2020e, p. 4-5).

Ou seja, a população mais afetada pela pandemia tem cor, raça, classe e gênero, segundo a Rede PENSSAN (2022) enquanto a segurança alimentar está presente em 53,2% em domicílios onde a pessoa de referência se autodeclara branca, nos domicílios onde os responsáveis de raça/cor preta ou parda ela cai para 35%. Já em residências chefiadas por mulheres o índice de insegurança alimentar atinge 19,3% ao passo que em lares chefiados por homens o índice é de 11,9%.

Por sua vez, os profissionais e os usuários da PNAS enfrentam o sucateamento dos serviços e equipamentos como aponta a nota: “[...] pois há situações de equipes que já vinham atuando com defasagem de profissionais e atualmente estão com colegas afastados por estarem no grupo de risco (Frente Nacional, 2020b, p. 7). Nesse sentido, é possível observar a contradição existente entre o fato de a PNAS ter sido reforçada sua essencialidade do período pandêmico e a falta de condições de proteção contra a contaminação por covid-19 dos trabalhadores do SUAS. Em ou-

tro documento analisado é apontado as condições de trabalho que seria necessário para esse período:

Garantia de segurança e condições de trabalho às trabalhadoras/es do SUAS, com a destinação urgente de equipamentos e capacitações para proteção e prevenção, conforme indicativos da autoridade sanitária e dos órgãos nacionais e internacionais de saúde, bem como garantir condições técnicas de trabalho, tanto nos serviços e atividades essenciais, quanto no trabalho remoto. Garantir a devida organização e substituição de equipes, considerando as medidas sanitárias, como isolamento de pessoas com mais de 60 anos e grupos de risco (Frente Nacional, 2020a, p. 4).

Porém, esse cenário ficou longe de ser concretizado visto o desfinanciamento e o desmonte da proteção social no Brasil. Como visto, as equipes não dispunham de protocolos e condições de segurança para estar atuando plenamente na garantia de direitos. Conjuntura essa representada pelo desmonte da seguridade social brasileira, a desproteção resultante da flexibilização da legislação trabalhista e previdenciária, a terceirização desencadeando a deterioração da vida da classe trabalhadora (Raichelis; Arreguia, 2021). Ainda cabe referir que a precarização do trabalho se configura “[...] um poderoso mecanismo de reorganização do trabalho no contexto do capitalismo hegemônico pelas finanças, que comina flexibilização, terceirização e informalidade do trabalho” (Antunes, 2020 apud Raichelis; Arreguia, 2021, p. 139).

Nesse sentido, as transformações no mundo do trabalho já em curso com a crise do sistema capitalista se intensificam ainda mais no período da pandemia da covid-19, o que os autores Antunes, Raichelis e Arreguia (2021) irão chamar de uberização do trabalho e pessoas jurídicas, gerando brechas para mais desproteção trabalhista em uma realidade já desfavorável à classe que sobrevive da venda da força de trabalho. Como medida de contenção para barrar a covid-19 foi necessário o isolamento social, diante disso muitos trabalhadores foram demitidos ou começaram a ter que se adaptar ao meio digital, trabalhando em suas residências no chamado *home office*, gerando um gasto ao trabalhador de energia elétrica, Internet, manutenção de aparelhos eletrônicos e um acirramento do adoecimento mental, principalmente para as mulheres que já vivem jornada tripla visto a divisão sexual do trabalho. Os assistentes sociais, enquanto trabalhador assalariado, “[...] são submetidos(as) aos mesmos processos de degradação e violação de direitos que sofre o conjunto da classe trabalhadora, no interior da heterogeneidade que a caracteriza” (Raichelis; Arreguia, 2021, p. 144).

Diante do exposto, em documento analisado aponta que acontece um agravamento do adoecimento mental dos trabalhadores visto que as condições de trabalho que se apresentam no cenário pandêmico são “sem financiamento adequado, sem uma Política Nacional para preservar a saúde física e mental de gestores, trabalhadores e usuários” (Frente Nacional, 2020c, p. 1). A insegurança dos vínculos empregatícios, a falta de concursos públicos e a desproteção frente à pandemia, gera um medo diário na rotina dos profissionais e usuários da PNAS. A NOB/RH SUAS aponta que “concurso público como forma de acesso à carreira: O acesso à carreira estará condicionado à aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos” (NOB/RH SUAS, 2011, p. 48). Logo se faz necessário ressaltar o caráter público da prestação dos serviços socioassistenciais, sendo assim para sua execução é inestimável a consolidação de equipes de referência que tenham condições e subsídios para desenvolver as políticas socioassistenciais no território que se está inserido tal serviço (NOB/RH SUAS, 2011).

No próximo item será aprofundado como ocorre a transferência de responsabilidade do Estado para as famílias e usuários da PNAS, frente ao desmonte da proteção social no período analisado. E frente ao desmonte, como se encontram as condições de vida da população usuária da política e as famílias. Apontando também quais as resistências e estratégias existentes para barrar esse desmonte.

3 TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO PARA AS FAMÍLIAS FRENTE AO DESMONTA DA PNAS E OS POSSÍVEIS ENFRENTAMENTOS

Frente à precária proteção social dispensada pelo Estado à população é potencializada a prática de transferência de responsabilidade de proteção para as famílias e sociedade civil. Diante disso, o presente item busca responder a questão norteadora número 3 da pesquisa: 3) Como ocorre a transferência de responsabilidade do Estado para as famílias na Política de Assistência Social? Nesse sentido, o documento analisado da Frente Nacional aponta que o Estado: “[...] se afasta de suas responsabilidades e convoca a sociedade civil por meio da filantropia, da caridade e da solidariedade para ajudar “os necessitados”, arrecadando, inclusive, bens e utilidades para doações” (Frente Nacional, 2020c, p. 7). Logo descaracteriza o Estado

de Direito – especialmente no período de pandemia da covid-19. Como aponta o documento, o executivo conduzido por Bolsonaro demonstrou:

[...]frágil capacidade em atuar com integração nacional e inter federativa, além de adotar medidas que ampliam desproteções, como: a exclusão de beneficiários do Programa Bolsa Família, a irregularidade nos repasses federais de recursos dos fundos e a flagrante penalização da classe que vive do trabalho, por meio da desastrosa Medida Provisória nº 927/2020, que dispõe sobre “medidas trabalhistas” a serem adotadas durante o período da pandemia Covid-19 (coronavírus)”. Esta MP revela o projeto deste governo de reduzir o papel do Estado e atender, tão somente, as demandas do capital. Trata-se de uma afronta aos pilares do Estado Democrático de Direito, o que coloca em risco a sobrevivência da maioria da população (Frente Nacional, 2020a, p. 2).

A PNAS tem centralidade a família, com foco na matricialidade sociofamiliar e a territorialidade, duas categorias permeadas de contradições, por conta de seu histórico moralizante, perpassa a própria concepção herdada no imaginário dos sujeitos que buscam não necessitar dessa política, uma vez que caso venham a precisar se submeterão à ideia de “falta de esforços e incapacidade individual”. Valendo-se da análise de Couto (2015) a respeito da política social como campo gerencial, resultando em um esvaziamento da discussão acerca das classes sociais, o que gera forte despolitização e manutenção da alienação da classe trabalhadora a se manter viva para produzir o excedente necessário ao capital. Nesse sentido, “[...] as possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização” (Behring; Boschetti, 2011, p. 156).

Dessa forma, ocorre o afastamento da responsabilidade estatal e a responsabilização individual e familiar em prover a proteção social se intensifica no período de pandemia. Como apontado na fonte analisada, da Frente Nacional, (2020e, p. 6): “a pandemia da covid-19 ameaça, sobretudo, os 12 milhões de trabalhadores desempregados, os 40 milhões em trabalho autônomo, informal e precarizado e as 16 milhões de famílias ou 48 milhões de pessoas do Cadastro Único.” Números esses que aumentaram, visto o período de desmonte em consonância com a pandemia.

[...] às populações sem acesso aos direitos básicos que lhes permita o isolamento e distanciamento sociais recomendados para a prevenção do contágio pelo coronavírus. Sofrem violações de direitos, desde a insuficiência de condições materiais para garantia de sua sobrevivência,

a precariedade do trabalho tanto formal quanto informal, até o direito à moradia digna, pois vivem, muitas vezes, em domicílios que não tem espaço para o isolamento dos membros familiares e idosos contaminados exigidos para o combate ao coronavírus e, em muitas situações, sem acesso ao tratamento sanitário público e água potável para os cuidados de higiene (Frente Nacional, 2020d, p. 2-3).

Nesse sentido, as expressões da questão social se agudizam, gerando uma maior procura por os serviços e programas pelos usuários da política de assistência social, que em sua configuração desmonte - como visto - não gera as devidas proteções e nem abarca toda a população que deveria estar inserida. Vale ressaltar que no período bolsonarista há uma forte conexão das ações do governo que se afastam da perspectiva de um Estado laico e, por outro lado, se alinham ao conservadorismo e à meritocracia. O que reforça a sociedade a pensar na garantia de direitos quanto um ato de solidariedade, e não como direitos garantidos constitucionalmente. Logo, “as respostas do Estado à questão social se realizam por meio de um sem número de organizações sociais, por meio da fragmentação e setorização das necessidades sociais [...] dificultando a explicitação de sua raiz comum numa perspectiva de totalidade” (Raichelis, 2010, p. 755).

Como aponta documento “há também impactos causados pela contaminação e contágio do vírus como, a incerteza, o preconceito, o medo, o sofrimento pelo confinamento e, ou, ausência de tratamento adequado, internações e mortes” (Frente Nacional, 2020c, p. 2) que afetam cidadãos e famílias em seus territórios de vivência e suas redes de apoio. O isolamento social impactou a população idosa que era considerada grupo de risco, as populações originárias, as pessoas portadoras de doenças pré-existentes, gerando um distanciamento da rede de apoio e da própria rede de proteção.

Em paralelo aos desmontes enfrentados pela PNAS também temos a resistência da categoria de trabalhadores inseridos na política, da população usuária e organizações da sociedade civil. Exemplo de ações é a própria fonte utilizada no levantamento de dados da presente pesquisa, que é formada por trabalhadores e usuários que tensionam por um projeto de sociedade que seja garantidor de direitos e não ao contrário. Utilizando dos meios digitais para estar se articulando e pressionando o poder público a efetivar as ações necessárias à proteção social em tempos de pandemia.

A Frente Nacional pontua algumas ações que já deveriam estar ocorrendo para atenuar as desigualdades sociais, como: “Implantação da Renda Básica de Cidadania, a exemplo da Lei nº 10.835/2004, com garantia de um salário mínimo para todos e todas que se encontram desprotegidos socialmente, o que inclui trabalhadores com vínculos informais, autônomos, pessoas e famílias” (Frente Nacional, 2020a, p. 3). Também a “efetiva recomposição do Orçamento para a Assistência Social, aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, no valor aproximado de 2,7 bilhões, mas cuja Lei Orçamentária Anual autorizou apenas 1.3 bilhões.” (Frente Nacional, 2020a, p. 3), assim como a “(...) revogação da Portaria nº 2.362/19” (Frente Nacional, 2020a, p. 3).

A essencialidade da PNAS não basta sem a ampliação dos repasses orçamentários para a efetivação da proteção da população usuária. A fonte analisada ainda nos apresenta a necessidade de se pensar alternativas de isolamento das pessoas que se encontram sem residências e/ou em subocupações: “[...] é fundamental a análise sobre a pertinência de abertura de novas unidades de albergue, serviços de acolhimento para adultos ou utilização de vagas em hotéis, tendo em vista o alto risco de contaminação e risco de morte aos quais estão submetidas essas pessoas” (Frente Nacional, 2020b, p. 10). Além de ampliar “a composição da cesta básica como benefício eventual é necessário incluir material de higiene e limpeza, legumes, carnes, ovos, verduras e frutas, e outros bens indispensáveis à sobrevivência” (Frente Nacional, 2020b, p. 11).

A concepção de famílias vem sendo amplamente debatida, e no âmbito da PNAS (2004) se identifica avanços ao apontar o conceito de família para além da consanguínea, se estendendo também para os laços afetivos, mas ainda não se garante na prática essa perspectiva. Ainda é presente um modelo de família pautada na família nuclear burguesa, formada pela mãe, pai e filhos, onde as reproduções em relação aos papéis de gênero estejam definidas ao pai enquanto chefe, a mãe e filho propriedade da manutenção dos cuidados.

Dessa forma, é indispensável pensar a concepção de família adotada na PNAS, visto que os serviços, auxílios e projetos estigmatizam as famílias que não correspondem a essa configuração. O preconceito acerca das famílias pobres onde prevalece que qualquer provisão social é suficiente, vem de um Brasil marcado pela colonização onde se tem definido que as pessoas brancas e ricas são merecedoras, e as pessoas pretas e pardas

não. O genocídio da população preta - a que mais morreu na pandemia - é resultado dessa herança colonial, além de um discurso oficial governamental permeado por conservadorismos.

A responsabilização familiar se dá desse molde, logo não se cria condições igualitárias frente ao sistema capitalista, apenas condições de exploração e opressão, onde o projeto governamental de Bolsonaro estigmatiza as famílias tidas enquanto fora do padrão e, principalmente, as pobres. Estigmatização essa expressa na Lei nº 14.284 que institui o Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, onde aponta em sua seção III “Dos Incentivos ao Esforço Individual e à Emancipação Produtiva”, sendo eles: I - o Auxílio Esporte Escolar; II - a Bolsa de Iniciação Científica Júnior; III - o Auxílio Criança Cidadã; IV - o Auxílio Inclusão Produtiva Rural; V - o Auxílio Inclusão Produtiva Urbana. Ou seja, a estigmatização da população pobre no que diz respeito ao provimento das condições de sobrevivência se dá em âmbito individual, sem levar em consideração a totalidade da realidade da vida social brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é possível observar que ainda vivemos em um país marcado pela colonização, o racismo estrutural e a violência de gênero. A criação da Política Nacional de Assistência Social se institui nesse cenário de contradições, fruto do conflito capital/trabalho, onde a riqueza se centra nas mãos de poucos e a pobreza se concentra em sua maioria nas mãos de homens e mulheres pretos e pardos.

O projeto de governo de Bolsonaro correspondeu ao desmonte do Estado de direito, indo contra a proteção social, socorrendo no período de pandemia o grande capital ao passo que a população em situação de vulnerabilidade social ficou à mercê da sorte, gerando uma responsabilização individual e coletiva da sociedade civil. Com um financiamento ínfimo da Assistência Social se gera um retrocesso, a política não exerce sua função, com isso coloca os trabalhadores da política em condições de risco. Assim como usuários necessitam se submeter a testes de meios, ou seja, comprovar que não possuem recursos para prover a sua subsistência, nem tê-la provida por sua família.

O cenário epidêmico acirrou um cenário já marcado por uma série de retirada de direitos, a exemplo a EC-95 que congela os gastos destinados à seguridade social pelo período de 20 anos, não sendo revogado nem

em período de pandemia. Logo produz impactos como o genocídio da população preta e pobre, das populações originárias e demais populações em situação de vulnerabilidade social.

Apesar do cenário precário, se faz necessário o tensionamento dessas violências enfrentadas e a necessidade de se estabelecer medidas que vão contra os desmontes da Política Nacional de Assistência Social e da seguridade social, por meio de espaço de discussões e, principalmente, por mudanças na estrutura social onde as pessoas que criam as leis não representam a totalidade da população, visto que são em sua maioria, homens, brancos, cis. Cabendo a população em situação de vulnerabilidade ocupar espaços de tomadas de decisões, a fim de impulsionar impactos equitativos e mudanças na realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 66-83, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.238>. Acesso em: 15 mai. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm. Acesso em: 10 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Que institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**; Norma Operacional Básica- NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1039.htm. Acesso em: 25 mai. 2022.

BRASIL. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SU_AS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **De olho na cidadania**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/relatorios/De_olhonacidade_v2.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou benesse? **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 665-677, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101->

6628.045. Acesso em: 15 mai. 2022.

FERREIRA CARNEIRO, Annova Míriam; PINHO DE CARVALHO, Alba Maria; SOUSA DE ARAÚJO, Maria do Socorro. Dupla pandemia, política de assistência social e exercício profissional em serviço social. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 173-189, 2021.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Informe 1:** Frente Nacional em defesa do Sistema Único de Assistência Social desastres epidemiológicos e proteção social nos municípios. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <https://www.frentenacionaissuas.org/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Informe 2:** Apoio necessário às/aos trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social no contexto de pandemia. Brasília, DF, 2020c. Disponível em: <https://www.frentenacionaissuas.org/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Informe 3:** Os benefícios eventuais do SUAS em tempos de pandemia. Brasília, DF, 2020d. Disponível em: <https://www.frentenacionaissuas.org/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Informe 4:** A vigilância socioassistencial em tempos de calamidade emergência: Estratégias para a proteção social. Brasília, DF, 2020e. Disponível em: <https://www.frentenacionaissuas.org/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL. Enfrentamento ao novo coronavírus, assistência social e a proteção a população mais vulnerável. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <https://www.frentenacionaissuas.org/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 20. ed. São Paulo: Cortez, 380p., 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD COVID19**. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 50p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101763.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais de Moradia no Contexto da Pré-Pandemia de COVID-19 2019**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/categorias/sociedade.php>. Acesso em: 10 mai. 2022.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas nas pesquisas em Serviço Social. In: MARTINELLI, M. L. (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª Ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2002.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. Brasil: as alterações institucionais no período recente e o novo governo. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 18, n. 2, p. 36288, 31 dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.36288>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MARQUES, Rosa Maria et al. **Pandemias, crises e capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 160p. ISBN 978-65-5891-019-0, 2021.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, p. 420-437, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2022.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 134-152, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.242>. Acesso em:

15 mai. 2022.

REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Neofascismo, ultraneoliberalismo e corrosão da essencialidade da previdência social no Brasil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 20, n. 1, p. e41326, 21 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.41326>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SILVA, Camila Telles da et al. Reprodução do conservadorismo na concepção de famílias: em pauta o auxílio emergencial. **Sociedade em Debate (Pelotas)**, v. 27, n. 3, p. 118-135. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.47208/sd.v27i3.3049>. Acesso em: 10 jun. de 2022.

PARTICULARIDADES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL: AS MEDIAÇÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA COM A FOME

Júlia Arnt Machado¹
José Wesley Ferreira²

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual é discutida a particularidade da “questão social”³ na formação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro, aprofundando reflexões sobre as mediações da questão agrária com a fome no Brasil. A “questão social” é entendida como “expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista” (Santos, 2012, p.17) e, neste estudo, o tratamento dela tem como foco sua manifestação sob a forma da fome na realidade brasileira. Conforme exposição de Stédile (2012), a questão agrária é um campo do conhecimento que se propõe a explicar a forma como a sociedade organiza o uso, a posse e a propriedade da terra ao longo do tempo e a forma como ocorre a produção dos meios necessários à sobrevivência humana. Parte-se do pressuposto que a questão agrária não é simplesmente uma expressão da “questão social,” mas é, também, estruturante da forma como a fome, expressão da questão social mais extrema, se perpetua no Brasil desde a invasão colonial.

1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa. Residente do Programa de Residência Multiprofissional do Hospital de Clínicas de Porto Alegre – ênfase em Atenção Primária à Saúde. *E-mail: jarmachado@hcpa.edu.br.*

2 Professor Adjunto do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPSS). *E-mail joseferreira@unipampa.edu.br.*

3 De acordo com Santos (2012), o uso de aspas para referir-se a “questão social” denota certo cuidado na sua adoção.

Este é um assunto que sempre me causou muitas inquietações, as quais foram aprofundadas durante a formação em Serviço Social, ainda mais após a inserção no Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão. Entre as motivações para estudá-lo está o fato de o país ter retornado ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU) durante a pandemia da covid-19. De acordo com dados evidenciados pela revista Carta Capital é possível verificar esta triste realidade: A insegurança alimentar quase dobrou. Para se ter noção da gravidade, entre 2018 e 2020, a fome atingiu pelo menos 7,5 milhões de brasileiros (Guimarães, 2021).

Tal acontecimento não é devido à falta de alimentos produzidos no país, mas, sim, devido a opção por exportá-los, já que “Em fevereiro de 2018, as exportações do agronegócio gaúcho totalizaram US\$ 811,8 milhões” (FEE, 2018, s./p.). Diante disso, evidencia-se uma enorme contradição, haja vista que o Brasil é um dos maiores exportadores de alimentos no mundo, mas o direito humano à alimentação adequada não está sendo garantido para sua população. Ou seja, o mesmo país que exporta milhões de grãos não bota comida no prato do seu povo, como apontam os dados.

O estudo sobre a produção da fome na formação sócio-histórica do Brasil, é extremamente importante para compreender as particularidades da “questão social” na realidade brasileira, o que pode contribuir para que ocorram mudanças nas formas de enfrentamento da fome. Exatamente por isso, é, também, muito relevante para a formação em Serviço Social, porque a fome aparece nos diferentes espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais enquanto uma demanda muito imediata, e exige que estes profissionais tenham um olhar crítico, reconhecendo a alimentação como um direito do povo e um dever do Estado.

O objetivo deste estudo é “desvendar como a fome é produzida no Brasil, a partir de sua formação sócio-histórica, com vistas a oferecer subsídios que contribuam com o avanço da reforma agrária”. Quanto à metodologia, realizou-se uma pesquisa exploratória e bibliográfica, de tipo qualitativa, utilizando-se da técnica de análise de conteúdo.⁴ Com relação à amostragem, ela foi não probabilística do tipo intencional, e os materiais pesquisados compreendem livros e artigos científicos que versam sobre a temática. O método dialético crítico foi vetor teórico desta pesquisa, arti-

4 A análise de conteúdo tem diferentes fases: começa pela pré-análise, que “É a fase de organização propriamente dita” (Bardin, 2016, p. 125); depois parte-se para a exploração do material, que “consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 2016, p. 131); finalizando com o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

culando as categorias historicidade, contradição, mediação e totalidade, para captar as mediações ocultas entre a singularidade e a universalidade, essência e aparência para assim desvendar a fome na particularidade da formação social brasileira.

Após essas notas introdutórias, indicam-se as partes que compõem o trabalho, o qual está estruturado em três (4) partes, sendo a primeira a presente introdução. O segundo item discorre sobre a sociedade capitalista e as mazelas da “questão social”, considerando a conexão entre as raízes históricas deste sistema e suas contradições sociais. O terceiro item versa sobre o desenvolvimento do capitalismo na particularidade do Brasil e sua relação com o contexto mundial, evidenciando a histórica lógica de produção e distribuição de alimentos como mercadoria. O último tópico aborda sobre a persistência da fome no país, pensando no recorte de gênero, raça e classe. Por fim, são tecidas algumas considerações finais, mas adverte-se de antemão que vários aspectos ainda precisam ser aprofundados para pensar e transformar a complexidade da realidade brasileira no que diz respeito ao acesso à alimentação.

2. SOCIEDADE CAPITALISTA E AS MAZELAS DA “QUESTÃO SOCIAL”

A compreensão da “questão social” e, especificamente, do fenômeno da fome na formação sócio-histórica do Brasil, é impossível sem discutir a questão agrária. Tal temática exige, inicialmente, revisitar as origens do capitalismo e perceber as desigualdades produzidas por esse sistema, pois nas sociedades anteriores era a falta de desenvolvimento das forças produtivas e a escassez que produziam a pobreza. Já no atual modo de produção, “pela primeira vez na história, a pobreza cresce na razão direta em que aumentava a capacidade de produzir riqueza” (Netto, 2011, p. 153).

As concepções fundadas sob o pensamento de Marx apresentam o modo de produção capitalista como responsável por criar o “trabalhador livre”,⁵ sendo um sistema marcado fundamentalmente pela compra e venda da força de trabalho, caracterizado pela produção de mercadorias,⁶ que re-

5 Na verdade, essa é apenas uma liberdade parcial. Você é livre para vender sua força de trabalho, pois se não o fizer, como irá garantir sua sobrevivência? “[...] o capitalista é sempre livre para empregar o trabalho e o operário vê-se obrigado a vendê-lo” (Marx, 2004, p. 78).

6 “A mercadoria é um objeto produzido pelo trabalho humano, que é trocado por seu produtor em vez de ser por ele consumido e que, por suas propriedades, satisfaz às necessidades humanas [...]” (Marx, 2014, p. 15). Neste sentido, as mercadorias possuem valor de uso, relacionado a sua utilidade de satisfazer necessidades, e

pousa sobre a exploração do trabalho pelo capital.⁷ Ou seja, é constituído por duas classes antagônicas: os donos dos meios de produção e os possuidores da força de trabalho. No capitalismo o ser humano avança nas capacidades de transformar a natureza, aumenta a capacidade de produção da sociedade, inclusive no que diz respeito à produção de alimentos. O problema é que tudo passa a ser produzido como mercadoria, não visando apenas satisfazer às necessidades humanas, mas o lucro daqueles poucos donos dos meios de produção. O trabalho coletivo tudo produz, entretanto o acesso não é coletivizado e essa é a maior contradição: todo mundo trabalha, porém, nem todo mundo que se apropria do que é produzido socialmente.

Neste contexto, a “questão social” decorre das desigualdades sociais e das resistências inerentes deste modo de produção, para compreendê-la é importante, inicialmente, refletir sobre como se deu a apropriação privada da terra. Isso exige pensar no período chamado por Marx de “acumulação primitiva do capital”, momento em que se criou o “trabalhador livre”.

Esse período de acumulação primitiva diz respeito a um processo que se iniciou na Inglaterra, quando ocorreu a “[...] expropriação dos camponeses de suas terras” (Santos, 2012, p. 31). Foi um processo contínuo, que se deu através dos chamados “cercamentos” das terras, com intuito de atender às necessidades do capital, que precisava explorar a força de trabalho desses camponeses para ter lucro. Já que “O acesso à terra por parte dos camponeses supria suas necessidades de modo que era preciso apartá-los desses meios de produção para que estivessem dispostos a trabalhar em troca de um salário” (Santos, 2012, p. 32).

Interessante destacar a concepção dos assistentes sociais sobre a “questão social”. De acordo com Santos (2012), a interpretação deste conceito não é homogênea entre os autores que produzem no âmbito da profissão, mas dentre as principais reflexões, os mesmos tendem a convergir na compreensão de que a questão social tem sua gênese intrínseca ao capitalismo – “[...] aquele que, sob o formato da grande indústria, aprofunda a vigência e capilaridade de suas leis fazendo emergir, no século

possuem outro valor, relacionado ao fato de serem produzidas para a venda/troca, estando imersas em uma lógica comercial.

7 De acordo com Marx (2014), o capital aparece nas sociedades onde a produção mercantil e o comércio já atingiram certo grau de desenvolvimento, tendo como fórmula geral D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro). O que significa que o capital é entendido como dinheiro sempre crescendo, um dinheiro que põe dinheiro acrescido, um valor que se valoriza.

XIX, o *pauperismo*” (Santos, 2012, p. 28) –, que devido a industrialização, agravou os problemas ligados à pobreza.

Além da desigualdade socialmente produzida que expressa a “questão social”, não se pode deixar de mencionar “[...] que as lutas de classe são ineliminavelmente constitutivas da ‘questão social’” (Santos, 2012, p. 30), pois a exploração capitalista também vai gerar processos de resistência e oposição. Por intermédio do constante desenvolvimento das forças produtivas, com a invenção da máquina a vapor e o surgimento da grande indústria, realizou-se a Primeira Revolução Industrial. Neste momento, os trabalhadores não tinham direitos garantidos, viviam em condições precárias, com alta carga horária de trabalho e baixa remuneração.

A concentração da produção, reunindo os trabalhadores na linha de montagem das fábricas e intensificando a divisão social do trabalho, leva à incrementar o processo de urbanização. Era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome, baixos salários (Santos, 2012, p. 37).

Tudo isso gerou revoltas, os trabalhadores começaram a formar associações e se rebelar contra a situação de exploração em que estavam inseridos. É a partir dessa perspectiva de resistência que o *pauperismo* – aquela pobreza acentuada e generalizada –, começa a ser designado como “questão social”. Visto que, foi quando começou a se ter algumas respostas do Estado, no sentido de mediar a relação entre capital e trabalho, seja por meio de políticas públicas e legislações, ou por meio de violência e repressão.

Cabe ressaltar que a “questão social”, advinda dos aspectos estruturais da forma como produzimos materialmente no sistema capitalista, é percebida através de suas expressões, se manifestando em diferentes situações, como fome, desemprego, violência, roubo, evasão escolar, trabalho infantil, tráfico de drogas, preconceitos, entre outras. Diante das suas múltiplas expressões passíveis de estudo, neste estudo foi conferida prioridade à fome.

Para uma compreensão introdutória ao tema, buscando situar o leitor teórica e historicamente, foi necessário abordar algumas características do contexto da Europa Ocidental, até porque, a descoberta e colonização da América estão implicadas nesse processo. Isto posto, podemos avançar para uma particularização do debate sobre a “questão social” na formação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

3. INVASÃO COLONIALISTA E CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL: A HISTÓRICA LÓGICA DA PRODUÇÃO PARA EXPORTAR

O desenvolvimento do capitalismo teve particularidades na formação sócio-histórica de cada localidade. No caso do Brasil, conforme Santos (2012, p. 50), “A origem da formação social brasileira tem sua gênese na condição de Colônia de Portugal por ocasião do período conhecido como ‘expansão marítima’” no qual o capitalismo comercial⁸ foi incrementado por meio da exploração de recursos naturais das colônias.

Para delimitar melhor a época, Fausto (1997, apud Santos, 2012, p. 51), sugere que no século XVI, a partir da chegada de Cabral no Brasil, iniciou-se o processo de colonização do país. De acordo com Martins (2022), tal processo ocorreu com base no latifúndio e na monocultura⁹ voltados para exportação e foi alicerçado no trabalho escravizado,¹⁰ sendo esse período colonial denominado de *plantation*.

O regime fundiário que inaugurou essa lógica econômica foi o sistema de capitanias hereditárias, no qual o donatário (nobre português) articulava e trazia colonos portugueses que, ao chegarem ao Brasil, recebiam como doação porções de terra que abrangiam cerca de 13 mil ha (hectares), denominadas de sesmarias (Martins, 2022, p. 13).

Chegar ao Brasil foi como encontrar uma terra sem dono, da qual os colonizadores poderiam apropriar-se, garantir sua concentração e extrair todos os recursos possíveis da vasta natureza que existia nesta região. Todavia, os povos originários¹¹ já viviam aqui, mas isso não significou um empecilho, ao contrário, optou-se pela exploração dessa mão de obra nativa. De acordo com Morissawa (2001), não demorou muito até que os portugueses percebessem que o clima e o solo brasileiro eram propícios para a plantação de cana-de-açúcar, e viessem instalar seus engenhos de

8 O capitalismo passou por diferentes fases, iniciou a partir do século XV pela fase comercial, depois a partir do século XVIII em sua fase industrial, e do século XIX até os dias atuais está em sua fase financeira.

9 Dicionários – como o Priberam, informam que a palavra latifúndio se refere a uma extensa área pertencente a um único proprietário, e a palavra monocultura diz respeito ao cultivo de um único produto agrícola.

10 Optou-se pela adoção da palavra “escravizado” em detrimento de “escravo”, visto que esta não é uma condição natural, mas imposta por outrem.

11 Antes da invasão europeia já viviam no território brasileiro entre 8 e 40 milhões de habitantes (Bolognesi, 2018).

açúcar aqui, transformando o Brasil em uma economia agroexportadora¹² a mando de Portugal.

Sobre essa temática, a série documental “Guerras do Brasil.doc” que retrata como o Brasil foi formado, evidencia que a invasão europeia, iniciada pelos portugueses, depois atravessada e continuada por holandeses e franceses, significou um assalto dessa terra, ocorrendo mediante o estabelecimento do trabalho escravizado dos povos que viviam aqui e, posteriormente, de africanos sequestrados de seus territórios (Bolognesi, 2018).

Neste contexto, a noção de que era possível escravizar esses indivíduos baseava-se no entendimento do homem europeu como “civilizado” e de pessoas indígenas e negras como “selvagens”. Segundo Almeida (2020, p. 28), essa classificação de seres humanos serviu como uma das ferramentas do colonialismo europeu para a submissão, exploração e destruição de populações

É preciso atentar ao fato que essa é a história de uma guerra contínua, que tinha como pano de fundo o interesse de ocupar e dominar territórios para implantação de um sistema produtivo, e isso determinou um lugar de subalternidade às pessoas indígenas e negras. Esses sujeitos foram tratados como mercadoria desde o princípio, excluídas do livre acesso à terra e escravizadas, para além dos engenhos, na mineração, nas grandes fazendas de pecuária, na cafeicultura, entre outros espaços que se perpetuam ainda atualmente (Martins, 2022).

Este é um processo que não se limitou às atividades econômicas voltadas à exportação, porque ocorreu, também, em âmbito doméstico no interior das famílias ricas, evidenciando que “[...] havia dois tipos de uso do trabalho escravo: o da senzala e o da casa grande” (Pochmann, 2010, p. 33). Os papéis atribuídos a homens e mulheres são distintos e estão inseridos numa lógica das relações patriarcais de sexo e das relações étnico-raciais.

Além das violências físicas e inúmeras mortes – sejam elas devido às doenças com as quais os brancos contaminaram os indígenas, à exaustão pelo trabalho escravizado, ou aos conflitos gerados nesse processo – teve, também, uma violência simbólica,¹³ no sentido de silenciamento, distorção e apagamento da história e das culturas dessas populações. Sobre isso,

12 De acordo com Martins (2022), historicamente os principais produtos brasileiros para exportação foram o açúcar, o café, a carne, a borracha, o algodão, o cacau, a soja, o milho, o arroz, o ouro e entre outros mineiros.

13 Borges (2020, p. 58) evidencia a existência de um caráter simbólico de representação do negro na sociedade como alguém passível de desconfiança, por quem se nutre medo, o que culmina em mortes simbólicas.

de acordo com Krenak (2020, p. 12), quando os colonos chegaram na América proibiram as línguas nativas e mudaram os nomes das pessoas.

Toda trama descrita acima implicou fortes lutas, pois a resistência indígena e negra não deixou de estar presente em toda a história brasileira. Houve vários conflitos e foram frequentes as fugas de escravizados dos engenhos, pessoas negras de diferentes etnias se refugiavam e organizavam em quilombos.¹⁴ Mesmo diante de toda barbárie, esses povos ainda resistem, inclusive, neste momento quilombolas e indígenas continuam a lutar por território, ou melhor, lutam pelo direito de existir. Essa resistência se expressa, por exemplo, nas recentes manifestações de aproximadamente seis mil indígenas acampados em Brasília lutando contra o marco temporal, cujo conteúdo prevê que os indígenas só teriam direito às terras de que fossem donatários na data de promulgação da Constituição Federal de 1988. Tal argumento beneficia ruralistas e grileiros em detrimento do direito territorial dos povos originários (Moura, 2021).

As primeiras modificações legais na questão agrária no Brasil vieram a ocorrer só com a Lei de Terras em 1850 (ano em que se determinou o fim do tráfico de escravizados), que foi instituída, não para aumentar o acesso das pessoas à terra, mas sim para bloquear o acesso à terra pelos pobres, tornando-a uma mercadoria e mantendo sua concentração nas mãos de poucos. Isso significou uma confirmação da estrutura latifundiária produzida no regime das sesmarias, apontando para o início da criação de um mercado de trabalho assalariado. Neste sentido, de acordo com Martins (2022, p. 84), “Para a classe dominante, a intocabilidade da propriedade fundiária veio a substituir a escravidão [...]”.

Então, mesmo com o fim da legalização do trabalho escravizado, em 1888, manteve-se a exclusão social, agora baseando-se na ideia de homens livres, mas ainda submetidos ao controle político dos senhores das terras (Martins, 2022). A obra de Itamar Vieira Junior (2019) também atenta para o fato de que o acesso a terra e a alimentação foram obstaculizados, de modo a perpetuar a escravidão.

Quando deram liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. A mesma

14 Moura (1988, apud Martins, 2022, p. 56), salienta que “Essas comunidades existiram por todo o país, seja nas áreas de mineração em Minas Gerais, como o Quilombo de Campo Grande (1746-1759), onde viveram mais de 20 mil negros, como nas comunidades organizadas nas proximidades das cidades, como o Quilombo Jabaquara, na periferia de Santos (1882). A resistência negra também se manifestou na participação em insurreições armadas, como a Balaiada, no Maranhão (1839), ou em revoltas que buscavam tomar o poder na cidade de Salvador”.

escravidão de antes fantasiada de liberdade. Mas que liberdade? Não podíamos construir casa de alvenaria, não podíamos botar a roça que queríamos. Levavam o que podiam do nosso trabalho (Vieira Junior, 2019, p. 220).

A população negra foi, também, excluída do trabalho industrial que surgiu no Brasil posteriormente, não lhes foi dada outra condição de viver após a abolição. Sendo assim, é importante pensar que essas pessoas que foram escravizadas são, ainda hoje, grande parte dos pobres do país, já que quando se tornaram livres naquele período também estavam despossuídas da terra para plantar e garantir os meios de subsistência. A partir de Marx (2017) questiona-se: “Por meio de minha propriedade privada não estou excluindo todo e qualquer terceiro dessa propriedade? Não estou, portanto, violando seu direito à propriedade?”.

A estrutura fundiária e as relações de trabalho existentes no campo brasileiro, desde a colonização, evidenciam tamanha desigualdade social e constituem um sério problema, cuja solução seria, inicialmente¹⁵, uma ampla reforma agrária que possibilitasse a democratização do acesso à terra, mas isso nunca se efetivou neste território. Pochmann (2010), inclusive, salienta que outro modelo de sociedade poderia ter sido construído aqui, caso não predominasse o regime político não democrático e o conservadorismo das elites que mantiveram a concentração de terra e do poder econômico privado em poucas famílias do país.

Com base no exposto, pode-se afirmar que a questão agrária, ou seja, a forma como a sociedade organizou o uso, a posse e a propriedade da terra, é estruturante na conformação da “questão social” no Brasil, é também, central nos desdobramentos da questão urbana, da produção da fome, da profunda desigualdade social da população negra, do desemprego, da violência, da discriminação, enfim, é fundamental para compreender o capitalismo à brasileira.

Anteriormente foi demonstrado que a consolidação da “questão social” na Europa se deu com a Primeira Revolução Industrial (1830), já no Brasil, isso ocorreu tardiamente. Aqui, o capitalismo foi implementado pelo Estado, e a transição para uma sociedade urbano-industrial somente se tornou mais efetiva 430 anos após a data do descobrimento (1500), ou seja, na era Vargas (1930) (Pochmann, 2010).

15 Inicialmente, pensando que a uma reforma agrária constitui-se enquanto uma parte do que precisa ser feito para solucionar toda essa problemática, o que perpassaria, também, a superação da sociedade capitalista.

Martins (2022, p. 183), citando Florestan Fernandes, diz que “o capitalismo monopolista deslanchou, no Brasil, a sonhada revolução industrial, mas aprofundou o subdesenvolvimento e agravou a dependência”. Este período, segundo Pochmann (2010), destaca-se pela rapidez com que o país transitou de uma sociedade predominantemente agrária para uma sociedade urbano-industrial (em menos de três décadas) e, também, pela mudança na orientação quanto às respostas do Estado para a “questão social”, que passou a intervir através de políticas sociais, principalmente no que diz respeito à legislação trabalhista na esfera urbana.¹⁶

A passagem da sociedade agrária para urbano-industrial representou, em qualquer país, a possibilidade de acesso à condição socioeconômica superior. Isso porque o avanço da industrialização implica construir nova e ampliada base material necessária a superação de obstáculos como, por exemplo, a fome e a pobreza que eram marcas inegáveis do primitivismo progresso das sociedades agrárias (Pochmann, 2010, p. 45).

No entanto, sabe-se que, atualmente no Brasil, a pobreza e a fome ainda não foram superadas. Neste exato momento inúmeras pessoas não conseguem pensar, desenvolver-se, alegrar-se, cantar ou amar, pois estão famintas, tomadas pela dor da ausência de alimento.

Até agora, importantes particularidades da formação sócio-histórica do Brasil foram evidenciadas, o que nos permite pensar sobre as implicações desse processo para a atualidade. A seguir, pretende-se avançar para uma reflexão sobre como a lógica capitalista de produção e distribuição de alimentos produz, também, a fome, considerando, especialmente, o contexto brasileiro nos dias atuais.

4. EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” E QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE: QUE FOME É ESSA?

Neste item busca-se apresentar um panorama geral sobre como são produzidos e distribuídos os alimentos no capitalismo, especialmente no cenário brasileiro, evidenciando as contradições da indústria de alimentos e a relação intrínseca com a fome. Parte-se da premissa que para sanar a fome, sem dúvidas, é preciso ter acesso à alimentação. Porém, a situação

¹⁶ “[...] para seguir sua política de industrialização, o governo ditatorial de Vargas estabeleceu um acordo velado com as oligarquias regionais, não alterando a estrutura fundiária nas regiões consolidadas nem reconhecendo os direitos trabalhistas no campo” (Martins, 2022, p. 122).

brasileira, no que diz respeito à produção e distribuição de alimentos, já se mostra desigual na distribuição da terra, pois existe muita terra nas mãos de pouca gente e pouca (ou nenhuma) terra nas mãos dos muitos trabalhadores que estão tentando sobreviver.

O Brasil tem 51.203 estabelecimentos com mais de mil hectares, que representavam 1% das 5.073.324 propriedades. Juntos, eles concentram 47,6% da área ocupada por todas as fazendas [...] Já os 50% com estabelecimentos menores, com até 10 hectares, ocupavam 2,3% do território rural em 2017 (Ibge, apud Capetti, 2019).

Ou seja, em 2017, 1% dos estabelecimentos ocupavam 47,6% do território agrícola, enquanto 50% dos estabelecimentos ocupavam 2,3% do território agrícola. São poucas as empresas que acumulam grandes propriedades e controlam a maior parte da produção, limitando as pequenas propriedades e invadindo terras indígenas.

É primordial perceber que os povos originários, que sempre estiveram em harmonia com a natureza e preservando o meio ambiente por meio de seus modos de vida, vêm perdendo seus territórios desde a invasão europeia no Brasil. Tal situação perdura e, ainda, complexifica-se com os conflitos territoriais provocados pela presença do agronegócio – complexo industrial voltado para a agricultura, que se impôs como realidade dominante (Nakatani; Faleiros; Vargas, 2012) –, tendo em vista seu interesse no desmatamento¹⁷ para plantação de commodities.¹⁸

Nos dias atuais tem-se, de um lado, essa concentração de terras nas mãos do agronegócio, que é caracterizado principalmente por suas grandes unidades de produção para exportação e pela utilização de alta tecnologia e agrotóxicos¹⁹ e, de outro lado, pouca terra para os pequenos produtores da agricultura familiar/camponesa, que produzem para abastecer o mercado interno, respeitando a natureza. Sobre isso,

17 O desmatamento ocorre, muitas vezes, através de queimadas, que abrem espaço nas florestas para o imenso vazão da plantação de soja, por exemplo. O Brasil destacou-se, ocupando o primeiro lugar, numa comparativa anual com outros países sobre a situação de queimadas, contabilizando 195754 focos até dezembro de 2022 (Inpe, 2022).

18 Segundo Fiocruz [2022?], “Commodities são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo”.

19 “As cinco gigantes (Syngenta, Basf, Bayer/Monsanto, Corteva e FMC) seguem com esse modelo de destruição e morte, utilizando do capital para camuflarem o que são e o que fazem. Por sinal, essas cinco grandes transnacionais dos agroquímicos são responsáveis por mais de 70% de todo mercado mundial” (Padulla, 2022, s./p.).

O Censo Agropecuário Agricultura Familiar é, sem sombra de dúvida, um avanço no ordenamento estatístico sobre o campo. Ele revelou que os pequenos produtores produzem boa parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, transformando essa realidade em um dado oficial de Estado. É bom enfatizar: agora é oficial que a pequena produção familiar produz parte significativa dos alimentos, sendo que, depois da divulgação dos dados, foi disseminada em diversos meios a média de que a agricultura familiar era responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil (Junior; Barbosa; Sá, 2017, p. 14).

Portanto, são duas perspectivas de produção de alimentos: uma que representa o modelo dos trabalhadores e pretende alimentar a nação,²⁰ e outra que representa o modelo do capital e tem interesse com o exterior,²¹ evidenciando a permanente luta de classes.

Teixeira (2022) citando Carneiro *et al.* (2015), salienta que o Brasil é campeão mundial no uso de agrotóxicos e adubos químicos, o que intensificou os índices de cânceres, agravos neurológicos, alergias e intolerâncias alimentares. Os agrotóxicos nada mais são do que venenos, adoecem as pessoas e outros tantos seres que habitam este planeta. Além disso, eles são funcionais ao capital, pois constituem mais uma ramificação dessa indústria de alimentos que só visa o lucro – a indústria de agrotóxicos. Padulla (2022), adverte que não existe limite seguro para o consumo de agrotóxicos, pois a dose de venenos que usam pode não matar as pessoas que consomem de imediato, mas, gradativamente, intoxica e adocece.

Também é imprescindível mencionar sobre a indústria de ultraprocessados, a qual possui a principal característica de durabilidade, porém, perde seu caráter de alimento nutritivo tornando-se imitação de comida. Os alimentos ultraprocessados podem ser, muitas vezes, mais baratos, mas têm ausência de nutrientes e contribuem para uma má alimentação, “essa lógica alimentar corresponde à fome oculta, aquela pela qual se morre de fome, comendo um pouco por dia” (Castro, 2011, apud Teixeira, 2022).

Segundo a Lei nº 11.346 de 2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN),

20 Importante destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é o movimento social de maior expressão na realidade brasileira e um dos de maior relevância na América Latina. Por meio de sua estrutura organizativa, formas de manifestação e expressão de suas reivindicações e lutas, contribuiu para divulgar e politizar o tema da questão agrária (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 276).

21 Cabe salientar também o papel fundamental da chamada Bancada Ruralista – Frente Parlamentar da Agropecuária –, representante dos interesses do agronegócio, a qual constitui-se enquanto um dos grupos mais antigos e organizados do Congresso Nacional, que historicamente opõe-se à democratização do acesso à terra (Simionatto; Costa, 2012).

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006, s./p.).

Portanto, a segurança alimentar ultrapassa a ideia de apenas não sentir fome, envolve dimensões relacionadas à disponibilidade de alimentos de qualidade e saudáveis, à produção de forma sustentável, entre outras – o que não é compatível com a dinâmica capitalista. “A produção de alimentos na sociedade capitalista efetivamente, como de resto todas as relações mercantis, não é feita para resolver a questão da fome de quem não tem acesso à renda, mas sim para manter a acumulação de capital” (Couto, 2005, p. 1). A imagem que se espalhou na grande mídia de que “o agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo” faz uma defesa ideológica desse setor. Entretanto, mesmo que com o passar dos anos a tecnologia tenha sido desenvolvida de modo a conseguir produzir alimentos suficientes para toda a população, ainda existem pessoas passando fome, pois a produção não é para atender as necessidades humanas, mas sim para gerar lucro.

Se a forma de acessar os alimentos é comprando-os, como qualquer outra mercadoria, isso significa que é preciso ter dinheiro/renda para tal. O valor da cesta básica – instituída no Brasil pelo Decreto de Lei nº 399, de 30 de abril de 1938 –, é considerado um bom parâmetro para verificar a capacidade financeira da população no que diz respeito à aquisição de alimentos, especialmente quando comparado com o valor do salário mínimo. Tendo isso em vista, na cidade de São Paulo, a cesta básica mais cara chegava a R\$713,86 em janeiro de 2022, enquanto o salário-mínimo era de R\$1.212,00 (Dieese, 2022 apud Teixeira, 2022, p. 451).

Nesses parâmetros, os trabalhadores formais que recebem um salário-mínimo mal conseguem garantir a alimentação de suas famílias, quem dirá ter outras despesas como, por exemplo, moradia, saúde, educação, previdência, higiene, transporte, vestuário, lazer, cultura etc. Sendo assim, o valor pago a esses trabalhadores corresponde apenas ao custo para mantê-los vivos e garantir que reproduzam sua força de trabalho. De acordo com o pensamento de Marx (2004, p. 65) “A lista de salários que abastece o sustento do trabalhador durante o trabalho é a mais baixa e unicamente necessária, e um complemento apropriado para criar a família a fim de que a categoria dos trabalhadores não seja extinta”.

A situação brasileira ainda agrava-se quando considerado que pelo menos 9,5 milhões de pessoas encontram-se desempregadas no país (IBGE, 2022, s/p.). Além dos grandes índices de desemprego, atualmente uma enorme parte da classe trabalhadora está inserida no trabalho informal, que é um trabalho desregulamentado, desprovido de direitos, precarizado, terceirizado e que permite maior exploração. Este contexto é visível por intermédio dos trabalhadores de aplicativos (iFood e Uber por exemplo), trabalhadores autônomos, entre outros que oscilam entre atividades temporárias e desemprego. Diante deste cenário, o ser humano não tem sequer suas necessidades básicas atendidas e, por isso, não surpreende que muitos brasileiros estejam vivenciando condições de miséria, violência, fome, encarceramento etc.

O II Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Covid-19 (II VIGISAN), realizado pela Rede PENSSAN, aponta que 41,3% da população brasileira vive em condição de segurança alimentar (que tem acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais), enquanto 28% vive em condição de insegurança alimentar leve (que tem acesso a alimentos em quantidade ou qualidade inadequada, preocupando-se com relação a esse acesso no futuro), 15,2% vive em condição de insegurança alimentar moderada (que tem redução quantitativa de alimentos ou ruptura nos padrões de alimentação) e 15,5% vive em condição de insegurança alimentar grave (que sente fome, faz apenas uma refeição ao dia ou fica o dia inteiro sem comer em decorrência da falta de dinheiro para comprar alimentos) (Penssan, 2022). Além disso, destaca-se que mulheres negras chefes de família são desproporcionalmente mais afetadas pela fome. Também se evidenciou que “Nos domicílios cuja pessoa responsável tinha menos de 8 anos de estudo, a proporção de famílias vivendo em situação de IA grave superava a média nacional [...]”, e “[...] a condição de emprego formal estava associada à presença da SA/IA leve em mais de 2/3 das famílias [...]” (idem).

O estudo mencionado também conta com dados sobre o indicador de pobreza e adverte a respeito das desigualdades relativas à capacidade de aquisição de alimentos, apontando características socioeconômicas da população. Neste sentido, 14,5% das famílias brasileiras têm renda domiciliar per capita mensal até 1/4 salário-mínimo, 22,2% têm mais de 1/4

até ½ salário-mínimo, 32,9% têm mais de ½ até 1 salário-mínimo, e 30,5% têm mais de 1 salário-mínimo (Penssan, 2022). Então,

[...] o retrato da fome hoje é composto principalmente por gente do sexo feminino, moradora da periferia ou do meio rural, com baixa escolaridade ou analfabeta, pobre, negra, quilombola, indígena. A fome tem gênero, cor, endereço e grau de escolaridade (Campelo; Bortoletto, p. 32).

Conforme Welle (2022), o furto famélico, que diz respeito ao furto de produtos para atender as necessidades básicas, sobretudo à fome, é um fenômeno crescente no Brasil, em 2020, por exemplo, um furto de três pedaços de carne foi motivo de prisão. No mesmo sentido, Braga e Arruda (2022), informam que a maioria dos furtos registrados pela Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul entre os anos de 2021 e 2022 foram cometidos por desempregados ou pessoas em situação de rua em busca de comida.

De acordo com Bolognesi (2018), com 725 mil pessoas em situação de privação da liberdade, o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, composta em sua maioria por negros, cerca de 40% ainda nem possuem condenação judicial e mais da metade são jovens entre 18 e 29 anos. Fora esta violência praticada pelo Estado, cabe ressaltar que mais de 30 mil jovens são assassinados no Brasil anualmente, fruto da violência urbana e cotidiana, destes 23 mil são negros (Borjes, 2020, p. 55-56).

Estes dados alarmantes mostram que o genocídio da população negra perdura, para compreendê-los é preciso perceber que os fenômenos não ocorrem isoladamente, no caso da fome, são vários processos sociais que se articulam para sua ocorrência que, conseqüentemente geram outros processos sociais como a violência urbana e o encarceramento de pobres e negros.

Se, por um lado, para a instituição do colonialismo foi utilizada uma filosofia religiosa para a superexploração de corpos negros, por outro, é o estereótipo formulado no período pós-abolicionista que seguirá perpetuando uma lógica de exclusão e conseqüente extermínio da população negra brasileira. Esse poder sobre corpos negros é exercido em diversas esferas. Seja na total ausência de políticas cidadãs e de direitos, como falta de saneamento básico, saúde integral e empregos dignos; seja pelo caráter simbólico de representação do negro na sociedade como violento, lascivo e agressivo, alimentando medo e desconfiança e culminando em mortes simbólicas, pela aculturação, pela assimilação e pelo epistemiocídio, até as mortes físicas, que se estabelecem por violência, torturas, encarceramento e mortes (Borjes, 2020, p. 57-58).

Sobre isso, Krenak (2022, p. 56) citando Viveiro de Castros, diz que o Brasil é especialista na produção de pobres, isso ocorre “[...] mais ou menos assim: a gente pega quem pesca e colhe frutos nativos, tira do seu território e joga nas periferias da cidade, onde nunca mais vai poder pegar um peixe para comer, porque o rio que passa no bairro está podre”. Portanto, a desigualdade social, a pobreza e a fome não podem ser naturalizados ou vistos como uma fatalidade individual, pois são inerentes ao capitalismo e produzidas socialmente.

A abordagem de Josué de Castro (1946) reúne múltiplos focos sobre o complexo tema da fome, para ele a fome é um fenômeno político, que não decorre da escassez de alimentos ou da falta de esforço. Sendo assim, superar os obstáculos da fome não depende apenas da vontade individual, ao contrário, exige intervenção estatal por meio de políticas públicas efetivas que possibilitem a democratização do acesso à terra e a socialização da riqueza socialmente produzida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo buscou-se, a partir de sucessivas aproximações com bibliografias, investigar a relação da questão agrária com a fome na formação sócio-histórica do Brasil, o que supõe, também, pensar na produção de alimentos no capitalismo, ou seja, significa pensar na produção do alimento enquanto uma mercadoria.

Evidenciou-se que a formação social brasileira foi edificada sobre um processo de apropriação privada e concentração da terra, marcada pelo latifúndio e pela monocultura, regida pela lógica da produção para a exportação e, o pior de tudo, com base no trabalho escravizado de indígenas e africanos. A abolição no Brasil ocorreu só no plano formal, mas se manteve na vida prática, pois as pessoas negras foram impedidas do acesso à terra e ao trabalho e ficaram à margem da sociedade. A fome é uma das mais cruéis expressões da “questão social” produzida nesse contexto, pois ela tem classe, raça e gênero, e demonstra uma estratificação social no interior da própria classe trabalhadora.

Estas são algumas características que acompanham o Brasil desde o período colonial e se perpetuam até os dias atuais, pois a questão agrária é estruturante na conformação da “questão social”, visto que produz desdobramentos que contribuem para a profunda desigualdade social

existente entre a população negra e branca e para o desenvolvimento de refrações da questão social que se expressam nas zonas urbanas como: o desenvolvimento das favelas, desemprego, fome, violência, encarceramento de pobres/negros, entre outros.

Com base no exposto ao longo deste estudo, pode-se afirmar que foi possível compreender como a fome é produzida no Brasil, a partir de sua formação sócio-histórica, e os resultados oferecem subsídios que apontam para a necessidade de avanço da reforma agrária. Além disso, o enfrentamento da fome no país exige rever a prioridade de produzir commodities para exportação, a fim de ter mais investimento na produção de alimentos da agricultura familiar e camponesa para o povo brasileiro. O racismo deve ser levado em consideração para formular políticas públicas mais efetivas, pois o enfrentamento à fome perpassa o enfrentamento ao racismo. E o fortalecimento das lutas da classe trabalhadora também é fundamental, a mobilização e participação de todos os sujeitos deve ter como horizonte a superação do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Silvio Luiz de Almeida. – São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, 2016.

BRAGA, Heloísa; ARRUDA, Fabiano. G1 MS e TV Morena. **Retrato da pobreza: quase 90% dos furtos de alimentos foram cometidos por desempregados ou pessoas em situação de rua em MS**. 2022. Disponível em: [Retrato da pobreza: quase 90% dos furtos de alimentos foram cometidos por desempregados ou pessoas em situação de rua em MS | Mato Grosso do Sul | G1](#). Acesso em: 08 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: [Lei nº 11.346](#). Acesso em: 15 de ago. de 2022.

BRASIL. Fiocruz. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**. Disponível em: [Commodities - definição | Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio](#). Acesso em: 26 dez. 2022.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. Juliana Borges. – São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. Organização: Tereza Campelo, Ana Paula Bortoletto. – São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 216p.; il., 2022.

CAPETTI, Pedro. O GLOBO. **Concentração no campo bate recordes e 1% das propriedades rurais tem quase metade da área no Brasil**. 2019. Disponível em: [Concentração no campo bate recorde e 1% das propriedades rurais tem quase metade da área no Brasil - Jornal O Globo](#). Acesso em: 07 dez. 2022.

- CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.
- COUTO, Berenice Rojas; REIS Carlos Nelson dos. **Fome? De que?**. 2005.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICAS (FEE). **Exportações do agronegócio gaúcho registram maior nível para o mês de fevereiro**. 2018. Disponível em: [Exportações do agronegócio gaúcho registram maior nível para o mês de fevereiro](#). Acesso em: 13 ago. 2022.
- GUERRAS do Brasil.doc. Criação: Luiz Bolognesi. Publicado pela Netflix, 2018. Série documental de 5 episódios (27 min). Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81091385>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- GUIMARÃES, José. **Com Bolsonaro, o Brasil voltou ao mapa da fome**. CartaCapital, 2021. Disponível em: [Com Bolsonaro, o Brasil voltou ao mapa da fome – Frente Ampla – CartaCapital](#). Acesso em: 19 set. 2021.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. Marilda Villela iamamoto. – 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Desemprego**. 2022. Disponível em: [Desemprego | IBGE](#). Acesso em: 06 dez. 2022.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **Programa Queimadas**. Disponível em: [Programa Queimadas • INPE](#). Acesso em: 09 dez. 2022.
- JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Hérick de. **Quem produz comida para os brasileiros?** 10 anos do censo agropecuário de 2006. Revista Pegada – vol. 18 n. 3, 2017.
- KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Ailton Krenak; pesquisa e organização Rita Carelli. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. Ailton Krenak. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Ailton Krenak. – 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MAPBIOMAS. **Coleção 7 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**. Projeto MapBiomass, 2022. Disponível em: [Plataforma - MapBiomass Brasil](#). Acesso em: 06 dez. 2022.
- MARX, Karl. **O capital**: extratos por Paul Lafargue. Karl Marx. Tradução de Abguar Bastos. – São Paulo: Venete, 208p., 2014.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Editora Martin Claret, 2004.
- MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimentos sociais**. Carlos Montaña, Maria Lúcia Duriguetto. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica do serviço social; v. 5).
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 256p.: il., 2001.
- MOURA, Iara. **Maior manifestação indígena pós-Constituinte tem pouco destaque na mídia**. CartaCapital, 2021. Disponível em: [Maior manifestação indígena pós-Constituinte tem pouco destaque na mídia – Interozes – CartaCapital](#). Acesso em: 26 dez. 2022.
- NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2012, n. 110, p. 213-240. Disponível em: [Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira](#). Acesso em: 14 ago. 2022.
- NETTO, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Economia política: uma introdução crítica**. José Paulo Netto e Marcelo Braz. – São Paulo: Cortez, 2006. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

NETTO, J. P. **Introdução ao método da teoria social**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PADULLA, Luiz Fernando Leal. **O Brasil do agronazifascismo**. 2022. Disponível em: [O Brasil do agronazifascismo - MST](#). Acesso em: 26 dez. 2022.

PRIBERAM Dicionário. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. / Marcio Pochmann. – São Paulo: Cortez, 2010.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. VIGISAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. II VIGISAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil [livro eletrônico]. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 06 jan. 2023.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social" particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção biblioteca básica do serviço social; v. 6).

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. **Como os dominantes dominam: o caso da Bancada Ruralista**. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. João Pedro Stedile. (Org.). Douglas Estevam (assistente de pesquisa) --2. ed. —São Paulo: Expressão Popular, 2012, 320p. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/10/A-Questão-Agrária-no-Brasil-2.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

TEIXEIRA, Leile Silvia Candido. **A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria**. Leile Silvia Candido Teixeira. In: Revista Katálysis, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 449-458, set-dez. 2022.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. (1979-) **Torto arado**. – I. ed. – São Paulo: Todavia, 2019.

WELLE, Deutsche. CartaCapital. **Furto famélico, fenômeno crescente num país desigual**. No direito, furto famélico é a subtração de produtos devido a necessidade, sobretudo por fome. Embora sem estatísticas judiciais, é provável que seu aumento no Brasil decorra de um agravamento econômico e social. 2022. Disponível em: [Furto famélico, fenômeno crescente num país desigual – Sociedade – CartaCapital](#). Acesso em: 08 jan. 2023.

AGRAVAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL NA PANDEMIA DA COVID-19

Vitoria Schimitz Nicoli¹

Solange Emilene Berwig²

1 INTRODUÇÃO

Entramos o ano de 2022 absorvidos pelos debates da pandemia da covid-19 e suas variações entre todas as formas de prejuízo que o cenário pandêmico impulsionou – adoecimento, óbitos, desemprego, crise econômica, crise sanitária e tantas outras que podem ser detalhadas. Diante das profundas alterações vivenciadas por toda a sociedade e os desdobramentos que decorrem do cenário pandêmico, entendemos como oportuno estudar os reflexos da pandemia, tema deste estudo, tendo como delimitação o contexto brasileiro. O processo de aproximação sucessiva com o tema elencado contribuiu para o desenvolvimento do estado da arte realizado na fase exploratória do estudo com a intenção de oferecer subsídios que contribuíssem para a maturação do objeto de estudo. O estado da arte foi desenvolvido a partir de uma busca por produções acadêmicas, brasileiras. Foi realizada uma busca por artigos científicos entre o período de 2019 e 2021, utilizando-se da ferramenta de busca Google Acadêmico, tendo como ponto de partida o conjunto de palavras-chave sozinhas ou combinadas: questão social, pandemia, covid-19, expressões da questão social, Brasil.

Após o levantamento foi possível fazer uma triagem dos textos. Identificamos em primeiro lugar uma vasta e importante produção quanto ao tema da

1 Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: vitoriaschimitz24@gmail.com.

2 Doutora e mestra em Serviço Social. Assistente Social. Professora do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Unipampa. São Borja/RS. Brasil. Vice-líder do grupo de pesquisa Trabalho, Formação profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina - GTFOPPS. Membro do GT Seguridade Social y Sistemas de Pensiones CLACSO. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br.

pandemia em relação a crise sanitária, precarização da saúde e adoecimento mental; em segundo lugar uma produção que trata da pandemia e desemprego, e, por último, em menor volume textos que tratam especificamente do debate da questão social e pandemia. Tais informações contribuem para o fortalecimento da proposta de elaborar uma pesquisa que busque desvendar as mediações ente os reflexos da pandemia da covid-19 e a questão social. Este artigo sistematiza os resultados da pesquisa que buscou compreender o agravamento da questão social e suas expressões na pandemia da covid-19 no Brasil entre o período de 2019 e 2021,³ e que buscou responder ao problema de pesquisa: Quais os reflexos da pandemia da covid-19 para a classe trabalhadora no Brasil? E atender o objetivo geral: Estudar os reflexos da pandemia da covid-19 para a classe trabalhadora a fim de refletir sobre o agravamento da questão social no Brasil.

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório, de natureza documental. Foi utilizado para coleta dos dados o roteiro de coleta documental e a análise foi elaborada por meio da análise de conteúdo segundo Bardin (2016). O universo da pesquisa configura-se por documentos de domínio público com informações que não passaram por tratamento analítico, a amostra então está configurada pelos documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos (DIEESE) dos anos de 2018 a 2021. Todo o percurso de pesquisa, bem como a redação final deste texto estão amparados pelo método dialético crítico concentramos as análises sobre as categorias do método: contradição, historicidade e totalidade. Tratamos as categorias emergentes da pesquisa discutindo as transformações do mundo do trabalho, questão social, mediações da realidade social em relação com a pandemia e o aprofundamento da questão social e, por fim, apresentamos os desfechos e reflexões finas nas conclusões.

2 TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO

O trabalho se configura como uma das primeiras necessidades do ser humano, a fim de garantir a sua sobrevivência. “O trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem

³ 2019 notificação do primeiro caso da covid-19 no país e 2021 fechamento do período de coleta de dados e elaboração da pesquisa.

e natureza, independentemente de qualquer forma social” (Marx, 1974, p. 148). A essência do ser humano está no trabalho, é mediante essa técnica que o homem transforma a natureza e se transforma. Na proporção que o homem transforma a natureza ele adquire novos conhecimentos e habilidades, originando novas situações que possibilitam a modificação da sociedade.

Os conhecimentos adquiridos por um indivíduo tendem a se tornar patrimônio de toda a sociedade. Em mais ou menos tempo, dependendo do caso, os novos conhecimentos se generalizam a todos indivíduos. O que era de domínio de apenas uma pessoa torna-se conhecimento de toda a humanidade (Lessa; Tonet, 2004, p. 14).

É por meio do trabalho que o homem se diferencia dos demais seres vivos da natureza, pois os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também se constroem como indivíduos. Nessa perspectiva, a transformação da natureza e dos indivíduos consiste na estrutura do mundo moderno, “esta articulada transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações históricas, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante” (Lessa; Tonet, 2004, p. 15).

A partir do contexto econômico e social oriundo do desenvolvimento das fases do capitalismo o mundo do trabalho passa por modificações, em especial mudanças que são provocadas pela necessidade de reorganização do capital para ampliação do lucro. É a partir do modo de produção capitalista que surge a divisão social do trabalho e diante disso, o excedente de produção, tornando-se possível a exploração do homem pelo homem. A compreensão da organização da sociedade em duas classes, antagônicas entre si passa pela compreensão do percurso histórico que configura o capitalismo, que nos estudos marxistas partem da análise do contexto da organização social dos trabalhadores frente ao processo de revolução industrial.

A revolução industrial do século XVIII, implicou em diversas transformações na economia mundial, é a partir dessa revolução que surgem as grandes indústrias, as máquinas e novas invenções tecnológicas. Contudo, com o sistema de máquinas autorreguladas, acontece um forte descolamento do trabalho vivo pelo morto, o homem passa a realizar outras funções, mais abstratas e em alguma medida alienado do processo produtivo e dos resultados de seu trabalho. É a partir da inovação tecnológica e da

incorporação destas tecnologias para acumulação da mais valia relativa que se consolida o desenvolvimento do capitalismo, dando origem a novas formas e novos significados de trabalho (Lessa; Tonet, 2004).

No limiar das transformações do trabalho, destacamos no final do século XIX a experiência de Henry Ford (empresário norte americano), denominada de modelo fordista para o sistema de produção indústria. Ford introduziu novos conceitos no processo produtivo para fins de organização dos fluxos, tempos e movimentos. O modelo fordista consiste na organização da produção de forma mais acelerada, pela utilização da esteira de atividades repetidas e ultra especializadas o que resulta em um sistema de produção em massa.

A experiência do fordismo, tinha o objetivo de atingir um mercado consumidor crescente embora tenha sido pensada para a indústria automobilística esta forma de conduzir o processo produtivo foi replicado em diferentes áreas da indústria, alterando profundamente a configuração das relações de trabalho. As contradições inerentes ao processo se consolidam nos avanços da indústria sob a pena de ampliação da exploração da classe trabalhadora. “O operário não tinha perspectivas de carreira e tendia a uma desabilitação total. Além disso, a tendência de superespecialização e perda das habilidades genéricas passou a atingir também os demais níveis hierárquicos” (Wood, 1992, p. 10). Esse processo produtivo fragmentou o trabalho em partes, consideradas essenciais, organizando as tarefas a ser realizadas por cada trabalhador, reduzindo tais atividades a movimento repetitivos conectados a uma esteira ou linha de montagem. Esta forma de organização submeteu os trabalhadores a executar um trabalho repetitivo e desgastante.

O fordismo se mostrou um sistema extremamente rígido e inflexível, a consequência direta da crise desse sistema, foi o descontrole de uma produção em massa. Com a superação do fordismo são incorporadas novas formas que sejam capazes de manter o processo produtivo sob uma nova perspectiva que não da produção em massa. Com a incorporação de um novo sistema de produção o Toyotismo (entre 1948 e 1975) uma nova forma de organizar o trabalho é inserida sob a perspectiva da acumulação flexível que se constitui – resultado da reestruturação produtiva. Diferente do sistema fordista que gerava uma produção em massa a flexibilização do Toyotismo é a principal característica deste modelo que busca a máxima eficiência sem acumulação de estoques. O trabalho é organizado

sob demanda o que flexibiliza o processo produtivo e por consequência as relações de trabalho. Além dos fatores de adequação da produção x demanda, redução dos estoques, diversificação de produtos e automatização de etapas da produção o sistema Toyotista ou de acumulação flexível multifuncional.

O sistema de produção flexível é uma produção vinculada à demanda em que o trabalhador passa a operar várias máquinas ao mesmo tempo. Esse modelo dimensiona a inter-relação entre capital e trabalho, pois buscava um trabalhador mais especializado, qualificado, participativo, multifacetado, polivalente. Esse sistema, em essência, não seria mais que uma evolução do fordismo, para Wood (1992, p. 15) “equivale a dizer que o sistema estaria exposto às mesmas contradições básicas do seu antecessor”. Consiste fortemente na exploração máxima do trabalhador, intensificando a precariedade do emprego e desregulamentando as condições de trabalho.

Os avanços tecnológicos, a modificação dos meios de produção e o acirramento da concorrência acarretaram transformações econômicas e sociais. A era da flexibilização, “[...] têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza” (Antunes, 2000, p. 35). O processo de reestruturação do trabalho sob a égide da flexibilização implicou em profundas alterações nos processos de produção afetando a esfera das relações sociais. Não se trata então de uma alteração simples no espaço fabril/industrial, mas uma mudança substancial no campo das relações sociais. O processo produtivo de acumulação flexível é caracterizado pelo aumento da produtividade e da competitividade, portanto, é a partir da flexibilização das estruturas produtivas e salariais, que geram enormes consequências no mundo do trabalho. É evidente que com a reestruturação e flexibilização ocorre um “incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado” (Antunes, 2000, p. 42).

A precariedade do trabalho diz respeito às suas condições e relações, pois além do contexto de ausência de condições dignas para o exercício laboral, apresentam-se os desafios das relações de trabalho espaço em que figura o Estado e a legislação trabalhista. É um campo permeado de contradições e tensionamentos em que a classe trabalhadora está sempre perdendo direitos e garantias sociais, tudo se convertendo em precari-

zação, desemprego, informalidade crescente, subempregos e formas de subcontratação legitimados pelo Estado.

O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação (Antunes, 2009, p. 50).

Ao longo da história do capitalismo enquanto modo de produção dominante, importantes alterações acontecem no mundo do trabalho a fim de reorganizar os processos produtivos e relações laborais. Atualmente, percebemos a intensificação da exploração do trabalho humano, da forma que o desenvolvimento tecnológico leva a uma exclusão da mão de obra humana, gerando um aumento de trabalho precarizado e desregulado – ou, regulamentado para servir ao acúmulo de capital. Temos como respostas da reorganização laboral no contexto do capitalismo desemprego estrutural, trabalho precarizado e desigualdade social que afeta substancialmente a classe trabalhadora.

Apesar que as análises sobre a sociologia do trabalho se constituam sobre o trabalho fabril, Antunes (2000) alerta para a nova morfologia do trabalho que tem em seu núcleo central o proletariado industrial produtivo, contudo, esse proletariado não é mais aquele proletariado da era fordista, mas, um trabalhador inserido em trabalhos informais e altamente precarizados.

A classe trabalhadora em 2022 não é idêntica àquela existente em meados do século XX, e apesar de todos os avanços e incorporações tecnológicas o trabalho humano não está em vias de desaparecimento, ou perdeu seu sentido estruturante, pois o trabalho humano ainda é demandado no âmbito da produção da riqueza, cada vez mais precarizado e explorado (Antunes; Alves, 2004). A realidade do mundo do trabalho aponta para a intensificação da exploração da classe trabalhadora, e o modo de produção capitalista segue contribuindo para as alterações laborais necessárias a superação de suas crises cíclicas.

3 APREENSÕES SOBRE A QUESTÃO SOCIAL

Compreender a questão social demanda conhecer a relação íntima que a conecta ao modo de produção capitalista que engendra as desigualdades sociais. A questão social tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, configurando a lei geral da acumulação capitalista. A questão social decorre do desenvolvimento capitalista, a partir da expansão da industrialização e do mercado, sendo ela produzida pela apropriação privada da riqueza e da exploração do trabalho, “a questão social seria determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital-trabalho, a exploração, fruto da sociabilidade erguida sob o comando do capital” (Netto, 2001, p. 45).

A questão social não se refere somente ao conjunto de desigualdades sociais, para que se conforme a questão social é preciso observar no percurso histórico a resistência da classe trabalhadora que se estabelece a partir da tomada de consciência desta sobre a realidade social (Iamamoto, 2013).

Diante do fenômeno do pauperismo que atingia a classe trabalhadora na Inglaterra no fim do século XIX e dos processos que se desencadeiam neste período – exploração, pobreza, ausência de condições dignas de vida, apropriação privada da riqueza, a classe trabalhadora insurge de forma a enfrentar as condições aviltantes a que estava subordinada. Num primeiro momento os trabalhadores insatisfeitos se movimentam a fim de enfrentar as condições de pauperização vivida, sem, contudo, organizar-se o que gera um movimento operário fragilizado, fragmentado e suscetível aos desmantelos do capital.

A tentativa inicial de mobilização dos operários na reivindicação de melhores condições de trabalho é violentamente reprimida o que faz com que os trabalhadores recuem de suas reivindicações. No ano de 1848 a classe trabalhadora saiu impulsivamente às ruas em um movimento como jamais se vira “[...] os trabalhadores foram massacrados pelos guardas [...] o vigor do massacre e a perda de muitos dos seus líderes fizeram com que os trabalhadores se afastassem temporariamente da luta revolucionária” (Martinelli, 2006, p. 51).

O amadurecimento da classe trabalhadora frente as situações de exploração e aprofundamento das desigualdades, e o enfraquecimento da ordem social burguesa que surge um movimento operário mais combativo e fortalecido nos anos de 1870 na Inglaterra. “A década de 1870 encontrou um

operário mais combativo, forte e alimentado pelas experiências associativas que vinham desenvolvendo desde 1824” (Martinelli, 2006, p. 51). A luta dos trabalhadores social e econômica (em um primeiro momento) transformava-se pela maturação da classe trabalhadora em uma luta política – a luta de classes vinculada a compreensão de duas classes socialmente antagônicas. Esta compreensão leva ao que Martinelli (2006) denomina a identidade de classe, o que conduz para a consciência de classe.

O reconhecimento da questão social passa pelo entendimento das desigualdades e pela formação da classe operária, sua identidade e posição política (e entrada no cenário político). A movimentação organizada dos operários e as condições subumanas de vida demandaram o reconhecimento da classe trabalhadora pelo Estado e por consequência a implementação de ações e políticas que tendessem os interesses e necessidades dos trabalhadores (Iamamoto; Carvalho, 2006).

Frente a exploração ocorrida durante décadas, a classe trabalhadora adquiriu consciência, e então, passou a reivindicar, a lutar em busca de melhores condições de vida e trabalho o que demanda a intervenção de um novo agente – o Estado. Para que a proteção à classe trabalhadora se materialize é preciso que o Estado como órgão regulador atue sob a perspectiva da garantia de direitos, à necessidade de promover o bem-estar social “[...] e unir esforços para conferir aos trabalhadores de todo o mundo os meios de subsistência de forma digna e com a devida proteção” (Pelegrini, 2014, p. 117). Contudo, sabemos que a presença do Estado e das legislações não significa proteção ou defesa da classe trabalhadora, não são poucos os exemplos na história que configuram uma atuação do Estado de criminalização da pobreza, e de punição aos trabalhadores, especialmente aqueles que desempregados, apontando para a presença contraditória da figura do Estado quanto a proteção da classe trabalhadora.

A partir da tomada de consciência dos operários sobre sua condição enquanto classe, os movimentos revolucionários marcam as determinações do que configura questão social em suas múltiplas expressões, “Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e luta que acumule forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais” (Iamamoto, 2013, p. 331).

Compreendemos que tanto as expressões ou mesmo a questão social são unidades de um único complexo social. Compreender as expressões contribui para apreender as mediações que guardam as conexões do que

configura a questão social – diz respeito “ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado (Iamamoto, 2001, p. 16-17). É no antagonismo de classes que se revelam os interesses da classe dominante (burguesia) que é produzir capital em detrimento de qualquer interesse coletivo ou de satisfação das necessidades humanas. A produção coletiva da riqueza e sua forma de apropriação privada, dinâmica própria do modelo de produção capitalista, gera ao mesmo tempo riqueza e pobreza. Este elemento é uma das contradições do capital que ao produzir riqueza expande a desigualdade social.

É a apropriação do trabalho humano que se sustenta o capitalismo, ou seja, o que possibilita a riqueza e acúmulo de capital é a exploração da força de trabalho. O capitalismo ainda em sua fase industrial (antagônico e pleno de contradições) serve como um ponto de inflexão, um divisor de águas na história da sociedade alterando profundamente as relações sociais (Matinelli, 2006).

O desenvolvimento do capitalismo é o principal responsável pela polarização da riqueza e pobreza, propiciando a reprodução das múltiplas manifestações das expressões da questão social. A compreensão do modo de produção capitalista revela o contexto concreto em que se sustentam as análises do surgimento da questão social. Os estudos e análises da realidade sob uma perspectiva crítica demandam um olhar sobre as condições que configuram determinado contexto no espaço e tempo. Situar a questão social no Brasil nos conduz a compreensão sobre suas particularidades, “o aparecimento da “questão social”, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente” (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 125).

O Brasil foi um país colonizado, forjado pela exploração humana e marcado pelo processo de escravidão dos povos indígenas (povos originários) e de pessoas trazidas do continente africano. A história do Brasil é marcada pela experiência da exploração em todas as suas faces, da exploração das riquezas naturais e dos seres humanos originários desta terra. O Brasil é um país extremamente desigual, marcado pela injustiça social. No que diz respeito ao processo de industrialização no país essa é definida como um processo tardio se comparado com a industrialização dos países europeus – a industrialização no Brasil ocorreu quase 200 anos depois dos países da Europa. O tempo em que ocorre a industrialização brasileira e sob que

condições configuram as particularidades da questão social no território nacional, pois o contexto de industrialização tardia brasileira nos orienta para apreensão das condições econômicas e sociais da realidade do país.

Reconhecer o processo de industrialização tardia no Brasil e suas repercussões - crescimento desordenado das cidades, êxodo rural, exploração da mão de obra fabril, mercado industrial de reserva, empobrecimento da população -, também nos convoca a compreender a intervenção do Estado junto as demandas da sociedade para enfrentamento das demandas da população. Guardadas as proporções e particularidades o que liga uma experiência a outra é a introdução do modelo de produção capitalista e o avanço do capital sob a ordem da exploração da mão de obra para acúmulo de capital, a divisão da sociedade em duas classes antagônicas e a configuração da questão social e suas múltiplas expressões. Tais elementos são importantes para elucidar o trabalho de pesquisa que buscou revelar as condições dos trabalhadores no contexto da pandemia no Brasil.

4 PANDEMIA E QUESTÃO SOCIAL: REFLEXOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

A chegada da pandemia da covid-19 contribuiu para a ampliação do processo de precarização do trabalho no país, atingindo toda a classe trabalhadora e de forma mais profunda, aos trabalhadores informais e com vínculos fragilizados. Nos deparamos a partir da pandemia, com uma crise sem precedente, que provocou uma mudança brusca na vida de milhares de pessoas, é a partir dessa situação que buscamos compreender os reflexos provocados na pandemia da covid-19 sobre a classe trabalhadora. Em 25 de fevereiro de 2020 é registrado no Brasil o primeiro caso do novo coronavírus (SARS-CoV) na cidade de São Paulo. É a partir deste período que foi necessário impor medidas restritivas à circulação, como forma de proteção para que a propagação do vírus fosse reduzida.

As atividades não essenciais foram, em geral, paralisadas em parte do ano de 2020. Além disso, muitas vezes as autoridades precisavam retomar medidas restritivas em função de novo surto ou mesmo da chegada da segunda onda da pandemia que, a despeito do início da vacinação em vários países, impediu que, no início de 2021, se voltasse à plena “normalidade” nas atividades econômicas e mesmo social (Marques et al., 2021, p. 9).

Com a crise econômica agravada pela pandemia, ocorre uma mudança severa no ambiente a qual a atividade humana se desenvolve - severa porque, de forma repentina, exigiu-se por conta dos riscos do novo vírus a parada das práticas da cadeia do processo produtivo -, afetando a vida economia e social em escala global. A paralização das atividades laborais como forma de prevenção não ocorreu de pronto no caso brasileiro, houve muita resistência e morosidade do governo federal em anunciar as medidas de proteção, criando-se um cenário de disputa entre as medidas adotadas pelos governos estaduais, municipais e governo federal.

Compreendemos que a pandemia não inicia a precária situação da classe trabalhadora. As condições aviltantes e de precarização são marcas do modo de produção capitalista, contudo, a pandemia amplia as desigualdades já existentes no país. O impacto econômico decorrente do contexto pandêmico afetou diretamente a classe trabalhadora visto que o isolamento social, necessário, não pode ser realizado sem afetar as condições objetivas de vida daqueles trabalhadores que vivem situações de informalidade.

Os trabalhadores não têm acesso às seguranças próprias do trabalho formal ficaram à mercê de respostas do Estado para sustentação de sua renda, ou mesmo, se colocaram em situação de risco mantendo suas atividades de trabalho como forma de sobrevivência. O advento da pandemia potencializou os níveis de desigualdade social de toda a ordem, seja de renda, de bens, a de condições de moradia, de trabalho, de alimentação, entre outras. Em última instância, dá ênfase a precarização do trabalho e a intensificação do empobrecimento da classe trabalhadora, revelando a face mais cruel da realidade.

Notícias de diferentes canais de comunicação e órgãos de pesquisa apontam para essa crescente desigualdade com manchetes que sinalizam que a fortuna de bilionários cresceu em 60% durante a pandemia; os 500 mais ricos lucraram mais de um trilhão de dólares em 2021 (auge da pandemia); a pandemia da covid-19 “expôs, alimentou e aumentou as desigualdades econômicas, de raça e gênero por toda a parte” (Oxfam Brasil, 2021, *online*, s./p.).

Para além dos impactos diretos na perda de postos de trabalho, fechamento de empresas, há um retrocesso em conquistas sociais e econômicas no Brasil, fruto de anos de investimento e acúmulo de algum progresso que pode ser mensurado por índices de desenvolvimento humano, esta situação combina o advento da pandemia com o cenário político do Brasil

– retrocesso no campo da proteção social, novo regime fiscal EC95; governo ultraliberal. Toda população sentiu em alguma medida os impactos do cenário pandêmico, contudo, a classe trabalhadora, base da pirâmide de sustentação do capitalismo sente este impacto de forma mais profunda, em seu ponto mais sensível, a preservação da vida. Aqueles trabalhadores que já se encontravam fragilizados em decorrência do desamparo, precarização, falta de condições mínimas para seu sustento, com a pandemia tem um novo desafio, sobreviver sem acessar sua fonte de renda.

Foi a população de renda mais baixa, que mora nas favelas, nos cortiços e na periferia das cidades, cujas condições de moradia são precárias [...] a que foi mais suscetível à contaminação do vírus e a que mais veio a óbito. Essa população, que sua maioria exerce trabalho informal (sem direitos previdenciários e trabalhistas), é de maioria parda e preta (Marques et al., 2021, p. 46).

A classe trabalhadora é a base da sustentação do sistema capitalista, ainda que tenham sido incorporadas formas de extração da mais valia relativa com o uso da tecnologia, a força de trabalho continua tendo uma função no processo produtivo e de geração de riqueza. Podemos dizer que a classe trabalhadora desprotegida e se mantém a perspectiva de flexibilização o que se aprofunda no contexto da covid-19 no Brasil. A crise provocada pela pandemia de covid-19, marca o agravamento nas condições de trabalho, deixando um rastro profundo de desigualdade na sociedade brasileira. Além dos elevados índices de letalidade pelo vírus, se ampliou os níveis de pobreza, insegurança alimentar, desemprego e informalidade. Buscamos identificar os índices de desemprego e informalidade como forma de avaliar em que medida estes índices foram afetados no contexto da pandemia, conforme apontado nos quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Índices de desemprego no Brasil de 2018 a 2021.

	Último trimestre de 2018	Primeiro trimestre de 2019	Último trimestre de 2019	Primeiro trimestre de 2020	Último trimestre de 2020	Primeiro trimestre de 2021
Percentual de desempregados	12,2%	11,9%	11%	13,5%	13,9%	14,1%
Número de desempregados	12,8 milhões de pessoas	12,6 milhões de pessoas	11,6 milhões de pessoas	13,4 milhões de pessoas	13,9 milhões de pessoas	14,4 milhões de pessoas

Fontes: IBGE, IPEA; DIEESE (2018, 2019, 2020, 2021).

Dados sobre índices de desemprego e trabalho informal retirados a partir do último semestre de 2018 até o primeiro semestre de 2021. Elaboração própria.

Podemos observar a oscilação do processo de desemprego conforme levantamento realizado em bancos de dados oficiais, houve um decréscimo e sustentação dos postos formais de trabalho entre os anos de 2018 e 2019. E desde então os índices seguintes 2020 e 2021 apresenta uma sequência do crescimento dos níveis de desemprego. O isolamento como medida de contenção da pandemia teve impacto direto no processo de recessão econômica, logo, podemos inferir que houve também impacto sobre a queda dos postos de trabalho formais.

Em relação ao trabalho informal, compreendemos aquela função exercida por trabalhadores que não possuem vínculos empregatícios ou registros formais, o que implica em um risco potencial aos trabalhadores que ficam se acesso aos direitos sociais e trabalhistas. Este conjunto de trabalhadores informais contribuem para que se mantenha a circulação das mercadorias produzidas pelo capital. "A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade" (Antunes, 2011, p. 409), se estes trabalhadores adoecem são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda. Observemos os índices sobre trabalho informal no quadro 2.

Quadro 2 – Índices de trabalho informal no Brasil de 2018 a 2021.

	Último trimestre de 2018	Primeiro trimestre de 2019	Último trimestre de 2019	Primeiro trimestre de 2020	Último trimestre de 2020	Primeiro trimestre de 2021
Percentual de trabalho informal	---	41,6%	41,1%	38,7%	39,5%	40,6%
Número de trabalhadores em trabalho informal	35,42 milhões de pessoas	39,3 milhões de pessoas	38,4 milhões de pessoas	33,3 milhões de pessoas	34,0 milhões de pessoas	35,6 milhões de pessoas

Fontes: IBGE, IPEA; DIEESE (2018, 2019, 2020, 2021).

Dados sobre índices de desemprego e trabalho informal retirados a partir do último semestre de 2018 até o primeiro semestre de 2021. Elaboração própria.

Os índices sobre o emprego informal apontam para um cenário que não se alterou em profundidade. O Brasil tem, historicamente, índices elevados de informalidade, se observamos as informações em termos de número de trabalhadores nestas condições observamos que o ano de 2019 apresentou índices mais elevados, entre os anos de 2020 e 2021 apresenta uma oscilação primeiro em queda e em seguida aumento de pessoas trabalhando na informalidade. Essa queda, e de não voltarmos ao patamar de 2019, revela que além da perda de postos de trabalho formais, o contexto da pandemia implicou na perda de postos de trabalho informais. De forma geral isso tem implicações muito grandes com relação ao contingente de pessoas desempregadas no país o que fica evidente com os dados do quadro 1.

A redução das atividades econômicas no Brasil, ocorrida de maneira mais drástica no início da pandemia, resultou em um volume significativo de demissões e levou milhões de pessoas a perderem sua renda no todo ou em parte, principalmente entre os ocupados do mercado informal de trabalho [...] essa situação levou ao aumento da pobreza e à desestruturação dos meios de vida da maioria da população. Tais problemas, combinados com a aceleração inflacionária, provocaram redução significativa do consumo dos brasileiros, especialmente dos segmentos de renda da base da pirâmide (Marques *et al.*, 2021, p. 46).

A taxa de desemprego, que chegou a 14,1% no início de 2021 é a maior taxa de desemprego já observada desde o início da série monitorada pelo IBGE em 2012. A queda da ocupação foi disseminada por toda a classe trabalhadora, ou seja, trabalhadores autônomos e informais também sofreram este impacto. Nesse ponto podemos observar que dados

são alarmantes, no pior momento da crise, segundo IDados (2020), quase 1,4 mil brasileiros foram demitidos por hora. Além da perda de postos de trabalho e por consequência a perda da renda, esbarramos em outros desafios oriundas no cenário de crise da pandemia como o aumento do custo de vida, o que implicou em aumento do número de pessoas vivendo em condições de pobreza, o Brasil volta a ocupar um lugar no *ranking* do mapa da fome algo que fora superado em 2004, isso sem contar os impactos sobre a saúde dos trabalhadores adoecidos pela contaminação da covid-19 entre outros problemas de saúde mental.

Com a desigualdade estrutural no mercado de trabalho brasileiro, os três grupos que foram os mais afetados com o desemprego na pandemia foram as mulheres, a população negra e jovem. A divisão social e técnica do trabalho se intensifica no período da pandemia se expressa pela desigualdade de gênero, a taxa de desemprego por sexo permanece acima da média, entre mulheres é de 16,4%, já entre os homens, a taxa é de 11,9% (primeiro trimestre de 2021), ao observar os dados de desemprego segundo a cor da pele, o índice de desemprego chegou a 17,2% acima da média nacional.

Podemos inferir p pelas informações sobre o quadro de empregos e níveis de desemprego que o contexto da pandemia afetou em maior profundidade os trabalhadores jovens, com idade entre 18 e 24 anos, com ensino médio incompleto o que representa uma parcela de trabalhadores em postos de trabalho com menores salários. Outro fator identificado que afeta a classe trabalhadora no contexto da pandemia foi o aumento no custo de vida na contramão do contexto de retração dos rendimentos. O orçamento familiar sofreu com o aumento dos combustíveis, alimentação, energia elétrica, gás de cozinha e transporte. A maioria dos trabalhadores encontra-se acuados com a situação, pois tudo sofreu reajuste, menos a renda mínima do brasileiro. O Brasil ocupa o 4º lugar no *ranking* com países em que a população teve maior percepção da inflação no contexto da pandemia, os principais responsáveis pelo aumento do custo de vida são o transporte público (pela alta dos combustíveis) e os gastos com alimentação (Zanatta, 2021, *online*, s./p.).

A alta dos alimentos da cesta básica, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (DIEESE), em 2020, sofreu uma elevação significativa no preço dos produtos necessários para as refeições do dia a dia do povo brasileiro. Essa alta foi reflexo da desvalorização mútua e do alto

volume das exportações além disso, fatores climáticos, longos períodos de estiagem ou de chuvas, também influenciaram no preço dos alimentos. O preço médio, mais elevado, da cesta básica em 2020 foi observado em São Paulo em dezembro de 2020, chegou a R\$631,46. Este valor correspondeu a 53,45% do salário-mínimo vigente no período, que era de R\$1.045 - foi o maior percentual observado desde 2008, quando chegou a 57,68% (Diese, 2020). A delicada situação econômica agravada pela pandemia contribuiu para empobrecimento da população no Brasil, em especial a classe trabalhadora que depende da venda de sua força de trabalho e tem no contexto da pandemia suas condições de vida gravemente afetadas. No Brasil, a pobreza triplicou, o número de pessoas vivendo em situação de pobreza saltou de 9,5 milhões em agosto de 2020 para mais de 27 milhões em fevereiro de 2021.

O cenário imposto pelo coronavírus somente vem agravar uma condição preexistente de desemprego e de desproteção. Uma grande parte da população enfrenta a fome e sofre com a falta de acesso direitos básicos, já que a renda extremamente baixa das famílias não têm conseguido acompanhar a alta de preço dos alimentos. Tais condições desenham um cenário desalentador, de instabilidade e risco para o conjunto da classe trabalhadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário pandêmico decorrente da covid-19, sensibilizou grande parte do planeta, com nefastos efeitos econômicos, sociais e sanitários. Desenvolvemos este estudo sob a perspectiva de compreender a conformação da questão social e o agravamento desta a partir do avanço da pandemia causada pela covid-19. Para isso consideramos como ponto de partida as apreensões sobre o modo de produção capitalista, a exploração da força de trabalho e o acirramento das desigualdades sociais, geográficas, de renda e trabalho. Tornou-se necessário contextualizar o desenvolvimento e as metamorfoses do sistema capitalista, resgatando as mudanças no mundo do trabalho, e os impactos sobre as condições de trabalho na pandemia – que guardam as mediações ocultas que conectam a relação direta com a questão social e suas múltiplas expressões.

O levantamento de dados realizado entre o período pandêmico no Brasil nos deixa explícito o alto índice de desemprego, pois, segundo dados

do IBGE no primeiro semestre de 2021, 14,4 milhões de brasileiros encontram-se afastados das atividades laborais. Como meio de amenizar a situação de calamidade pública, o Governo Federal implementou ações de sustentação de renda e ações para combater com o desemprego no Brasil. Como principal ação governamental no campo da sustentação de renda, foi criado o Auxílio Emergencial, já as ações criadas a fim de combater com o desemprego, são derivadas do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da renda (BEm) e o recurso linha de crédito.

Observamos a partir dos dados da realidade levantados no processo de coleta documental que a pandemia tem sim impactos diretos sobre as condições de vida da classe trabalhadora. Logo os reflexos da pandemia da covid-19 para a classe trabalhadora se expressa no aprofundamento da questão social e suas múltiplas expressões: afetando os postos de trabalho, impactando em altos índices de desemprego, inserção laboral informal, falta de meios para sobrevivência frente a ausência de mecanismos robustos de preservação do emprego e da renda, crescimento dos índices de pobreza, insuficiência de ações protetivas pelo Estado, avanço da precarização e flexibilização das condições e relações de trabalho. Além dos aspectos mencionados, identificamos o aumento do custo de vida, especialmente de itens essenciais como alimento, transporte, energia elétrica o que afeta substancialmente a classe trabalhadora.

Vivenciamos uma sociedade conformada pela desigualdade social, e que tem como enfrentamento histórico a garantia de proteção social à classe que vive do trabalho. No contexto da pandemia essas desigualdades se ampliam, são desmascaradas à luz de sua gênese, logo, não podemos afirmar que a pandemia é responsável pelas desigualdades do contexto brasileiro, mas ela contribuiu diretamente para o acirramento das expressões da questão social e intensificação da crise do capital no Brasil e fora dele. Compreender que as desigualdades, as condições de pobreza, e a precarização do trabalho não tem sua gênese na pandemia é essencial para ler a realidade social a partir da perspectiva que se fundamenta na análise da estrutura social a partir do modelo de produção capitalista e das mudanças no mundo do trabalho que foram promovidas com vistas a atender os interesses do capital – o acúmulo de riqueza. Este cenário nos convoca a refletir, pesquisar para compreender as possibilidades de desvendamento da realidade e assim potencializar a intervenção profissional. O agir profissional está pautado na superação das desigualdades sociais, da exploração e das opressões, logo, este estudo contribui para

pensar alternativas e avançar no entendimento dos reflexos da pandemia como expressões da questão social, fruto do desenvolvimento e avanços do capital.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Capítulo II.** Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. CLACSO, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>. Acesso em: 06 set. 2021.

ANTUNES, R. **Os modos de ser da informalidade:** rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set., 2011.

ANTUNES, R. **O Trabalho, sua nova morfologia e a era da Precarização Estrutural.** Revista Theomai, núm. 19, p. 47-57, Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo Buenos Aires, Argentina, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **DIEESE.** 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Auxílio Emergencial precisa corresponder à realidade.** 2020. Disponível em: https://ibase.br/2021/03/15/auxilio-emergencial-precisa-corresponder-a-realidade/opiniao/?gclid=EAlaIQobChMI--WBzpHu9QL-VQQ-RCh2r8wpJEAAYASAAEgLwt_D_BwE. Acesso em: 06 fev. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo.** Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3, jan./jul., 2001. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico – metodológica. 19. ed. – São Paulo: Cortez; (Lima, Peru): CALATS, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades:** “questão social”, trabalho e relações sociais. SER social, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul./dez., 2013. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FaPa1Oy8kQ65voJ4T345.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

LESSA, Sérgio; Tonet, Ivo. **A introdução à filosofia de Marx.** Redação final V8, 2004. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf. Acesso em: 27 jan. 2022.

MARQUES, Rosa Maria; LEITE, Marcel Guedes; BERWIG, Solange Emilene; DEPIERI, Marcelo Álvares. **Pandemias, Crises e Capitalismo.** São Paulo, Expressão Popular, 160p., 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. Editora Cortez: São Paulo, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1974.

NETTO, Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3, jan./jul., 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

OXFAM BRASIL. **O Vírus da desigualdade**. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/#:~:text=A%20pandemia%20de%20covid%2D19%20exp%C3%B4s%2C%20alimentou%20e%20aumentou%20as,vida%20de%20bilh%C3%B5es%20de%20pessoas>. Acesso em: 04 fev. 2022.

PELEGRINI, Leandro de Melo. **Os limites à flexibilização e desregulamentação (desconstitucionalização) do direito do trabalho pela fundamentalidade dos direitos sociais e pelo princípio da vedação ao retrocesso social**. Revista Jurídica – CCJ ISSN 1982-4858 v. 18, n.º. 36, p. 111 - 142, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/download/4171/2836>. Acesso em: 27 jan. 2022.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

TONET, Ivo; LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf. Acesso em: 06 set. 2021.

WOOD, Thomaz Jr. **Fordismo, toyotismo e volvismo: os caminhos da industria em busca do tempo perdido**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 32(4): 6-18, 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/nYfcsD8bM6xQtCMFztp9ZDz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 set. 2021.

ZANATTA, Pedro. Para 73% dos brasileiros, custo de vida aumentou em seis meses, diz pesquisa. **CNN Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/para-73-dos-brasileiros-custo-de-vida-aumentou-em-seis-meses-diz-pesquisa/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

PERFIL DO PÚBLICO BENEFICIADO PELO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL NA PANDEMIA DE COVID-19 NOS MESES DE NOV/DEZ DE 2021 NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Emili Yasmin Veríssimo Andrade¹
Angela Quintanilha Gomes²*

INTRODUÇÃO

Os programas sociais de transferência de renda têm crescido significativamente em diversos países, assim como no Brasil, de modo a auxiliar no combate da pobreza e da fome onde a questão da desigualdade social acaba sendo destaque.

Inúmeros significados podem ser atribuídos à pobreza, porém não existe um conceito universal que possa defini-la, devido às diferentes realidades e questões estruturais envolvidas. Em qualquer parte do mundo a carência de recursos básicos e essenciais para a sobrevivência pode causar ausência ou dificuldade de acesso a estes recursos fundamentais para as necessidades básicas, como, principalmente, a de se alimentar. Consequentemente, acarreta a privação de condições mínimas de vida e no acesso às políticas de saúde, educação, saneamento básico, moradia, transporte etc.

Para delinear e estudar a pobreza derivada das desigualdades sociais estruturadas na realidade brasileira, parâmetros são definidos para tentar

1 Graduada do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, egressa da Universidade Federal do Pampa - Campus Santana do Livramento, Brasil, E-mail: emiliandrade.aluno@unipampa.edu.br.

2 Doutora em Ciência Política, professora associada da Universidade Federal do Pampa - Campus Santana do Livramento. Integrante do grupo de pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina/CNPq, Brasil, E-mail: angelagomes@unipampa.edu.br.

conceituar e entender sua dimensão invariável, embora seja específica e simples, que é a renda. Esta é a medida que passa a designar uma linha de pobreza como parâmetro para pesquisas científicas que avaliam a realidade social a partir de um padrão de renda mínima (Godinho, 2011).

No contexto brasileiro atual, o desemprego é algo que assola grande parte das residências de diversas famílias, principalmente devido aos impactos da pandemia da covid-19 que acarretou no desemprego gradativo por grande parte da população. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD contínua, realizada pelo IBGE (2021) no último semestre de 2021, levantou dados que indicaram que a taxa de desocupação estava em 23,7% totalizando 64.525 mil pessoas fora da força de trabalho.

Constata-se que foi a partir da Constituição Federal de 1988 que previu mudanças em relação a concepção da proteção social, que significativos direitos sociais criaram um sistema de seguridade social, representado pela grande predominância dos programas de transferência condicionada de renda (Guilherme; Reis, 2020).

Mendes *et al.* (2021) destacam que no Brasil o principal nome ligado à ideia de garantir uma renda básica foi do ex-senador Eduardo Suplicy que, em 1991, apresentou um Projeto de Lei de um imposto de renda negativado a trabalhadores que ganhavam até dois salários mínimos na época. Córdova e Alves (2019) ressaltam que a proposta elaborada pelo ex-senador foi uma das primeiras experiências de programas de transferência de renda no país, instituindo o que seria o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). Este Projeto de Lei aprovado pelo Senado Federal em 16 de dezembro de 1991, inicialmente buscava garantir um complemento econômico a todo cidadão com 25 anos ou mais para sua sobrevivência, previa mais tarde expandir o PGRM para alcançar também pessoas em situações vulneráveis e que dependessem da venda de sua força de trabalho e do mercado (Córdova; Alves, 2019). Partindo deste marco, enfatizou-se a discussão acerca dos programas de transferência de renda. Desta forma, com o mesmo intuito de reverter o cenário de pobreza, o Governo Federal brasileiro criou em 2003 o Programa Bolsa Família - (PBF), posteriormente aprovado pela Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, com a finalidade de destinar às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, benefícios financeiros compostos por variáveis e que exigia o cumprimento de condicionalidades para que houvesse a continuação do recebimento do benefício às famílias (Brasil, 2004). Desde então, após a

longa e consolidada trajetória do PBF, em novembro de 2021 instituiu-se o Programa Auxílio Brasil. Diante do exposto, a proposta da presente investigação foi de responder o seguinte questionamento: Quais são as características socioeconômicas das famílias beneficiadas pelo Programa Auxílio Brasil na pandemia da covid-19 nos meses de nov./dez. de 2021 em Santana do Livramento?

Para isso, definiu-se como objetivo geral desta pesquisa: analisar o perfil do público beneficiado pelo Programa Auxílio Brasil na pandemia da covid-19 nos meses de nov./dez. de 2021 em Santana do Livramento/RS, com os seguintes objetivos específicos: a) verificar a localização das famílias no município; b) observar o número de integrantes que compõem as famílias; c) conhecer a situação ocupacional no ano de 2021; e d) identificar as características dos responsáveis familiares como faixa etária, sexo e grau de escolaridade.

A pesquisa justifica-se pela relevância que esta política pública possui dentro do setor público, voltada a uma questão crucial no contexto brasileiro que é a desigualdade social, e a conseqüente situação de vulnerabilidade da classe de mais baixa renda. A Rede PENSSAN (2021, p. 9) – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – apresenta os resultados do I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil (I VIGISAN) realizado entre os dias 05 e 24/dez. de 2020, contribuindo para o conhecimento da realidade social do país no que se refere a Segurança Alimentar (SA) da população, dando ênfase na ausência de pesquisas oficiais para monitorar o fator que é fundamental para uma vida digna e saudável, divulgando em 2021 dados alarmantes da pesquisa feita sobre a fome no país.

Os dados coletados em áreas rurais e urbanas de 2.180 domicílios nas cinco regiões do país mostraram que no período da pesquisa, cerca de 116,8 milhões de brasileiros não tinham pleno acesso a alimentação, onde 43,4 milhões (20,5% da população) estavam em insegurança alimentar moderada ou grave com quantidade insuficiente de alimentos e 19,1 milhões (9% da população) estavam em insegurança alimentar grave passando fome no Brasil (Penssan, 2021). A seguir apresenta-se o referencial teórico composto por três tópicos sendo o primeiro sobre o conceito e os modelos de Políticas Públicas, o segundo versando sobre o que é e quando ocorreu a transição do Programa Bolsa Família para o então Programa Auxílio Brasil

e o terceiro sobre desemprego, desigualdade e vulnerabilidade social no Brasil.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Compreender a origem de determinada área do conhecimento é necessário para adquirir melhor entendimento sobre seu desenvolvimento, seu percurso e sua concepção. Como área de conhecimento, a política pública surge nos Estados Unidos no campo acadêmico com realce direto nos estudos sobre a atuação dos governos sem relacionar com as bases teóricas sobre o papel do Estado. Na Europa, esta área acaba surgindo como desenvolvimento de trabalhos teóricos explicativos sobre o papel do Estado e do governo, tendo o governo como importante instituição do Estado, produtor proeminente de políticas públicas (Souza, 2002).

A política consiste no agrupamento dos processos formais e informais que manifestam relações de poder e que são destinados à solução pacífica dos conflitos que envolvem os bens públicos. As políticas públicas, por sua vez, são *outputs* resultantes das atividades políticas correspondendo ao conjunto de decisões e ações relacionadas à alocação autoritária de valores, cobertas pela autoridade soberana do poder público (Rua, 1997).

Lima e D’Ascenzi (2018) descrevem o processo, a finalidade, a substância, a dinâmica e a consequência como sendo os cinco elementos que caracterizam as políticas públicas. Em termos operacionais as políticas públicas podem ser formadas por meio do plano, do programa e através dos projetos. A delimitação destes níveis de operação é denominada como estrutura de decomposição, onde “[...] a partir de um objetivo dado, segue-se um processo de desdobramento de iniciativas com vistas a alcançá-lo. É um processo de transformação de uma ideia em ação. E cada um desses níveis pode ser tratado como uma etapa de planejamento” (Lima; D’Ascenzi, 2018, p. 39-40).

As políticas públicas compõem um conjunto de elementos das políticas sociais sendo campos multidisciplinares com foco na explicação da origem da política pública e seus processos. As mesmas refletem na economia e nas sociedades, resultando disto o porquê qualquer princípio destas

políticas precisa descrever a relação entre Estado, economia, política e sociedade (Souza, 2006).

Já as políticas públicas sociais originadas de movimentos populares do século XIX são meios por onde o Estado consegue realizar intervenções e manutenções das interações sociais, designando o modelo de proteção social que será executada pelo mesmo, todavia, voltadas para a redistribuição de benefícios sociais com o objetivo de reduzir as desigualdades estruturais resultantes do desenvolvimento socioeconômico (Hofling, 2001).

Ter conhecimento sobre o modelo da política pública que está em execução pode influenciar o processo político e o processo de análise destas políticas, o modo de classificá-las em tipologias é favorável para definir os atores, estilos, e as instituições. Agum, Riscado e Menezes (2015) apresentam quatro modelos principais de políticas públicas e suas finalidades, tais como: a política regulatória, a política redistributiva, a política distributiva e a constitutiva.

De maneira sucinta os programas de transferência de renda podem ser classificados em dois tipos, sendo: renda básica de cidadania e renda mínima garantida. O Programa Bolsa Família é do tipo renda mínima garantida pois este tipo de programa tem como foco parte da população mais pobre e não exige nenhuma contrapartida (Castro *et al.*, 2009).

1.2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AUXÍLIO BRASIL

O Programa Bolsa Família (PBF) foi primeiramente criado e implementado no Brasil durante o governo do Presidente Lula em 2003 no qual integrava o Fome Zero,³ e composto por três pilares que correspondiam a transferência de renda, programas complementares e de condicionalidades, onde “A proposta das condicionalidades é de que as famílias beneficiárias assumam compromissos para ampliar o acesso a seus direitos sociais básicos” (Mourão *et al.*, 2011, p. 2). Dentre as condicionalidades estão a frequência escolar de crianças e adolescentes, manter o cartão de vacina em dia, bem como o acompanhamento pré e pós natal de gestantes e nutrizes. A porta de acesso para participar do programa em vigor anteriormente ocorria por meio do Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (CadÚnico), no qual se fortaleceu através da criação deste programa social

³ Fome Zero foi um programa social que visava garantir o direito básico ao acesso à alimentação e à nutrição adequada, projetando a segurança alimentar e contribuindo para a dignidade da população mais suscetível à fome em busca do alcance da cidadania (Mourão *et al.*, 2011).

servindo como fonte principal de dados para a obtenção de informações sobre os públicos de baixa renda (Souza *et al.*, 2019).

O CadÚnico é um instrumento de coleta e registro de dados incluídos pelos gestores municipais que dispõe informações atualizadas continuamente, podendo ser utilizado por mais de 20 programas sociais federais e contém amplo armazenamento de informações socioeconômicas de aproximadamente 27 milhões de famílias, cerca de 80 milhões de pessoas com rendimento igual ou menor que um salário mínimo (Direito; Koga, 2020). Por intermédio destes dados o Governo Federal junto ao SECAD – Secretaria Nacional do Cadastro Único – pode utilizá-los para a concessão de serviços e benefícios sociais como, por exemplo, Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Auxílio Brasil etc, além de fazer o uso dos mesmos para mapear as desproteções locais e planejar ações que selecionam os beneficiários de programas sociais conduzidos pelo estado ou município (Ministério da Cidadania, 2021).

Após 18 anos estáveis de existência do PBF, o Programa Auxílio Brasil (PAB) foi regularizado pelo Decreto nº 10.852 no dia 08 de novembro de 2021 (Ministério da Cidadania, 2021) e sancionado pela Lei nº 14.284/21 que institui o programa de assistência às famílias de baixa renda como substituto do anterior programa Bolsa Família (Brasil, 2021), sendo um programa social de transferência de renda destinado às famílias consideravelmente pobres e extremamente pobres de todo país, de modo a auxiliar na superação da situação de vulnerabilidade social em que se encontram (Caixa Econômica Federal, 2021).

Dentre algumas das semelhanças que manteve-se no programa, Botelho, Veloso e Mendes (2021) chamam a atenção para o fato de que permaneceu o princípio de pagar o benefício as famílias que estão nas linhas de pobreza e extrema pobreza – sendo consideradas famílias na extrema pobreza com renda familiar per capita de até R\$105 e famílias em situação de pobreza com renda per capita de até R\$210 –, simplificando sua estrutura de benefícios para que haja melhor compreensão sobre os valores a serem recebidos e especificando de maneira mais objetiva a estruturação da proteção social prestada pelo programa. Os autores enfatizam que os benefícios pagos pelo PBF foram alterados e divididos em quatro modalidades.

O portal oficial do Governo Federal (Ministério da Cidadania, 2022) que disponibiliza todas as informações pertinentes e oficiais para conheci-

mento da população sobre o programa social, esclarece que as famílias com renda per capita mensal de até R\$105,00 (cento e cinco reais) consideradas extremamente pobres e famílias com renda per capita mensal de até R\$210,00 (duzentos e dez reais) consideradas pobres, podem ser beneficiadas pelo PAB. O Ministério da Cidadania (2021) chama a atenção para o fato de que logo no início de sua implementação, em novembro de 2021, neste mesmo mês 14,5 milhões de famílias foram contempladas pelo programa com um valor inicial de R\$224 recebido por família. Os dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e do Ministério da Cidadania demonstraram que 3,8 milhões de novas famílias foram incluídas no Programa Auxílio Brasil até o mês de maio de 2021 (Figueiredo, 2022).

O programa também busca dar suporte e incentivo às famílias em busca da sua independência por intermédio da regra de emancipação. Esta regra permite que o beneficiário que obtiver carteira de trabalho assinada e a renda per capita não ultrapassar o valor de R\$525 (duas vezes e meia o valor da linha de pobreza de R\$210) ainda possa participar do programa por mais dois anos, podendo regressar ao programa com prioridade, desde que a renda da família volte a reduzir ao longo deste período (Wright, 2022).

Após o governo Bolsonaro efetuar a troca da nomenclatura do programa social, há pouco mais de um ano, o atual governo Lula estuda a possibilidade de efetuar novamente a troca dos programas, deste modo, trazendo o retorno do Programa Bolsa Família que entra em vigor logo no início do ano de 2023 como afirma a PEC de Transição nº 32/2022 (Senado Federal, 2022).

1.3 DESEMPREGO, DESIGUALDADE E VULNERABILIDADE SOCIAL

A crise socioeconômica ligada à pandemia da covid-19, expôs o contraste da desigualdade no cenário brasileiro confirmando seu quadro histórico, estrutural e desigual de distribuição de renda no país, principalmente, causado pelo desemprego, fator agravante que cresceu ainda mais durante a crise sanitária devido ao isolamento social imposto como medida de segurança (Trovão, 2020).

Nos recortes regionais a distribuição da população segundo as linhas de pobreza nas grandes regiões, a região do Nordeste abriga o maior percentual de pessoas pobres e extremamente pobres, 44,8% e 53,2% respec-

tivamente, seguida da região Sudeste com 25,5% e 29,5%, na sequência a região Norte com 13,3% e 13% e, por fim, as regiões com os menores percentuais, sendo a região Sul com 6,9% e 5% e região Centro Oeste com 5,5% e 3,3% (Ibge, 2022). Grande parte dos trabalhadores também permanece no trabalho informal sem nenhum seguro social (INSS), além do aumento no índice de empregos por conta própria. Choques econômicos desta proporção fazem com que a efetivação da proteção social por meio da transferência de renda seja a principal fonte de rendimento dos mais pobres (Banco Mundial, 2022).

O Banco Mundial (2022) salienta ainda que no país as mulheres e as pessoas com baixo nível de escolaridade foram as que mais tiveram chances de perder seus empregos como consequência da pandemia (32,7% comparado aos 13,5% com ensino superior ou mais). As famílias de baixa renda sofrem mais com a insegurança alimentar, onde 38,7% enfrentavam dificuldades ou não conseguiam suprir suas necessidades básicas e 44,6% relataram um encolhimento na renda familiar.

Os pesquisadores da PNAD Contínua realizada pelo IBGE de 2012 até 2020 apontam que após as crises de 2015 e 2016 onde a desocupação⁴ e a subutilização⁵ da força de trabalho cresciam de maneira elevada, em 2020 os mesmos fatores alcançaram patamares ainda mais elevados chegando a 13,8% e 28,3% respectivamente. Com o impacto na economia brasileira gerado pela pandemia, em 2020 o nível de ocupados com idade para trabalhar caiu significativamente, atingindo um nível próximo a 50% pela primeira vez já registrado (Ibge, 2021, p. 17).

Por intermédio da Síntese de Indicadores Sociais com dados coletados em todo o país no 4º semestre de 2021, constatou-se que 30,8% da população entre 18 a 24 anos estavam desocupados. Esta porcentagem se tornou ainda maior entre as pessoas que tinham de 25 a 39 anos totalizando 35,2%, e entre 40 e 59 anos 24,1%, sendo as faixas etárias que mais se encontram afetadas pelo desemprego no final do ano passado. Dentre a

4 O IBGE define como desocupação (desemprego) as pessoas que não estão trabalhando mas que estão tomando medidas a procura de trabalho, estando disponíveis para admissão caso encontrem. Acesse: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>.

5 A subutilização corresponde o quanto se tem de proveito em uma força de trabalho.

distribuição percentual das pessoas desocupadas por sexo, as mulheres totalizavam 54,5% enquanto que os homens 45,5% (Ibge, 2021).

Outro fator que chama atenção está no fato de que 62,8% das famílias que possuíam a mulher como chefe de família e com filhos estavam vivendo abaixo da linha de pobreza (Ibge, 2022).

Os grupos compostos por negros e pardos são os que mais sofrem com a falta de oportunidade no mercado de trabalho e as desigualdades nas condições de vida, com a taxa de pobreza sendo mais elevada entre eles por possuírem os menores rendimentos, escancarando as desigualdades por cor ou raça (assim definido pelo IBGE). Em 2021 a parcela de pessoas pobres e brancas no país somava 18,6%, no entanto, entre os negros este número dobrava para 34,5% e ainda mais entre pardos 38,4% (Ibge, 2022).

1.4 MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO/RS

Santana do Livramento é um município da região da Campanha localizado no oeste do estado do Rio Grande do Sul, que conta com paisagens admiráveis que a caracterizam como o Cerro do Chapéu e possui uma densidade populacional de 11,1 habitantes por km² ao longo de seu território. É conhecida como “Fronteira da Paz” por fazer amigavelmente fronteira aberta com Rivera, Uruguai. A linha que divide esses dois países é representada por ruas, avenidas e pelo simbólico parque internacional (Sanchez, 2002). Também faz fronteira com outros municípios como Quaraí, Rosário e Bagé (Ibge, 2022).

O Plano Diretor Participativo do município estabelece sua divisão territorial demarcada em duas áreas, sendo: Área Urbana I e II e Área Rural. A Área Urbana I abrange as áreas com potencial mais denso populacional, composta por 21 bairros. Já a Área Urbana II engloba áreas com aspectos urbanos mas que também apresentam traços do meio rural como lotes amplos, baixa concentração populacional, chácaras, e pomares, simultaneamente que apresenta alguns elementos de infra-estrutura representando a transição entre o meio urbano e o meio rural, sendo composta por 11 bairros.

A Área Rural na qual é designada para atividades de proteção do bioma e de outros elementos naturais, possui em sua localização indústrias pequenas ligadas à produção de propriedades rurais, dividindo-se em 7 Distritos. Estes distritos, por sua vez, também dividem-se em Subdistritos.

Estas áreas com povoadamentos localizados no interior do município e que apresentam lotes amplos, chácaras e pequenas criações são intituladas de Vilas Rurais, como: Vila Thomaz Albornoz; Vila Sierrasol (Clube Santa Rita; Vila Caixeiral (Associação dos Amigos do Cerro da Vigia); Vila Pampeiro e Vila Santa Rita (Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, 2006).

A iniciativa privada da região vem buscando alternativas que diversifiquem sua economia local. Entre estas alternativas, pode-se destacar a exploração da vinicultura, a criação de ovelhas e gados em busca da inovação na produção de carne relacionada aos atributos característicos do território, o desenvolvimento da produção laticínica organizando uma cadeia leiteira com a produção local e a exploração do turismo local, resultados que movem o desenvolvimento socioeconômico do município (Alves, 2018).

2. MÉTODO

Para alinhar esta pesquisa foram utilizados determinados procedimentos tendo em vista os objetivos propostos. A natureza da presente pesquisa classifica-se como pesquisa documental. Para Gil (2002) este tipo de pesquisa apresenta vantagens por não exigir o contato entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, pelo seu custo já que exige apenas a capacidade do pesquisador e sua disponibilidade de tempo, além de considerar os documentos como fonte valiosa e diversificada de dados para desenvolver qualquer pesquisa de origem histórica. Quanto à abordagem caracteriza-se como quantitativa, com base em dados secundários. Quando se tem conhecimento de um objeto de estudo, pode-se realizar uma pesquisa quantitativa, havendo a necessidade do conhecimento ampliado do pesquisador sobre aquilo que se pretende investigar. É quando há a possibilidade de transformar dados em números, em virtude do agrupamento de conhecimentos que permitem a classificação de pessoas ou objetos em uma proporção ou ordem (Silva; Lopes; Junior, 2014). Podem ser representados através de gráficos, quadros e tabelas sobre a população pesquisada.

Em relação aos objetivos pode ser considerada descritiva. Gil (2002) comenta que esta é bastante utilizada por pesquisadores sociais por ter como objetivo principal, descrever as características de uma dada população ou fenômeno, podendo estabelecer relações entre as variáveis. O autor ainda acrescenta que as pesquisas descritivas têm por finalidade estudar

as características de um grupo ou população distribuídas por idade, sexo, nível de escolaridade etc.

Com relação a amostra salienta-se que trata-se do público beneficiado pelo Programa Auxílio Brasil durante a pandemia da covid-19 nos meses de nov./dez. de 2021 em Santana do Livramento. A escolha das famílias selecionadas foi através das listas oficiais dos aprovados repassadas pelo Ministério da Cidadania e pelo Governo Federal de maneira intencional, estabelecendo um intervalo que definiu que a cada 200 famílias, 1 família seria selecionada, totalizando assim as 55 famílias que foram objeto deste estudo. O critério de escolha adotado deu-se devido ao alto número de famílias beneficiadas pelo programa nos referidos meses, tornando impossível a coleta e análise de informações de todas as compreendidas nestas listas. Recorrente do disparado crescimento de famílias aprovadas no programa, através das duas listas juntas obteve-se um somatório de 11.188 famílias beneficiadas.

Para extrair e contabilizar as variáveis definidas nos objetivos específicos da pesquisa como verificar a localização das famílias no município; observar o número de integrantes que compõem as famílias; conhecer a situação ocupacional no ano de 2021 e identificar as características dos responsáveis familiares como faixa etária, sexo e grau de escolaridade, a coleta dos dados foi realizada por meio do instrumento disponibilizado no Portal Oficial da Caixa Econômica Federal, Cadastro Único (CadÚnico), que armazena e disponibiliza microdados relativos às famílias de baixa renda, tais como as que são objeto desta pesquisa. A análise dos dados teve tratamento estatístico ressaltando algumas variáveis que, por sua vez, configuram tabelas, gráficos e um quadro sobre a população pesquisada.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

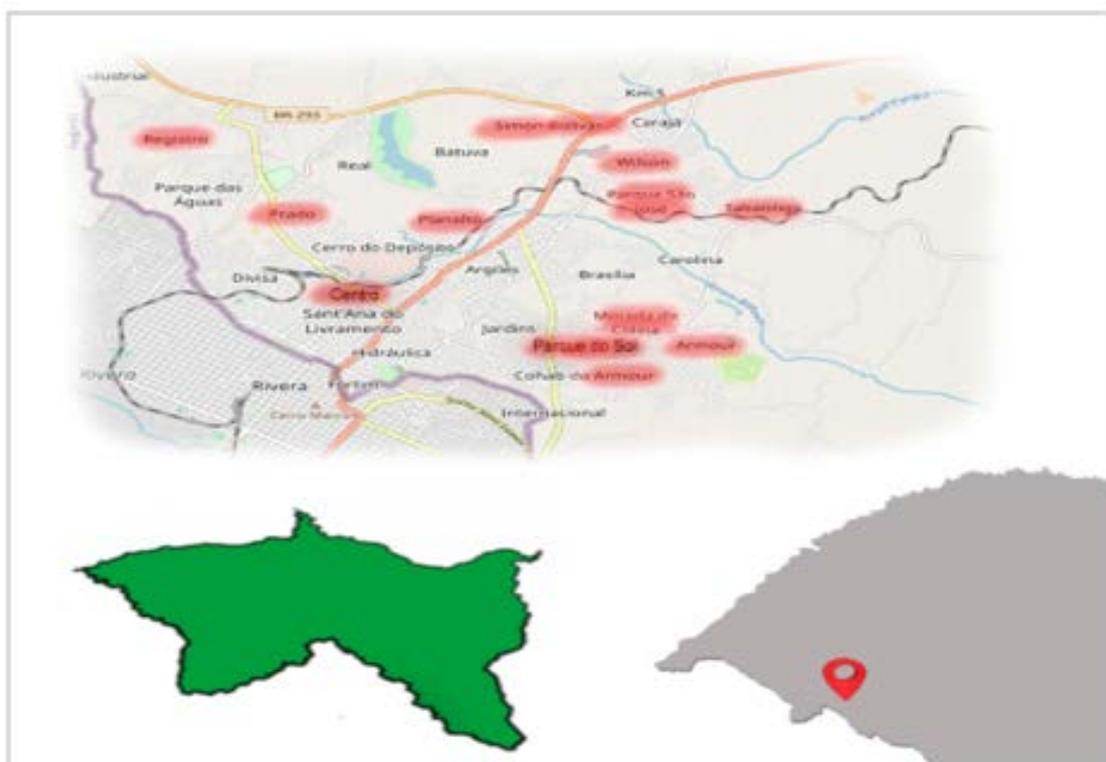
Esta seção versa sobre a análise e interpretação dos dados e informações obtidos através da pesquisa realizada no portal e nos documentos oficiais do Governo Federal, apresentando para conhecimento de todos, os principais atributos que caracterizam as famílias que participam e que são foco do Programa Auxílio Brasil, sendo composta por seis subseções. A primeira e a segunda subseções apresentam o sexo que mais predomina entre a maioria dos beneficiários e a faixa etária de cada um, a terceira e a quarta apontam a escolaridade e a situação ocupacional destes indivíduos

no momento da pesquisa realizada, e, por fim, as duas últimas subseções, quinta e sexta, mostram o número de indivíduos que compõe cada família e onde as mesmas se localizam no município de Santana do Livramento.

3.1 LOCALIDADE DAS FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO/RS.

A Figura 1 indica em destaque no mapa do município os bairros onde moram as famílias designadas para a pesquisa.

Figura 1– Variável localidade



Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal representados no Google Maps. Elaborado pela autora.

Os bairros destacados no mapa acima: Registro; Prado; Centro; Planalto; Simon Bolívar; Wilson; Parque São José; Tabatinga; Morada da Colina; Parque do Sol, Armour e Cohab do Armour foram os bairros que mais sobressaíram durante a pesquisa no quesito localidade das famílias no que seria a Área Urbana I e II do município de acordo com o Plano Diretor Participativo municipal, nos quais possuem de duas a três famílias localizadas em cada bairro em destaque..

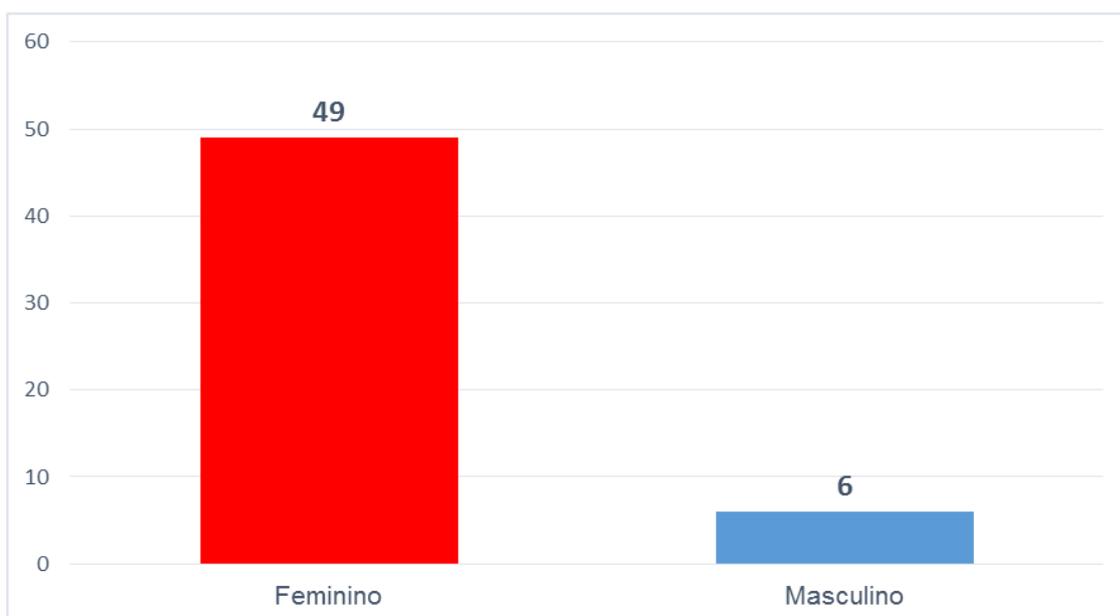
A Área Urbana I possui características urbanas e corresponde a parte do município que abrange uma maior concentração de pessoas no seu território, enquanto que a Área Urbana II engloba as áreas com aspectos urbanos, mas que também apresentam traços do meio rural, contendo alguns elementos de infraestrutura, mas representando o que seria a transição do meio urbano para o meio rural (Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, 2006).

Já na Área Rural dividida por Distritos e Subdistritos, apenas 2 famílias localizavam-se na Vila Pampeiro que fica a mais de 40 km da área urbana da cidade, destinada para atividades de proteção do bioma e de outros elementos naturais que possui em sua localização indústrias pequenas ligadas a produção de propriedades rurais (Prefeitura de Santana do Livramento, 2006).

3.2 GÊNERO DOS BENEFICIÁRIOS PELO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL NOS MESES DE NOV/DEZ EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS NO ANO DE 2021.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição por gênero entre os responsáveis familiares beneficiados pelo programa e como está refletida esta proporção entre os participantes.

Gráfico 1 – Variável gênero



Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal junto das listas de aprovados no Auxílio Brasil de novembro a dezembro de 2021. Elaborado pela autora.

Das 55 pessoas selecionadas para delinear este estudo, notou-se que o gênero feminino é dominante dentre os titulares das famílias dentro do programa representando 89,1% dos beneficiários, comparado a parcela de titulares do gênero masculino participante do programa social que constitui apenas 10,9%, segundo as folhas de pagamentos dos designados meses.

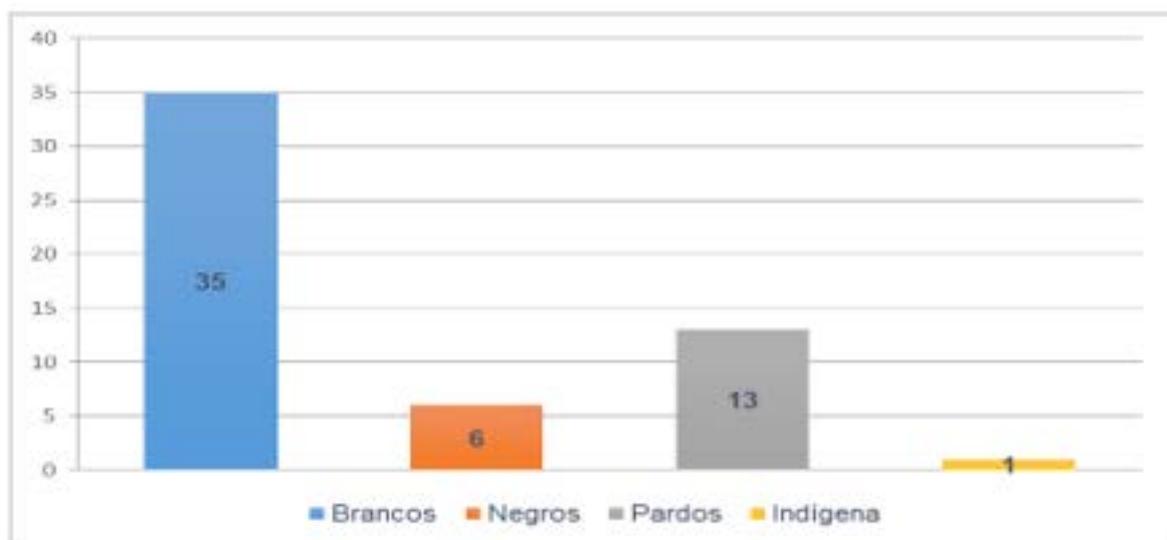
As mulheres, na maior parte como chefes de família dentro do programa, representam grande totalidade dentre os beneficiários do Programa Auxílio Brasil, também por serem na grande maioria, gestantes, nutrizes e por possuírem crianças na sua composição familiar (Botelho; Veloso; Mendez, 2021).

A Síntese de Indicadores Sociais organizada pelo IBGE (2022) apontou que neste mesmo ano, 62,8% das famílias chefiadas por mulheres com filhos encontravam-se abaixo da linha de pobreza, do mesmo modo em que foram as mais afetadas pelo desemprego decorrente da pandemia.

3.3 COR OU RAÇA DOS BENEFICIÁRIOS PELO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL NOS MESES DE NOV/DEZ EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS NO ANO DE 2021.

O Gráfico 2 demonstra a distribuição por cor/raça entre os participantes selecionados no município e quais foram as mais predominantes dentro do benefício.

Gráfico 2 – Variável cor ou raça



Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal. Elaborado pela autora.

É perceptível no Gráfico 2, que a cor ou raça branca (de acordo com o IBGE) foi predominante dentre as pessoas selecionadas nas listas totalizando 63,6%, pardos e negros aparecem em 23,6% e 10,9% respectivamente e indígenas integram apenas 1,8% dentre o público estipulado. Os brancos e pardos foram as cores ou raças que mais se destacaram dentre os responsáveis beneficiados nas folhas de pagamento do município no final do ano passado.

Em contraposição, sabe-se que negros e pardos constituem uma parcela grande da população vulnerável beneficiada por programas sociais em todo o país, conseqüentemente por possuírem os menores rendimentos e condições desiguais de vida. Em 2021, devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho, a taxa de pobreza entre pessoas pobres negras era de 34,5%, crescendo ainda mais entre pardos com 38,4%, contra 18,6% de pessoas pobres brancas (Ibge, 2022).

3.4 FAIXA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS PELO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL NOS MESES DE NOV/DEZ EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS NO ANO DE 2021.

A Tabela 1 traz a faixa etária dos participantes que recebem o auxílio mostrando o alcance da cobertura do programa entre as idades representadas a seguir.

Tabela 1 – Variável faixa etária

Faixa Etária	Nº de pessoas	%
De 21 a 30 anos	14	25,9
De 31 a 40 anos	16	29,6
De 41 a 50 anos	13	24,1
De 52 a 68 anos	11	20,4
Total	55	100

Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal. Elaborado pela autora.

Em relação à faixa etária dos beneficiários, constatou-se que o programa teve um alcance entre pessoas a partir de 21 anos até idades mais avançadas como 68 anos de idade. Dentre este grupo etário, sequencialmente, as faixas de idade que mais predominaram dentre os selecionados foram

peças que possuíam entre 31 a 40 anos, somando quase 30% dos pesquisados. Logo após, os que possuíam entre 21 a 30 anos somaram um percentual de 25,9% o segundo maior e, por fim, apenas 20,4% dos contemplados representavam o público mais idoso.

Como estimado pelo IBGE no final de 2021, as pessoas que possuíam entre 18 a 39 anos foram as mais afetadas pela falta de emprego no final deste ano, somando 66% da população que se encontrava em situação de desocupação. No ano de 2020 o nível de ocupados com idade para trabalhar caiu significativamente, atingindo um nível próximo a 50% pela primeira vez já registrado (Ibge, 2021, p. 17).

3.5 ESCOLARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS PELO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL NOS MESES DE NOV/DEZ EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS NO ANO DE 2021.

A Tabela 2 apresenta o nível mais elevado de escolaridade cursado entre os solicitantes do benefício.

Tabela 2 – Variável escolaridade

Escolaridade	Nº de pessoas	%
Ensino superior	1	1,8
Ensino médio completo	10	18,2
2º ano do ensino médio	4	7,3
1º ano do ensino médio	1	1,8
Ensino fundamental completo	7	12,7
7º ano do ensino fundamental	3	5,5
6º ano do ensino fundamental	11	20
5º ano do ensino fundamental	11	20
4º ano do ensino fundamental	1	1,8
3º ano do ensino fundamental	4	7,3
2º ano do ensino fundamental	1	1,8
Não alfabetizados	1	1,8
Total	55	100

Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal. Elaborado pela autora.

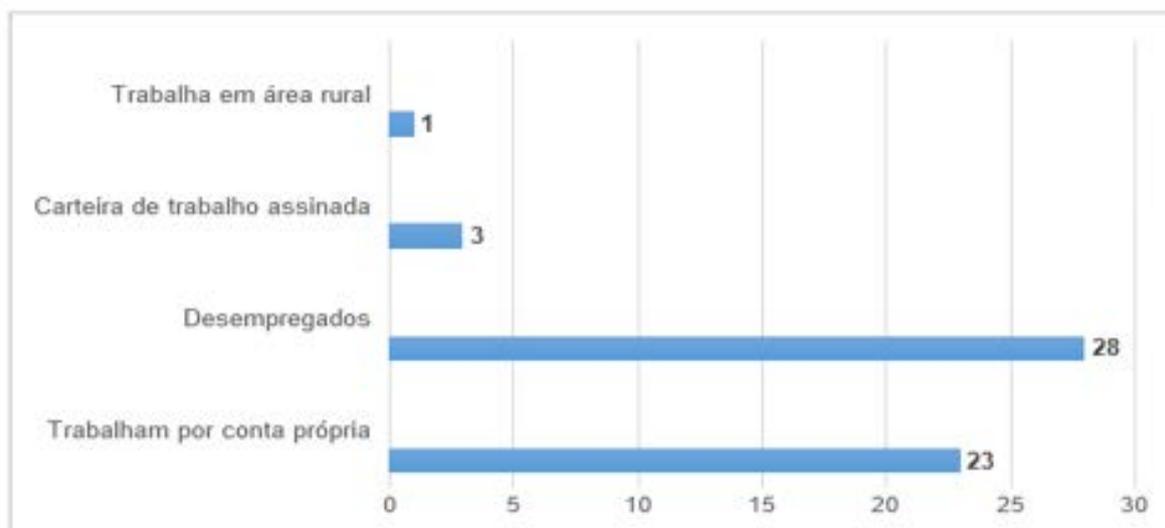
Em relação ao perfil educacional dos cadastrados é perceptível pelos dados expostos na tabela acima, que o nível mais elevado de escolaridade que sobressaiu entre os beneficiários foi entre o 5º e 6º ano do ensino fundamental, totalizando 40% dos pesquisados e somando o maior ponto percentual. Respectivamente somando os maiores percentuais, 18,2% possuíam o ensino médio completo e 12,7% possuíam apenas o ensino fundamental completo, correspondendo aos níveis de escolaridade máxima mais evidentes nos resultados encontrados. Apenas uma pessoa não era alfabetizada e nunca frequentou uma instituição de ensino.

Assim como as mulheres, as pessoas com baixo nível de escolaridade foram as mais afetadas pelo desemprego, consequência resultante da pandemia (32,7% comparado aos 13,5% com ensino superior ou mais), tornando-os ainda mais dependentes dos rendimentos advindos das transferências de renda de benefícios sociais como os realizados no período pandêmico, destinadas ao público mais vulnerável (Banco Mundial, 2022).

3.6 SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS BENEFICIÁRIOS PELO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL NOS MESES DE NOV/DEZ EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS NO ANO DE 2021.

O Gráfico 3 traz para conhecimento a situação ocupacional do público que faz parte do benefício social e em que ocupação se encontrava o responsável familiar de cada família.

Gráfico 3 – Variável situação ocupacional



Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal. Elaborado pela autora.

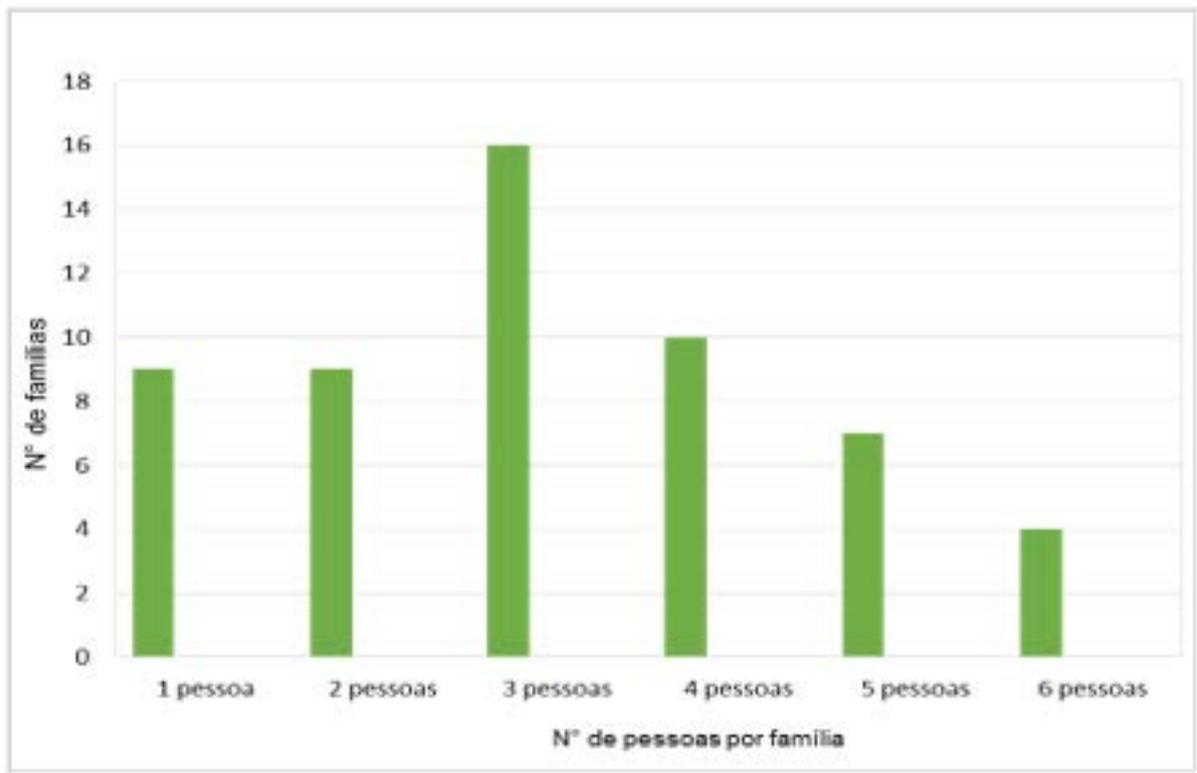
Através dos dados obtidos no Cadastro Único como demonstrado no Gráfico 3, 50,9% dos pesquisados declararam estar desempregados e dependendo apenas da renda proveniente do Auxílio Brasil para se manter. Outros 41,8% alegaram ser autônomos que trabalham por conta própria, ou que exercem algum tipo de trabalho esporádico (bico) como assinalado no formulário do Cadastro Único. Do restante, 5,5% encontravam-se com a carteira de trabalho assinada e 1,8% trabalhavam de maneira permanente ou temporária na área rural do município.

O Banco Mundial (2022) evidencia que uma grande parcela dos trabalhadores permanece no trabalho informal, além do aumento no índice de trabalhadores autônomos. As famílias ou pessoas que possuem carteira de trabalho assinada se encaixam na regra de emancipação, que permite com que as famílias obtenham sua independência e ainda participem do programa por até dois anos, desde que a renda familiar não ultrapasse a linha de pobreza traçada no período determinado. Também possibilita o regresso das mesmas prioritariamente caso a renda per capita diminua ao longo deste período de tempo, até que possam estabelecer sua condição financeira novamente (Wright, 2022).

3.7 NÚMERO DE INTEGRANTES QUE COMPÕEM AS FAMÍLIAS BENEFICIADAS.

O Gráfico 4 evidencia que houve uma variação no número de integrantes que constituem cada família dentro do programa no período especificado da pesquisa.

Gráfico 4 – Variável composição familiar



Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais junto das listas de aprovados no Auxílio Brasil de novembro a dezembro de 2021. Elaborado pela autora.

O número de famílias unipessoais igualou-se ao mesmo número de famílias compostas por 2 pessoas, somando 9 famílias cada. As famílias compostas por 3 pessoas foram as mais contempladas de acordo com a pesquisa, somando 16 famílias, enquanto 10 famílias apresentavam 4 pessoas em sua composição familiar, 7 famílias apresentavam 5 integrantes e apenas 4 famílias possuíam 6 membros em sua composição. Geralmente espera-se que as famílias mais extensas apareçam em maior concentração na participação de benefícios sociais, mas houve um crescimento significativo nas listas dos aprovados no programa no município, de famílias em número reduzido de integrantes o que reflete o desdobramento causado pelo desemprego no período pandêmico.

Qualquer pessoa ou família que se encontre em situação de vulnerabilidade pode fazer parte do benefício social, desde que a renda per capita familiar mensal não ultrapasse as delimitadas linhas de pobreza, atualmente esta-

belecidas em R\$210 e R\$105, assim sendo consideradas famílias pobres e extremamente pobres dentro do programa (Ministério da Cidadania, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da temática justifica-se pela relevância que esta política pública possui dentro do contexto público, voltada ao combate e a redução de uma questão crucial no cenário brasileiro que é a desigualdade social e a consequente situação de vulnerabilidade da classe de mais baixa renda. Principalmente, porque ao longo destes 18 anos transformou a vida de milhões de famílias que se encontravam em situação de miséria e que, a partir de 1º de janeiro através da assinatura da PEC de Transição nº 32/2022 oficializada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), retorna o Programa Bolsa Família ampliando seus benefícios e garantindo que mantenha-se o atual valor repassado para as famílias (R\$600) para garantir o direito de uma vida digna aos cidadãos.

Teve como ponto central, analisar o perfil do público beneficiado pelo programa Auxílio Brasil na pandemia de Covid-19 nos meses de nov./dez. de 2021 no município de Santana do Livramento no Estado do Rio Grande do Sul. Tendo como referência o município de Santana do Livramento, desmembrado em outros aspectos, como qual a localização das famílias no município? Qual o número de integrantes que compõem as famílias? Quais as características dos responsáveis familiares como faixa etária, sexo e grau de escolaridade?

No segundo capítulo foram discutidas as bases teóricas e conceitos nos quais se baseia este trabalho. Apresentou-se uma revisão teórica que possui no primeiro tópico o conceito de políticas públicas assim como os tipos e finalidades de cada uma, contendo na sequência o segundo tópico que versa sobre o que é o Programa Auxílio Brasil, seu público alvo e forma de ingresso no programa, seguido do terceiro tópico sobre a questão do desemprego, da desigualdade e da vulnerabilidade social no Brasil caracterizando e trazendo dados sobre a população de mais baixa renda no país e, tendo por fim no quarto tópico, as características sobre o território do município de Santana do Livramento como os bairros que o integra, suas áreas de localização dentro do município e suas abrangências. A pesquisa contribui com uma análise mais a fundo sobre o público prioritário e sobre os públicos que passaram a fazer parte desta política pública que serviu

de refúgio para muitos durante a pandemia. Sobretudo, possui o potencial de subsidiar através dos dados obtidos, a ampliação de estudos que versem sobre os impactos significativos que este programa social gera na vida das famílias em situação de vulnerabilidade e sobre são e onde encontrar estas famílias.

No terceiro capítulo, foi apresentado o material empírico coletado e analisado partindo das características do público que solicitou o Auxílio Brasil no período pandêmico, mostrando que a pandemia da covid-19 mudou as perspectivas do que se esperava encontrar nas famílias que passaram a fazer parte do programa social no município. Dentre as variáveis que foram analisadas, em relação a localização destas famílias no município, foi possível identificar que dentre as localidades encontradas ao longo da pesquisa, a maioria das famílias participantes residiam em áreas urbanas delimitadas que continham infraestrutura com maior concentração de habitantes, além das áreas urbanas menos povoadas com aspectos urbanos mas que já representavam a transição do meio urbano para o rural. Apenas uma pequena parcela dos participantes residia na área rural do município.

Pôde-se observar que o gênero feminino sobressai disparadamente em relação ao percentual masculino de participantes, o que já era esperado pois as mulheres representam grande maioria dentro do programa por serem na maior parte, chefes de famílias que possuem crianças em sua composição ocasionando a dificuldade de permanecer no mercado de trabalho, além de terem sido as mais afetadas pelo desemprego no período pandêmico.

Os resultados obtidos apontaram que a cor/raça branca predominou mais entre os participantes selecionados do município, embora sabe-se que a parcela da população constituída por negros e pardos seja a mais prejudicada pela falta de oportunidades e pelas condições desiguais de vida, fazendo com que a taxa de pobreza seja mais elevada entre eles o que os tornam público alvo dentro de programas sociais.. Em 2021, devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho, a taxa de pobreza entre pessoas pobres negras era de 34,5%, crescendo ainda mais entre pardos com 38,4%, contra 18,6% de pessoas pobres brancas, como apontam os dados obtidos através das pesquisas realizadas pelo IBGE (2022).

O programa teve um alcance entre pessoas a partir de 21 anos até idades mais avançadas como 68 anos, tendo a maioria entre 21 até 50 anos, alcançando principalmente o grupo etário de 18 a 39 anos que foi o mais

afetado pelo desemprego somando 66% da população que se encontrava em situação de desocupação no final de 2021.

Em relação ao grau de instrução dos envolvidos, notou-se que a escolaridade dos beneficiários oscilou entre indivíduos que possuíam parte do ensino fundamental ou completo, ensino médio completo e até mesmo que possuíam nível superior. Além do público com baixo nível de escolaridade que corresponde a maioria dentro do programa sendo mais dependentes da renda proveniente deste auxílio e, conseqüentemente, as mais afetadas pelo desemprego na pandemia, mostrou que até mesmo as pessoas com um perfil educacional mais avançado precisaram recorrer ao benefício social dadas as condições econômicas em que se encontravam neste período.

Os dados coletados através do Cadastro Único sobre a situação ocupacional dos titulares das famílias, mostraram que dentre 92% dos selecionados, alguns encontravam-se fazendo algum tipo de “bico” ou trabalho esporádico para conseguir se manter além da renda do auxílio, em contrapartida, outros se mantinham apenas através do valor pago pelo programa. Ademais, também mostrou que o programa além de ajudar através da transferência de renda às famílias ou pessoas que não estão inseridas no mercado de trabalho, também proporciona a possibilidade alcançar sua independência financeira através do trabalho formal sem prejudicar sua participação dentro do programa por determinado período, até que se estabeleçam novamente desde que a renda familiar ainda se adeque aos limites delimitados.

Por fim, em relação à composição familiar dos cadastrados no programa além das famílias mais extensas que fazem parte majoritária dentro do mesmo, também houve um crescimento considerável de famílias com número reduzido de integrantes nos últimos meses principalmente pelas monoparentais, possivelmente pelo impacto gerado no mercado de trabalho fazendo com que a renda familiar dos indivíduos não seja suficiente para poder manter suas condições de vida, mostrando que qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade e que se encaixe nos requisitos estabelecidos pode ser contemplada pelo programa social.

A pesquisa mostrou o quanto a pandemia da covid-19 mudou o público atendido pelo Auxílio Brasil, além de atender o público alvo que são as famílias mais carentes que já conviviam e sofriam com a pobreza e as desigualdades socioeconômicas existentes, ampliou ainda mais no período pandêmico, sua cobertura ao público de todas as idades, níveis educacio-

nais e ocupações que se viram obrigados a recorrer a este tipo de auxílio por não possuírem mais uma renda mínima para se manter e manter seus familiares.

Diante de um cenário social ainda mais frágil, deixado pela pandemia e com desigualdades que não possibilitam aos cidadãos uma renda mínima mensal fixa compatível com suas necessidades básicas para sua sobrevivência e de suas famílias, compete ao Estado junto aos municípios utilizar ferramentas eficientes assim como o Cadastro Único, igualmente de dados subsidiados por pesquisas desenvolvidas como esta sobre as características do público mais vulnerável, para filtrar e ter conhecimento em que condição estas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza vivem e estabelecer mecanismos eficientes para desenvolver políticas e programas assistenciais e de inclusão, que diminuam às vulnerabilidades socioeconômicas nas quais a população está submetida no dia a dia.

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.

ALVES, Amanda da Maia. **Desenvolvimento socioeconômico de Santana do Livramento: uma análise de indicadores**. 2018. 85f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

AUXÍLIO Brasil: **O que é o Auxílio Brasil**. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/auxilio-brasil/paginas/default.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Relatório de Pobreza e Equidade** no Brasil. Mirando o futuro após duas crises. Sumário Executivo. Washington D.C.: Banco Mundial, 2022.

BOTELHO, Vinicius; VELOSO, Fernando; MENDES, Marcos. Auxílio Brasil: avaliação do desenho e possíveis impactos: programa de responsabilidade social traria o mesmo impacto sobre a pobreza a um custo muito inferior. **Jota**. [S.l.]. 15 dez. 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/auxilio-brasil-avaliacao-do-desenho-e-possiveis-impactos-15122021>. Acesso em: 08 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jul. 2022

BRASIL. **Lei nº 14.284/21, 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza. Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 30 dez. 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14284-29-dezembro-2021-792178-publicacaooriginal-164249-pl.html>. Acesso em: 07 jun. 2022.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; WALTER, Maria Inez Machado Telles; SANTANA, Cora Maria Bender de; STEPHANOU, Michelle Conceição. Percepções sobre o Programa Bolsa

Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2p. 333-355, nov., 2009.

CÓRDOVA, Ismael de; ALVES, Ismael Gonçalves. Programas de transferência condicionada de renda na ótica dos direitos sociais: uma opção para o combate das vulnerabilidades brasileiras. **Polis** (Santiago), [S.l.], v. 18, n. 53, 12 set. 2019. Universidad de Los Lagos, Chile. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.32735/s0718-6568/2019-n53-1388>. Acesso em: 10 set. 2023.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de. Programa Auxílio Brasil: Ampliação da cobertura, reajuste do valor do benefício e suas interações com o mercado de trabalho formal. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** - Ipea, Nota da Presidência. Brasília, n. 10, jul. 2022.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de. Expansão do Auxílio Brasil: Uma reflexão preliminar. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** - Ipea, Nota da Presidência. Brasília, n. 12, ago. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 176p., 2002.

GODINHO, Isabel Cavalcante. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011, S.l. **Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais**. [S.l.: S.N.], 2011.

GUILHERME, Rosilaine Coradini; REIS, Carlos Nelson dos. Proteção Social no Brasil: da seguridade social à transferência condicionada de renda. **Serviço Social em Revista**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 341, 11 dez. 2020. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2020v23n2p341>. Acesso em: dia mês ano.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, [S.l.], v. 55, n. 21, p. 30-41, nov., 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>. Acesso em: 12 jun. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 4º trimestre 2021**. 2021. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra>

-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=33030&t=destaques. Acesso em: 01 dez. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012**. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em: 01 dez. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento**. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>. Acesso em: 01 dez. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Santana do Livramento). **Município de Santana do Livramento**. Elaborado por IBGE Cidades. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-santana-do-livramento.html>. Acesso em: 15 dez. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (org.). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica**, Rio de Janeiro, v. 44, p. 4-206, 2021.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Políticas Públicas, Gestão Urbana e Desenvolvimento Local. **Metamorfose**, Porto Alegre, p. 35-82, 2018.

MENDES, Ana Carolina et al. Análise do Auxílio Emergencial no Brasil. **O Eco da Graduação**, [S.l.], v. 6, n. 2, 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil/auxilio-brasil>. Acesso em: 01 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 01 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Brasil e Cadastro Único no seu município**. 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pabcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

MOURÃO et al. Programa Bolsa Família: uma análise do programa de transferência de renda brasileiro. **Field Actions Science Reports The Journal Of Field Actions**, [S.l.], n. 3, 2011.

PENSSAN, Rede. (org.). **I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid- 19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 110p., I Vigisan, 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO (Município). Lei Complementar nº 45, de 10 de outubro de 2006. **Plano Diretor Participativo**. Sant'Ana do Livramento, RS, 10 out., 2006.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. **Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES**, 1997.

SÁNCHEZ, Andrea Quadrelli. **A FRONTEIRA INEVITÁVEL**. Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. 2002. 209f. TCC (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SENADO FEDERAL. Pec de Transição nº 32, de 2022. **Proposta de Emenda à Constituição**. Brasília, DF, 2023.

SILVA, Dirceu da; LOPES, Evandro Luiz; JUNIOR, Sergio Silva Braga. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. **Revista de Gestão e Secretariado-Gesec**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 01-18, 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44, 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. [S.l.], Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de et al. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** - Ipea, Rio de Janeiro, p. 0-45, ago., 2019.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. A Pandemia da Covid-19 e a Desigualdade de Renda no Brasil: Um Olhar Macrorregional para a Proteção Social e os Auxílios Emergenciais. Texto para discussão. **UFRN Departamento de Economia**, Natal, n. 4, p. 1-32, maio, 2020.

WRIGT, Jorge Roberto. **Vou perder o Auxílio Brasil se conseguir um emprego formal?** 2022. Rede Jornal Contábil. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/vou-perder-o-auxilio-brasil-se-conseguir-um-emprego-formal/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

A DINÂMICA DO CONSUMO ALIMENTAR COMO REPRESENTAÇÃO DA PLURALIDADE DE FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Sirlene Aparecida da Silva¹
Maria Beatriz Junqueira Bernardes²
Roberto Barboza Castanho³

INTRODUÇÃO

Durante milênios o *Homo sapiens* viveu da caça de animais selvagens e da coleta de plantas silvestres para se alimentar, sem se fixar em uma área geográfica específica. Por isso recebeu a denominação de caçador-coletor e era, notadamente, nômade. Por volta de 12 mil anos atrás a Revolução Agrícola mudou essa situação gradativamente. O cultivo do trigo, arroz e milho e o pastoreio de lhamas, ovelhas e porcos, por exemplo, forçaram os homens a criarem assentamentos permanentes, a fim de destinarem tempo e atenção a essas novas tarefas.

Esta possibilidade de cultivar alimentos em vez de caçá-lo e coletá-lo e o conseqüente aumento na sua oferta somados à necessidade de fixar-se perto das lavouras contribuíram para que a expansão populacional tivesse início. Desde então, diversas culturas de vegetais passaram a ser manipuladas e prosperaram em várias localidades do planeta (Harari, 2017).

Em se considerando que a população mundial é onívora – o que lhe confere uma suposta liberdade de escolha alimentar – descortina-se para ela uma

1 Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Técnico-administrativo na Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal. Brasil. *E-mail*: sirlenesilva@ufu.br.

2 Professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia/MG/Brasil. *E-mail*: maria-beatrizjunqueira@gmail.com.

3 Professor Titular da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Campus São Borja/RS/Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Opressão/Exploração, *E-mail*: robertocastanho@unipampa.edu.br.

extraordinária capacidade de comer de tudo. Comentando que a Revolução Agrícola certamente aumentou o total de alimentos à disposição da humanidade, Harari (2017, p. 91) lembra que “[...] os humanos são primatas onívoros, que prosperam com uma grande variedade de alimentos”. Ao mesmo tempo ele acrescenta que as “[...] plantas domesticaram o *Homo sapiens*” (Harari, 2017, p. 90) e proporcionaram “[...] muito mais alimento por unidade de território” (Harari, 2017, p. 92, grifo do autor). Porém, essa autonomia alimentar tão bem definida, na prática, esbarra social, cultural e economicamente em diversos fatores e condições.

Se para uma parte da humanidade a renda não é fator de restrição à comida, não se pode menosprezar que a condição socioeconômica é um dos principais determinantes individuais envolvidos na decisão alimentar. Para muitos, elementos como renda, escolaridade e preço do alimento são decisivos.

Neste sentido, para além de um comportamento automático que visa inicialmente à sobrevivência, o “alimentar-se” é muito mais do que simplesmente ingerir nutrientes. Um conjunto de possibilidades e motivos leva as pessoas a comerem o que comem, e, até mesmo, a desistirem do enfrentamento dos dilemas relacionados à alimentação que naturalmente surgem.

A ESCOLHA ALIMENTAR E SEUS DETERMINANTES

Mais do que atender necessidades fisiológicas e biológicas, o ato de comer é também uma prática que interliga um conjunto de aspectos culturais, ideológicos, socioeconômicos, psicológicos, e, por que não, ambientais – termo pouco lembrado quando se trata de abordar a multifatorialidade da escolha alimentar.

O estilo de vida, a necessidade de fazer pausas rápidas na rotina e a praticidade que é colocada à disposição de quem pode pagar por alimentos processados de fácil preparo, são elementos que influenciam no que as pessoas colocam no prato. Neste contexto, Moraes (2017, p. 22) acrescenta

A diversidade alimentar oriunda da sociedade moderna condiciona fortemente o comportamento, motivações e as escolhas alimentares. A disponibilidade e acessibilidade dos alimentos têm aumentado, fazendo com que os indivíduos tenham cada vez mais oportunidades alimentares e conseqüentemente mais escolhas a fazer.

Contudo, ao definirem suas escolhas alimentares as pessoas também são motivadas pelo prazer em comer, pela aparência e pelo cheiro do alimento. Neste mesmo sentido avançam as razões emocionais tais como: sentimentos, humor, reações à monotonia e inquietações do dia; o desejo de evitar sentimento de culpa frente às pressões das pessoas por consumir ou não determinado alimento e, ainda, o desejo de obter algum reconhecimento ou recompensa e por punição.

Inclusive a aspiração de serem aceitas em algum grupo (ou o contrário, o anseio de se distinguirem dentro de certo grupo), bem como a necessidade de identificação e comunhão com outros indivíduos no momento de comer interferem nestas escolhas. Portanto, a maneira como se come revela, além disso, as qualidades que se atribui ao alimento, como: *status* social; o desejo de “estar na moda” porque segue uma dieta balanceada ou faz escolhas saudáveis; o resgate de experiências positivas ou negativas; a exaltação ou a negação de valores ou regras sociais e culturais.

Acrescentem-se ainda como determinantes o sabor do alimento, a preferência e as aversões a ele, a textura e a familiaridade com o alimento, os valores nutricional e calórico, a saúde, as crenças e as expectativas relacionadas ao controle de peso, a oferta sazonal do alimento e a política alimentar da sociedade.⁴

Outros fatores latentes são as tradições religiosas, as participações em eventos especiais e o paladar que desperta o interesse ou a rejeição pela comida. Do mesmo modo, afetam essas escolhas aspectos como os tabus de comer algum alimento, a noção de que ele pode prevenir ou agravar alergias, causar o adoecimento ou até a morte. À herança cultural também cabe uma parcela significativa do que as sucessivas gerações reconhecem e validam como a força de um hábito alimentar. O consentimento, a sugestão ou o veto a dado alimento fazem parte de regras não explícitas pelo grupo que se pertence como comentam Jomori, Proença e Calvo (2008, p. 65)

Essa transmissão das estruturas culturais da alimentação se dá desde a infância, não sendo, necessariamente, realizada pelo ensinamento direto dos pais para os filhos. A formação do gosto na infância é devida ao processo de aprendizagem, ou seja, a criança observa o que outro indivíduo faz e tenta imitá-lo. Esse processo, ao se repetir no cotidiano dos grupos sociais, permite contribuir para a formação das preferências alimentares desde a infância. Dessa forma, qualquer indivíduo está susceptível à in-

4 Por exemplo, oferecer mais subsídios à produção de alguns tipos de alimentos e menos para outros, reduzindo, assim, o preço de varejo e aumentando seu consumo.

fluência social para a adaptar a seus gostos e, conseqüentemente [sic], às suas escolhas alimentares.

Outros determinantes – como condições geográficas e variáveis de ordem social – apontam que comer é algo repleto de significados e Dias (2019, p. 121) complementa

A comida entrelaça a cultura e a comunicação de um povo com o seu território. Do plantar ao compartilhar, a maneira como nos relacionamos com o alimento comunica os vínculos e afetos que estabelecemos por meio das crenças, dos laços comunitários, familiares e com a natureza. Representa a pluralidade de formas de organização social, de linguagens e falas, ao dar sentido e significado aos modos de viver, produzir e comer. Essa teia de relações põe em diálogo nossa dimensão existencial entre espécie, indivíduo e sociedade.

À parte destas questões resta o conteúdo informativo e/ou a publicidade distorcida que manipulam as decisões individuais. Quando imagens de animais felizes ilustram embalagens de bandejas de carne e *outdoors* ou quando eles falam e dançam nos comerciais da televisão, estimulando o consumo de si mesmos, é bem provável que o indivíduo opte por este alimento. É a força do apelo midiático assumindo o controle do imaginário dos consumidores a determinar suas escolhas alimentares.

Esse apelo nem sempre é ostensivo e, muitas vezes, começa via grupos organizados que realizam pressão sobre o poder público buscando exercer influência nas decisões políticas em prol dos interesses do sistema agroalimentar. Isto é, “[...] toda a indústria química que produz os agrotóxicos, a indústria de maquinários agrícolas, de sementes transgênicas, o setor de transportes que precisa escoar a produção, as agências reguladoras [...] e por aí vai” (Capello, 2021).

Como se vê, existe uma trama de subjugação que captura o paladar e a autonomia do cidadão, tornando-o refém do sistema alimentar hegemônico e impedindo-o de criar ambientes e adotar dietas alimentares saudáveis. É o que reforça o *Dossiê Big Food*: como a indústria interfere em políticas de alimentação (Giuberti; Albiero, 2022, p. 14) quando menciona que “[...] em meio aos diferentes fatores que formam o ambiente alimentar, estão o ambiente físico (como qualidade e disponibilidade de alimentos), econô-

mico (custos), político (políticas governamentais) e sociocultural (normas e comportamento)”.

Seja distorcendo, atrasando, enfraquecendo, derrotando ou eliminando políticas públicas, as grandes corporações do setor agroalimentar e correlatas utilizam as mais diversas táticas – quase sempre sofisticadas e eficientes – para dominarem mídia, governo, opinião pública, em detrimento da saúde dos indivíduos. Contra isso, o referido Dossiê sugere que são fundamentais “[...] a organização, o fortalecimento e a atuação contundente da sociedade civil comprometida com o interesse público” (Giuberti; Albiero, 2022, p. 10).

Portanto, reconhecer que existem ingerências por parte das corporações do setor agroalimentar na formulação de políticas públicas – muitas vezes, amparadas em seu coercitivo poder econômico – e problematizar que seus interesses divergem dos da sociedade, sobretudo quando seus lucros são ameaçados, representa importante marco. Por este motivo, também se faz pertinente dar visibilidade à temática dos determinantes da escolha alimentar sob esta ótica.

Fomentar este debate possibilita formar indivíduos comprometidos e capazes em incidir politicamente, tanto no particular quanto no coletivo, na defesa do interesse público. Segundo o *Dossiê Big Food*, estratégias como essas permitem que prosperem a elaboração e a implementação de “[...] políticas públicas de alimentação e nutrição voltadas à garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA)” (Giuberti; Albiero, 2022, p. 10).

Entretanto, é preciso pautar sempre a “centralidade da ação regulatória do Estado” (Giuberti; Albiero, 2022, p. 10) e a atuação da sociedade civil como mecanismos essenciais na defesa dos interesses coletivos, evidenciando que a configuração e manutenção do equilíbrio nas relações entre Estado, mercado e sociedade representam avanços na democratização de escolhas alimentares mais saudáveis.

Esses ajustes de governança são urgentes na medida em que sem a devida regulação

Os governos continuam a favorecer a lógica que produz fome, obesidade e destruição ambiental ao, por exemplo: fornecer subsídios agrícolas de apoio a monoculturas e à pecuária de corte e de leite; financiar a infraestrutura de transporte que prioriza estradas em detrimento do trans-

porte coletivo e ativo; promover políticas econômicas de crescimento impulsionadas pelo consumo; e não implementar medidas regulatórias que protejam as crianças da publicidade e comercialização de produtos alimentícios não saudáveis (Giuberti; Albiero, 2022, p. 10).

O boicote a pautas que envolvem a construção de sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis não deveria existir. Porém, faz parte do processo de blindagem que as corporações criam em torno de agências públicas que poderiam promover uma alimentação mais adequada e democrática, enquanto elas arquitetam narrativas que põem em xeque evidências científicas que poderiam prejudicar seus interesses comerciais.

Por fim, considerando que os determinantes da escolha alimentar envolvem aspectos tão complexos e abrangentes, é imprescindível ponderar que a temática não se restringe ao panorama até este ponto discutido. Elementos-chave como renda, desigualdade social, pobreza e fome são igualmente cruciais para a compreensão da dinâmica do consumo alimentar, haja vista que, de modo geral, “[...] food choices are mainly shaped by immediate concerns” (Froggatt; Wellesley; Bailey, 2014, p. 20). Portanto, preço e acesso ao alimento acabam sendo mais importantes do que “indirect societal consequence such as animal welfare or climate change” (Froggatt; Wellesley; Bailey, 2014, p. 20).

Neste sentido, faz-se preponderante discutir como se dá a escolha (ou não escolha) alimentar estritamente sob a regência das contradições do capital, onde coexistem dois tipos de indivíduos: o que voluntariamente tem condições econômicas para realizar a escolha alimentar com consciência crítica e a ignora e, por outro lado, o que está impedido involuntariamente, pelo fator renda, de realizar essa mesma escolha baseada nos determinantes anteriormente descritos.

AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO COMO DETERMINANTE ALIMENTAR

Gonçalves (2015, p. 207) assinala que “[...] a alimentação é uma questão-chave para a reprodução das espécies, tanto quanto o acasalamento e a proteção (abrigo) dos filhos constituindo habitats e hábitos, territórios e culturas” e que “[...] o sucesso de qualquer espécie animal depende,

portanto, de como ela resolve a questão da alimentação, do abrigo e proteção [...]”.

Porém, considerando que esse sucesso é também condição central para uma vida digna e saudável, é perturbador conviver com dois Brasis dentro de um só Brasil: de um lado um país com alta produção agrícola e, de outro, o retrato mais injusto e cruel da elevada desigualdade da sua própria sociedade: a fome. Gonçalves (2015, p. 283) cita Josué de Castro: “[...] a vergonha de nossa época não é que hoje exista a fome, e sim que hoje a fome conviva com as condições materiais para resolvê-la”.

É dentro desta perspectiva que a fome talvez seja a mais chocante das contradições do capitalismo. Ela escancara, sem cerimônia, que as repercussões negativas derivadas da apropriação e capitalização da natureza pelo atual sistema econômico não se circunscrevem apenas às suas externalidades em suas múltiplas dimensões e à sua lógica mercantil. A fome de uns contrapõe-se a uma espécie de entorpecimento de outros pelas relações de poder. E assim, essa “cegueira” anima em indivíduos e instituições distintos níveis de indiferença com a dignidade humana (ou a falta dela). É a ilustração desconcertante de uma evidente crise de civilização.

Há muitos anos a ordem econômica dominante que cria disparidades sociais é a mesma que sustenta discursos como o do setor agropecuário que adesiva veículos com a frase: “Você se alimentou hoje? Agradeça ao produtor rural!”. Esse enunciado distorce sutilmente a percepção da realidade. Mascara que a construção de sistemas alimentares justos para todos deveria remeter a coletividade a pensar em alternativas efetivas e permanentes que impeçam ciclos de vulnerabilidades de se perpetuarem por gerações. Não são todos que se alimentam todo dia. Logo, a fome precisa ser vista, eminentemente, como uma disfunção da sociedade.

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), realiza um monitoramento ativo da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios representativos das cinco macrorregiões brasileiras, nas 27 Unidades da Federação, localizados tanto em áreas urbanas quanto rurais (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022).

Por meio de questionário aplicado presencialmente, com oito perguntas, a uma amostra de 12.745 residências em que foi possível alcançar infor-

mações sobre 35.022 indivíduos, o último acompanhamento promovido entre novembro de 2021 e abril de 2022, em 577 municípios, revelou que

41,3% dos domicílios estavam em situação de SA, enquanto em 28,0% havia incerteza quanto ao acesso aos alimentos, além da qualidade da alimentação já comprometida (IA leve). Restrição quantitativa aos alimentos ocorria em 30,1% dos domicílios, dos quais 15,5% convivendo com a fome (IA grave). Em termos populacionais, são 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com IA e mais de 33 milhões em situação de fome (IA grave). A desigualdade de acesso aos alimentos se manifesta com maior força em domicílios rurais, 18,6% dos quais enfrentando a fome em seu cotidiano. Em termos geográficos, 25,7% das famílias em IA grave residem na região Norte; 21,0%, no Nordeste.

A IA está também diretamente relacionada a outras condições de desigualdade. A fome está presente em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo, e atinge mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se denomina de cor preta ou parda (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022, p. 18).

Porém, o que a pandemia de covid-19 fez foi agravar e evidenciar o que a progressiva crise econômica (não só brasileira), associada ao desmonte das políticas públicas nacionais, já vinha repercutindo: deterioração socioeconômica e profundas desigualdades na sociedade. Nesse sentido, falar de escolha alimentar dentro de um cenário de crise que segue vulnerabilizando um crescente contingente populacional soa um tanto quanto descontextualizado, uma vez que nem sempre todos os atores sociais podem escolher o que comer.

Existem grupos sociais “[...] desdenhados pelas elites econômicas do país e deserdados por um Estado gerenciado sob a doutrina neoliberal” (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022, p. 18) que comem o que seu poder aquisitivo permite⁵. Logo, essa escolha não é 100% autônoma. Ela é uma escolha reprimida e direcionada pelo mercado. Diante dessa “não” escolha, o alimento nutricionalmente desequilibrado e pobre, geralmente, categorizado como ultraprocessado, é selecionado por quem se viu forçado a adquirir alimentos que não raro custam mais barato.

Em um panorama um pouco mais desolador despontam aqueles indivíduos que, de fato, não escolhem, minimamente, o que comer. Estes estão em situação de privação quase absoluta da alimentação e pertencem

⁵ Para fins de entendimento, aqui neste texto, esse público será considerado como o que vive experiência de IA leve a moderada.

aos segmentos em estado de maior vulnerabilidade social. Eles comem quando ganham e o que ganham ou “[...] adotam estratégias socialmente inaceitáveis para garantirem a alimentação” (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022, p. 55),⁶ violando sua dignidade.

É essa conjuntura que pode fazer com que o leitor deste capítulo pense: Então, a qual destes atores sociais este texto se refere quando discorre sobre escolhas alimentares?

Para melhor esclarecer esse ponto o conteúdo deste texto dialoga com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e utiliza, por analogia, a escala de aferição que é expressa pela classificação da SA/IA que tem quatro níveis (SA e IA leve, moderada ou grave). Deste modo, torna-se possível avançar na compreensão de que há o indivíduo que tem acesso à alimentação suficiente e condições de realizar a escolha alimentar. Assim como há o que se vê cerceado, seriamente ultrajado, em sua garantia constitucional relativa ao direito humano à alimentação adequada.

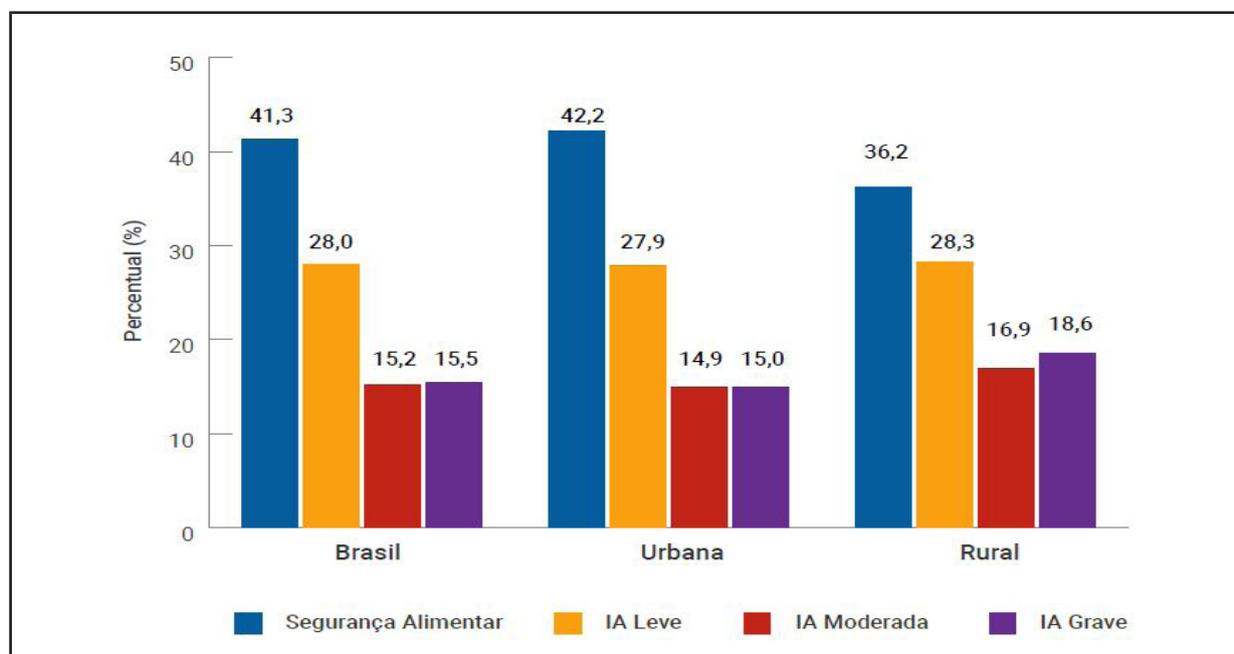
Em suma, este texto adota um paralelo com a EBIA objetivando não só tentar conhecer a dinâmica alimentar de grande parte dos lares brasileiros. Pretende também melhor distinguir o indivíduo que se encontra em situação de SA e que voluntariamente tem condições econômicas para realizar a escolha alimentar com consciência crítica e a ignora. E, por outro lado, identificar o indivíduo que se encontra em situação de IA leve a moderada e está impedido involuntariamente, pelo fator renda, de realizar a opção mais adequada do que vai comer. Sendo que, este último, é aquele indivíduo que se encontra inserido “[...] em uma realidade de vida marcada por condições desfavoráveis, evitáveis e, por vezes, injustas, que levam a uma situação de vulnerabilidade determinante para a IA” (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022, p. 62).

Desta forma, também aqui neste texto, SA deve ser entendido como garantia de acesso pleno aos alimentos. IA leve faz referência à instabilidade na alimentação, isto é, “[...] preocupação quanto à possível incapacidade de obter alimentos no futuro próximo e comprometimento da qualidade da alimentação” (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022, p. 36). E IA moderada ou grave representa a “insuficiência de alimentos que atendam às necessidades” do indivíduo, sendo que é considerado IA grave quando o indivíduo “convive com experiências de

⁶ Para fins de entendimento, aqui neste texto, esse público será considerado como o que vive experiência de IA grave.

fome” (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022, p. 36), conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil e na localização dos domicílios (urbana e rural).



Fonte: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (2022).

Então, é como se este texto estivesse se referindo a cerca de 88 milhões de indivíduos em SA (41,3% dos domicílios), um segmento que esteve protegido dos impactos das crises econômica, política e sanitária nos últimos anos e mais de 90 milhões em situação IA leve a moderada (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição percentual de domicílios por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar e número dos moradores por estas condições. Brasil e localização dos domicílios (urbana e rural).

Brasil e localização dos domicílios	Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)							
	Domicílios (%)				Moradores (por mil habitantes)			
	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
	2021/2022				2021/2022			
Brasil	41,3	28,0	15,2	15,5	88.160	59.667	32.387	33.103
Urbano	42,2	27,9	14,9	15,0	77.158	51.031	27.212	27.405
Rural	36,2	28,3	16,9	18,6	11.032	8.635	5.165	5.681

Fonte: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (2022).

No preâmbulo do livro *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*, David Harvey (2011, p. 8) já advertia que faria uma tentativa de “[...] restaurar algum entendimento sobre o que o fluxo do capital representa” [...] e que se fosse possível a todos compreenderem melhor as perturbações e a destruição a que estão sujeitos, poderiam [...] “começar a saber o que fazer”.

Entretanto, mesmo que muitos saibam que, em sua essência, o sistema capitalista representa uma incapacidade extrema de garantir o equilíbrio social e ambiental e que dificilmente conseguirá promover uma humanização das relações econômicas, a privação de certos direitos para alguns, como: alimento, saúde, habitação e segurança, revela um cenário econômico e ético complexo demais.

Ao mesmo tempo em que em alguns indivíduos se manifesta um dever moral no sentido de atuar por mais ética na economia para que haja viabilidade de justiça social, se tornam mais evidentes muitas ausências e deficiências do Estado, que poderia agir por meio de ações institucionais capazes de, minimamente, garantir padrões de dignidade humana. Problemas como esse se revelam perturbadoramente sistêmicos. Além disso, revelam a consolidação do poder da classe capitalista que cada vez mais centraliza

riquezas. Fomenta a miséria. Privatiza lucros, socializa riscos. Desequilibra as forças de classe (Harvey, 2011). E gera fome.

E para enfrentá-los é necessário superar o conflito de interesses que há entre saúde pública/bem comum e os influentes produtores de alimentos. Não se constrói uma agenda regulatória sem contrapor o poder corporativo nos sistemas alimentares e ignorando os efeitos perversos de uma política econômica neoliberal.

Entretanto, para Ortigoza (2008, p. 92) os problemas relativos à alimentação e saúde impõem “grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas devido ao pouco conhecimento que se tem do problema e de sua abrangência. Ou seja, falta o conhecimento de todas as manifestações biológicas, econômicas, sociais e espaciais da questão”.

Desta maneira, diversas análises podem ser feitas que serão insuficientes para abranger um fenômeno tão complexo. Com efeito, só recentemente o aspecto ambiental tem suscitado alguma relevância mediante esta multifatorialidade da escolha alimentar, levando reduzido número de pessoas a refletir sobre a repercussão dos processos produtivos dos alimentos.

Para decidirem o que comer, segundo suas convicções, as pessoas necessitam de esclarecimentos que façam sentido real para elas. Ortigoza (2008, p. 92) explica que “[...] um dos principais caminhos para estimular a autonomia das pessoas frente às escolhas alimentares mais saudáveis é a educação em saúde e a disponibilização de informação”.

Ante o exposto, constata-se que para rever comportamentos e ter a capacidade de modificar um hábito, sobretudo, o alimentar, o indivíduo carece em primeiro lugar de uma tomada de consciência crítica a partir da qual se perceba com poder de causar algum reflexo nos processos produtivos envolvidos naquilo que consome para alimentar-se. Ortigoza (2008, p. 91) acrescenta

Tanto os ritmos como as opções envolvidas no processo de consumo são dadas pelo modo como o cotidiano foi organizado. Ele foi invadido por signos, ordens, valores, idéias que tiveram como resultado a transformação da própria vida. O que significa, portanto, que muitas das respostas às nossas perguntas estão no modo como se dá o processo de reprodução das relações de produção, que ao reproduzir o mercado, o gosto e as formas de produzir os bens, reproduz a própria vida em sociedade.

Esse tempo produtivista do processo de produção traz enormes prejuízos à saúde pública mundial, pois interfere diretamente na forma que os indivíduos se alimentam ou pior, deixam de se alimentar, revelando seus agravos como desigualdades e impactos sociais e ambientais. Ortigoza (2008) refere-se à dualidade da sociedade atual que vai da extrema pobreza ao exagero no consumo, normatizando tudo, inclusive a aceitação de conviver com indivíduos “famintos e desnutridos” e indivíduos “fartos e obesos” no mesmo espaço.

SAÚDE, ALIMENTAÇÃO, DIETAS SAUDÁVEIS E SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

A comida sempre esteve no centro da experiência humana, tanto é que existe uma relação estreita entre saúde, alimentação, dietas saudáveis e sistemas alimentares sustentáveis. Assim, a abordagem deste texto ganha mais robustez à medida que discorre sobre a imprescindibilidade de se promover o repensar das escolhas alimentares individuais para a prevenção e redução de doenças. Há tempos se sabe que é muito mais valioso prevenir do que tratar doenças.

Vários estudos científicos já associaram o consumo da carne vermelha (vaca, porco, carneiro/cordeiro e cabra), da carne processada (presunto, bacon, salsichas, entre outros) e da carne branca (frango, galinha, peru, pato e ganso, por exemplo) com o risco de morte precoce. Mais enfaticamente o alto consumo de carnes processadas apresenta maior risco de morte precoce, principalmente por doenças cardiovasculares, mas também por câncer, sendo que a redução do consumo de carne processada para menos de 20g/dia evitaria mais de 3% de todas as mortes. Dentro desta perspectiva, cada vez mais se constata que as recomendações sanitárias deveriam informar que as carnes processadas estão classificadas no grupo 1 de carcinogênicos, o mesmo grupo do tabaco, do amianto e da fumaça de óleo diesel.

Para melhor contextualizar essa temática de prevenção e redução de doenças é oportuno citar a mais nova contribuição do Instituto Nacional de Câncer (INCA), ligado ao Ministério da Saúde, que organiza a publicação das estimativas de câncer no país desde 1995. Em novembro de 2022, foi publicada a *Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil*, projetando aumento no número de casos de câncer para o triênio 2023, 2024 e 2025

(Instituto Nacional de Câncer, 2022). Segundo a publicação esse aumento acontece “[...] em razão não apenas do envelhecimento populacional, mas dos estilos de vida adotados e das exposições ambientais e ocupacionais que colocam a população diante de um maior risco de desenvolvimento da doença” (Instituto Nacional de Câncer, 2022, p. 7).

Para o INCA o câncer além de ser um problema mundial de saúde pública é um obstáculo para o aumento da expectativa de vida. Tanto é que em grande parte dos países o câncer está relacionado “[...] à primeira ou à segunda causa de morte prematura, antes dos 70 anos” (Instituto Nacional de Câncer, 2022, p. 29).

Contudo, em se considerando um aumento proporcional de idosos na população mundial tem-se observado que as mortes por doenças infecciosas estão sendo gradualmente substituídas por mortes causadas por doenças crônicas. Para o Instituto Nacional de Câncer (2022) o favorecimento da incidência e da mortalidade por câncer tem a ver com envelhecimento, mudança de comportamento e do ambiente. Esses fatores impactam na mobilidade, na recreação, na dieta e no quanto esses idosos estão expostos a poluentes ambientais.

As estimativas apontam ainda que no triênio 2023-2025 ocorrerão, no Brasil, “[...] 704 mil casos novos de câncer, 483 mil se excluídos os casos de câncer de pele não melanoma” (Instituto Nacional de Câncer, 2022, 2022, p. 30). Apesar do fato que 70% da incidência desses casos estará concentrada nas Regiões Sul e Sudeste (porque abrigam 57% da população de todo o país), o relatório revela que as diferentes Regiões do território brasileiro abrigam grande variação na magnitude e nos tipos de câncer. Metades dos casos de câncer ocorrerão na Região Sudeste (Instituto Nacional de Câncer, 2022).

Esses dados têm muito a ver com o IDH da Região, o diagnóstico precoce e a possibilidade de rastrear mais especificamente o tipo de tumor, além da melhoria no acesso à saúde que favorece um maior número de brasileiros realizarem exames. Neste último relatório, o Instituto Nacional de Câncer (2022) faz projeções para as ocorrências para os 21 tipos de câncer mais incidentes no país e trouxe, como novidade, mais duas localizações, além das 19 listadas na sua última edição: pâncreas e fígado.

Estima-se que os tipos de câncer mais frequentes em homens serão pele não melanoma, com 102 mil (29,9%) casos novos; próstata, com 72 mil

(21,0%); cólon e reto, com 22 mil (6,4%); pulmão, com 18 mil (5,3%); estômago, com 13 mil (3,9%); e cavidade oral, com 11 mil (3,2%). Nas mulheres, os cânceres de pele não melanoma, com 118 mil (32,7%); mama, com 74 mil (20,3%); cólon e reto, com 24 mil (6,5%); colo do útero, com 17 mil (4,7%); pulmão, com 15 mil (4,0%); e tireoide, com 14 mil (3,9%) casos novos figurarão entre os principais (Instituto Nacional de Câncer, 2022, p. 30).

De uma maneira geral, o estilo de vida (não só) do brasileiro tem englobado alimentação cada vez menos saudável com o consumo de mais ultraprocessados (ricos em gorduras saturadas) e bebidas alcoólicas, além de mais sedentarismo, obesidade, estresse e tabagismo. A Tabela 2 oferece um panorama para 2023 das projeções dos dez tipos de câncer mais incidentes por sexo.

Tabela 2 - Distribuição proporcional dos dez tipos de câncer mais incidentes estimados para 2023 por sexo, exceto pele não melanoma*

Localização Primária	Casos	%			Localização Primária	Casos	%
Próstata	71.730	30,0%	Homens	Mulheres	Mama feminina	73.610	30,1%
Cólon e reto	21.970	9,2%			Cólon e reto	23.660	9,7%
Traqueia, brônquio e pulmão	18.020	7,5%			Colo do útero	17.010	7,0%
Estômago	13.340	5,6%			Traqueia, brônquio e pulmão	14.540	6,0%
Cavidade oral	10.900	4,6%			Glândula tireoide	14.160	5,8%
Esôfago	8.200	3,4%			Estômago	8.140	3,3%
Bexiga	7.870	3,3%			Corpo do útero	7.840	3,2%
Laringe	6.570	2,7%			Ovário	7.310	3,0%
Linfoma não Hodgkin	6.420	2,7%			Pâncreas	5.690	2,3%
Fígado	6.390	2,7%			Linfoma não Hodgkin	5.620	2,3%

*Números arredondados para múltiplos de 10.

Fonte: Instituto Nacional de Câncer (2022).

Cada vez que os indivíduos fazem a opção pela diversidade alimentar – base das dietas tradicionais – deixando de consumir alimentos processados de baixo custo, produzidos pelas grandes corporações e vendidos pelas espalhadas redes de supermercados, estão superando um emaranhado de artimanhas construído para capturar seu paladar.

Desvendar estas artimanhas criadas para dissimular como é produzido e processado o alimento tem a ver com o enfrentamento a dietas não saudáveis. Elas representam um dos principais fatores de risco para homens e mulheres desenvolverem câncer, apresentarem doenças cardiovasculares e outros tipos de doenças adquiridas, culminando em morte precoce.

É quando tomam consciência que saúde, alimentação, dietas saudáveis e sistemas alimentares sustentáveis caminham juntos que os indivíduos se sentem capazes de exercer pressão social para que haja mudanças naquilo que não corresponde aos interesses da sociedade na qual estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autonomia decisória dos indivíduos tem sido constantemente influenciada por padrões culturais disseminados por forças homogeneizantes e sua forma massificante de invalidação de culturas. Com a alimentação não é diferente. Dificilmente ela se restringe a uma escala particular.

Portanto, faz-se cada vez mais imprescindível que os indivíduos se sintam protagonistas de um novo modo de vida em que a dinâmica do consumo de alimentação se manifeste potente no enfrentamento do paradigma vigente e suas respectivas barreiras.

A relevância de se estimular a autonomia alimentar em consonância com a adoção de práticas alimentares saudáveis – não manipuladas pelas relações de produção e consumo – passa pelo consumo responsável que começa quando o indivíduo amplia as próprias ponderações com o objetivo de adotar uma decisão ética.

Buscar compreender como funciona a cadeia de produção de um alimento ajuda muito na decisão de escolher o que comer. A reflexão sobre questões ambientais, políticas, sociais, econômicas e de saúde pública em relação ao modo de produção do alimento pode reverter a demanda por ele.

A partir da cobrança pela implementação de políticas alimentares livres dos interesses corporativos também é possível exercer alguma influência na forma de produção do que se come.

Contudo, repensar escolhas alimentares para a prevenção e redução de doenças não é uma responsabilidade só do indivíduo. Também é papel do poder público favorecer a saúde da população como um todo, facilitando, sobretudo, o acesso a dietas mais saudáveis por meio de um sistema alimentar voltado para o consumo de alimentos de origem vegetal.

As autoridades constituídas são quem deve promover um amplo acordo global interdisciplinar em torno da alimentação saudável, nos mesmos moldes dos esforços em prol do clima mundial. Pensando justamente naqueles em situação de maior vulnerabilidade social, as políticas públicas devem ser elaboradas para tornar a alimentação acessível, saudável, nutritiva, democrática e sustentável para todos.

REFERÊNCIAS

- CAPELLO, G. **Como a indústria alimentícia moldou nosso paladar**. Entrevistado: Elaine de Azevedo. [S. l.], mar. 2021. Disponível em: <https://yam.com.vc/alimentacao/794085/como-industria-alimenticia-moldou-nosso-paladar>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- DIAS, J. Comida: uma via potente de comunicação entre seres, saberes e território. *In*: Instituto Comida do Amanhã. **Isto não é (apenas) um livro de receitas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019. p. 120-123. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/isto_nao_e_apenas_um_livro_de_receitas_instituto_comida_do_amanha.pdf. Acesso em: 8 nov. 2019.
- FROGGATT, A.; WELLESLEY, L.; BAILEY, R. **Livestock**: Climate Change's Forgotten Sector. Global Public Opinion on Meat and Dairy Consumption. [S. l.]: The Royal Institute of International Affairs. Chatham House, 2014. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2014/12/livestock-climate-changes-forgotten-sector-global-public-opinion-meat-and-dairy-consumption>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- GIUBERTI, J.; ALBIERO, M. (coord.). **Dossiê Big Food**: como a indústria interfere em políticas de alimentação. [S. l.]: ACT; IDEC, 2022. Disponível em: https://actbr.org.br/uploads/arquivos/DOSSIE-BIG-FOOD_Como-a-industria-interfere-em-politicas-de-alimentacao_ACT_IDEC_2022.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.
- GONÇALVES, C. W. P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Tradução de Janaína Marcoantonio. 30. ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 224p., 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. (Brasil). **Estimativa 2023**: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/estimativa-2023-incidencia-de-cancer-no-brasil>. Acesso em: 18 fev. 2023.
- JOMORI, M. M.; PROENÇA, R. P. da C.; CALVO, M. C. M. Determinantes de escolha alimentar. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 63-73, fev., 2008.
- MORAES, J. M. M. **Porque as pessoas comem o que comem?** Comparação das motivações para comer entre dois contextos socioeconômicos díspares no Brasil. 2017. Dissertação (Mestrado em Nutrição em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: DOI: [10.11606/D.6.2018.tde-31012018-090233](https://doi.org/10.11606/D.6.2018.tde-31012018-090233). Acesso em: 26 nov. 2019.
- ORTIGOZA, S. A. G. Alimentação e saúde: as novas relações espaço-tempo e suas implicações nos hábitos de consumo de alimentos. **RATE GA**, Curitiba, n. 15, p. 83-93, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/14247/9573>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**: II VIGISAN: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

CAPÍTULO 2

RELAÇÕES DE
EXPLORAÇÃO/
OPRESSÃO:
EM DEBATE OS
MARCADORES DE
GÊNERO, GERAÇÃO,
RAÇA/COR/ETNIA

ADOLESCENTES QUE PRATICAM ATO INFRACIONAL NO BRASIL: EM ANÁLISE O ROUBO E SUAS DETERMINAÇÕES

*Breno da Silva Oliveira¹
Jaina Raqueli Pedersen²*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre o roubo enquanto ato infracional mais cometido por adolescentes no território brasileiro. Na particularidade brasileira, infrações praticadas por crianças e adolescentes são tipificadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, como ato infracional. Nesse sentido, crianças e adolescentes não praticam crime nem contravenção penal e sim ato infracional. Isso se dá porque o direito penal brasileiro reconhece crianças e adolescentes como seres inimputáveis, não cabendo imputação de pena a eles. Considerando que a prática do roubo se destaca em quantitativos percentuais, frente aos demais tipos de atos infracionais, indaga-se: Por que o roubo constitui o principal ato infracional praticado por adolescentes no Brasil?

Na sociedade capitalista, caracterizada pela produção social da riqueza e pela sua apropriação privada, as manifestações da desigualdade social engendrada nessa sociabilidade, se materializam de diferentes formas no cotidiano da população que depende unicamente da venda da sua força de trabalho como meio de sobrevivência. Desse modo, se faz necessário identificar as determinações sociais do roubo enquanto ato infracional, a fim de compreender por que este constitui o principal ato infracional cometido por adolescentes no Brasil. De forma complementar, busca-se refletir

1 Egresso do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja/RS. E-mail: brenodasilvaoliveira5@gmail.com. Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja/RS.

2 Docente do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja/RS. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Opressão/Exploração, Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

sobre as características do ato infracional bem como dos sujeitos que os praticam; identificar os atos infracionais mais praticados por adolescentes; analisar as principais determinações do roubo enquanto ato infracional.

A prática do ato infracional por crianças e adolescentes constitui-se enquanto uma realidade no território brasileiro. Estudá-la implica em contextualizá-la, sobretudo, no modo de produção capitalista, que produz e reproduz inúmeras desigualdades sociais, mediadas também por relações de raça/cor/etnia, de sexo, orientação sexual, entre outras.³ Logo, é de extrema relevância refletir sobre as determinações sociais, particulares a sociabilidade burguesa, que contribuem para a manifestação desta expressão da questão social. A sociedade capitalista, como poderá ser observado mais adiante, tem como premissa a produção e o consumo de mercadorias, pautado no ideário da propriedade privada. Assim, o estímulo à aquisição de mercadorias é difundido de maneira constante e ampla, visto que para a sociedade do capital, "é tão-somente através da venda de mercadorias que ocorre a acumulação de capital-dinheiro" (Alves, 2009, p. 17). Nesse sentido, o acúmulo na sociabilidade capitalista pode representar para o proprietário da propriedade privada, a intensificação do lucro e, para o trabalhador, a lógica da acumulação impõe necessidades constantes em acessar mercadorias. Logo, todos inseridos nessa dinâmica são afetados, inclusive os adolescentes.

De acordo com o último levantamento anual do SINASE (2017), a maioria dos atos infracionais praticados por adolescentes não são contra a vida e sim contra o patrimônio, ou seja, o ato infracional equiparado ao roubo representa 38,1% dos atos praticados. Nesse sentido, observa-se uma notória relação entre a prática do ato infracional contra o patrimônio e a possibilidade de um retorno material, além de representar a violação da propriedade privada.

Assim, refletir sobre o roubo como o ato infracional mais cometido no âmbito de uma sociedade em que o acesso às mercadorias socialmente produzidas se dá de forma desigual, é de fundamental importância. Ou seja, um contingente significativo da população não tem as condições objetivas para acessar as riquezas produzidas, são pessoas que vivem em condições de exploração e opressão, de pobreza e/ou pobreza extrema e que, muitas vezes, não contam com a proteção social do Estado, que tem o dever de implementar políticas públicas que atendam as necessidades

3 Neste trabalho dar-se-á ênfase para as características da sociedade capitalista e racista.

sociais da população, especialmente, daquelas que dizem respeito aos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. Além disso, aliado à lógica do consumo, que desperta sentimentos de pertencimento ou não pertencimento a uma realidade social, muitos adolescentes podem, por meio do ato infracional, ver a possibilidade de acessar aquilo que não possuem, o que contribui também para um sentimento de pertencimento na sociedade.

O desejo de refletir sobre a prática do ato infracional, em específico sobre as possíveis motivações para o ato infracional equiparado ao roubo, deve-se ao fato deste ser, de acordo com o SINASE (2017), o ato infracional mais praticado por adolescentes. Assim, compreender que este fenômeno ocorre na sociedade da acumulação e que ocorre atrelado com a realidade social de cada criança ou adolescente, é fundamental para que se amplie a compreensão acerca do fenômeno.

Assim, para responder aos objetivos propostos, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, sendo a revisão bibliográfica, em produções de natureza crítico, a técnica para buscar e reunir informações que dão subsídios para as respostas do estudo. O método de análise da realidade corresponde ao dialético crítico.

Na sequência desta introdução, o trabalho está organizado em dois itens. No primeiro, apresentam-se algumas das principais características do modo de produção capitalista, seu desenvolvimento histórico e social, sobretudo da sociedade brasileira. Ainda, de forma breve, contextualiza a legislação atual no que diz respeito às medidas socioeducativas aplicadas às crianças adolescentes que praticam ato infracional. No segundo item reflete-se sobre as principais determinações que levam o roubo a ser o ato infracional mais cometido entre adolescentes no Brasil. Por fim, apresentam-se as considerações finais, seguido das referências.

1 A SOCIABILIDADE CAPITALISTA E A (RE) PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: DESVENDANDO A CONSTITUIÇÃO DO ROUBO

O modo de produção capitalista constitui-se enquanto um sistema econômico em que a divisão social do trabalho se metamorfoseia, a produção de mercadorias tem como objetivo final o lucro e essa objetivação acarreta a transformação das coisas em mercadorias. O capital tem como caracte-

rística fundante a organização da sociedade em classes, o proletariado e a burguesia, esta que tem a propriedade privada dos meios de produção. “Por esta perspectiva, capitalismo significa não apenas um sistema de produção de mercadorias, como também um determinado sistema no qual a força de trabalho se transforma em mercadoria e se coloca no mercado como qualquer objeto de troca (Catani, 1983, p. 74)”. É uma mercadoria que serve as necessidades de valorização do capital, ao invés da riqueza produzida por este trabalhador servir as suas próprias necessidades.

Para a produção de uma mercadoria é necessário o trabalho, logo, por trás de toda mercadoria ocorre um processo de trabalho humano. No modo de produção capitalista o trabalho tem atribuído a si características particulares, que são capazes de realizar a manutenção da ordem societária vigente, no entanto, a categoria trabalho antecede o modo de produção capitalista.

O trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, é responsável por realizar o intercâmbio consciente entre a natureza e o homem, a fim de modificar a natureza para atender uma determinada necessidade humana.

Essa simultânea articulação e diferença do mundo dos homens com a natureza tem por fundamento o trabalho. Por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos. A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais (Lessa; Tonet, 2011, p. 17-18).

No modo de produção capitalista, o trabalho e, por conseguinte, o trabalhador possui atrelado ao seu desenvolvimento as necessidades impostas pelo capitalismo, a organização do trabalho ocorre de maneira individual, excluindo o trabalhador da tomada de decisões, submetendo o trabalho a divisão social hierárquica. Sob essa forma de sociabilidade, para ser considerado/a cidadão/ã é preciso reproduzir esta relação social, vendendo sua força de trabalho e, com isso, produzindo mais-valia. “Apenas é produtivo o trabalhador que mais-valia produz ao capitalista, ou serve à autovalorização do capital” (Marx, 1957, p. 287). Assim, o trabalho socialmente desenvolvido possui apropriação privada, pautada nos ideais liberais que afirmam o trabalho e a propriedade privada enquanto categorias naturais, inerentes ao desenvolvimento da história. De acordo com Lessa; Tonet (2011, p. 37) “[...] o fato de a classe dominante exercer a atividade imprescindível de controle do trabalho para a sociedade classes

possa existir, significa, apenas que ela vive da exploração dos trabalhadores e não, como se acreditou por tantos anos, que as ideias gerassem sociedades”, outorgando ao trabalhador o mero papel de operador, pois a prévia ideação e a objetivação estão sob controle dos detentores dos meios de produção e o produto produzido é propriedade privada, o que acarreta no estranhamento do trabalhador com a mercadoria produzida.

[...] a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria –, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social (Freitas; Mesquita, 2008, p. 125).

A mercadoria, produto do trabalho, é produzida no modo de produção capitalista para atender necessidades coletivas e não individuais, o acúmulo de mercadorias nessa ordem societária é a materialização da riqueza. A mercadoria produzida em grande escala tem atribuída a si o valor de uso e o valor de troca, o valor de uso constitui-se enquanto a necessidade humana de acessar aquela mercadoria, ou seja, a utilidade que aquele item possui, já o valor de troca é concebido a partir de outras mercadorias, assim é estabelecido de maneira distinta entre as diferentes mercadorias (Carcanholo, 2013).

A partir destas implicações diante da mercadoria, é importante considerar que o valor da mercadoria será determinado a partir da quantidade de tempo socialmente necessário para produzi-la, a mercadoria possui, então, duas características determinantes. A primeira é a necessidade humana e a segunda é a capacidade do intercâmbio com outras mercadorias, impulsionado pelo modo de produção capitalista, que constantemente reforça a necessidade do desenvolvimento de novas necessidades para serem supridas a partir de novas mercadorias, objetivando o acúmulo. Logo, é criada uma dependência diante da posse de mercadorias, consubstanciando o valor de uso, assim o valor da mercadoria sobrepõe ao valor de uso, ou seja, ter a mercadoria passou a ser, na ótica capitalista, mais importante do que de fato atender a necessidade para qual aquela determinada mercadoria foi desenvolvida.

Assim sendo, a mercadoria tem atribuída a si, nessa sociedade que se desenvolve em torno do consumo de mercadorias, uma dominação diante

das pessoas, logo inverte-se a ordem, as pessoas passam a ser controladas pelo poder da mercadoria. De acordo com Marx (2011, p. 58).

Muito se fala sobre o fetichismo da mercadoria, mas em geral não se leva em conta em que condições ele pode ser pensado e aceito como um fenômeno social. O fetichismo da mercadoria não é uma determinação indutiva, nem uma hipótese a ser verificada empiricamente. Por certo se percebe que a mercadoria opera no mercado como se fosse dotada de energia própria.

Percebe-se que o fetichismo da mercadoria se constitui enquanto um mecanismo do modo de produção capitalista, ou seja, uma prática real que acaba por gerar o entranhamento entre o produtor e a coisa criada, visto que a mercadoria a partir da alienação é compreendida pelo viés do processo econômico. Assim, passa a ter poder sobre criador, o que incide na concepção do papel da alienação frente a classe operária (Marx, 2011).

Conforme Paulo (2022, p. 55) “A ênfase de Lukács sobre a reificação na vida social parte, portanto, do reconhecimento do estranhamento gerado pela produção de mercadorias, refletido em todas as estruturas sociais ‘externas’ à esfera da produção.” Assim, a autonomia criada pela mercadoria é estranhada, no entanto, só é possível a existência por meio das ações dos seres humanos.

Segundo Yamamoto (2000, p. 27)⁴

A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Nesse sentido, entende-se que a produção de mercadorias é realizada a partir do desenvolvimento social do trabalho, mas a apropriação desses itens fica restrita a parcela que detém os meios de produção, assim, o trabalhador apesar de produzir as mercadorias não consegue acessá-las. Tem-se assim uma contradição, ou seja, uma minoria acumula riquezas e outra, a maioria, é privada dos bens produzidos. Tal situação se agrava para a parcela da sociedade que é desprovida de trabalho, daquilo que Antunes (2018) denomina de “privilégio da servidão”, ou seja, de pessoas que, na ausência de trabalho, não possuem renda para acessar os bens e

4 O Serviço Social tem um caráter profissional interventivo e fundamenta-se na teoria social crítica para analisar e intervir nas expressões da questão social, que atingem principalmente as pessoas mais pobres, ou seja, nesse contexto os adolescentes que praticam o ato infracional.

serviços disponíveis na sociedade. Diante desta falta, o roubo poderá ser uma consequência e/ou uma alternativa, mesmo que este tenha outras determinações para a sua constituição.

O desemprego é caracterizado pela parcela da população que se encontra desocupada oficialmente no território nacional, e seus impactos podem ser reverberados na esfera individual e coletiva de uma nação. No país tem-se elevado de maneira significativa desde a contrarreforma⁵ trabalhista implementada no ano de 2017, durante o Governo Temer (2016 - 2018). De acordo com o Senado Federal (2019, s./p.) “[...] a reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017) mudou as regras relativas à remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, entre outras. A norma foi aprovada para flexibilizar o mercado de trabalho e simplificar as relações entre trabalhadores e empregadores”.

A legislação precarizou o trabalho através da retirada de direitos, com a falácia de que ocorreria uma modernização na relação entre empregador e empregado, violando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em vigor, desde o ano de 1943. A contrarreforma trabalhista, que alterou a CLT, implantou a flexibilização de direitos, a terceirização e estagnou o salário do trabalhador gerando impactos diretos na renda e por conseguinte, no acesso a mercadorias. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge, 2022), atualmente, 9,5 milhões de pessoas com mais de quatorze anos estão desempregados no Brasil e outros 4,3 milhões são desalentados, ou seja, desistiram de procurar emprego. Como salienta Antunes (1999, p. 41-42),

[...] de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países do capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento do setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado [...] O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sinté-

5 O termo contrarreforma é empregado, pois a “reforma” atua na retirada de direitos conquistado por um conjunto de lutas, logo não ocorre uma “reforma”.

tica, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexização da classe trabalhadora [...].

Observa-se a exclusão dos mais jovens do mercado de trabalho,⁶ o que pode gerar impactos significativos nas condições de vida desses sujeitos, visto que, dentro da lógica capitalista o trabalhador não detém a posse da propriedade privada dos meios de produção, restando apenas a venda da mão de obra, que só é alcançada quando se tem trabalho disponível. Uma pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2018) sobre a pobreza na infância e adolescência aponta que 61% das crianças e dos adolescentes brasileiros são afetados pela pobreza e o reflexo dessa pobreza é facilmente notado, pois esses adolescentes são privados de seus direitos e isso se deve ao fato do Estado não investir suficientemente em políticas públicas para que tais direitos sejam assegurados.

Nesse sentido, destaca-se que a pobreza tem se caracterizado como um dos principais elementos contribuintes para o cerceamento de acesso aos direitos na vida dos adolescentes, pois apesar do grande acúmulo de riqueza gerado no país, a sua socialização não acontece. O crescimento da pobreza faz com que as famílias sejam imersas em grandes problemas que advém da mesma, como, por exemplo, o crescimento da violência nas áreas em que ela se concentra, e, neste cenário, a juventude mais uma vez desponta como um dos segmentos mais atingidos pelos reflexos da pobreza, pois como já citado, os adolescentes passam a não ter oportunidades que lhes possibilitem sair da condição em que se encontram, sendo que é cada vez maior o número de pessoas que são descartadas pelo mercado de trabalho. Logo, com a inviabilidade de acessar mercadorias pela lógica aceita na sociabilidade capitalista, as pessoas que são privadas, podem incidir de outras maneiras para o acesso, como por exemplo, o roubo.

Nesta perspectiva, faz-se necessário uma contextualização sobre a legislação vigente que qualifica esta e outras práticas como ato infracional, cabendo destacar que a trajetória da infância e da adolescência no território bra-

⁶ De acordo com Alves (2014, s./p.) "Os 'proletaróides' são os jovens trabalhadores proletários da dita 'nova classe média' que surgiram na era do neodesenvolvimentismo, os pobres emergentes da 'classe C' incluídos pelo consumo. Na verdade, eles são os jovens da nova classe trabalhadora brasileira, que buscam incluir-se na sociedade burguesa por meio do consumo popular de marca. Os 'proletaróides' constituem hoje predominantemente a massa do fenômeno social dos 'rolezinhos'".

sileiro é permeada por processos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos que se desenvolveram, paralelamente com o desenvolvimento do arcabouço jurídico frente à criança e ao adolescente. Observa-se que o avanço jurídico, a partir da perspectiva de compreender crianças e adolescentes enquanto sujeitos dotados de direitos e deveres, só se efetiva após uma trajetória inconstante e sob influência dos fatores externos ao desenvolvimento das legislações acerca da população infantojuvenil.

Observa-se que o caminho percorrido para compreender a criança e o adolescente a partir de uma concepção humanista, foi promovido pela Constituição Federal de 1988 e consolida-se apenas com a promulgação da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Previamente, os marcos legais vão em consonância com o contexto histórico de cada período, reverberando a inserção das crianças e dos adolescentes na esfera do direito, porém com o caráter moralista reforçando a divisão entre crianças ricas e pobres, marginalizando o “menor”.

É somente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que se observa uma maior preocupação sobre a condição das crianças e dos adolescentes, entendendo estes enquanto sujeitos de direitos e atribuindo as responsabilidades dos seus cuidados à família, à sociedade e ao Estado.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

No entanto, é com o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que os direitos são ratificados e crianças e adolescentes passam a ser compreendidos enquanto sujeitos de direitos, merecedores da proteção integral. O estatuto apresenta-se como um importante marco jurídico no que tange aos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes no território brasileiro, com a prerrogativa da formulação e posterior execução das políticas públicas, visando a garantia do acesso aos direitos tipificados pela legislação. A implantação

do ECA surge na esteira de diversas mobilizações sociais em torno de sua implementação.

Fundamentalmente, enfatiza-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente nasceu a partir da experiência da indignação social junto ao apelo de normativas internacionais a favor das crianças e adolescentes. Perante essas normativas e visando evitar a construção social que separa os “menores” das crianças e dirige-se às crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, o ECA trouxe mudanças significativas na política de atendimento a estes sujeitos por meio da criação de instrumentos jurídicos. No ECA as crianças e os adolescentes passam a ser reconhecidos como “Sujeitos de Direitos” e de “Prioridade Absoluta”. Frente a esse estatuto, observa-se o direito da criança e do adolescente perante um sistema de direitos fundamentais, conforme encontra-se tipificado no

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990).

O ECA, reconhecido enquanto uma legislação avançada viabilizou, em contexto nacional, uma reorganização das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente, rompendo com as características embutidas ao trato destes sujeitos pelas legislações que precederam, com caráter higienista e punitivista. Assim, a partir de uma nova compreensão, despida de concepções que dividem crianças de “menores”, o estatuto avançou significativamente nas propostas do desenvolvimento de políticas públicas por meio de um sistema integrado entre as esferas federal, estadual e municipal, o que propicia a descentralização. A ampla participação social na elaboração, monitoramento e avaliação, a fim de que as políticas públicas sejam qualificadas para abarcar as demandas emergentes da realidade social ao qual as crianças e os adolescentes estão inseridos, constitui-se enquanto uma característica oportunizada pelo estatuto (Lavarotti, 2021, s./p.).

De acordo com a legislação vigente, no território brasileiro crianças e adolescentes não cometem crime nem contravenção penal, a Constituição da República Federativa do Brasil discorre que “Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. Logo, são penalmente inimputáveis pois ocorre a ausência

da possibilidade da prática de um crime, embora haja um movimento na sociedade que reivindica mudanças neste aspecto, ou seja, a redução da maioria penal.

Os atos cometidos por crianças e adolescentes são tipificados pela legislação como ato infracional. De acordo com o Estatuto da Criança e do adolescente “Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”, ou seja, a prática do ato infracional é a conduta equipara enquanto crime ou contravenção penal cometido por crianças (até 12 anos) ou por adolescentes (entre 12 anos completos e 18 anos incompletos).

A responsabilidade penal juvenil inicia-se com 12 anos, porém como dispõe o “Art. 106 nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente” (Brasil, 1990), quando comprovar-se de fato a prática do ato infracional e após a tramitação do devido processo legal⁷ serão aplicadas as medidas protetivas e/ou as medidas socioeducativas.

A regulamentação da execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes que praticam ato infracional está tipificada na Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O SINASE define os princípios e parâmetros da ação e gestão pedagógica das medidas socioeducativas.

[...] §1º Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (Brasil, 2012).

Aos adolescentes são aplicadas medidas socioeducativas, as quais devem pautar-se fundamentalmente de modo pedagógico. Observa-se que a medida socioeducativa só deve ser aplicada quando houver indícios suficientes de autoria e prova de materialidade do ato infracional, nos termos estabelecidos no art. 114⁸ do Estatuto da Criança e do Adolescente.

7 O devido processo legal abarca uma série de normas ou princípios constitucionais que asseguram o direito de ação e o direito de defesa, a saber: ampla defesa, contraditório, juiz natural, publicidade dos atos processuais, duração razoável do processo, motivação das decisões, tratamento paritário conferido às partes envolvidas no processo [...] (SOUZA, 2012).

8 Art. 114. A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127. Parágrafo único. A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

O sistema de aplicação de medidas socioeducativas do ECA⁹ é diferenciado do sistema adotado pelo Código Penal, pois não estabelece para cada infração um tipo de pena, uma sanção correspondente, transferindo ao legislador a atribuição de encontrar “a medida adequada” para determinado caso concreto. Nessa esteira, o sistema do ECA pode comportar a aplicação de medidas desproporcionais e injustas, capazes de comprometer a própria segurança jurídica.

2 DETERMINAÇÕES SOCIAIS DO ROUBO ENQUANTO ATO INFRACIONAL

De acordo com o Código Penal brasileiro, roubo é o ato de “Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência” (Brasil, 1940). Assim, o roubo consagra-se enquanto uma estratégia para acessar mercadorias. No entanto, o ato de roubar possui atrelado a sua prática, um viés moral, que entende o ato enquanto uma prática isolada e dissociada da realidade social ao qual o sujeito que cometeu este crime é oriundo ou está inserido.

Parte-se da premissa de que o autor do roubo comete o ato para subtrair algo que não possui. Nestes casos, o direito - por meio da legislação -, institui uma punição para os autores desse fato, punição essa que se construiu com a anuência da população ao redor do mundo. Ao longo dos anos, metamorfoseou-se os tipos de punição para o roubo, no entanto é consolidado no ideário social que a punição é o resultado para o ato de roubar, que é considerado um pecado pela doutrina das igrejas que possuem a bíblia sagrada como aparato para as regras e costumes. “Não furtarás¹⁰” (Êxodo 20:15) está presente em um dos dez mandamentos que constituem um ordenamento a princípios regidos pela ética e adoração. Em outro momento a bíblia discorre “o que furtava não furtar mais; antes trabalhe, fazendo algo de útil com as mãos, para que tenha o que repartir com quem estiver em necessidade” (Efésios 4:28). Em outra passagem, é possível interpretar uma espécie de autorização para agir contra o autor do roubo, “mas entendam isto: se o dono da casa soubesse a que hora

9 Os tipos de medidas socioeducativas aplicadas a quem comete ato infracional podem ser localizadas no ECA.

10 De acordo com o Código Penal (Brasil, 1940), furto corresponde ao ato de “Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”.

da noite o ladrão viria, ele ficaria de guarda e não deixaria que a sua casa fosse arrombada” (Mateus 24:43).¹¹

Nesse sentido, é possível observar que foi construído e fortalecido na doutrina cristã que o roubo é um ato na contramão dos preceitos que devem ser adotados, agregando ao ato um caráter moral. No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge, 2010), na realização do último censo demográfico, 86,8% dos brasileiros são cristãos. Há, inclusive, no Congresso Nacional, uma frente parlamentar conhecida como “a bancada da bíblia” que possui um número expressivo de parlamentares e atua pautada na apresentação de projetos de lei com viés moralista.

O continente africano tem um papel importante para a reflexão do roubo. Ao longo do desenvolvimento da história, é possível identificar atos de roubos em todos os períodos, roubo de mercadorias, roubo de matéria prima, roubo de pessoas, roubo de liberdades e identidades. Esses roubos são materializados de forma mais incisiva no território africano, com a partilha da África no ano de 1884, quando ocorreu a Conferência de Berlim,¹² cujo objetivo consistia em legalizar, por meio de um acordo entre as potências europeias, o roubo generalizado no continente africano através de sua partilha, por meio de projetos para ocupar e explorar o território. Tal fato incorreu em consequências político-culturais para o território, atingindo uma dimensão para além da vida individual de cada sujeito, mas também uma dimensão social, com uma amplitude que impactou nas relações sociais estabelecidas no continente, metamorfoseando a figura do povo preto para atender os interesses das nações colonizadoras.

A partilha da África surge na esteira da expansão de expedições coloniais com o ideário racista como um dos pilares de suporte para a extração (roubo) da identidade do território africano, das diferentes culturas existentes, da língua e até o roubo de pessoas para serem escravizadas. Segundo Ki-zerbo (2006, p. 24) apud Silva *In* TV PUC; 2021 “no século XVI, começou a invasão do exterior: uma ingerência de relevo, com ‘as

11 De acordo com o Senado Federal (2021, s./p.) foram publicados em 12 de fevereiro, os Decretos nº 10.627, nº 10.628, nº 10.629 e nº 10.630 regulamenta o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003), no sentido de flexibilizar normas e ampliar o acesso a armas de fogo. Entre outros dispositivos, as normas permitem que profissionais autorizados, além de colecionadores, atiradores e caçadores (CACs), possam comprar mais armas e munições. Também modificam os critérios para análise do pedido de concessão de porte e reduzem a lista de artefatos classificados como produtos controlados pelo Exército (PCEs).

12 Segundo (Pinto; 2017; s./p.). A Conferência de Berlim foi uma cimeira convocada pelo chanceler alemão Otto von Bismarck e que juntou nesta cidade os representantes de diversas potências europeias entre 15 de novembro de 1884 e 15 de fevereiro do ano seguinte.

grandes descobertas' de África do Sul, do Sara e América Latina. Estas descobertas implicaram como se sabe no tráfico de negros”.

Nesse sentido, é possível observar a mutabilidade potencializada pelo processo colonial com bases conservadoras, hegemônicas e preconceituosas que atribui ao corpo preto um lugar inferior nas relações sociais estabelecidas, transformando assim, através do processo de escravagismo o preto em uma mercadoria a ser comercializada para o trabalho forçado. De acordo com Davis (2016, p, 24) “o sistema escravista definia o povo negro como propriedade”. No bojo da compreensão que o preto é uma propriedade, é possível identificar em diversos momentos do percurso histórico os cercamentos realizados contra o povo preto no território africano e fortificados fora do território. Assim o preto foi obrigado a assimilar a cultura da nação colonizadora em detrimento da sua.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2019), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (Ibge, 2019) 46,8% dos brasileiros consideram-se como pardos e 9,4% como pretos, o que totaliza a maioria da população do país 56,2% como pardos e pretos. O que possibilita a interlocução para refletir sobre o perfil do sujeito que praticou o ato infracional, que de acordo com o levantamento anual do SINASE (2017), de um quantitativo de 26.109 mil adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas, 10.532 autodeclaram-se pretos e pardos, já

56% dos adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade foram considerados pardos/negros, em 2014 eram 61% e em 2016 eram 59%, ou seja, a predominância da cor parda e negra/preta no Sistema Socioeducativo também confere com os dados do IBGE em que a população brasileira nestes anos está entre 50 a 60% de pessoas pardas e negras SINASE (2017, p. 41).

Segundo o levantamento do SINASE (2017) 40% dos adolescentes e jovens incluídos no sistema socioeducativo foram considerados de cor parda ou preta, 23% de cor branca, 0,8% de cor amarela e 0,2% indígena. Identifica-se a partir dos dados que ocorre uma divisão entre os adolescentes, divisão essa que ultrapassa o conceito de cor e perpetua-se em local de vivência e condições postas a cada um.

De acordo com o Levantamento Anual do SINASE (2017), a maioria dos atos infracionais não são contra a vida e sim contra o patrimônio. Segundo o levantamento, 38,1% dos atos infracionais cometidos equiparam-se ao

crime de roubo e é descrito pela legislação como crime, 26,5% tráfico de entorpecentes, 8,4% homicídio e 5,6% furto. Ou seja, são atos que geram algum tipo de retorno financeiro ao adolescente que praticou o ato infracional.

Segundo Terra e Azevedo (2018) o número expressivo de adolescentes envolvidos com o ato infracional análogo ao tráfico, coloca-se como alternativa ao desemprego e por conseguinte, ao acesso de mercadorias. Nesse sentido Terra e Azevedo (2018) destacam que o envolvimento infracional pode ser observado a partir da necessidade em acessar mercadorias na sociedade capitalista, em que o poder simbólico se relaciona com a afirmação identitária e com sentimento de influência e pertencimento diante um grupo social ou território. Nessa esteira, identifica-se a raça como outra determinação na constituição do ato infracional, demandando a reflexão sobre o conceito de racismo. É crucial compreender que raça se constitui enquanto uma construção histórica e social, subsidiando a análise sobre o fenômeno do racismo.

O racismo apresenta-se enquanto uma realidade presente no território brasileiro desde o período colonial, marcado pelo tráfico de escravos, ou seja, pessoas pretas comercializadas na condição de mercadorias. Entende-se por racismo ações violentas que ocorrem de maneira direta ou indireta, praticadas de um sujeito ou grupo social a determinado sujeito ou grupo social, ações que podem ser praticadas de forma consciente ou inconsciente e são manifestadas de diferentes formas. Ao longo da história, o conceito de racismo metamorfoseou-se, chegando à compreensão da análise mais recente desse fenômeno, o racismo estrutural, que tem em sua prática a normalização. De acordo com Almeida (2021, p. 50) [...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.

Nesse sentido, compreende-se o racismo enquanto elemento estruturante das relações sociais, as quais se reproduzem na perspectiva da normalização do racismo, que em sua dualidade é estrutural e estruturante, conduzindo a dinâmica social. "Sob este prisma, a tarefa de uma sociabilidade democrática, mais do que combater o racismo, é eliminar o peso da raça sobre a liberdade dos indivíduos, desmantelar os privilégios raciais e instituir o 'império da lei'" (Almeida, 2021, p. 89). Ou seja, atenuando a discussão

do racismo diante o discurso da igualdade frente à legislação, discurso constantemente reforçado pela corrente do estado neoliberal que, no que tange ao modelo econômico, destaca-se que alguns governos são mais inclinados a esta corrente, que visa cada vez mais usar o aparelho estatal em função do capital em detrimento do social. E essa condição é reproduzida também na manutenção do racismo estrutural, que de acordo com Alves (2022, p. 213),

[...] a presença do racismo no mercado de trabalho vem sedimentando uma divisão racial do trabalho, como um ordenamento do racismo estrutural cuja finalidade é estabelecer as condições necessárias para a exclusão e marginalização das(os) trabalhadoras(res) negras(os) do mercado de trabalho assalariado, assim como determinar as condições materiais para a população negra ser inserida de forma precária em postos de trabalho informais ou com salários insuficientes para a reprodução da vida.

Assim, com espaços pré-determinados, salário precários, e trabalhos informais¹³ a divisão racial no mercado de trabalho acaba por impulsionar as desigualdades, visto que inseridos em um modo de produção, onde o acesso a mercadorias para satisfazer as necessidades mais básicas ocorre “[...] mediante pagamento em dinheiro, faz com que outrem lhe forneça trabalho, e Arbeiter [receptor de trabalho] aquele de quem o trabalho é tomado em troca do salário” (Marx, 2011, p. 85). Logo, essas pessoas estão privadas do acesso às mercadorias e os serviços, que no desenvolvimento do Estado neoliberal torna-se cada vez mais privado, sendo impossível acessá-los sem a mercadoria – dinheiro – ao mesmo passo em que os serviços públicos são constantemente precarizados sob o viés de um Estado neoliberal.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômica que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a estas práticas;

13 A informalidade é compreendida como a “ruptura com os laços formais de contratação regulação da força de trabalho, podemos acrescentar que, se a informalidade não é sinônimo de direito de condição de precariedade, sua vigência se expressa, com grande frequência e intensidade, formas de trabalho desprovidas de direitos, as quais, portanto, apresentam clara similitude com a precarização. Desse modo, a informalização da força de trabalho vem se constituindo como mecanismo central utilizado pela engenharia do capital para ampliar a intensificação dos ritmos e dos movimentos do trabalho e ampliar seu processo de valorização. E, ao fazê-lo, desencadeia um importante elemento propulsor da precarização estrutural do trabalho” (Antunes, 2013, p. 17).

o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integralidade do dinheiro (Harvey, 2008, s./p.).

Nesse sentido, o Estado neoliberal irá atuar para atender as demandas do modo de produção capitalista, como a defesa da propriedade privada, a precarização dos direitos, a transferência de responsabilidades estatais preconizadas no arcabouço legal brasileiro para a esfera privada, visando o lucro. A corrente neoliberalista instaura de maneira generalizada a forma de mercado em todas as esferas das relações sociais.

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos [...] (Dardot; Laval, 2016, p. 16).

Nessa esteira, observa-se no contexto do Estado neoliberal que ocorre a ausência dele na execução das políticas sociais, implicando em manifestações de diferentes tipos de desproteções sociais, visto que o Estado atua de maneira máxima para o capital e mínima para o social.

Ou seja, o Estado que deveria atuar para a consolidação da proteção social, garantindo direitos aos sujeitos, inseridos em contexto de insegurança social, acaba por exacerbar as situações de vulnerabilidade que decorrem da sociabilidade capitalista, que fragmenta os trabalhadores, transformando-os em meras mercadorias, atua na sistêmica precarização do trabalho e retirada de direitos, reforça a pobreza e condiciona o acesso às mercadorias. Assim, o Estado age sob o viés penal, na defesa intransigente da propriedade privada e na segregação do tratamento aos sujeitos, criminalizando a pobreza. Segundo Oliveira (2016, p. 80) “[...] em uma relação inseparável entre o capitalismo contemporâneo e a emergência do Estado penal operacionalizado pelo sistema de responsabilização “penal” juvenil.” Nesse sentido, observa-se que ocorre a individualização e culpabilização dos adolescentes que incidem na prática do ato infracional e com a configuração atual do Estado, apesar do avanço, no que tange a legislação, transcorre a divisão entre os adolescentes ricos e pobres.

É possível perceber que no processo histórico já percorrido, considerando as relações sociais (re)produzidas no território brasileiro, dentro da lógica da acumulação do modo de produção capitalista, há avanços inegáveis no que diz respeito às legislações para crianças e adolescentes. Por um longo

período, estas ficaram a mercê de uma lógica conservadora (não que esta ainda não esteja presente, mas com outras ou renovadas características) presente na sociedade brasileira, dividiu no arcabouço jurídico e, conseqüentemente, nas políticas públicas, as crianças e adolescentes pobres dos demais, contribuindo para a reprodução da criminalização da pobreza.

A criminalização da pobreza é um fenômeno global de maus-tratos e preconceito enfrentado por membros mais pobres da sociedade devido a suas circunstâncias econômicas, muitas vezes influenciado por e perpetuando o racismo, e outras formas de discriminação. Pode se manifestar de várias formas, que ocorrem comumente, como em penas excessivas por pequenos delitos, leis e políticas voltadas para “limpar as ruas” de desabrigados, fiscalização arbitrária, prisões ilegais e, na sua forma mais sinistra, violência física ou homicídio (Besser et al., 2016, s./p.).

De acordo com Faleiros (2005, p. 171) “Pode-se observar, ao longo de nossa história, uma clara distinção entre uma política para os filhos da elite ou das classes dominantes e uma política para as crianças e adolescentes pobres”, evidenciando assim, a conivência do Estado burguês, com as demandas do modo de produção capitalista. Logo, a prática do ato infracional relaciona-se com a constante falta e/ou impossibilidade de acesso a mercadorias que atendam as necessidades das pessoas e, também, com a falta e/ou omissão do Estado, no que diz respeito a implementação de políticas públicas que atendam, na perspectiva do direito, às necessidades da população, como, por exemplo, saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho, alimentação, qualificação profissional, entre outras.

A explicação para as práticas de delitos em nossa sociedade apresenta um vasto conjunto de hipóteses que variam de teorias funcionalistas, para as quais a inadaptação social explica o delito como uma disfunção do indivíduo; até teorias que remetem a necessidade da compreensão dialética das relações sociais, nas quais os sujeitos produzem e reproduzem valores, comportamentos e atitudes como forma de dar significado a sua existência (Volpi, 1997, p. 53).

Imposta pela lógica capitalista, a prática de atos infracionais que visam adquirir algum patrimônio, corrobora com a reflexão sobre o desenvolvimento das relações sociais, estruturadas pelo modo de produção capitalista. O ato infracional se constitui então, enquanto um ato análogo ao crime, mas também enquanto uma expressão da questão social presente principalmente na vida dos adolescentes em situação de vulnerabilidade

social, em que a contradição entre a necessidade de acesso a mercadorias e a falta de recursos para o acesso às mesmas é constante.

O roubo é o ato infracional mais cometido no território nacional, sobretudo por adolescentes do gênero masculino e da raça¹⁴ preta. O país possui o desenvolvimento de sua história pautado em bases escravocratas, conservadoras e racistas. A figura do corpo preto é repulsante dentro da ótica de uma ideologia de branqueamento, que em compasso com o modo de produção capitalista, instituiu o roubo de identidade do povo preto. Segundo Almeida (2021, p. 183) “A escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro”. Nesse sentido, percebe-se que a divisão existente entre pessoas pretas e não pretas se constitui enquanto um fator recorrente e presente ao longo do desenvolvimento da história do país até a atualidade, reverberando em fenômenos que ultrapassam a concepção de racismo individualista¹⁵ e com bases estruturais, norteiam a organização do modelo social imposto pela sociabilidade capitalista.

A partir da concepção da divisão racial presente no mercado de trabalho, que atribui ao trabalhador preto o subemprego ou até mesmo o desemprego, com base na ideologia da perpetuação da segregação, alicerçada pelo racismo estrutural, tem-se o retrato das condições de vida desse povo. Sem as condições para a realização da subsistência de suas necessidades mais básicas, em virtude dos empregos informais, com retornos financeiros insuficientes para sobrevivência e o não acesso a mercadorias, isso reverbera nos dados do perfil dos adolescentes que cometem ato infracional, ou seja, são pretos e vivem em famílias pobres. Diante de um contexto de reestruturação produtiva do capital, em que o toyotismo é o momento predominante e os trabalhadores estão sujeitos a uma condição de entradas e saídas, quando cíclicas, no mercado de trabalho, as condições de vida da população preta se agravam ainda mais. Soma-se a isso, o fato de que, desde a década de 1990, o Estado vem pautando sua

14 De acordo com Eurico (2022, s./p.). A utilização da categoria ‘raça’ é assertiva, pois proporciona a identificação das pessoas conforme seu grupo de origem e desvela os processos de inclusão/exclusão a que elas estão submetidas por serem brancas, negras, indígenas ou asiáticas. A adoção da categoria raça não parte da concepção biológica de ser humano; antes, pressupõe a condição do ser social, a quem se atribuem valores positivos e negativos, com base em uma escala evolutiva, perversamente produzida pelo grupo racial branco.

15 “[...] a concepção individualista pode não admitir a existência de ‘racismo’, mas somente de ‘preconceito’, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política.” (Almeida, 2021, p. 36).

atuação a partir do referencial neoliberal, que implica num Estado mínimo para o social e máximo para o mercado.

São diretamente impactadas as pessoas e famílias que estão inseridas de forma precária no mundo do trabalho, o que agrava a condição socioeconômica, visto que o crescimento da pobreza faz com que as pessoas excluídas do emprego formal ou informal recorram a meios lícitos e ilícitos para o acesso de mercadorias. Assim sendo, o fenômeno do ato infracional está associado não só à pobreza, ou à miséria em si, mas sobretudo à desigualdade social existente e reforçada por fatores como a classe e a raça.

As dificuldades econômicas presentes no bojo da organização de um Estado neoliberal, que desenvolve suas políticas pautadas na responsabilidade fiscal, ignora de maneira reiterada às demandas sociais, principalmente quando essas demandas são oriundas de um povo historicamente excluído, o povo preto. Assim são provocadas instabilidades e incertezas que pressionam adolescentes, e algumas vezes crianças, a buscarem outras formas de acesso a mercadorias e ganhos para suprirem necessidades. Tal situação, com toda a complexidade que a constituem, pode ser determinante para que o roubo seja o ato infracional mais praticado no território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos pontos levantados neste artigo, compreende-se que para uma reflexão sobre a prática do ato infracional é necessário compreendê-la associada ao contexto histórico, social e econômico da realidade brasileira. O roubo se destaca, do ponto de vista quantitativo, como o ato infracional mais praticado e algumas determinações sociais que possam explicar esse fenômeno foram elencadas neste trabalho. Os sujeitos que incidem na prática do ato infracional, são sobretudo os adolescentes pretos e pobres, descendentes de um povo que ao longo do processo de “civilização” da humanidade sofreu com o roubo do território, da identidade e da cultura. Um processo que teve origem a partir da exploração do continente africano e particularizou-se no território brasileiro com a escravidão. O Brasil é um país construído historicamente, sob bases racistas, que segrega os sujeitos de acordo com sua raça/classe/gênero. Sob esse viés, como herança “maldita” do período escravocrata no país, perpetua-se até a atualidade

o racismo, que se fundiu ao capitalismo e metamorfoseou suas práticas ao longo dos anos.

O povo preto e sobretudo os adolescentes, vivendo na sociabilidade capitalista, encontram-se reiteradamente excluídos do mercado de trabalho, ou quando inseridos, o que impera é a condição da precariedade do trabalho, manifestada com baixos salários, informalidade, redução de direitos. Nota-se a contradição presente, visto que para o acesso a mercadorias na sociabilidade capitalista é necessário possuir o dinheiro, que só é acessado pela classe trabalhadora por meio da venda da força de trabalho. Nesse sentido, para as pessoas e, também, para os adolescentes, constantemente pressionados a possuir mercadorias para satisfazer as necessidades, básicas ou supérfluas, o roubo apresenta-se enquanto um meio para o acesso às mercadorias tão importantes nesta sociabilidade. Destaca-se que o roubo é uma violação direta ao modo de produção capitalista, que defende de maneira intransigente a manutenção da propriedade privada, pois é somente ela que possibilita o controle dos meios de produção e a extração da mais-valia, que fica restrita a uma pequena parcela da população, enquanto a maior parte, os trabalhadores, sofrem com a falta de acesso aos direitos.

Houve uma grande evolução com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que atribuiu o cuidado da criança e do adolescente à família, à sociedade e ao Estado, além disso o Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado em 1990, trouxe direitos e deveres, medidas socioeducativas e medidas de proteção para estes sujeitos. No entanto, ainda é necessário que seja percorrido um caminho para a não culpabilização dos adolescentes ao incidir na prática do ato infracional. Desse modo, o roubo enquanto ato infracional mais praticado por adolescente no Brasil tem como determinações principais, o racismo e a sociabilidade capitalista, que contituem as bases para a criação e manutenção de uma sociedade estruturalmente desigual, forçando determinados segmentos da sociedade, sobretudo os mais explorados e oprimidos, a praticarem determinados atos que,

legalmente não são aceitos pela sociedade, mas que, contraditoriamente, podem atender as necessidades mais imediatas desta população.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandira, 2021.

ALVES, Giovani. **A invasão dos "proletaróides"**. 2014. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/01/27/a-invasao-dos-proletaroides/>. Acesso em: 08 jan. 2023.

ALVES, Giovani. **Dimensões da reestruturação produtiva Ensaio de sociologia do trabalho**. Praxis. 2009.

ALVES, Leonardo Dias. **A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural**. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências**. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Aprovada em 2017, a reforma trabalhista alterou regras para flexibilizar o mercado de trabalho. **Senado Notícias**, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 jul. 2022.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 06 jan. 2023

BRASIL. **Código Penal**. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. 07 jul. 2022.

BRASIL. **Levantamento anual Sinase 2017**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em: 10 ago. de 2022.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: Essência e Aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BRASIL. Decretos pró-armas de Bolsonaro enfrentam resistência no senado. **Senado Notícias**, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/2021/07/23/decretos-pro-armas-de-bolsonaro-enfrentam-resistencia-no-senado>. Acesso em: 17 dez. 2022.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ECA. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 08 jul. 2022.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. 7. ed. 1983.

CORREIO BRASILIENSE. Bancada evangélica já alcança 80% dos partidos. **Correio Braziliense**, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/05/5009738-banca-da-evangelica-ja-alcanca-80-dos-partidos.html> Acesso em: 27 dez. 2022.

EURICO, Marcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. 2005.** Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4569/1/bps_n.11_ENSAIO1_Vicente11.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

HARVEY, David. **O neoliberalismo - história e implicações.** 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/827027/mod_resource/content/1/HARVEY.%20O%20Neoliberalismo%20%28pp.%2011-47%29.pdf. Acesso em: 04 jan. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IBGE. **Cor ou raça.** 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 13 ago. 2022.

IBGE. **Desemprego.** 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 24 out. 2022.

LAVORATTI, C. Seção Temática 30 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - Apresentação. **Emancipação, [S. l.]**, v. 20, p. 1–2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/17466>. Acesso em: 8 jan. 2023.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **O capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Adriana Cristina Nobre de. **Estado Penal e o Sistema de Responsabilização Decorrente da Prática de Atos Infracionais para Adolescentes.** Disponível em: <https://seer.pgskroton.com/article/view>. Acesso em: 10 set. 2022.

PAULO, Sávio Freitas. **Estranhamento, alienação e reificação uma análise da primeira e da última obras marxistas de Lukács.** 2022. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br>. Acesso em: 10 dez. 2022.

PINTO, Paulo Souza. **Os dias da história - a conferência de Berlim.** RTP Ensina, 2017. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-conferencia-de-berlim/>. Acesso em 25 dez. 2022.

SILVA, Sônia. **O tráfico de escravos, colonização e partilha de África: as consequências para o continente.** Youtube. 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1i-THFndEmlQ>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SOUZA, Ilara Coelho de. **Princípio do devido processo legal.** Jus.com.br, 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/22857/principio-do-devido-processo-legal>. Acesso em: 8 jan. 2023.

TERRA, Cilene; AZEVEDO, Fernanda. **Adolescente, ato infracional e serviço social no judiciário - trabalho e resistência.** São Paulo: Cortez, 2018.

UNICEF. **6 em cada 10 crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza.** 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unicef>. Acesso em: 05 jan. 2023.

Versículos sobre Roubo. **Bíblia Sagrada Online.** Disponível em: <https://www.bibliaon.com/roubo/>. Acesso em 18 dez. 2022.

VOLPI, Mário. **Eca, delitos e adolescência.** 1997. Oficina de Políticas Públicas e Direitos da UNICEF.

EM PAUTA AS RELAÇÕES SOCIAIS QUE PERPASSAM AS QUESTÕES DE GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

*Fernanda Pereira Molina¹
Elisângela Maia Pessoa²*

INTRODUÇÃO

Os resultados da pesquisa em tela, têm o intuito de estudar e discutir o envelhecimento, com recorte na categoria gênero. Buscou-se, como objetivo geral, a compreensão sobre quais relações sociais perpassam as questões de gênero no processo de envelhecimento humano, a fim de promover reflexões quanto às consequências que podem influenciar o cotidiano da pessoa idosa. Para compreender as relações sociais que perpassam as questões de gênero no envelhecimento, foram elaboradas indagações para nortear o trabalho, as quais tornaram-se objetivos específicos, sendo estes: a) identificar de que forma os padrões estéticos repercutem no processo de envelhecimento quanto à questão de gênero; b) apreender como se manifestam os papéis sociais de gênero no âmbito das velhices de homens e mulheres; c) distinguir as representações sociais que são retratadas na discussão de gênero acerca da sexualidade no envelhecimento humano; e d) evidenciar de que maneira a desigualdade de gênero expressa-se na vida de pessoas idosas.

É pertinente evidenciar que a população idosa brasileira, com o passar dos anos, vem aumentando devido ao crescimento da expectativa de vida ao nascer, em contraponto à minimização da taxa de fecundidade. Dados

1 Graduação em Serviço Social. Residente do Programa Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade do Grupo Hospitalar Conceição, Brasil. *E-mail:* nandapmolina@gmail.com.

2 Pós-doutorado em Antropologia (UFPB); Doutorado e Mestrado em Serviço Social (PUCRS). Docente da Universidade Federal do Pampa - Curso de Serviço Social - Campus São Borja. Vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Opressão/Exploração, Brasil. *E-mail:* elisangelapessoa@unipampa.edu.br.

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018) constataam esse aumento e destacam que o número de pessoas idosas deve ter um crescimento até o ano de 2042, podendo chegar a 57 milhões. Assim, o Brasil acompanha a tendência de crescimento da população idosa no mundo. Conforme dados do IBGE (2019), as estimativas indicam que o Brasil tem 210,1 milhões de habitantes, sendo 30 milhões de pessoas idosas, representando cerca de 13% da população.

Segundo Beauvoir (1970, p. 176), "a velhice deve ser assimilada em sua totalidade, e se constitui como um fenômeno biológico com consequências psicológicas que acarretam comportamentos que são apontados como características da velhice". Essa fase da vida constitui um processo que está relacionado com a idade do ser humano, porém a idade não deve ser o único fator para defini-la, mas sim determinadas características sociais, biológicas e psíquicas.

A heterogeneidade das velhices vem tornando-se uma constante, tanto que se tem utilizado o termo "velhices", no plural. Por isso, neste estudo opta-se por usar o referido termo, exceto quando se tratar de citações em respeito à perspectiva de diferentes autores/as. É destacado por Benedito (2017) que a temática das velhices tem se tornado um tema de grande interesse do final do século XX e início do século XXI, produzindo estudos, pesquisas, criação de serviços, produtos estéticos e mídia direcionada a esse público. Isso devido ao fato do aumento expressivo da população idosa e, da mesma forma, do aumento da longevidade, passando as velhices a serem consideradas uma problemática para a ordem do capital, uma vez que ser uma pessoa idosa para o capitalismo é não possuir mais valor-de-uso, transformando-se em gastos para a classe burguesa.

A partir da compreensão de que o processo de envelhecimento é atravessado por diversos fatores, dentre eles, sociais, a pesquisa buscou evidenciar as discussões de gênero como um dos aspectos que envolvem o envelhecimento humano. Para compreender sobre a categoria gênero, é fundamental entender que existe uma série de concepções. Korin (2001, p. 12) refere-se ao gênero como "atributos, funções e relações que transcendem o biológico/reprodutivo e que, construídos, social e culturalmente, são atribuídos aos sexos para justificar diferenças nas relações de poder/opressão entre os mesmos".

Por conseguinte, o gênero funda-se como uma categoria de análise e é igualmente utilizada para designar as relações sociais entre os sexos.

Como, por exemplo, na definição de Scott (1995, p. 75), quando o mesmo indica gênero enquanto “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e também um modo primordial de dar significado às relações de poder”.

Consequentemente, evidencia-se que a categoria “gênero” é indispensável para se pensar o envelhecimento humano, visto que ser uma pessoa idosa na sociedade capitalista, é estar cercado de estigmas e preconceitos, podendo a pessoa ser considerada como inútil e excluída, principalmente aquelas que deixaram de contribuir para a produção da mais-valia mediante a venda de sua força de trabalho.

Diante disso, o estudo realizado buscou trazer para o debate a articulação do envelhecimento humano com a categoria “gênero”, por meio do método dialético crítico, pois é um modo de pensar a realidade a partir de suas diferentes aparências. O movimento dialético-crítico contribui para a compreensão da totalidade, ou seja, é preciso emergir do cotidiano social, investigando sua ligação aos fatores estruturantes (Lara, 2007).

Optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa com recorte bibliográfico e de cunho exploratório. Conforme Minayo (1994, p. 21), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Justifica-se sua escolha pela contribuição em proporcionar a riqueza dos detalhes que envolvem as relações sociais sem reduzir os fenômenos a concepções simplistas. Já o recorte de pesquisa bibliográfica leva em conta uma “base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44).

A coleta de dados foi realizada mediante um recorte de obras produzidas entre os anos de 2015 e 2020. Essas obras foram selecionadas em plataformas digitais como portal Scielo e Google Acadêmico, mediante os seguintes descritores: gênero e envelhecimento; estética e envelhecimento; papéis de gênero no envelhecimento; sexualidade e envelhecimento; e desigualdade de gênero no envelhecimento. Foi selecionado um conjunto de oito produções acadêmicas que, em sua maioria, foram publicadas nas áreas de ciências sociais aplicadas e ciências humanas. A análise dos dados foi a de conteúdo executada em três fases: pré-análise, análise do material e, por fim, tratamento dos resultados conforme Richardson (2017).

Para atender aos objetivos e às questões norteadoras propostas pelo estudo em termos de organização, o trabalho está dividido em duas sessões. A sessão um, intitulada “Quando o gênero determina padrões estéticos e a sexualidade no processo de envelhecimento”, discorre a respeito da forma em que os padrões estéticos impactam o processo de envelhecimento e sobre as representações sociais que são retratadas na sexualidade da pessoa idosa, levando em consideração questões de gênero.

Ademais, na sessão dois, intitulada “Papéis de gênero que determinam as relações sociais nas velhices”, disserta-se acerca de como manifestam-se os papéis sociais de gênero no âmbito das velhices de homens e mulheres e, também, se evidencia de que maneira a desigualdade de gênero se expressa na vida das pessoas idosas.

1 - QUANDO O GÊNERO DETERMINA PADRÕES ESTÉTICOS E A SEXUALIDADE NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

Busca-se neste item apresentar de que forma os padrões estéticos impactam o processo de envelhecimento e as representações sociais que são retratadas na sexualidade sob a luz da categoria “gênero”, uma vez que ambas as vertentes – estética e sexualidade – apresentam diferenciações quando se trata das relações sociais estabelecidas em torno de mulheres e homens idosos/as.

Por meio dos artigos mapeados, questionou-se de que forma mulheres e homens idosos/as são confrontados quanto a necessidade de busca por jovialidade e padrões estéticos e como a aparência repercute nas relações sociais dessas pessoas. Conforme Vieira *et al.* (2016, p. 204), “vive-se numa sociedade urbana e capitalista, a qual supervaloriza a juventude e que existe uma preocupação excessiva com a aparência e com os meios de adiar o envelhecimento”. Assim sendo, a forma jovem torna-se mais valorizada do que o corpo envelhecido, porque esse corpo acaba não encaixando-se nas expectativas sociais e propiciando a incansável busca pela juventude e por corpos perfeitos. Para além disso, o artigo de Bitencourt (2015, p. 449) vai indicar que “há um modelo de corpo e de beleza socialmente valorizado, especialmente no Brasil”.

Limoeiro (2016) destaca que há, no discurso de muitas mulheres e de alguns homens idosos/as, o medo de perder determinados atributos que são va-

lorizados na sociedade atual. O surgimento de traços como celulite, estrias e rugas – que se manifestam em seus corpos em decorrência da passagem do tempo – pode ser compreendido, na cultura vigente, como parte de um processo de perda da beleza. Um dado que se mostrou relevante nos artigos é o foco apenas na estética das mulheres, manifestando, ainda que de certa forma, a invisibilidade da estética do homem. Essa constatação visibiliza o debate do cuidado do corpo como uma construção de gênero na sociedade, como afirma Goldenberg (2009, apud Bitencourt, 2015, p. 445):

Na cultura brasileira o cuidado do corpo reflete diretamente uma ótica baseada na construção do gênero, pois os homens mesmo que atualmente têm se mostrado mais interessados em cuidar do corpo por meio de dietas, prática de exercícios físicos e consumo de vitaminas e cosméticos e até intervenções cirúrgicas, as mulheres ainda sofrem mais o “peso da idade”, considerado o corpo como capital e a grande valorização da juventude feminina na cultura brasileira; as mulheres de meia-idade ainda são as que mais vivenciam na sociedade “o lado negativo” do envelhecimento do corpo.

Por conseguinte, é demonstrado, na maioria dos artigos analisados, essa pressão estética focada nas mulheres, sendo que com o avançar da idade as exigências a um padrão de beleza inalcançável intensificam-se com cobranças em relação a sua estética e ao seu corpo, como mencionado por Monteiro (2008, apud Fin et al., 2015, p. 141): “a mulher que se recusa a pintar os cabelos brancos encontra-se inapropriada para viver em comunidade, uma vez que é considerada desleixada e passível de isolamento”. De acordo com Debert e Goldenberg (2010, 2009, apud Bitencourt 2015), é ofertada a juventude eterna através do uso de cosméticos, vitaminas e cirurgias plásticas, com a intenção de retardar o envelhecimento e apresentar uma aparência mais jovem por um maior tempo de vida, cada vez emerge com maior intensidade. Essa cobrança excessiva sobre o corpo e a estética das mulheres é mais uma forma de dominação do patriarcado, o que afeta brutalmente sua autoestima, seu amor-próprio e principalmente sua saúde mental, que é tomada por discursos que a aprisionam a um ideal de beleza que foi criado pela sociedade.

É necessário que haja compreensão de que o corpo sofre alterações com o passar dos anos, fazendo parte do ciclo da vida humana. Fin et al. (2015, p. 135) sublinham que “as alterações corporais decorrentes do envelhecimento não são representadas como doenças, no entanto podem causar danos psicológicos severos”. As/os autoras/es também apontam que as

consequências da insatisfação com o corpo e a busca pela juventude associam-se a transtornos alimentares, depressão e isolamento social. E que na sociedade atual na qual vive-se ser jovem significa ser belo. Diante disso, observa-se que a pessoa idosa, além de poder ser considerada como inútil e descartável pela sociedade capitalista, sofre duplamente na tentativa de se encaixar nos padrões de beleza postos, num processo que deixa ainda mais vulnerável às mulheres idosas (Maclauren, Kuh, 2004, Mattana, 2013, apud Fin *et al.*, 2015).

Porém, observou-se em um dos artigos analisados um contraponto em relação à necessidade de busca pela jovialidade, revelando que nem todas as mulheres entram na roda da beleza, como acentua Fin *et al.* (2015, p. 146):

há mulheres que aceitam naturalmente as mudanças corporais advindas do envelhecer e atribuem à religião um certo orgulho de chegar à velhice, convivendo na forma que Deus lhes deu, sem relutar ou submeter-se a intervenções estéticas agressivas em prol da jovialidade.

Esse é um dado de significativa importância, pois demonstra que não são todas as mulheres que necessitam encaixar-se nos padrões de beleza e que muitas aceitam seus corpos ao chegarem nas velhices, seja por questões religiosas, seja por opção a um estilo de vida próprio. No entanto, é pertinente o destaque para o reforço social que negativa a imagem das mulheres idosas, como é demonstrado nos artigos e sublinhado por Eloi *et al.* (2017), evidenciando que, mesmo que a mulher não siga um padrão de beleza juvenil, ela é prejudicada e da mesma forma é ridicularizada por tentar encaixar-se nesses padrões, na tentativa de parecer jovem. Nesse sentido, teríamos um duplo contraditório, ao mesmo tempo que se cobra jovialidade da mulher idosa, a mesma pode ser ridicularizada quando passa se “comportar” ou usar roupas consideradas para “jovem”.

Em leitura complementar, Wolf (2020, p. 57), em seu livro *Mito da Beleza*, ao referir-se ao padrão de beleza que é empregado para as mulheres, ressalta que “um padrão de perfeição para o corpo masculino jamais chegou a ser determinado legalmente dessa forma”. E salienta que nem mesmo o próprio padrão feminino foi definido. Dessa maneira, nos artigos pesquisados é evidente essa confirmação, quando abordada a estética do corpo do homem, expondo que o foco é na sua virilidade.

Na subcategoria potência versus fragilidade compõe-se do dilema existente entre o corpo jovem e o corpo velho, ao qual, ergueu-se no discurso de um participante e reafirmado pelos demais, o ideal de que o homem quando chega à velhice torna-se frágil diante das inúmeras atividades, inclusive a respeito da sua potência física e sexual (Lima et al., 2018, p. 120).

Outro argumento retratado nos artigos é a questão de que a beleza do homem, quando chega na velhice, é vista como positiva e atraente, e que os “anos a mais” só trazem charme e elegância, sendo o oposto quando se fala em estética das mulheres velhas. Como é citado em um dos artigos:

“Quando me olho no espelho, acho que já fui mais bonito, mas o que perdi em beleza, o que é relativo, ganhei em charme e elegância”. E esses ganhos foram mencionados apenas pelos homens. Uma mulher (47 anos), ao responder se existe diferença entre o envelhecimento masculino e feminino, disse: “Sim, a juventude em relação à mulher é muito mais cobrada, mulher de cabelos brancos é velha; no homem, cabelos brancos são um charme” (Limoeiro, 2016, p. 113).

Essa discussão enfatiza o debate sobre a construção do gênero em relação ao cuidado do corpo, uma vez que para os homens a cobrança estética não acontece de forma excessiva. Lima et al. (2018), por exemplo, enfatizam que os cuidados relativos ao corpo do homem, na maioria das vezes, são negados. E a sua ausência é aguçada pelo patriarcado e principalmente por estereótipos ligados à masculinidade, “onde a ausência de busca por cuidados existentes nesses setores são motivados pela crença patriarcal de que o homem é forte e resistente aos mais variadas tipos de adoecimento” (Lima et al., 2018, p. 120). Tanto que Monteiro (2008, apud Fin et al., 2015, p. 148) enfatiza que “em alguns casos de mulheres que mantêm o tom esbranquiçado dos fios, essas acabam cedendo à coloração por pressão social”.

Assim sendo, constata-se que a pressão estética e os padrões de beleza presentes na sociedade são fortemente postos para as mulheres velhas, que experimentam as velhices de forma distinta dos homens velhos. Mesmo que o homem idoso ainda sofra com os padrões de beleza, existe uma grande diferença na sua vivência e na forma como é cobrada a jovialidade, visto que para os homens é notório a construção da masculinidade referente ao cuidado com seus corpos.

Em virtude dos fatos mencionados, pode-se concluir que o processo de envelhecimento provoca nas pessoas idosas uma autopercepção negati-

va em relação aos seus corpos envelhecidos, em especial das mulheres. Constantemente pessoas idosas, acabam enxergando-se como não atraentes, levando a acreditar que seus corpos estão fora dos padrões de beleza estabelecidos pela sociedade. Por isso, é importante a aceitação do envelhecimento do corpo e as consequências dele advindas, para que haja um fortalecimento da autoestima e do amor próprio de homens e mulheres idosos/as. Ainda que sofram de forma diversa a pressão estética, eles são vítimas de padrões de gênero que são socialmente estruturados na sociedade (Urquiza *et al.*, 2008, apud Vieira *et al.*, 2016).

Percebeu-se nos artigos a repressão existente em relação à sexualidade da mulher idosa, como destacado por Mesquita (2014, apud Monteiro, 2020), que demonstra que mesmo em pleno século XXI a sexualidade é coberta por preconceitos e tabus, em especial a sexualidade do universo feminino, evidenciando que a mulher é reprimida desde criança para não usufruir de sua sexualidade, cercada por restrições de como portar-se diante da sociedade. Da mesma forma, é ponderado por outros autores, em um artigo de apoio, que as mulheres foram criadas para serem esposas delicadas e respeitadas, demonstrando a disparidade em comparação com a sexualidade dos homens (Almeida; Lourenço, 2007).

Além do mais, a sexualidade ao longo da história sempre esteve cercada de tabus e preconceitos e sobretudo nutrida por repressões religiosas e morais. Foucault (1998), em seu livro *História da Sexualidade*, retrata que a sexualidade diretamente ligada ao ato sexual é cercada por valores religiosos e é posta em condições associadas ao pecado e à maldade. E que, para a mulher no interior do seu casamento, teria apenas como finalidade a reprodução. Quando se trata da pessoa idosa “historicamente, a sexualidade durante o envelhecimento foi negada a partir de normas socioculturais, que impõe a pessoa idosa um perfil de assexualidade e vulnerabilidade, dificultando a experiência sexual na velhice” (Eloi *et al.*, 2017, p. 62).

Outra questão relevante para considerar, e que está presente nos artigos, é a educação moral rígida que muitas pessoas idosas tiveram em sua juventude. Muitos não tiveram a oportunidade de receber uma educação sexual “sadia”, ou seja, a promoção do diálogo, a troca de experiências e o incentivo à autonomia quanto ao exercício da sua sexualidade; e, sim, uma educação que estigmatiza e considera a sexualidade como impróprio e impuro. Assim, “impõe-se a ideia de que, durante o envelhecimento, o

desejo sexual diminui e os modos de vivenciar a sexualidade mostram-se limitados, gerando o tabu da existência da sexualidade no idoso” (Eloi et al., 2017, p. 62).

A dicotomia existente entre homens e mulheres a respeito da sexualidade se torna clara: enquanto as mulheres velhas são reprimidas no exercício de sua sexualidade, os homens nas velhices são pressionados a manter ativa a sua sexualidade, encontrando-se entrelaçados no ideal performático de masculinidade que se criou na sociedade, sendo esses estimulados ao uso constante de medicações que os mantenham ativos sexualmente (Lima et al., 2018).

O processo de envelhecer na atualidade mostra-se um grande desafio para as pessoas idosas principalmente pela imposição de um padrão de beleza, de tabus e preconceitos referentes à sexualidade. Assim, “o envelhecimento não deve mais ser vivenciado como uma das fases que faz parte do ciclo da vida, mas como algo que deve ser combatido, prevenido e postergado; portanto, esquecido” (Bitencourt, 2015, p. 447).

Por isso tudo, é necessário que haja uma construção de um discurso positivo acerca dos corpos envelhecidos e valorização da pessoa idosa frente a sociedade, produzindo assim a aceitação das velhices e as consequências delas advindas, para que, conseqüentemente, as pessoas idosas possam vivenciar esta fase da vida de uma forma mais leve, distanciando-os/as dos estigmas que hoje os/as cercam (Vieira et al., 2016).

2 – PAPÉIS DE GÊNERO QUE DETERMINAM AS RELAÇÕES SOCIAIS NAS VELHICES

Considerando que o processo de envelhecer de homens e mulheres é heterogêneo, ou seja, possui diferenças e desigualdades na sua vivência, sobretudo quando relacionadas às questões de gênero – conforme já pontuado no item anterior -, é fundamental identificar como manifestam-se os papéis sociais de gênero atribuídos no âmbito das velhices de homens e mulheres, compreendendo que a categoria “gênero” abrange atributos e funções que são socialmente construídos e que vão adiante do sexo biológico (Gomes, et al., 2007). Por conseguinte, também há necessidade de evidenciar de que maneira a desigualdade de gênero se expressa na vida de pessoas idosas.

Por intermédio dos artigos mapeados, constatou-se que os papéis sociais de gênero e as representações do masculino e do feminino estão presentes nas velhices mantendo assimetrias e desigualdades. Como exposto por Daniel *et al.* (2016, p. 360) em pesquisa que busca detectar os impactos das concepções diferenciadas de homens e mulheres idosos/as,

[..] para muitas das mulheres o envelhecimento ativo significa manter as suas atividades e responsabilidades no domínio doméstico e familiar – “cozinha”, “neto”, “ajuda”. Manter-se ativa é conseguir realizar as tarefas domésticas, para 18 das mulheres inquiridas. Emerge também a dimensão da prática religiosa, no “ir à missa”, como elemento de manutenção de si como pessoa ativa no envelhecimento. Já os homens elegem o jogo e o desporto como elemento de preservação da atividade, o ser independente (no sentido de não carecer dos cuidados de terceiros/as), a fruição (na “comida”) e o “trabalho intelectual”. Um sublinhar das atividades do fruir que, provavelmente, já desenvolvem antes do envelhecer, mas assumindo-se mais como “senhores de si” e menos “voltados para os outros” como no caso das mulheres.

Com base nisso, percebe-se como estão atribuídos os papéis de gênero para ambos os sexos: a mulher idosa está restrita ao ambiente privado e se encarrega do cuidado doméstico e familiar – que inclui cuidados com netos/as. O homem tem como papel prover a família e ser independente. Enfatiza-se que os papéis sociais impostos aos homens sempre estiveram ligados às responsabilidades no domínio público, de sustento, de orientação, de competitividade, indecência e força, e para a mulher papéis no domínio privado, do cuidado de outros, de domesticidade e feminilidade.

Ainda se valendo de obras de apoio, à análise realizada, indica-se o livro *O Segundo Sexo*, de Beauvoir (1980), com base em Hegel, afirma que os dois sexos são diferentes, um é ativo e o outro é passivo, portanto, as mulheres serão as responsáveis pela passividade. A mulher é um princípio passivo mantido em sua unidade não desenvolvida, enquanto o homem é um princípio ativo. Assim, verifica-se que as construções sociais de gênero desde muito cedo são impostas para os sexos, logo no nascimento, com a escolha do enxoval conforme cores que são designadas de acordo com o sexo do bebê: rosa para menina e azul para menino, além do famoso “chá de revelação” que tem ocorrido na contemporaneidade com muita frequência (Mesquita, 2014, apud Monteiro, 2020, p. 13130).

Percebe-se, em um dos artigos pesquisados, que a geração mais velha experienciou por um maior tempo relações e assimetrias de gênero. E, como resultado, naturalizou noções sobre papéis masculino/feminino

(Fernandes, 2009, apud Daniel *et al.*, 2016). Dessa maneira, pode-se afirmar que é notório que vive-se em uma sociedade que impõe como algo “natural” e “correto” a divisão social dos sexos, e conseqüentemente as pessoas idosas reproduzem de maneira mais espontânea as noções sobre os papéis sociais de gênero, o que culmina na desigualdade de gênero ser mais aguçada nas velhices, considerando inclusive a historicidade de uma geração onde a disparidade de sexos constituiu-se de forma mais acirrada.

Com isso, ser homem e mulher sexagenário têm suas diferenças. Dando destaque às mulheres idosas, nota-se que elas continuam invisíveis e excluídas na sociedade, levando em consideração que sempre foram alvo de discriminação e preconceitos e, sobretudo, sempre foram colocadas em um lugar de subordinação ao homem (Fernandes, 2009; Bourdieu, 2012). No tocante à mulher idosa, como demonstrado por Monteiro (2020, p. 13131),

As mulheres iguais ou acima de 60 anos passam por várias discriminações e/ou preconceitos sexistas e gerofóbicos, o qual sofrem na pele não só por serem mulheres, mas também por serem velhas agora. Evidenciando que os padrões da sociedade sexista, são estabelecidos a partir das relações efetuadas entre os domínios do público e do privado, sendo o masculino associado ao mundo público, e o feminino, ao domínio da casa. E no decorrer do envelhecimento, esses padrões se tornam mais rígidos com essas mulheres, que são sempre vigiadas e controladas.

Isso posto, verifica-se que a mulher idosa sofre uma dupla discriminação, vivenciando a desvalorização pela fase da sua vida e, principalmente, por ser mulher. Essa discussão encontra-se presente em estudos que se referem à temática da categoria “gênero e envelhecimento”. Artigo complementar indica que na sociedade capitalista de consumo “é melhor ser homem do que ser mulher, ser jovem do que ser velho, portanto ser mulher e ser velha é duplamente desvalorizado” (Salgado, 2002, p. 12).

Outra obra de apoio, aborda que os homens idosos quando se deparam com a velhice e com a sua ruptura do mercado de trabalho, em virtude da aposentadoria, acabam perdendo o status social de homem provedor e ativo, papel de gênero esse que é excessivamente exigido para os homens, assim acarretando a sua discriminação e marginalização na sociedade. Dessa forma, este homem se vê condicionado ao ambiente privado, no lugar que sempre teve o predomínio das mulheres que cuidam dos/as filhos/as e da família, passando a vivenciar a discriminação que já é sentida pelas mulheres (Silva, 2006).

Estudo de Motta (1999) acerca de gênero e envelhecimento enfatiza que existem diferentes expectativas sociais que norteiam a trajetória de homens e mulheres que hoje são velhos/as, ou seja, sempre estiveram cercados por papéis de gênero que estabelecem um conjunto de expectativas que os orientam. Desse modo, a autora também expressa que os valores e padrões presentes nas elocuições sobre o que deve ser o masculino e o feminino são, propriamente, o que consiste na distinção entre práticas e representações de velhas e velhos. Destaca-se nesse sentido um artigo da amostra apontando que:

a relação das mulheres com um corpo socialmente valorizado e dos homens com a questão do ser ativo, ou seja, mostrar força a partir do trabalho, apresentou-se como sentidos que expressam a força das representações de gênero em uma geração de pessoas que, mesmo que tenha vivenciado a emergência dos novos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista, ainda se reconhecem como homens e mulheres a partir de oposições binárias (Bitencourt, 2015, p. 451).

Diante da discussão exposta, é necessário pensar acerca das velhices de homens e mulheres idosos/as compreendendo que, ao longo de suas vidas, construíram diferentes experiências e trajetórias sociais, apoiados a distintos marcadores sociais que os cercam. Com isso, pode-se afirmar que homens e mulheres posicionam-se de maneira diversa nas relações sociais. E, da mesma forma, são afetados por elas. Todavia, refletir a respeito das velhices de forma homogênea em relação aos papéis sociais que lhe são atribuídos é supor que há um substrato comum que estaria presente em todas as sociedades. Por isso, é essencial evidenciar que o avanço da idade pode ser experimentado e assimilado de modo muito díspar (Debert, 2013).

A partir das discussões elencadas nesta pesquisa, buscou-se compreender quais as relações sociais que perpassam as questões de gênero no envelhecimento. Tal resposta não se apresentou de maneira direta, mas indireta, na medida em que os artigos expõem questões transversais que rebatem diretamente no processo de envelhecimento e, portanto, determinam relações sociais. Uma das principais relações sociais, explicitada de maneira evidente nos artigos e abordada neste estudo, é a supervalorização da juventude pela sociedade capitalista, principalmente quando relacionada à questão estética. Da mesma forma, imprime-se o estigma de que as pessoas idosas são incapazes e improdutivas – mesmo sendo real o fato de que muitas pessoas idosas sustentam famílias inteiras –, uma

vez que ser idoso/a na sociedade capitalista está cercado de estereótipos e preconceitos.

Ademais, percebe-se repetidamente, nos artigos, as relações sociais que envolvem as questões estéticas e o padrão de beleza imposto pela sociedade quanto ao envelhecimento do corpo de homens e mulheres idosos/as, podendo verificar a relação social de que no Brasil há um modelo de corpo e de beleza socialmente valorizado, ou seja, valoriza-se um corpo magro, jovem, sarado e musculoso. Exemplos disso são as propagandas publicitárias, as revistas de moda e beleza e, em especial, agora na contemporaneidade, as redes sociais, que estabelecem e empregam intensivamente padrões de belezas inexistentes, acarretando a relação social de uma mídia que transforma o corpo como crucial para o atendimento das expectativas sociais. Concebe-se, assim, a relação social de descontentamento com o corpo, instigando a pessoa idosa à apreciação desqualificada do corpo envelhecido (Fin *et al.*, 2015; Bitencourt, 2015).

É destacado por Lima (2018, p. 120) que “na subcategoria potência versus fragilidade compõe-se o dilema existente entre o corpo jovem e o corpo velho [...]”. Isto é, há uma relação social estabelecida entre corpo velho e corpo jovem, esquecendo-se da dimensão humana e presa ao apego etário, que considera que só o corpo jovem deve ser valorizado. Diante do exposto, pode-se verificar que toda essa supervalorização ao corpo jovem e todos os preconceitos que cercam o processo do envelhecimento do corpo, afetam e geram consequências na vida das pessoas idosas.

As alterações na pele advindas da velhice podem causar, para algumas pessoas, transtornos psíquicos, uma vez que interferem no modo como elas se veem, assim como no julgamento de outras pessoas, a tal modo que provoquem o isolamento social. As distorções com a imagem levam a que haja uma busca desenfreada por tratamentos de beleza, muitas vezes sem necessidade, ou até agressivos a ponto de mudarem radicalmente sua fisionomia (Fin *et al.*, 2015, p. 146).

Por fim, ainda envolvendo a categoria corpo, percebeu-se também a relação social na qual a pessoa idosa muitas vezes é vítima de preconceito e estigmas quanto a sua sexualidade diante da sociedade, limitando a sexualidade ao período da juventude (Vieira *et al.*, 2016). Como consequência desta relação social, “[...] muitos idosos que ainda possuem desejo sexual experimentam, algumas vezes, sentimento de culpa e de vergonha, pelo simples fato de se perceberem com vontade de procurar a obtenção do prazer” (Vieira *et al.*, 2016, p. 198). As consequências geradas pela relação

preconceituosa que a sociedade tem acerca da sexualidade da pessoa idosa são complementadas pelos mesmos autores/as, ressaltando que

[...] a sexualidade é um componente fundamental da qualidade de vida, essencial para manter as relações interpessoais saudáveis, o autoconceito e um senso de integridade. Está ligada ao senso de autoestima e, se negada, pode ter efeitos deletérios não só sobre a sexualidade em si, mas também em uma autoimagem, relações sociais e saúde mental (Vieira *et al.*, 2016, p. 198).

Como a pesquisa também intuía apontar as consequências que podem influenciar o cotidiano da pessoa idosa considerando questões de gênero, indica-se que, de forma geral, os artigos analisados apontam para a existência de um forte preconceito na sociedade contemporânea em relação à pessoa idosa, acompanhado de uma série de estigmas e tabus que cercam as velhices. Tendo em vista aspectos como a supervalorização da juventude e a desqualificação do corpo envelhecido e, conseqüentemente, a figura estigmatizada da pessoa idosa perante a sociedade capitalista como incapaz e improdutiva por não contribuir mais para a acumulação do capital, tem-se um quadro de baixa autoestima, depressão e isolamento social.

Além disso, mostrou-se de maneira evidente a negatização da imagem da mulher durante a velhice, de forma que ela vivencia esta fase sendo duplamente desvalorizada. Porém, ressalte-se que o homem idoso também é acometido pelos papéis de gênero e conseqüentemente vivência, mesmo que de maneira diferente, as desigualdades de gênero nas velhices. Todas as consequências relacionadas a questões de gênero que foram manifestadas nos artigos deixam claro que essas afetam e influenciam na qualidade de vida das pessoas idosas, propiciando um envelhecimento cercado de tabus e preconceitos que impossibilitam de certa forma a vivência plena e saudável deste período da vida.

Enquanto categoria empírica, emergiu em mais de um artigo (Eloil *et al.*, 2017; Bitencourt, 2015; Vieira *et al.*, 2016; Fin *et al.*, 2015; Daniel *et al.*, 2016) a categoria "qualidade de vida", uma vez que as consequências de todo o cenário preconceituoso descrito no artigo em tela acabam por fragilizar uma condição de vida digna. Assim, os artigos demonstram que a qualidade de vida das pessoas idosas torna-se fragilizada, visto que a falta do exercício da sua sexualidade e as concepções equivocadas acerca dos seus corpos envelhecidos acabam provocando fatores como depressão, distúrbios alimentares, isolamento social, entre outros.

Dado o exposto nesta pesquisa, compreendeu-se que as questões de gênero no processo de envelhecer de homens e mulheres não se esgotam. Nota-se que há necessidade de haver um debate mais aprofundado acerca da temática, abordando de maneira específica a figura da mulher idosa. Como exposto no decorrer desta pesquisa, a mulher idosa é a mais afetada no tocante às questões de gênero em comparação ao homem idoso, pois as mesmas vivenciam por um maior tempo de sua vida as desigualdades de gênero, o que acaba se acirrando durante as velhices. Pode-se ainda destacar o papel existente de cuidado, amorosidade e afeto que se encontra na figura de feminilidade e que também se atrela à mulher idosa, assim ganhando um forte papel de cuidadora de todos à sua volta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se inicialmente que os padrões estéticos, que são postos pela sociedade e que supervaloriza a juventude, estão fortemente presentes na vida das pessoas, em especial na das mulheres, existindo ainda a invisibilidade da estética do homem. Verificou-se que a mulher idosa sofre com maior intensidade com os padrões de beleza que são exigidos, em comparação ao homem idoso, uma vez que para a mulher o surgimento de cabelos brancos, rugas e estrias é considerado feio e negativo; já para os homens o envelhecimento do corpo é visto como positivo e atraente, sendo assim mais cobrado em relação a sua virilidade.

Ademais, torna-se pertinente evidenciar um contraponto que se apresentou de maneira relevante na discussão: nem todas as mulheres estão em busca de corpos perfeitos ou de retardar o envelhecimento. Mas, mesmo assim, ainda são veementemente confrontadas por não aderirem aos padrões de beleza. Existe ainda uma autopercepção negativa em relação aos seus corpos envelhecidos. Com isso, conclui-se que o cuidado com o corpo retrata, de modo direto, uma ótica apoiada na construção do gênero na sociedade, confirmando que homens e mulheres envelhecem de forma distinta.

No tocante às representações sociais que são retratadas na sexualidade, com recorte no gênero, percebeu-se a sexualidade da pessoa idosa cercada de tabus e estigmas. Concluiu-se isso porque, na sociedade, há a negação da existência da sexualidade de homens e mulheres idosos/as, o que acaba dificultando o seu exercício pleno nas velhices. A sexualidade

do homem idoso está fortemente ligada à exigência de se manter ativo em relação a sua potência sexual e a sua virilidade, envoltos principalmente por estereótipos referentes à masculinidade. Em contrapartida, no caso das mulheres idosas, constata-se a existência de uma forte repressão e ocultação da sua sexualidade, algo que é posto desde muito cedo, levando-as a perceber sua sexualidade como suja, imprópria e errada, correlacionando a mulher apenas à reprodução.

Os papéis sociais de gênero manifestam-se de forma expressiva na vida das pessoas idosas, indicando assimetrias e desigualdades na vivência do que é ser homem e mulher velho/a, reforçando os papéis que são historicamente postos a ambos os sexos ao longo de suas vidas. Para a mulher idosa, atribui-se o papel de mulher passiva, cuidadora do lar, estando restrita ao ambiente privado; e para o homem idoso o papel de provedor, de independência, de força física, sempre ligado ao ambiente público. Observou-se também que a geração mais velha naturalizou de maneira mais espontânea os papéis de gênero referentes à masculinidade e feminilidade, o que culmina na desigualdade de gênero ser mais aguçada nas velhices.

O objetivo geral deste trabalho foi compreender quais relações sociais perpassam as questões de gênero no processo de envelhecimento humano, a fim de promover reflexões quanto às consequências que podem influenciar o cotidiano da pessoa idosa. A partir disso, identificou-se de forma indireta as relações sociais atravessando todas as questões elencadas neste trabalho, como: a relação social em que o capitalismo supervaloriza a juventude; a relação social da pessoa idosa enquanto incapaz e improduti-va; a relação social de depreciação do corpo; a relação social estabelecida entre corpo velho e corpo jovem; a relação social de preconceito quanto à sexualidade das pessoas idosas; a relação social de que no Brasil há um modelo de corpo; e a relação social de uma mídia que reforma o corpo como crucial.

As consequências que as questões de gênero causam nas velhices de homens e mulheres foram constatadas de forma expressiva, identificando-as em isolamento social, depressão, depreciação da imagem do corpo, vulnerabilidade e baixa autoestima.

No decorrer da produção deste trabalho, enfrentaram-se diversas limitações e desafios, reitera-se ainda que muitas questões ficaram de fora

do estudo, seja na dimensão teórica, seja na análise e interpretações de dados, porém o conhecimento não se encerra.

Ademais, esta pesquisa se torna relevante para que haja maior apropriação acerca da temática pelos/as trabalhadores/as assistentes sociais, possibilitando a reflexão, uma vez que eles/as “se deparam cotidianamente com idosos que buscam, em seu trabalho, respostas às suas demandas” (Torres, 2020, p. 49). Permitindo ainda reflexões sobre a pessoa idosa enquanto posição de marginalização na sociedade capitalista, já que é um dos princípios fundamentais do/a assistente social o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito (CFESS, 1993). O/a assistente social também deve contribuir com o seu fazer profissional, frente às demandas relacionadas à questão de gênero nas velhices, com a sua orientação, escuta, direcionamento e fortalecimento da autonomia desses sujeitos diante de uma sociedade que age de forma excludente e preconceituosa em relação à pessoa idosa.

Por fim, por meio deste estudo, deseja-se contribuir com as intervenções no trabalho de assistentes sociais, através de uma atenção mais humanizada e sensível quanto às questões de gênero presentes no processo de envelhecimento. Uma vez que, pensar nos condicionantes do envelhecimento humano, é uma tarefa necessária aos/às profissionais do Serviço Social que estão comprometidos com o Projeto Ético-Político (Teixeira, 2020), voltados tanto ao reconhecimento quanto à necessidade de atendimento a grupos marginalizados, portanto excluídos socialmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiago de; LOURENÇO, Maria Luiza. Envelhecimento, amor e sexualidade: utopia ou realidade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. v. 10, n. jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/bSf8FWZsv845HtGB8z3CztD>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Brasília, DF, 1 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm. Acesso em: 11 nov. 2023.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**, 1993. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP>. Acesso em: 11 nov. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agência de notícias IBGE**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos>. Acesso em: 28 mai. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **População: Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE. 2019. Disponível em: <https://>

www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/. Acesso em: 28 mai. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade:** Indicadores implícitos na projeção - 2010-2060, Revisão de 2018. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em 26. abr. 2021.

BEAUVOIR, Simone. **A Velhice:** realidade incômoda. São Paulo: Difel, 1970.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENEDITO, J.C. **Melhor Idade para quem?** As novas formas de designação da velhice. In: TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento na sociabilidade do Capital. Campinas: Papel Social, 2017.

BITENCOURT, Silvana Maria. Gênero e Envelhecimento: reflexões sobre o corpo que envelheceu. **Revista Kairós Gerontologia.** São Paulo, v. 2, n. 18, p. 443-458, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/28476>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2012.

DANIEL, Fernanda; CAETANO, Elsa; MONTEIRO, Rosa; AMARAL, Inês. Representações sociais do envelhecimento ativo num olhar genderizado. **Análise Psicológica,** [S.L.], v. 34, n. 4, p. 353-364, 12 dez. 2016. ISPA - Instituto Universitário. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/1020>. Acesso em: 06 nov. 2023.

DEBERT, Guita Grin. **Feminismo e velhice.** In: NACIONAL, Sesc Departamento (org.). Sinais Sociais. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2013.

ELOI, Juliana Fernandes; DANTAS, Anne Joyce Lima; SOUSA, Aline Maria Barbosa Domício; SANTOS-CERQUEIRA, Elder; MAIA, Luciane Maria. Intersecções entre envelhecimento e sexualidade de mulheres idosas. **Saúde e Transformação Social.** Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 61-71, 2017. Disponível em: <https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4196>. Acesso em 11 nov., 2023.

FIN, Thais Caroline; PORTELLA, Marilene Rodrigues; SCORTEGAGNA, Silvana Alba; FRIGHETTO, Juliana. Estética e expectativas sociais: o posicionamento da mulher idosa sobre os recursos estéticos. **Revista Kairós Gerontologia.** São Paulo, v. 4, n. 18, p. 133-149, out./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/27683/19510>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade:** a vontade do saber. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Romeu; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; ARAUJO, Fábio Carvalho de. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. **Cadernos de Saúde Pública,** [S.L.], v. 23, n. 3, p. 565-574, mar. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/rQC6QzHKh9RCH5C7zLWNMvJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 nov. 2023.

KORIN, Daniel. **Novas perspectivas de gênero em saúde.** Adolescência Latinoamericana, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 67-79, 2001. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-325654>. Acesso em: 06 nov.2023.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálize.** Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 73-82. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/NwsP3r5mjsrCCwP9G3RYcCh/?lang=pt>. Acesso em: 9 nov., 2023.

LIMA, Regiane de Oliveira; LEITE JUNIOR, Francisco Francinete. Sexualidade e envelhecimento: dilemas do corpo masculino. **Revista Sustinere,** [S.L.], v. 6, n. 1, p. 106-133, 19 jul. 2018. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/>

index.php/sustinere/article/view/31251. Acesso em: 06 nov. 2023.

LIMOEIRO, Beatrice C. O envelhecimento e as mudanças no corpo: novas preocupações e velhas angústias. In: Mirian Goldenberg. (Org.). **Velho é lindo!**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOTTA, Alda Britto da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*, [s. l.], p. 191-221, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635327>. Acesso em: 09 nov., 2023.

MONTEIRO, Yohana Tôres. Sexualidade das Mulheres em Envelhecimento: um tabu? **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 6, n. 3, p. 13129-13137, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/7762>. Acesso em 09 nov. 2023.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. 12. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2017.

SALGADO, Carmen Delia Sanchez. Mulher idosa: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/4716>. Acesso em 11 nov. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade* 20(2): 71-99 jul./dez., 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SILVA, Teresinha Maria Nelli. **A Desigualdade de Gênero na Terceira Idade**. In: BALTES, Paul B; SMITH, Jaequi. *A terceira idade*. 36. ed. São Paulo: Sesc, Serviço Social do Comércio, 2006.

TEIXEIRA, Solange Maria. (org.). **Serviço Social e Envelhecimento**. Teresina, Piauí: Editora da Universidade Federal do Piauí – Eudufpi, 2020.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **O trabalho dos Assistentes Sociais com pessoas idosas: competências e demandas em debate**. In: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). *Serviço Social e Envelhecimento*. Teresina, Piauí: Editora da Universidade Federal do Piauí – Eudufpi, 2020.

VIEIRA, Kay Francis Leal; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; SARAIVA, Evelyn Rúbia de Albuquerque. A Sexualidade Na Velhice: representações sociais de idosos frequentadores de um grupo de convivência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 36, n. 1, p. 196-209, mar. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/dtF8qQ6skTwWk-4jK5ySG7Gq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 nov. 2023.

AVANÇOS E ENTRAVES ACERCA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES LGBTQIA+

Maina Saldanha Garcia¹
Jocenir de Oliveira Silva²

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto do trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Campus São Borja, e busca discorrer sobre os impactos das violações de direitos humanos à saúde mental de crianças e adolescentes³ LGBTQIA+⁴ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais, entre outras orientações sexuais e identidades de gênero). A fim de apontar as violações de direitos que esse grupo populacional é historicamente vitimizado e as consequências, a fim de superar preconceitos, dar visibilidade à temática e encontrar formas para o seu enfrentamento.

Sabe-se que a norma binária heterossexual exige, desde o nascimento, que as crianças tenham qualidades diferentes a partir das características do que é de menina e do que é de menino. Erroneamente aponta-se que o padrão de normalidade associa-se a pessoa cisgênera e heterossexual, supondo que gênero está pautado no sexo do nascimento, biológico e

1 Assistente Social pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja/RS. Integrante do Grupo de pesquisa Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão. Residente no programa de Atenção à Saúde Mental do Grupo Hospitalar Conceição, Porto Alegre/RS. E-mail: maina.saldanhagarcia@gmail.com.

2 Doutor em Serviço Social pela PUCRS, professor adjunto do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA, São Borja/RS - Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Opressão/Exploração, E-mail: jocenirsilva@unipampa.edu.br.

3 A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, considera-se neste trabalho, "criança [...] a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade" (Brasil, 1990).

4 A escolha pela sigla LGBTQIA+, se dá, reconhecendo a urgência da representatividade de toda diversidade humana e das identidades de gênero. Salienta-se que a sigla escolhida não contempla toda a diversidade, visto que a todo momento novas existências emergem. No entanto, tem-se a intenção de dar visibilidade para todas as pessoas, não invisibilizando ninguém, com isso usa-se o símbolo "+", para assim unificar as lutas e interligar todas as identidades e orientações sexuais, abrangendo todas as existências, desde as que compõe a sigla, e quem ainda não está representada aqui, mas que não se encaixam no sistema cis-heteronormativo.

nas funções reprodutivas, no entanto, anula-se a existência de quem foge desse padrão de heteronormatividade, como é o caso das pessoas trans (transexuais, transgêneros, travestis), vistas como seres perigosos, não naturais, assim, “a cis-heteronormatividade, demarca as demais experiências como anormais[...], estranho, que não pertence ao campo natural” (Nascimento, 2021, p. 134).

Trata-se de uma pesquisa exploratória, que conta com revisão bibliográfica e documental, mediante a abordagem qualitativa, guiada pelo método dialético-crítico. A revisão bibliográfica, se deu a partir do portal Scielo-Brasil, considerando os critérios de seleção, e contando com roteiro para revisão, alcançando o total de três (03) artigos para compor o estudo. A revisão documental, abarcou propostas da Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, e demais legislações e políticas públicas que constam nas plataformas do Governo Federal, que estão em consonância com os direitos das crianças e adolescentes LGBTQIA+, totalizando onze (11) documentos.

Este estudo estrutura-se em três (03) itens, sendo o primeiro deles a presente introdução. O segundo discorre sobre os direitos das crianças e adolescentes, com ênfase nas LGBTQIA+ e as violações de direitos acometem esses indivíduos. Por fim, apresenta-se algumas considerações transitórias, não para por fim às discussões apresentadas, mas expondo alguns elementos essenciais identificados na investigação.

2 DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES LGBTQIA+

No Brasil⁵ o reconhecimento das crianças e adolescentes, enquanto sujeitos de direitos, se deu a contar da Constituição Federal de 1988, no entanto, faz-se necessário discorrer sobre a visão minorista anterior a este processo, que contribui até os dias atuais para as violações de direitos desses indivíduos. Anterior à instituição da Carta Magna, crianças e adolescentes eram guiados pelo Código de Menores. A datar o primeiro Código de Menores de 1927, conhecido como Código de Mello Mattos, “deu início

5 Em nível mundial cita-se o Fundo Nacional das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (s./a.), trazendo a partir do ano de 1959, “A Assembleia Geral das Nações Unidas adota a Declaração dos Direitos da Criança, que reconhece, entre outros direitos, os direitos das crianças à educação, à brincadeira, a um ambiente favorável e a cuidados de saúde”. Do mesmo modo, no ano de 1978, “A Comissão de Direitos Humanos desenvolve um rascunho de uma Convenção sobre os Direitos da Criança para consideração por um grupo de trabalho dos Estados Membros, agências e organizações intergovernamentais e não governamentais” (UNICEF, s./a., s./p.). Ressalta-se que a Convenção sobre os Direitos da Criança apenas foi adotada em 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e o Brasil ratificou a Convenção a partir de 1990.

à etapa tutelar, uma vez que concentrava a autoridade no juiz de menores – figura que detinha o poder de decisão sobre o que era melhor para a criança e o adolescente”, posteriormente, no ano de 1979 decreta-se um novo Código de Menores, prolongando “a filosofia menorista do Código de Menores de 1927, referia-se à ‘situação irregular’, seja pela condição de pobreza das famílias, seja pelas situações em que ocorria a detenção de crianças e adolescentes por suspeita de ato infracional” (Almeida; Pedersen; Silva, 2020, p. 4).

O novo Código de Menores foi instituído pela Lei nº 6.679/1979,⁶ e previa a Doutrina da Situação Irregular, sendo destinado a crianças e adolescentes em situação irregular com a premissa de criminalizar a pobreza. Como apontam Almeida, Pedersen e Silva (2020, p. 5), as práticas de intervenção estatal eram voltadas para os jovens considerados “em situação de ‘perigo moral’ e ‘com desvio de conduta’, e mesmo com sentido vago, eram consideradas ‘antessalas’ para a criminalidade” (grifos dos autores). Conforme Kocourek (2009, p. 102), os avanços sobre os direitos das crianças e adolescentes no Brasil, teve como marco importantíssimo o processo de redemocratização no país, dando um salto nos anos 1982 e 1984, que com as novas lideranças, emergiram grupos e movimentos sociais que visavam outros rumos e legislações sobre a infância e a juventude. Nos levando à atual Constituição Federal de 1988, que traz as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, incluindo o artigo específico sobre seus direitos, cabendo estar protegidos para seu pleno desenvolvimento.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, s./p.).

Conquistando esse respaldo legal, após muita luta em busca dos direitos de crianças e adolescentes, a garantia de proteção para esses sujeitos começa a ganhar novos rumos, sendo dever da família, sociedade e agora a inserção do Estado para protegê-los. Inicia-se, assim, a criação de legislações e políticas públicas, para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, como é o caso da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 - ECA, o qual, em seu art. 7, indica que “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas

⁶ Revogada pelo atual Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990.

sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (Brasil, 1990).

Os direitos de crianças e adolescentes passaram a ganhar visibilidade, não sendo tolerável permanecerem ou estarem expostos às diversas formas de violações que ferem sua dignidade, devendo estar a salvo de qualquer violência, negligência, abandono, opressão e exploração. No entanto, como é sabido, estamos inseridos na sociedade capitalista, que se divide entre extremos de desigualdade, com diferentes infâncias e adolescências.

Há modos e condições de viver a infância e a adolescência que historicamente são bastante diferentes e, por que não dizer, desiguais. E é justamente essa característica que determinou, por muito tempo, o tratamento também desigual de crianças e adolescentes, levando-nos a pensar sobre a existência de Infâncias e Adolescências. Como referem Moreira e Vasconcelos (2003, p. 165), “[...] não se pode tratar a infância de forma indiferenciada, idílica, a-histórica, mas inserida em relações sociais concretas, situadas em especificidades e cotidianos singulares” (Almeida; Pedersen; Silva, 2020, p. 3).

Portanto, faz-se necessário reconhecer a diversidade⁷ existente entre crianças e adolescentes, dado que são inúmeras formas de violações de direitos que os atingem de diferentes maneiras. Referente às violações dos direitos de crianças e adolescentes LGBTQIA+, em 2020:

15 anos foi a idade com que a mais jovem adolescente trans foi assassinada em 2020, exatamente como aconteceu em 2018. Dos 175 assassinatos desse ano, 8 vítimas tinham entre 15 e 18 anos. O assassinato precoce é o início da tentativa de destruição sistemática de uma população. É a consolidação de um projeto transfeminicida em pleno funcionamento no país – e no mundo (Benevides; Nogueira, 2021, p. 39).

As crianças e adolescentes LGBTQIA+ se diferenciam dos padrões cis-heteronormativos impostos socialmente, estando, assim, mais propensos a sofrer inúmeras violências e violações de direitos, as quais podem vir a gerar danos a sua saúde mental, e, também, levar à morte, seja através das violências ou mesmo suicídio. Observou-se que no Brasil o ECA enfrenta um desafio no combate aos preconceitos e violências que atingem as crianças e adolescentes LGBTQIA+, ao longo de sua legislação não se aborda em seus artigos a diversidade de crianças e adolescentes, sendo

⁷ Cabe aqui o uso da diversidade, para apontar as diversidades existentes desde a classe, raça/etnia, gênero, território, identidade de gênero, orientação sexual, entre outras.

um entrave para o enfrentamento das violências direcionadas à população LGBTQIA+ desde as infâncias.

No item a seguir busca-se identificar as legislações e políticas públicas que são destinadas à proteção de crianças e adolescentes LGBTQIA+ no Brasil, apontando as conquistas desde 1990 até a atualidade.

2.1 LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A DIVERSIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Buscou-se instrumentos normativos sobre a proteção de crianças e adolescentes LGBTQIA+, desde as propostas da Constituição Federal de 1988; O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; e demais legislações e políticas públicas nos portais do Governo Federal, nas plataformas GOV. BR e no Portal da Legislação. A investigação se deu a partir das palavras-chave: “crianças e adolescentes lgbt”, “crianças lgbt”, “adolescentes lgbt”. Foram considerados onze (11) documentos, os quais após roteiro de revisão documental, integram este trabalho.

Parte-se da Constituição Federal de 1988, pois, como afirmado anteriormente, foi a partir de então que crianças e adolescentes foram reconhecidos enquanto sujeitos de direitos. Ainda que ao longo de seus artigos não se aborda a diversidade humana de crianças e adolescentes LGBTQIA+, podemos apontar que, diante dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, em seu artigo 3º, visa “IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988). No mesmo sentido, dispõe o artigo 5º, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988). Ambos os artigos expostos agem no sentido de não discriminar as pessoas, sejam pelo gênero, orientação sexual e identidade de gênero, uma vez que, todos somos iguais perante a lei.

A respeito do ECA (1990), trata-se da legislação específica para a proteção integral de crianças e adolescentes, garantindo-lhes que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Reforça-se que as crianças e adolescentes, independente

da identidade de gênero ou orientação sexual, devem estar protegidos, tendo “direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (Brasil, 1990).

O ECA, contribuiu para a criação no ano de 1991, da Lei nº 8.242/1991, referente ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), qual fica responsável por “elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando as ações de execução”, e dentre outras competências, deve “apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação dos mesmos” (Brasil, 1991).

Em contrapartida, os direitos das pessoas LGBTQIA+ apenas começaram a serem abordados legalmente no ano de 2004, quando o governo instituiu o “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB⁸ e de Promoção da Cidadania Homossexual”, contando

com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais (Brasil, 2004).

Através deste programa, pela primeira vez, discorre-se ações destinadas a adolescentes e jovens LGBTQIA+, ainda que com pouca maturidade cita-se uma política para juventude, entre as quais:

Apoiar a realização de estudos e pesquisas na área dos direitos e da situação socioeconômica dos adolescentes GLTB, em parceria com agências internacionais de cooperação e com a sociedade civil organizada.
Apoiar a implementação de projetos de prevenção da discriminação e a homofobia nas escolas, em parceria com agências internacionais de cooperação e com a sociedade civil organizada.
Capacitar profissionais de casas de apoio e de abrigos para jovens em assuntos ligados a orientação sexual e ao combate à discriminação e à violência contra homossexuais, em parceria com agências internacionais de cooperação e a sociedade civil organizada (Brasil, 2004, p. 25).

Posteriormente, lança-se o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2009, orientando-se pela “construção de políticas públicas de inclusão

8 Na época esta era a sigla destinada a gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais pelo documento.

social e de combate às desigualdades para a população LGBT” e, também, “combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero” (Brasil, 2009, p. 10). No referido documento, aborda-se entre suas diretrizes a “Prevenção e enfrentamento da vulnerabilidade social de crianças e jovens em razão da orientação sexual e identidade de gênero” (Brasil, 2009, p. 15). Tal plano dividiu-se em dois (02) eixos estratégicos, primeiro designado “Promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT”, e o segundo, “Implantação sistêmica das ações de promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT”. As estratégias destacadas para as crianças e adolescentes foram:

Realizar o monitoramento das crianças e jovens que vivem nas ruas, manifestando atributos de gênero dissociados do seu sexo biológico, favorecendo sua proteção especial nos abrigos mantidos pelas secretarias municipais de assistência social.

Estabelecer, especialmente para crianças e jovens, programas sociais de apoio para o enfrentamento à vulnerabilidade oriunda da falta de moradia, da exclusão social, da violência doméstica e outras formas de violência em razão da orientação sexual e identidade de gênero, e implementar planos de apoio e segurança em redes sociais que fortaleçam a participação das organizações LGBT como protagonistas, abrindo espaços para debates sobre políticas urbanas e rurais que incorporem o recorte de orientação sexual e identidade de gênero, dando ênfase às políticas voltadas para a transformação da realidade das travestis (Brasil, 2009).

Tendo em vista os prazos para a realização deste estudo, não se pode investigar como se deu a efetivação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, porém, é possível afirmar que houve um salto no reconhecimento das crianças e adolescentes LGBTQIA+, incluindo-os nas estratégias para políticas públicas LGBTQIA+.

Na sequência dos avanços, identificou-se a Portaria nº 2.836 de 2011, que institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, visando “promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação, o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo” (Brasil, 2011). Dentre os objetivos específicos da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2013), destina-se, no seu art. 2º, 'X - oferecer atenção e cuidado à saúde de adolescentes e idosos que

façam parte da população LGBT'; do mesmo modo, que em seu art. 5º, o qual compete ao Ministério da Saúde:

V - articular junto às Secretarias de Saúde estaduais e municipais para a definição de estratégias que promovam a atenção e o cuidado especial com adolescentes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, garantindo sua saúde mental, assim como acolhimento e apoio (Brasil, 2013, p. 23).

Demonstra-se o compromisso com as políticas públicas para a população LGBTQIA+, seguindo o caminho traçado pelo Programa Brasil sem Homofobia (2004). Desenvolvendo a política de saúde LGBTQIA+, reafirma-se a necessidade de reconhecer suas especificidades, dado que, esta população, historicamente é negligenciada e invisibilizada. Cabendo, assim, "instituir mecanismos de gestão para atingir maior equidade no SUS, com especial atenção às demandas e necessidades em saúde da população LGBT, incluídas as especificidades de raça, cor, etnia, territorial e outras congêneres" (Brasil, 2013, p. 20).

No ano de 2013, destaca-se a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, um sistema lançado pelo Governo Federal para compor as políticas públicas contra os preconceitos da população LGBTQIA+. Instituído pela Portaria nº. 766, de 03 de julho de 2013, tem "a finalidade de organizar e promover políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBT, compreendidas como conjunto de diretrizes a serem observadas na ação do Poder Público e na sua relação com os diversos segmentos da sociedade" (Brasil, 2013).

Para dar sequência, cabe destacar que este trabalho é produzido em área do Serviço Social, a qual é atuante pelos direitos da população LGBTQIA+, tendo em vista o posicionamento da profissão faz-se pertinente expor as políticas que vêm sendo desenvolvidas na área, as quais englobam as crianças e adolescentes LGBTQIA+.

Referente à política de Assistência Social, o Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais - CNCD/LGBT, mais o Conselho Nacional De Assistência Social - CNAS, no ano de 2018, firmam a Resolução Conjunta de nº 01/2018, "Estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência

Social – SUAS” (Brasil, 2018). Dentre os seus parâmetros destinados às crianças e adolescentes LGBTQIA+, destacam-se:

Art. 3º A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também para crianças e adolescentes, em diálogo com os responsáveis.

Art. 10 Os Serviços Socioassistenciais deverão dirigir especial atenção em relação as crianças e adolescentes LGBT, em particular para a trajetória de construção da identidade mulheres transexuais/travestis e homens trans, comumente cercada por incompreensões, falta de informação, violência e violação de direitos no seio intrafamiliar, que frequentemente ocasionam o rompimento de vínculos familiares e comunitários destas pessoas (Brasil, 2018).

O Serviço Social está em consonância com as garantias dos direitos das pessoas LGBTQIA+, o atual código de ética profissional prevê a construção de uma sociedade justa e democrática, onde não exista preconceitos, seja pela origem, raça, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação (Brasil, 2012). Neste sentido, o Conselho Federal do Serviço Social - CFESS, no ano de 2018, assume o compromisso, por meio da Resolução CFESS nº 845, de 26 de fevereiro de 2018, o qual “Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transsexualizador”⁹ (Cfess, 2018), evidenciando em seu art. 8, que,

Cabe à(ao) assistente social atender e acompanhar crianças e adolescentes que manifestem expressões de identidades de gênero trans, considerando as inúmeras dificuldades que enfrentam no contexto familiar, escolar e demais relações sociais nesta fase peculiar de desenvolvimento na perspectiva do Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social (Cfess, 2018).

Demonstra-se assim, que cabe ao profissional Assistente Social proporcionar nas instituições um ambiente acolhedor, considerando as pessoas, por intermédio das identidades de gênero, respeitando “o direito à autodesignação das/os usuários do serviço como pessoas trans, travestis, transexuais, transgêneros” (Cfess, 2018).

Observa-se o imenso retrocesso que foi a extinção do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, tendo sido criado em 2010, o qual

⁹ Neste estudo não dou ênfase ao processo transsexualizador, no entanto, para aprofundar a leitura sugiro a Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, que redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html.

guiava o Decreto nº 7.388. O referido decreto tinha por finalidade “formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT” (Brasil, 2010). Sendo substituído pelo então Decreto nº 9.883, de 2019, o qual “Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação”, visando formular e propor diretrizes para as “minorias étnicas e sociais”, “as vítimas de violência, de preconceito, de discriminação e de intolerância” (Brasil, 2019). O atual Conselho Nacional de Combate à Discriminação, não cita, ao longo de seus artigos, nenhum mecanismo de defesa aos direitos LGBTQIA+, excluindo esse segmento populacional da luta pelos direitos, anulando suas especificidades.

Na contramão das legislações e políticas públicas expostas, os dados de violência contra as pessoas LGBTQIA+ revelam que o país está longe de cumpri-las, ainda mais referente às violências praticadas contra crianças e adolescentes. O Grupo Gay da Bahia (2022) denuncia que, no ano de 2021, ocorreram 300 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+, e, de acordo com o perfil das vítimas por orientação sexual, os gays são “153 casos (51%), enquanto as travestis, transexuais e mulheres trans aparecem com 110 casos (36,67%), lésbicas com 12 casos (4%), bissexuais e homens trans (4 casos – 1,33%), heterossexual e não binário com 1,33%”. Das vítimas, 19 pessoas tinham entre 10 e 19 anos. Quando consideradas a cor das vítimas em “30% dos casos aparecem sem informação”, já “28,67% vítimas sendo consideradas brancas”, e “41% atribuídos às pardas e pretas”, números que não devem ser tomados como dados fidedignos, pois, o Grupo Gay da Bahia aponta que os dados oficiais não esclarecem a cor das vítimas. Sobre a profissão das vítimas de morte violenta no Brasil em 2021, a quantidade de vítimas mais alta são profissionais do sexo, totalizando 32 mortes (Oliveira; Mott, 2022).

O referido relatório, evidencia a morte da,

[...] criança trans Karon, 13 anos, assassinada por um adolescente de 17 anos, a pauladas, chutes e socos, em Camocim (CE), no dia 04 de janeiro de 2021, execução ainda mais chocante ao sabermos o motivo: a cobrança de uma dívida de R\$ 50, decorrente de um programa sexual não pago pelo agressor, que sem o recurso para quitar o combinado, trucidou-a (Oliveira; Mott, 2022, p. 36).

Estes dados são do ano de 2021, dois anos após o Supremo Tribunal Federal, em 2019, decidir a favor de criminalizar a homofobia e a transfobia,¹⁰ equiparando-as ao crime de racismo, onde as práticas homofóbicas e transfóbicas passam a ser punidas como crimes de racismo. Os crimes contra a população LGBTQIA+, até que exista uma lei específica, passa a ser enquadrado na Lei nº 7.7716/89, que aponta o crime de racismo como inafiançável e imprescritível, tendo pena de um (01) a três (03) anos de detenção e multas (Brasil, 1989).

Diante desta investigação, indica-se carência na proteção das violações de direitos quando consideramos as identidades de gênero e orientações sexuais de crianças e adolescentes, evidenciando que esta é uma pauta urgente para as políticas públicas e demais órgãos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, uma vez que vêm contribuir para as violações de direitos humanos.

Evidencia-se que desde a infância as crianças e adolescentes LGBTQIA+ são alvos de violências e violações de direitos, que os acompanham em todas as fases da vida, podendo vir a gerar, também, sofrimento psicossocial e danos à sua saúde mental, como será possível observar no item a seguir.

2.2 VIOLAÇÕES DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES LGBTQIA+

Os materiais que compõem este estudo se deram mediante a busca em levantamento bibliográfico, no portal Scielo-Brasil - Scientific Electronic Library Online, no período de 2019 a 2022. Buscando identificar as expressões da questão social que se manifestam na vida de crianças e adolescentes LGBTQIA+, usou-se três (03) descritores: “violações de direitos das crianças e adolescentes lgbt”; “saúde mental de crianças e adolescentes lgbt”; e “crianças e adolescentes lgbt”. A pesquisa, em um primeiro momento, buscou materiais na área do Serviço Social, não encontrando resultados, abrangeu todas as áreas de estudos, com um total de três (3) resultados encontrados. Para critério de seleção, foi feita a leitura de títulos e resumos, selecionando-os para compor este estudo. Considerados os três (03) materiais aptos, foi feita a leitura dos artigos, seguida de análise e problematizações dos resultados obtidos, apoiada pelas reflexões dos autores referência já utilizados ao longo deste estudo, como será possível observar.

¹⁰ Inteiro Teor do Acórdão do Supremo Tribunal Superior sobre a criminalização. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344606459&ext=.pdf>.

O artigo 1, com o título *Uma nova velha história: sobre censura e literatura LGBT+*, de autoria de Renata Barreto Malta, Carina Luisa Ochi Flexor e Aianne Amado Nunes Costa, ano 2020, discorre sobre a censura contra conteúdo LGBT+ para crianças e adolescentes durante a Bienal do Livro do Rio de Janeiro, tendo como objetivo “interpretar a resposta do público acerca do episódio, sua relação com aspectos socioculturais e, principalmente, em que medida o ambiente livresco se reverbera nessas postagens”. Como resultados, discute-se “o interesse pela leitura do conteúdo distribuído ou seu rechaço; a relação entre educação e vigilância direcionada às crianças; o sentimento de pertencimento por parte da comunidade LGBT+; a moral cristã como argumento contrário à ação”. No decorrer do artigo 1, destacaram-se as expressões da questão social: censura, violência simbólica e física, ódio, abandono familiar, homofobia e intolerância.

Em setembro de 2019, durante a Bienal do Livro, o prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella protagoniza um ato de censura contra a obra *Vingadores, a cruzada das crianças*, por conter conteúdo LGBT+ considerado por ele impróprio para o público infantil. No mesmo dia, Felipe Neto – um dos maiores influenciadores digitais com conteúdo direcionado ao público infantojuvenil – protesta contra a censura e divulga um vídeo em seu canal do Youtube informando, com tom de revolta, que distribuiria gratuitamente, a quem se interessasse, todo o estoque dos principais livros disponibilizados na Bienal, cujas narrativas estivessem focadas na temática (Malta; Flexor; Costa, 2020, p. 2).

Este episódio demonstra, ao mesmo tempo em que a censura, enquanto expressão da questão social produz desigualdades ao não permitir acesso a materiais literários que contenham conteúdo LGBTQIA+, desenvolve também a resistência da população ao buscar mecanismos para garantir o direito à educação, pois, “[...] as lutas de classe são ineliminavelmente constitutivas da ‘questão social’” (Santos, 2012, p. 30).

No mesmo sentido, a “[...]censura ao objeto livresco e à literatura inserem-se em um contexto maior, atravessado por outros fatores que acabam por corroborar o cerceamento e a restrição à leitura e ao conhecimento, bem como para o clima de ódio, intolerância e violência – em especial contra as denominadas minorias (Malta; Flexor; Costa, 2020, p. 4-5). Na verdade, as “minorias” que o estudo aborda são pessoas minorizadas através das violências simbólica, física, juntamente com diversas opressões, intrínsecas às relações desiguais desta sociedade, as quais invisibilizam a população LGBTQIA+. Conforme Cisne e Santos (2018, p. 128):

Os “crimes de ódio” integram a dimensão mais explícita no conjunto das expressões de violência que incide sobre sexualidades, evidenciando, além do preconceito, a brutal eliminação dos indivíduos que orientam sua vida afetivo-sexual fora da heterossexualidade.

Assim, a intolerância, abandono familiar e homofobia são expressões que se interligam com uma dimensão muito maior, que geram essas violações, ancorados no conservadorismo advindo dos conflitos entre o capital e trabalho, ou seja, são ideologias das relações patriarcais reatualizadas, ainda com os avanços das lutas sociais, encontram modos de reprodução, sendo partes das relações capitalistas, contribuindo para exploração e para o conservadorismo, “[...] especialmente para exercer controle, disseminam uma concepção de família tradicional, em que o alvo da dominação é o universo identificado como feminino e uma espécie de negação e inferiorização de tudo que não for heterossexual” (Cisne; Santos, 2018, p. 44-45).

O artigo 2, *Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência*, dos autores José Carlos Pacheco da Silva, Rodrigo Ribeiro Cardoso, Ângela Maria Rosas Cardoso, Renato Santos Gonçalves, ano 2021, objetiva-se “analisar o sofrimento psíquico vivenciado na adolescência, relacionado à discriminação e estigmatização quanto à orientação sexual e à identidade de gênero, diante dos resultados, tem-se a “Intolerância à identidade de gênero e orientação sexual, fundamentada na heteronormatividade, viola direitos humanos e constitui relevante determinante social em saúde, e a superação dos sofrimentos psíquicos apresentados, articulada com o respeito aos direitos humanos da comunidade LGBT, constitui importante vetor para enfrentamento das iniquidades em saúde na adolescência”. Diante do artigo 2, as expressões da questão social que se demonstram são: marginalização, violências, preconceito, discriminação, estigmatização, sofrimento psíquico, suicídio, exclusão, sofrimentos, abandono/evasão escolar e repressão a diversidade sexual.

As normas sociais que regulam o certo e o errado conformam o conjunto de comportamentos e apresentações que moldam o caráter e a identidade de uma coletividade, de modo que a opressão, intolerância, estigmatização e exclusão revelam a vulnerabilidade a que determinados indivíduos e grupos estão submetidos por não serem aceitos, tendo as diferentes expressões de sua sexualidade e identidade de gênero consideradas anormal (Silva et al., 2021, p. 2)

Demonstra-se que, citadas expressões da questão social, advém da ideologia burguesa, que reproduzem normais conservadoras para as relações

sociais, usando da família, escola, igreja, dentre outras, para reprimir e punir, com ideais baseados no machismo, sexismo e na cis-heteronormatividade, que estigmatiza e oprime a população que foge do padrão heterossexual. Como aponta Cisne e Santos (2018, p. 60), para perpetuar este sistema inquestionável de valores da família patriarcal, reproduz-se que a família é lugar de aconchego e paz, ou seja, formas de encobrir as inúmeras formas de violências, física, sexual, psicológica e negligências que ocorrem em seu meio, o que dificulta enfrentá-las.

Silva *et al.* (2021, p. 5) corroboram com o exposto, visto que, nos relacionamentos familiares,

[...] os valores morais considerados tradicionais são observados como fatores que dificultaram a aceitação da orientação sexual ou da identidade de gênero dos adolescentes, e os expuseram a várias situações de violência, em especial aquelas relacionadas a valores religiosos.

No mesmo sentido, as situações de preconceitos iniciam na infância no ambiente familiar, uma vez que as crianças não estejam adequadas às normas sociais impostas, como roupas, cabelos, comportamentos, em acordo com o gênero designado ao nascer, ou seja, caso as meninas não usem a cor rosa, estejam com os cabelos compridos e brinquem de bonecas, devem ser punidas por não se adaptarem aos comportamentos cis-heteronormativos. Conforme relatado pela entrevistada A8:

Quando eu era criança, já havia ali resquícios de que eu não era uma pessoa cis, hétero, e eles me repreendiam muito, meus tios principalmente. O meu cabelo já era grande e as pessoas já me confundiam com uma menina, e isso pra eles foi algo: "ai, meu Deus!" Em 2017, no começo do ano, eles raspam meu cabelo. Eles raspam o meu cabelo, gravaram uma live no Facebook. Tava todo mundo da casa lá: minha vó, meu vó, meus tios (Silva *et al.*, 2021, p. 5).

Sobre o sofrimento psíquico, evidencia-se que as violências, discriminações e preconceitos relacionados a identidade de gênero e sexualidade, afetam a saúde mental dos adolescentes, o que ocasiona desde tristeza, isolamento, abandono/evasão escolar, chegando até a intenção suicida. Furtuoso e Costa (2020) nos apontam que o sofrimento resulta da separação do indivíduo e do seu gênero humano, ao mesmo tempo que a acentuação das opressões e explorações sobre a égide do capital prevê o crescimento da alienação e, também, tem na agudização do sofrimento o mecanismo de controle da população, para, assim, não ocorrer a superação de desigualdades e da sociedade capitalista.

Deste modo, as expressões da questão social estão sendo úteis para a sociabilidade atual, que necessita,

[...]desde a sua origem até a atualidade, o modelo nuclear que aparta os indivíduos do convívio comunitário e coletivo, e institui uma dinâmica de vida privada, desenvolve uma funcionalidade indispensável ao capital, que é a introjeção nas personalidades das crianças dos papéis de classe (Cisne; Santos, p. 61).

Ou seja, os preconceitos, marginalização e estigma, entre outros, não ocorrem apenas em decorrência da identidade de gênero ou da sexualidade, mas estão inseridos na lógica estruturante da sociedade de classes, que para manter-se, necessita seguir, oprimir, explorar e violentar, seja pela raça/etnia, classe social, gênero ou sexualidade. No entanto, ao mesmo tempo em que as expressões da questão social adquirem novos formatos, reproduzem-se também atos de resistência, Silva et al. (2021, p. 9) aponta a política de saúde como,

[...] um importante espaço promotor de empoderamento, incluindo ações de discussão crítica quanto às vivências discriminatórias e estigmatizantes, produzidas nos diversos contextos sociais e políticos, com apropriação do direito inviolável à dignidade humana no processo de enfrentamento e resistência.

O artigo 3 '*Mar de bullying': turbilhão de violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na escola*, dos autores Mateus Aparecido de Farias, Maria Carmen Aires Gomes, Celina Maria Modena, ano 2022, tem o objetivo de "compreender as vivências e os sentidos do bullying experienciados por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades". Como resultados, destaca-se "o avanço das tecnologias comunicativas também constitui esse mar de bullying ao propiciar a ampliação do alcance de cenas violentas e ao globalizar o vexame, o xingamento e o soco". As expressões da questão social que se apresentam neste estudo são: violências, sofrimento, negligência institucional, com ênfase no *bullying*.

O *bullying* diz respeito a diferentes violências que uma pessoa ou grupo sofre, podendo ser na escola, em decorrência de um poder desigual entre ambos, perdurando por um tempo, e causando danos à saúde mental de quem sofre.

[...] o bullying no Brasil deveria ser entendido como um conjunto de atitudes hostis e agressivas, que ocorrem de maneira direta ou indireta,

intencionais e repetitivas e sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s) no ambiente escolar, sem distinção de gênero ou de idade, que apresenta a diferença de poder entre os envolvidos, causando dor, angústia e sofrimento para a vítima e o sentimento de satisfação para o agressor (Medeiros, 2012, apud, Farias; Gomes; Modena, 2022, p. 2).

A discussão do artigo 3 parte da premissa que lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades que não se enquadram no padrão cis-heteronormativo, são o conjunto de pessoas duramente vitimizadas pelo *bullying* escolar, uma vez que, “[...] o bullying contra pessoas LGBTQ+ em ambiente escolar está estritamente vinculado à construção de uma masculinidade controlada” (Farias; Gomes; Modena, 2022, p. 4). Demonstra-se assim, que a “[...] heterossexualidade seja considerada a orientação sexual aceita socialmente, enquanto qualquer orientação distinta da heterossexualidade é brutalmente negada e/ou os indivíduos são alvo de preconceito e de discriminação” (Cisne; Santos, 2018, p. 125).

O *bullying* antes não era denominado como tal, mas as inúmeras violências já ocorriam, através de xingamentos, apelidos, socos e chutes. Nos dias atuais ele tem nome, no entanto, as violências não param no ambiente escolar, são disseminadas também através das tecnologias de comunicação. Conforme relato do participante do estudo (P2),

A diferença do bullying pra o que eu sofri há uns 15 anos atrás, o que muda é que hoje tem internet, hoje você tem smartphone, mas o bullying com o gay é sempre o mesmo, é a chacota, é a agressão física, a não aceitação, é a humilhação. O bullying é o mesmo, a diferença é que hoje você tem uma coisa mais perversa que é o smartphone, que pode gravar isso (Farias; Gomes; Modena, 2022, p. 8).

Aponta-se aqui os avanços que ocorrem estruturalmente na disseminação das violências, negligências e sofrimentos. Conforme Cisne e Santos (2018, p. 128), na sociedade heteropatriarcal-racista-capitalista, os preconceitos são disseminados às pessoas com orientação não heterossexual, devendo esses serem silenciados quanto a sua expressão afetiva e sexual, sendo desrespeitados e vítimas de violências físicas e psicológicas, desde o espaço doméstico até a escola, como, também, o Estado e demais instituições que reproduzem preconceitos de forma institucionalizada, naturalizando as violações de direitos.

A negligência institucional se dá a partir da escola, que “[...] é útil aos interesses hegemônicos, principalmente daqueles que possuem capital

econômico para financiar seus projetos, e negligente quanto a temas que já existem em seu espaço” (Farias; Gomes; Modena, 2022, p. 11), ainda mais, com a participação da família, estando aliados a tratar como tabu qualquer questão relacionada à diversidade humana.

O tabu, presente no excerto, se relaciona às práticas discursivas e sociais do não dito (ou não digno de dizer) que, [...], existem na mesma medida na sociedade, em que o discurso hegemônico força outras ordens discursivas, notadamente contra-hegemônicas, à invisibilização. O tema gênero, por exemplo, tem sido considerado o principal tabu na escola, juntamente com outros termos esvaziados de sentidos, como socialismo, comunismo e ideologia (Idem, p. 12).

Notadamente, escola e família unem-se para anular as existências de pessoas LGBTQIA+, e reforçar a dominação, tanto adultocêntrica quanto LGBTfóbica, em busca de reforçar o conservadorismo, que violam direitos e ferem subjetividades. Conforme expõe Iamamoto (2000, apud Cisne; Santos, 2018, p. 115), as características do pensamento conservador estão na:

[...] apreensão da sociedade como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da sociedade e da moralidade. Os elementos sagrados, irracionais [...] são valorizados, em contraposição ao primado da razão. Tradição e costumes legitimam a autoridade.

Isto demonstra que em defesa da família heteropatriarcal, escola e família impõem o modelo conservador, arraigado em moralismos, que buscam perpetuar a ordem capitalista, da reprodução da força de trabalho e do padrão binário - homem e mulher -, qual o primeiro domina o segundo e ambos oprimem crianças e adolescentes, podendo excluir e punir quem foge desta norma.

O artigo 3 apresenta ferramentas de resistência, no qual vítimas de preconceitos, agora adultos, voltam para a realidade escolar para buscar enfrentar o *bullying* reconhecendo que,

A esperança reside na resistência da existência de corpos que, em assembleia, na rua ou isoladamente, reivindicam direitos de viver além da sobrevivência e da cidadania regulada. Crianças e adolescentes atravessados pelo significativo *bullying* são, portanto, potências de si mesmas, que podem buscar outras formas de vida que nós, agora adultos, temos o dever ético de oferecer (Farias; Gomes; Modena, 2022, p. 13).

Cabe, assim, combater as diversas violações que se expressam por meio da questão social, juntamente com a população LGBTQIA+ e buscar formas de enfrentamento com toda a sociedade. O Brasil, enquanto país que mais mata pessoas trans, travestis e mulheres transexuais no mundo, como aponta o Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras 2020, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (Benevides; Nogueira, 2021), se exige uma luta contra as inúmeras violências contra a diversidade humana, desde a prevenção, ao combate e a punição, sendo necessária a participação de toda a população, bem como, a busca de uma nova ordem societária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fizemos algumas considerações transitórias, visto que as investigações sobre a diversidade humana e a saúde mental não se esgotam. A partir deste material, acreditamos contribuir com a construção do enfrentamento ao conservadorismo, ainda tão atual e que contribui para as mais diversas violações dos direitos de crianças e adolescentes LGBTQIA+.

Atenta-se que crianças e adolescentes são sujeitos que, historicamente, têm seus direitos violados sendo vítimas das maiores barbáries, e isso ainda piora quando se identificam LGBTQIA+, passando a não se enquadrar na norma cis-heteronormativa, indo contra as convenções da ideologia burguesa e do seu conservadorismo. A partir daí, crianças e adolescentes vivenciam as mais variadas desigualdades sociais e sofrem com o preconceito desde a infância, sendo excluídos, vítimas das violências físicas, psicológicas, sexuais, negligenciados desde as famílias até as instituições, entre outras violações que os acompanham ao longo de suas vidas, e que causam os sofrimentos psicossociais, evasão escolar, repressão a sua sexualidade, tristeza e isolamento.

Ao abordar as violações de direitos de crianças e adolescentes LGBTQIA+, constata-se que a proteção só se efetivará com a defesa e garantia da liberdade e autonomia de crianças e adolescentes. Necessita-se, também, de um Estado comprometido com as infâncias e com a diversidade humana, contrário ao pensamento conservador, que não contribua para o adoecimento mental agudizado pelo neoliberalismo, que usa deste sofrimento para o controle da população.

Aliados ao Estado, devemos estar todos, enquanto profissionais, acadêmicos, família e sociedade, comprometidos em romper com padrões binários impostos pela cis-heteronormatividade, apresentando de forma revolucionária o respeito a diversidade humana através da autoderrogação dos corpos de tornarem-se o que quiserem. Além disso, cabe à sociedade, enquanto coletivo, fiscalizar as ações, programas e políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes LGBTQIA+, e, também, cobrar ampliação e investimentos nestas.

Por fim, ressalta-se o importante papel dos movimentos sociais em prol da luta LGBTQIA+, os quais, ao longo do estudo só foram possíveis as socializações dos dados referentes às violências contra este segmento, com os materiais produzidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, e pelo Grupo Gay da Bahia - GGB. No entanto, deve-se assumir o compromisso ético e político, e compete a todos nós denunciar todo e qualquer ato LGBTfóbico, se empenhando para a defesa e garantia de todos os direitos das pessoas LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andreia Cristina da Silva; PEDERSEN; Jaina Raqueli; SILVA, Jorge Alexandre da. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** os (des) caminhos na efetivação da proteção de crianças e adolescentes. Emancipação, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-24, e2016513, 2020.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.** (217 [III] A). Paris, 1948.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 2.836, de 01 de dezembro de 2011.** Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 06 de jan. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 32 p.: il., 2013.

BRASIL. **Portaria nº 766, de 03 de julho de 2013.** Institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/portaria-no-766-de-3-de-julho-de-2013>. Acesso em: 06 jan. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013.** Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 07 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Discriminação - CNCD. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7388.htm. Acesso em: 07 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.883, de 27 de junho de 2019.** Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9883.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.883%2C%20DE%2027,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 08 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 08 jan. 2023.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira. (Orgs.). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 136p., 2021.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** Mirla Cisne, Silvana Mara Morais dos Santos. - São Paulo: Cortez, 2018. - (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 8).

FARIA, Mateus Aparecido de; GOMES, Maria Carmen Aires; MODENA, Celina Maria. **"Mar de bullying":** turbilhão de violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na escola. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 48, e241630, 2022.

FURTUOSO, Luiza Miranda; COSTA, Pedro Henrique Antunes da. **alienação, estranhamento e o problema da individualidade no capital em crise:** uma análise do sofrimento. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2021/AnaisMM2021/MC19_3.pdf. Acesso em: 01 nov. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. - 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

KOCOUREK, Sheila. **Nas dobras da história:** O desafio dos direitos da criança e do adolescente na construção da cidadania para o século XXI. Porto Alegre: Faith, 2009.

MALTA, Renata Barreto; FLEXOR, Carina Luisa; COSTA, Aianne Amado Nunes. **Uma nova velha história:** sobre censura e literatura LGBT+. estud. lit. bras. contemp. Brasília, n. 61, e 6110, 2020,1.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo.** Feminismo Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Jandaíra, 192p., 2021.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil:** relatório 2021. José Marcelo Domingos de Oliveira, Luiz Mott (organizadores). 1. ed., Relatórios do Grupo Gay da Bahia; 1. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2022.

TEORIA DO REFLEXO, ARTE E RAP NACIONAL

*Diego Camargo de Lima¹
Jorge Alexandre da Silva²*

INTRODUÇÃO

O esforço de apreender as determinações que constituem o RAP enquanto forma artística é marcado, de início, pela necessidade de situarmos que a arte diz respeito a uma das formas superiores que a prática social assume. Dito isso, o pôr teleológico que é característico da arte, é qualitativamente distinto daqueles presenciados na atividade do homem junto à natureza, o trabalho. Em que pese essa diferença qualitativa, tanto no pôr teleológico primário (no trabalho), quanto nos pores teleológicos secundários (formas superiores da práxis humana), Lukács faz questão de indicar que dois atos heterogêneos serão demandados:

[...] por um lado, o reflexo o mais preciso possível da realidade em consideração, por outro lado, a posição, a ele vinculada, daquelas cadeias causais que, como sabemos, são indispensáveis para a realização da posição teleológica (Lukács, 2018a, p. 29).

Vem à tona, com isso, a relação entre sujeito e objeto que é, ao mesmo tempo, algo que os separa. O sujeito então, só o é, enquanto sujeito teleológico, que tem de apreender o em si, ou seja, as causalidades imanentes do objeto que lhe contrapõe de forma indissociável e insuprimível. É no interior dessa relação, e, por meio dela, que o reflexo tem sua razão de ser. Diz Lukács:

A análise a partir do reflexo, mostra imediatamente uma precisa separação dos objetos, que existem independentes do sujeito, e dos sujeitos, os

1 Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Brasil. *E-mail:* diegolima.aluno@unipampa.edu.br.

2 Doutor em Serviço Social (PUCRS), Mestre em Serviço Social (PUCRS), Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPSS). Docente do Curso do Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. Brasil. *E-mail:* jorgealexandre@unipampa.edu.br.

quais, em uma aproximação mais ou menos correta, podem representá-los através de atos de consciência e fazê-los uma sua posse espiritual. Essa separação tornada consciente de sujeito e objeto é um produto necessário do processo de trabalho e, ao mesmo tempo, a base para o modo de existência especificamente humano. Se o sujeito, enquanto destacado na consciência do mundo objetual, não fosse capaz de observar, de reproduzir em seu ser-em-si, aquela posição de finalidade que está na base já do trabalho mais primitivo jamais poderia ter lugar (Lukács, 2018a, p. 29).

Lukács (2018a) toma por base o trabalho e diz que este, por suas determinações, requer que sujeito e objeto (mundo objetivo) sejam elementos efetivamente separados. Ao mesmo tempo, para o sujeito, tal separação própria da relação teleologia/causalidade, em sua reflexividade de distanciamento/articulação, tem de ser apreendida de forma consciente como confrontação. Diz Lukács:

[...] no reflexo da realidade, como pressuposto para a finalidade e o meio do trabalho, é consumada uma separação, um destacar, do ser humano de seu entorno, um distanciamento claramente mostrado no estar-contraposto de sujeito e objeto. No reflexo da realidade, a representação destaca-se da realidade retratada, se coagulando em uma “realidade” própria na consciência (Lukács, 2018a, p. 30).

Lukács (2018a) chama a atenção para o fato de que “na consciência a realidade é apenas reproduzida; surge uma nova forma de objetividade, mas nenhuma realidade e — precisamente ontologicamente — é impossível que o reproduzido seja o mesmo do reproduzido, muito menos idêntico a ele” (p. 30). Ontologicamente o que ocorre é o contrário, ou seja, “o ser social se divide em dois momentos heterogêneos que, do ponto de vista do ser, não apenas estão contrapostos entre si heterogeneamente, como são absolutamente opostos: o ser e seu reflexo na consciência” (p. 30). Com estas palavras, Lukács, tal como Marx, rejeita o limite do idealismo objetivo observado em Schelling e Hegel: “a identidade sujeito-objeto em vez de uma realidade independente da consciência e que é refletida no pensamento” (Lukács, 2018, p. 48). Para o autor, a base de qualquer conhecimento correto da realidade, seja da natureza ou da sociedade, parte do reconhecimento da objetividade do mundo exterior, cuja existência independe da consciência humana. Por consequência, qualquer apreensão do mundo exterior só pode ser um reflexo do mundo que existe independentemente da consciência pela consciência humana. Para o reflexo artístico da realidade, este fato básico da relação entre a consciência e a realidade tem, obviamente, a mesma validade. A teoria do reflexo artístico

da realidade tem a mesma base comum que todas as formas de domínio teórico e prático da realidade através da consciência humana, a teoria do reflexo (Lukács, 2018).

Lukács (1966) explica que o reflexo artístico da realidade parte das mesmas contradições que qualquer outro reflexo da realidade. E acrescenta:

A especificidade do reflexo artístico da realidade é a representação desta relação recíproca entre fenômeno e essência, representação que faz surgir diante de nós, porém, um mundo que parece composto apenas de fenômenos, mas de fenômenos tais que, sem perder sua forma fenomênica, seu caráter de “superfície fugidia”, aliás precisamente mediante sua intensificação sensível em todos seus momentos de movimento e de imobilidade, permitem sempre que se perceba a essencialidade imanente ao fenômeno. A particularidade, que como centro do reflexo artístico, como momento da síntese de universalidade e singularidade, supera estas em si, determina a forma específica de generalização do mundo fenomênico imediato, a qual conserva suas formas fenomênicas, mas as torna transparentes, propícias à ininterrupta revelação da essência (Lukács, 2018, p. 2050).

Segundo Lukács (1966) em toda grande arte está o objetivo de apresentar uma imagem da realidade na qual é resolvida a contradição entre aparência e essência, entre particular e universal, entre imediato e conceitual etc., de tal forma que os dois extremos coincidam em uma unidade espontânea na impressão imediata da obra de arte, que forme para o receptor uma unidade inseparável. A essência se torna visível e pode ser experienciada através da aparência, o universal aparece como propriedade do singular e do particular, o princípio geral se manifesta como causa motora específica do caso singular especial representado.

É um reflexo que tem como sua centralidade a particularidade. O artista pode até ter seus reflexos sobre uma parcela do mundo orientado para o singular ou universal, mas essa parcela do mundo deve ser voltada e fixada preferencialmente para o seu particular. A particularidade como centralidade do reflexo artístico se torna o ponto de mediação para elevação da singularidade imediata até a universalidade, contudo, sem que ocorra a superação da forma fenomênica sensivelmente imediata.

1. ASPECTOS DO CONTRASTE DO REFLEXO ARTÍSTICO COM O REFLEXO CIENTÍFICO

Lukács (2018) em seu texto, *Introdução a uma Estética Marxista*, para tratar sobre o reflexo científico, retoma Marx que diz: “Toda ciência seria supérflua se a essência das coisas e a sua forma fenomênica coincidissem diretamente”. Para Lukács, isso se refere “ao ser que está na base do reflexo científico da realidade” (p. 202). Por consequência, “já que o ser que está na base da ciência e da arte é objetivamente idêntico, esta relação entre fenômeno e essência deve valer igualmente para o reflexo estético” (p. 202). Diz Lukács:

A tendência fundamental do reflexo científico é separar claramente fenômeno e essência; a forma fenomênica imediata é superada a fim de se atingir uma compreensão conceitual adequada da essência. [...] De tudo isto, deriva que o reflexo científico da realidade deve dissolver a ligação imediata entre fenômeno e essência a fim de poder expressar teoricamente a essência, bem como as leis que regulam a conexão entre essência e fenômeno. A expressão geral assim obtida deve, por certo, ser sempre aplicável aos fenômenos, conter em si as suas leis; mas exteriormente, vista precisamente pelo lado do fenômeno, esta unidade pressupõe uma anterior separação, que é também mantida no que diz respeito à imediaticidade do fenômeno (Lukács, 2018, p. 202-203).

A generalização artística e a científica seguem, segundo Lukács (2018), caminhos diversos e o que define a tomada de direção em uma e em outra nesse quesito, é justamente como cada uma, de forma decisiva, se comporta na relação entre fenômeno e essência. A especificidade da arte é marcada pelo fato de que nesta, a essência se dissolve completamente no fenômeno. Dito de outro modo, “a obra de arte, jamais pode ela assumir uma forma autônoma, separada do fenômeno” (p. 204). O mesmo não vale para a relação da ciência com o fenômeno, pois ela “pode estar separada dele – conceitualmente –, e as íntimas ligações lógicas, metodológicas e objetivas entre uma e outro não devem suprimir esta separação conceitual” (p. 204). Nos termos de Lukács,

A arte se revela, assim, mais próxima da vida do que a ciência. Isto corresponde à verdade enquanto a destruição consciente da figura autônoma da essência sublinha, na estrutura da realidade, o momento pelo qual a essência tem existência real apenas no fenômeno. Mas é só aparência, já que esta imanência da essência no fenômeno tem qualidades muito diversas na vida e na arte; na realidade, fenômeno e essência formam uma unidade real realmente inseparável, a grande tarefa do pensamento

sendo a de extrair conceitualmente a essência desta unidade, tornando-a assim cognoscível. A arte, ao contrário, cria uma nova unidade de fenômeno e essência, na qual a essência está contida e imersa no fenômeno, tal como na realidade, e ao mesmo tempo penetra todas as formas fenomênicas de tal modo que, em sua manifestação, o que não ocorre na realidade mesma, elas revelam imediata e claramente a sua essência (Lukács, 2018, p. 204).

No sentido de fixar, e ao mesmo tempo de avançar na explicação, Lukács (2018) diz que o que dá especificidade do reflexo artístico da realidade é a representação desta relação recíproca entre fenômeno e essência. Essa representação, justamente,

[...] faz surgir diante de nós, porém, um mundo que parece composto apenas de fenômenos, mas de fenômenos tais que, sem perder sua forma fenomênica, seu caráter de “superfície fugidia”, aliás precisamente mediante sua intensificação sensível em todos seus momentos de movimento e de imobilidade, permitem sempre que se perceba a essencialidade imanente ao fenômeno. A particularidade, que como centro do reflexo artístico, como momento da síntese de universalidade e singularidade, supera estas em si, determina a forma específica de generalização do mundo fenomênico imediato, a qual conserva suas formas fenomênicas, mas as torna transparentes, propícias à ininterrupta revelação da essência (Lukács, 2018, p. 204).

O reflexo científico segundo Santos (2018, p. 47), a partir de Lukács, “[...] se esforça para reinventar os objetos e suas relações, do mesmo modo como são em-si, independente da consciência, isto é, desantropomorfizadamente”. Dito de outro modo, no reflexo científico a essência do objeto não vem “de uma consciência criadora, como faz o idealismo, mas de uma realidade objetiva que existe independentemente da consciência” (p. 47).

A forma científica é tanto mais elevada, segundo Lukács (2018, p. 170) “quanto mais adequado for o reflexo da realidade objetiva que oferecer, quanto mais for universal [...], quanto mais superar [...] a imediata forma fenomênica sensivelmente humana da realidade, tal como esta se apresenta cotidianamente”. Na obra de arte, ocorre o contrário,

[...] em primeiro lugar, algo criado pelo homem, que jamais pretende ser uma realidade no mesmo sentido em que é real a realidade objetiva. Em segundo lugar, ela se põe em face de nós como uma “realidade”, ou seja, as nossas ideias, os nossos desejos, etc. nada podem modificar em sua existência e no seu modo de ser; devemos aceitá-la tal como é, podemos apenas aprová-la ou rejeitá-la subjetivamente (Lukács, 2018, p. 166).

Outro elemento que define o contraste da ciência com a arte, é a forma como cada uma se relaciona com o conceito (Lukács, 2018). Em sua especificidade, “a ciência capta as leis das novas relações (ou das relações novamente descobertas) ou oferece pelo menos uma definição e uma interpretação justas de novos fatos singulares” (p. 200). A arte representa, “mediante uma reprodução sensível, de evocação imediata, a forma vital pela qual os novos fenômenos se manifestam na vida humana, na sociedade” (p. 200).

O objeto do trabalho artístico não é o conceito em si, não é o conceito em sua pura e imediata verdade objetiva, mas o modo pelo qual ele se torna fator concreto da vida em situações concretas de homens concretos, pelo qual ele se torna parte dos esforços e das lutas, das vitórias e das derrotas, das alegrias e das tristezas, como meio importante para tornar sensível o específico caráter humano, a particularidade típica de homens e situações humanas (Lukács, 2018, p. 200).

O contraste da ciência com a arte, de modo a fixar características que indicam e especificidade de cada um destes reflexos, também pode ser observado na relação da arte e da ciência com as categorias da infinitude extensiva e as infinitude intensiva da realidade. Na citação a seguir, Lukács aponta os aspectos mais evidentes deste contraste.

Em sua infinitude extensiva, a realidade não tem limites. O valor da abstração científica consiste, precisamente, no fato de reconhecer esta infinitude, tomá-la como ponto de partida e criar formas (descobrir leis) por meio das quais um ponto qualquer da infinitude extensiva possa ser concretamente identificado, colocado em seu contexto e definido com exatidão. O reflexo artístico renuncia a priori à reprodução imediata da infinitude extensiva. O que ele representa é, também neste sentido, em contraste com a ciência, algo particular. A elaboração formal artística deve dar preeminência precisamente ao princípio de que tanto a orientação para o universal quanto a orientação para o singular levam inevitavelmente, como se assinalou mais de uma vez, a fixar a parcela do mundo refletido em sua mera particularidade, com sua carência de infinitude extensiva, com seu conteúdo carente de totalidade extensiva; surgiria, assim, a necessidade de integração. Tão somente o predomínio da particularidade como princípio criativo e organizativo da objetividade representada na obra permite retirar esta “parcela” da mera particularidade, da fragmentariedade, conferindo-lhe o caráter e a eficácia de um “mundo” em si concluído, representando a totalidade (Lukács, 2018, p. 234-235).

Mais à frente alerta:

Se com isto se entendesse que o reflexo artístico não se volta para a totalidade extensiva da realidade, mas apenas para a infinitude intensiva

do que é reproduzido, dir-se-ia muito pouco de concreto e de específico sobre tal reflexo. De fato, também o reflexo próprio da cotidianidade, bem como o científico, devem se ocupar incessantemente da infinitude intensiva de cada fenômeno. Na arte, esta expressão adquire um acento qualitativamente novo, não fosse senão porque o voltar-se para a infinitude intensiva não é uma tendência entre outras, mas a tendência predominante, aquela que condiciona em medida decisiva a reprodução estética dos objetos. Ademais, mas sempre em estreita relação com o que até agora foi dito, este voltar-se para o particular, este ser-determinado-pelo-particular no reflexo estético, implica também a tendência a jamais se destacar da imediaticidade sensível – sempre condicionada segundo os gêneros – da forma fenomênica (Lukács, 2018, p. 235).

Lukács conclui que o reflexo artístico “se propõe, precisamente, a tarefa de atribuir aos objetos representados, em sua imediaticidade, o caráter e a aparência de infinitude intensiva” (Lukács, 2018, p. 235-236).

Surge assim na obra de arte um “mundo próprio”, um mundo particular no sentido literal da palavra, uma individualidade da obra. Em sua autonomia sensível, é igualmente sustentado pela recíproca concordância dos detalhes imediatamente evocativos. Mas esta sua eficácia é sempre, tão somente, o poderio do conteúdo espiritual elevado a uma nova imediaticidade. Este conteúdo pode conter as mais elevadas e importantes verdades universais, mas elas só podem se tornar componentes orgânicas de um tal complexo ativo se se fundirem em perfeita homogeneidade com a nova imediaticidade sensível dos outros elementos da obra, se também elas, como aqueles, viverem e atuarem exclusivamente na atmosfera da particularidade, da particularidade específica de cada obra singular (Lukács, 2018, p. 236).

As considerações lukacsianas discernem o duplo sentido do caráter particular da obra de arte. Por um lado, cria um “mundo próprio”, em si concluído. Por outro, assim como o caráter particular da obra age sobre o processo criador, sobre a personalidade do criador, transformando-a, deve influenciar do mesmo modo aquele que a recebe (Lukács, 2018). Assim, a obra tanto torna-se, quanto cria um “mundo” próprio, numa via de sentido duplo “para quem dela se aproxima, mas também para o seu criador: ele a cria, mas ela o ajuda a elevar-se a uma altitude de subjetividade estético-social, à altitude desta particularidade, única a permitir sua realização artística” (p. 188).

2. O RAP, A PARTICULARIDADE E O REALISMO NA MÚSICA

O Rap junto com o *DJ* (do inglês: *disc jockey*), *break* e grafite formam os quatro elementos do *Hip-Hop*, elementos que tiveram seus primeiros passos na década de 70 nos Estados Unidos, mais especificamente em Nova Iorque, pelos *DJ's* que colocavam as batidas, os *Mc's* que faziam suas rimas, os *b-boys* que dançavam e os grafiteiros que desenhavam suas artes, tudo isso acontecia nas *block parties* que são festas de rua onde colocam som para as pessoas ouvirem, apreciarem, dançarem e curtirem aquele momento de lazer e diversão. O rap e todo o movimento *hip-hop* no seu início, em 1970, teve como atuações necessárias a “político-cultural do DJ Afrika Bambaataa e das composições de grupos como Public Enemy na afirmação do caráter de protesto social e racial do gênero musical” (Loureiro, 2016, p. 236).

Já no Brasil, o *Hip-Hop* se manifestou em meados dos anos 1970 e 1980 com a movimentação dos *b-boys*, algo que trouxe o movimento e a cultura *hip-hop* para o Brasil, sobretudo nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Logo após os *Mc's* começaram a fazer rimas nesses locais e o Rap também foi introduzido no território brasileiro.

Com o *boom* do rap nacional na década de 1990, que tem como expressão marcante o grupo Racionais Mcs, o gênero musical se tornou algo presente em rádios e bailes de todo o Brasil difundindo sua cultura e crítica social para quem ouvia. Além da chamada “velha escola”, a partir do início da década 2000 surge a “nova escola” no rap nacional junto com as batalhas de rima.

Com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) a pluralidade e diversidade já existente no rap aumentou e abriu mais espaço para demandas de mulheres, indígenas, comunidade LGBTQIAPN+ e o gospel no cenário musical. Com o passar dos anos, novos subgêneros do rap começaram a surgir dando novos ares ao gênero musical, tornando o rap muito mais amplo. Subgêneros como o *Boombap*, *Trap* e *Drill* são tendências que constituem o cenário musical mundial na atualidade.

As composições de RAP, portanto, como representação verossímil da realidade, consolidam-se como porta-vozes das periferias brasileiras, como canal cultural e político, bem como instrumento de denúncia e de crítica ao contexto social e político do Brasil. O RAP, ao ocupar os espa-

ços em que o Estado deveria atuar, tacitamente assume o poder sobre as populações marginalizadas, pois falam a mesma linguagem, possuem os mesmos anseios, sofrem os mesmos processos de discriminação e opressão e ocupam os mesmos espaços físicos e os mesmos estratos sociais (Righi, 2011, p. 321).

Silva (2020) em seu artigo, *Racionais Mc's sob a perspectiva do realismo estético de Gyorgy Lukács* analisa as narrativas nas letras da referida banda de Rap com o objetivo de para identificar elementos: a saber, “a construção de personagens e situações típicas e a relação entre forma artística e vida social. Assinalando a produção da banda como uma forma de expressão das vicissitudes do realismo estético nas artes contemporâneas” (Silva, 2020, p. 54). A partir de Lukács, o autor toma como referência o pressuposto de que a narrativa, só atinge o realismo estético, na medida em que “é capaz de apresentar, na complexidade da sua particularidade e microcosmo ficcional, elementos essenciais da vida social em que a própria obra está inserida. A obra de arte poderá plasmar, no seu particular, o universal da problemática humana” (Lukács, apud Silva, 2020, p. 56).

Dentro de uma teoria lukácsiana do realismo estético, pode-se observar este binômio entre ciência e arte de maneira muito evidente no RAP. Uma das músicas mais importantes da banda Racionais MC's, “Capítulo 4, versículo 3” é um exemplo de como o grupo logra urdir o reflexo da vida social, a música começa com dados da situação socioeconômica da população negra no Brasil [...]. Apesar de trazer informações estatísticas e “oficiais” da vida social de que trata, a letra da música não deixa de apresentar uma tensão entre os dados e a subjetividade de quem fala enquanto sobrevivente dos mesmos números dramáticos do qual ele mesmo faz parte. Não se trata de uma descrição sociológica, dos resultados de uma pesquisa científica, mas de uma representação do processo dinâmico da vida social, na composição entre o objetivo e subjetivo. Sendo assim, a própria música aparece enquanto luta contra o silenciamento de quem sofre violências de todos tipos e não perde sua autonomia enquanto particularidade estética (Silva, 2020, p. 57).

Na mesma direção, Santos (2020) afirma que “é possível afirmar que manifestações artísticas desenvolvidas por indivíduos marginalizados, como o rap, que evidenciam a realidade da vida precária nas periferias das grandes cidades brasileiras, possuam um caráter de arte realista” (p. 123). Para o autor, “o rap, por travar um diálogo direto com as camadas sociais periféricas, abordando temáticas relacionadas com as vivências e lutas destes, pode ser capaz de provocar transformações positivas no imaginário dos marginalizados” (p. 123).

Essa característica do *rap* pode ser observada a partir do texto de Neves (2021), a saber, “Rap indígena – uma nova forma de visibilidade e denúncia do indígena no século XXI”, em que o autor analisa as práticas do primeiro grupo brasileiro de *rap* indígena. Ao estudar o *rap* indígena como forma de luta e de resistência de povos tradicionais, o autor afirma que

Segue-se assim uma corrente contracultura, que através de uma narrativa híbrida da língua guarani com a língua portuguesa faz uma jornada crescente, arregimentando novas gerações a ingressarem nas lutas pela demarcação de terras indígenas. Este estilo musical também traz denúncias de racismo e preconceito com os indígenas, ao retratar a invisibilidade e/ou hostilidade a que são sujeitos pelos não indígenas em meio urbano (Neves, 2021, p. 100).

Mais à frente conclui:

[...] o rap indígena segue em crescimento [...], defendendo a cultura indígena e o gosto pelo seu território, driblando as fronteiras da mata com conhecimento ancestral, poesia ritmada, fazendo uso da tecnologia e desbravando um oceano não só fonográfico, mas também visual em ruptura com a invisibilidade na qual a sociedade capitalista os manteve (Neves, 2021, p. 109).

De acordo com Lukács (2018, p. 255), “a forma artística pode criar, com este substrato, uma “realidade” própria, o reflexo de um momento particular na vida da humanidade”. Sendo assim, faz sentido dizer que o *rap* pode alcançar seu grau de eficácia estética e, além disso, exercer, (Müller; Costa, 2022) certa capacidade organizadora em relação a aspectos culturais e sociais, sendo um importante instrumento social que incorpora as denúncias e demandas de nossa sociedade, especialmente em relação a questão racial brasileira.

Em sua trajetória, o rap brasileiro eleva à particularidade o modo de ser da vida dos sujeitos concretos das comunidades periféricas. Eleva, por exemplo, como “ser indígena”, como “ser negro”, repletos de expressões da questão social. Este último,

[...] singularmente leva consigo a ambiguidade cerne de sua composição reificada como coisa. Por isso, em sua exteriorização estética, externando artisticamente para o objeto o reconhecimento de si como sujeito, enquanto meio de objetivação teleológica, o “ser negro” necessariamente reencarna aspectos socioculturais de mediação prático-cotidiana, no arco de sua “interdição ontológica” (pensamos aqui sobretudo nos complexos de desumanização) e em seu “lugar natural” diante das especificidades da situada “questão social”. Isto porque, por um lado, ao exteriorizar o

reconhecimento de si pela realidade como pensamento, isto é, onerando as agudezas subjetivas para o ato estético, o “ser negro” pode desonerar o complexo ideológico de hierarquização reificado, ou melhor, pode imputar os preconceitos subjetivos autorreproduzidos subjetivamente na literatura, na música, na obra de arte etc. como cópia antropomórfica que inibe o realismo estético. Por outro lado, ao exteriorizar o reconhecimento de si pela realidade como realidade, como a latente denegação racista, seja de maneira positiva ou negativa, o “ser negro” pode onerar esteticamente a realidade como reflexo real da manipulação capitalista reificada, explicitando a realidade racista pela estética, reproduzida nos estranhamentos singulares oriundos dos complexos de desumanização e do “desvio existencial” proporcionados pela racialização, uma vez que somente um ser humano produz estética, mas esse próprio ser humano, que é social, inibe-se em sua própria arte pelo racismo (Oliveira; León, 2023, p. 15-16).

Neste sentido, a análise de Hinkel e Maheirie (2011) propõe a superação da “concepção unilateral que qualifica a música, especialmente o Rap, ora como discurso político, ora como expressão artística, adotando-se uma perspectiva que tenta ir além, e contemplar uma importante interface entre arte e política”. Em seu argumento, os autores recorrem a Vigotski que adverte que “se os poemas sobre a tristeza tivessem apenas a finalidade de nos comunicar tristeza, isso seria muito triste para a arte”. (Vigotski, 1926/2003, p. 232 apud Hinkel; Maheirie, 2011, p. 387). Por fim, os autores entendem que “o protesto no Rap não tem como intenção única e exclusiva denunciar” e que “o sujeito, a partir de uma postura estética, pode estar apontando para um caráter transgressor de processos de exclusão/inclusão social, ao mesmo tempo em que se reinventa em horizontes mais largos de emancipação” (Hinkel; Maheirie, 2011, p. 387).

A particularidade no *Rap* (e não somente nele como em todas as obras de arte consideradas esteticamente) é um elemento necessário para que ele não seja um reflexo mecânico da realidade social, uma cópia da realidade social, mas o contrário, que por autonomia, expresse sua gênese e eficácia socialmente determinadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é possível demarcar que a arte, enquanto forma objetivação, não surge, a priori, pelo artista a partir de si mesmo, mas ao contrário, depende, como matéria-prima, da ação humana, da historicidade humana, para que sejam, através da particularidade artística, expressos

enquanto elementos próprios da própria vida cotidiana. A arte como processo consciente, pega elementos que se apresentam na vida cotidiana, através do processo mimético, e os dissolve na particularidade sem que, com isso, singularidade e a universalidade desapareçam na sua constituição.

Já o *Rap* enquanto arte, demonstra desde seus primeiros passos que sempre foi uma expressão artística, culturalmente vinculada a vida dos sujeitos das periferias urbanas, mas só, como se observa no caso do *rap* indígena. Dotado de protesto, e de formas de denúncia, é uma forma artística que assume um papel fundamental no contexto das lutas sociais das classes subalternas, com possibilidades de transformar tanto seus criadores quanto aqueles que a recebem.

Destaca-se, que na atualidade do modo de produção capitalista, o mercado musical e cultural submeteu o *Rap* às condições e às determinações postas pela mercantilização universal. Trata-se de uma forma artística produzida por sujeitos que são filhos e filhas do salariedade que assume um caráter cada vez mais precário. Sujeitos, que na sua condição de proletariado, são oriundos da classe que vive da venda da força de trabalho, ainda que o fetichismo da mercadoria e a aparência das relações sociais estranhadas ocultem essa realidade. São sujeitos pelo direito que se tornam sujeitos pela arte e que mobilizam outros sujeitos, na mesma direção, pela forma artística.

REFERÊNCIAS

HINKEL, Jaison; MAHEIRIE, Kátia. Apropriação musical: a arte de ouvir Rap. **Psicologia em Estudo**. V. 16, n. 3, p. 389-398, 2011.

LOUREIRO, Bráulio Roberto de Castro. Arte, cultura e política na história do rap nacional. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 63, p. 235 - 241, abr., 2016.

LUKÁCS, György. **Para a ontologia do ser social**. Traduzida por Sérgio Lessa e revisada por Mariana Andrade, v. 14, Maceió: Coletivo Veredas, 2018a.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética Marxista**: Sobre a Particularidade como Categoria da Estética. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

LUKÁCS, György. "Arte e verdade objetiva". In: **Problemas del Realismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1966.

NEVES, Edmar Fonseca das. *Rap* indígena – uma nova forma de visibilidade e denúncia do indígena no século XXI. **e-cadernos CES**, n. 36, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/6695?lang=es>. Acesso em: 10 abr. 2023.

OLIVEIRA, Patrick Leonardo da Silva de.; LEÓN, Jaime Ernesto Winter Hughes. **Notas teóricas e metodológicas acerca da questão racial brasileira**: contribuições moureanas e lukacsianas para uma crítica em construção. Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2023.

RIGHI, Volnei José. **Rap**: ritmo e poesia. Construção identitária do negro no imaginário do RAP brasileiro. 2011, Tese (Doutorado em Literatura Brasileira e Doutorado em Português) - Universidade de Brasília e Universidade Européenne de Bretagne/Rennes 2. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Teoria Literária e Literaturas e Escola Doutoral Artes, Letras, Línguas, Brasília, 2011.

SILVA, Edson da. Racionais Mc's sob a perspectiva do realismo estético de Gyorgy Lukács. **Revista Crioula**, n. 26, 54-64, 2020.

SANTOS, Deribaldo. **Estética em Lukács**: a criação de um mundo para chamar de seu. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

SANTOS, Wellington Alves dos. O realismo no âmbito da pós-verdade: o eu e as relações sociais. *In*: Alda Maria Jesus Correa; Luís Eustáquio Soares; Marcelo Burmann dos Santos; Rogério Rufino de Oliveira. (Org.). **O realismo como vanguarda**. 1 ed.: Vitória, v. 1, p. 117-128, 2020.

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO NO BRASIL

*Julia Rambo Volpato¹
Monique Bronzoni Damascena²*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado do relatório do projeto de pesquisa elaborado para o componente de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - Unipampa/Campus São Borja. Que teve como temática o Trabalho Doméstico Feminino.

O trabalho doméstico é um conjunto de atividades que são de responsabilidades familiares dentro de um domicílio. Todavia, na ideologia patriarcal, o trabalho doméstico é de responsabilidade da mulher, dentro da divisão sexual do trabalho, e contraditoriamente, deve ser realizado sem a compreensão de que é um "trabalho". Ao não ser compreendido como trabalho, outras formas valorativas são agregadas como destinadas ao gênero feminino e não como parte da reprodução das relações sociais do modo de produção capitalista. Onde o trabalho da mulher indiretamente auxilia na realização do trabalho produtivo do homem ao dar condições de reprodução social da força de trabalho masculina e/ou dos demais integrantes da família/domicílio. Além desses elementos, é importante

1 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Brasil. *E-mail:* juliavolpato.aluno@unipampa.edu.br.

2 Assistente Social. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PPGSS/PUCRS. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/Campus São Borja. Integrante do Grupo de Pesquisa "Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina" - GTFOPSS. Brasil. *E-mail:* moniquedamascena@unipampa.edu.br.

salientar que o trabalho doméstico feminino tanto remunerado ou não, possui recortes de gênero, raça/etnia e classe na sua configuração.

No modo de produção capitalista, o trabalho doméstico ao advir, portanto, da divisão sexual do trabalho, baseia-se na acumulação, na exploração, na subordinação imposta pela ideologia patriarcal e racista. Onde na mesma medida que produz a extrema riqueza e a extrema pobreza, reproduz as ideologias que subordina principalmente às mulheres, pobres e negras. O que escancara a sua grande contradição, fruto de tamanha desigualdade social e resistência da classe trabalhadora - que é objeto de trabalho do assistente social -. O capitalismo, portanto, reafirma e se aproveita do patriarcado e racismo estrutural e legitima a divisão sexual do trabalho, essa complexa estrutura traz o contexto de subordinação e dominação ao sexo feminino.

A partir dessa apreensão da temática e de levantamento prévio para a elaboração do projeto de pesquisa, foi observado a pouca produção na área do Serviço Social sobre o trabalho doméstico. Somente foram levantadas oito (08) dissertações e teses (produções bibliográficas) em programas de Pós-Graduação na área do Serviço Social. Pois, a produção na área do Serviço Social sobre trabalho doméstico está focada no trabalho doméstico remunerado ou emprego doméstico.

Nesse sentido, a pesquisa que foi realizada teve como intuito *apreender nos artigos científicos da área Serviço Social, entre 2000 e 2023, a abordagem sobre o Trabalho Doméstico feminino no Brasil; a fim de proporcionar ao Serviço Social possibilidades de estudo e intervenção sobre a temática*. Já o objetivo deste artigo será de apresentar o levantamento dessas produções e a verificação dos temas que se relacionam ao Trabalho Doméstico feminino no Brasil.

O método adotado para a realização da pesquisa foi o método dialético-crítico de Marx, fundamentado em três categorias que se complementam: a totalidade, mediação e contradição (Cury, 1995; Lakatos, Marconi, 2006; Netto, 2009). Em vista disso, realizou-se uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória e recorte bibliográfico.

A pesquisa bibliográfica de acordo com Marconi, Lakatos (2006, p. 25) “é um apanhado geral sobre os trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. O universo de estudo foi em materiais bibliográficos publicados

sobre o tema no Brasil e a unidade de observação, os artigos científicos publicados online no portal SciELO, na área do Serviço Social. No total, o universo da pesquisa foi de vinte e sete (27) artigos científicos levantados.

O tipo de amostra escolhida foi a amostra intencional não probabilística. Os critérios de seleção de obras bibliográficas de inclusão foram: artigos sobre a temática disponíveis no portal SciELO, publicados entre 2000 e 2023, da área do Serviço Social. Quanto aos critérios de exclusão foram descartados os artigos científicos que possuíam o enfoque no trabalho doméstico remunerado ou que não possuíam o marcador “trabalho doméstico” no título ou resumo ou nas palavras-chave. Foram selecionados ao total sete (07) artigos científicos para a amostra.

O instrumento de coleta de dados escolhido foi a ficha de citações (Lakatos; Marconi, 2006), coletadas a partir de questões norteadoras com a perspectiva de responder os objetivos específicos da pesquisa. A análise dos dados se realizou por meio das seguintes fases da análise de conteúdo segundo Bardin (1977): 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

A estrutura deste artigo, no que se refere a seus elementos textuais, está organizada da seguinte maneira dois momentos: o primeiro momento, debate sobre a importância da produção do conhecimento na área do Serviço Social e, na sequência, apresenta alguns resultados da pesquisa no que se refere como o trabalho doméstico se apresenta no modo de produção capitalista. Por fim, tece as considerações finais e finaliza com as referências.

2 O SERVIÇO SOCIAL E A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Trazer à tona o tema do Trabalho Doméstico feminino é dar visibilidade a realidade cotidiana das mulheres, “a discussão do trabalho feminino e doméstico, a partir da divisão sexual do trabalho, merece destaque, pois resgata a invisibilidade do trabalho feminino ao longo da história” (Lima *et Al.*, 2017, p. 42). Portanto, para realizar uma discussão sobre o trabalho doméstico é necessário apreender brevemente o modo de produção capitalista, como caracterizam-se as suas relações sociais e a divisão sexual do trabalho, trazendo as particularidades do contexto brasileiro e pontuar a importância da produção de conhecimento na área do Serviço Social

que busca trazer novas possibilidades de aprendizados tanto para a teoria quanto para a prática profissional.

Nesse sentido, as obras acadêmicas específicas na área do Serviço Social buscam por meio da produção do conhecimento consolidar e materializar a apreensão crítica do Serviço Social. Nesse sentido é importante salientar o conceito da produção do conhecimento:

A produção do conhecimento aqui é entendida em sua livre e autônoma aproximação ao movimento do real, captando suas particularidades, alicerçando o significado social do conhecimento à sua ineliminável relação orgânica com a educação e a formação de profissionais que, de fato, estejam à serviço da vida e da sociedade; na perspectiva de superar a lógica desumanizadora do capital, que se fundamenta na obtenção de lucros, do individualismo, da competição, da extração da energia humana, desumanizando o humano (Fortuna; Guedes, 2020, p. 26).

Dessa forma, apreende-se que a produção do conhecimento possibilita a apreensão da realidade social dos sujeitos, aproximando-se das suas particularidades para a realização da intervenção profissional do assistente social numa perspectiva emancipatória antagônica à lógica do capital. Portanto, a partir da produção de conhecimento na área possibilitaria dar a visibilidade necessária à temática trabalho doméstico feminino sob uma apreensão crítica.

A produção do conhecimento é uma das principais formas de materialização dos elementos que constituem o projeto ético-político do Serviço Social. De acordo com Fortuna e Guedes (2020, p. 30), “[...] a produção do conhecimento sobre a realidade social torna-se requisito fundamental para a construção de uma trajetória profissional orientada por uma direção política e ética”. A produção de conhecimento também deve ser vista como essencial para os assistentes sociais, pois “a produção do conhecimento é de fundamental importância para categoria profissional tendo em vista que essa junto às agências de fomento firma o Serviço Social enquanto área de conhecimento” (Netto, 2009 apud Assunção *et al.*, 2013, p. 5).

As principais formas de produção de conhecimento são artigos, livros, teses e dissertações. De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS essas formas de produção de conhe-

cimento se configuram como o arsenal teórico metodológico da profissão e se vinculam às lutas da classe trabalhadora,

Ao longo das últimas décadas, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto de profissão sustentado por um arcabouço teórico metodológico direcionado pelo esforço de apreensão da realidade sob a orientação do marxismo e uma direção ético-política vinculada às lutas da classe trabalhadora (Abepss, 2018, p. 10).

A produção do conhecimento na área do Serviço Social pode ser considerada como uma das formas mais importantes para defender e reforçar o projeto ético-político da profissão. O projeto profissional orienta-se pelo marxismo e compromete-se com a classe trabalhadora, portanto, produzir o conhecimento por meio dessa matriz teórica é uma das principais maneiras de consolidá-lo.

Nesse sentido, o artigo tem como intuito dar visibilidade aos dados analisados a partir da produção do conhecimento sobre o trabalho doméstico feminino. Foram analisados sete (07) artigos científicos. Constata-se que a sua grande maioria foi publicada no período de 2018 - 2023. Ou seja, são trabalhos considerados recentes. Porém dois dos sete artigos são de mais de uma década atrás, precisamente nos anos de 2006 e 2007. Vale ressaltar que a pesquisa buscou artigos científicos publicados entre 2000 e 2023.

Foram publicados pelas seguintes revistas: na Revista Brasileira de Estudos de População, relaciona-se dois dos artigos, os demais se encontram nas respectivas revistas (um em cada): Revista Galáxia, Revista Direito e Práxis, Revista Sociedade e Estado, Revista Economia e Sociedade e Caderno CRH. É importante descrever as áreas dos autores dos artigos, são elas: Jornalismo, Economia, Direito, Ciências Sociais, Sociologia e Serviço Social.

Verificando as palavras-chaves dos artigos se constatou que os seguintes temas que se relacionam com o trabalho doméstico: trabalho feminino, divisão sexual do trabalho, direito do trabalho, recorte de gênero, recorte de etnia, uso do tempo e cuidado. Um dado importante é que apenas um artigo foi elaborado por assistentes sociais que foi o artigo de Nogueira e Passos (2020).

Ao buscar as principais referências bibliográficas encontradas nos artigos para a apreensão do trabalho doméstico, destacam-se os seguintes autores: Danièle Kergoat, Silvia Federici, Helena Hirata, Cristina Carrasco e

Heleieth Saffioti. Todos esses referidos autores foram referenciados em pelo menos dois (02) dos artigos.

2.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERMO TRABALHO DOMÉSTICO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL

Dos sete (07) artigos analisados, apenas três (03) buscaram conceitualizar o Trabalho Doméstico antes de iniciarem as suas discussões sobre o presente tema. Foram os seguintes artigos: *Vizinhas do Instagram: produção de sentidos sobre trabalho doméstico na comunidade online de donas de casa*, Borges e Elias (2023), *As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado*, Garcia e Marcondes (2022) e *A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti*, Nogueira e Passos (2020).

Ao buscar o conceito de trabalho doméstico, considera-se que “a definição de trabalho doméstico não remunerado engloba a realização de afazeres domésticos e de cuidados de pessoas” (Garcia; Marcondes, nota de rodapé, 2022, p. 7). A realização dessas tarefas desempenhadas no cotidiano das mulheres, são consideradas como essenciais para a reprodução social e naturalizadas pela sociedade.

O trabalho doméstico abrange as tarefas desempenhadas no dia a dia que são fundamentais para a (boa) continuidade da vida e naturalizadas pelos integrantes do lar e pela sociedade em geral. Desempenhado majoritariamente por mulheres e respeitando uma divisão sexual do trabalho, o reconhecimento do trabalho doméstico como um trabalho e das donas de casa como trabalhadoras constitui reivindicação histórica do movimento feminista (Borges; Elias, 2023, p. 2).

O trabalho doméstico é majoritariamente designado ao sexo feminino, a partir da divisão sexual do trabalho que engloba o modo de produção capitalista. A reivindicação histórica do movimento feminista acerca do trabalho doméstico feminino busca trazer o reconhecimento do trabalho doméstico como tal, e assim, trazer a visibilidade do trabalho oculto de milhões de mulheres do mundo.

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar,

garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (Federici, 2019, p. 68).

Nogueira e Passos (2020, p. 3), abordam que “o trabalho doméstico, nos termos de Marx, não objetiva a criação de mercadorias, mas a criação de bens úteis para a reprodução dos próprios componentes da família, de futuros/as trabalhadores/as”. Ou seja, ele é necessário para a reprodução social. As autoras não consideram essa concepção como natural, mas, sim, como uma construção social da sociedade. Entretanto, na atualidade o trabalho doméstico e de serviços também é extremamente mercantilizado.

Complementa-se, a concepção de que o trabalho doméstico é a maior forma de manipulação e de violência velada, que o modo de produção capitalista perpetua contra a classe trabalhadora, (Federici, 2019).

Em uma análise geral, os artigos definem como trabalho doméstico as tarefas realizadas no dia a dia no âmbito de seu domicílio, necessárias para a continuidade da vida, ou seja, da reprodução social e naturalizada pelas famílias e a sociedade, fruto de constructos sociais que foram historicamente impostos às mulheres.

2.2 O TRABALHO DOMÉSTICO NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO PRESENTE NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Ao buscar estabelecer a relação entre o trabalho doméstico feminino e o modo de produção capitalista, foram encontrados resultados em cinco (05) dos sete (07) artigos analisados: Borges e Elias (2023), Vieira (2020), Nogueira e Passos (2020), Melo, Considera e Sabbato (2007) e Bruschini (2006).

Os artigos demonstram que é extremamente necessária a relação de ambos, para buscar compreender como o modo de produção capitalista naturaliza e se beneficia do trabalho doméstico feminino. Na exploração histórica das mulheres que foram obrigadas a acreditar que essa atividade

era de sua natureza e não totalmente imposta, por uma sociedade patriarcal e racista, que busca favorecer o homem branco em relação as mulheres.

Partindo desse princípio, apreende-se que é praticamente impossível abordar sobre o trabalho doméstico feminino sem o relacionar com o modo de produção capitalista e a divisão sexual do trabalho nele presente, pois ele o utiliza para continuar existindo. “No contexto capitalista, essa divisão tem como característica a destinação prioritária de homens à esfera produtiva e de mulheres à esfera reprodutiva-doméstica (Borges; Elias, 2023, p. 4)”. Esse trabalho reprodutivo que é designado às mulheres é totalmente desvalorizado e invisibilizado pelo sistema capitalista, que lucra a partir dessa exploração;

Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (as palavras mágicas: “sim, querida, você é uma mulher de verdade”). Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório (Federici, 2019, p. 44).

O trabalho doméstico já auxilia na reprodução social da força de trabalho no modo de produção capitalista, por isso não faz sentido pelo sistema torná-lo remunerado, já que a exploração e subordinação das mulheres possibilita que o modo de produção vigente continue acumulando capital e conseqüentemente existindo.

Nogueira e Passos (2020, p. 2), o único artigo analisado que foi produzido por assistentes sociais, traz para a discussão o termo “divisão sociossexual e racial do trabalho”. Para as autoras, essa divisão estrutura tanto as esferas produtivas, como as reprodutivas, que são consideradas como “duas dimensões fundamentais do ser social”, lutar por uma reformulação igualitária da divisão sociossexual e racial do trabalho é, portanto, lutar contra o próprio sistema capitalista.

Isto significa que a luta por uma divisão sociossexual e racial do trabalho mais justa refere-se, portanto, também ao enfrentamento do próprio capitalismo. Assim, cabe destacar que o patriarcado, a família e o casa-

mento estão diretamente imbricados na esfera da reprodução, sendo uma construção social, cultural e histórica (Nogueira; Passos, 2020, p. 2).

As contradições que estão presentes na sociedade no modo de produção capitalista, de acordo com visão de Saffioti, consistem em três fundamentais: “a de gênero, a de raça/etnia e a de classe” (Saffioti, 2000, p. 73 apud Nogueira; Passos, 2020, p. 3). Desse modo, se escancara que na visão das autoras “maior será a carga e as exigências impostas às mulheres; quanto mais acentuados forem esses pesos, além da exploração do seu trabalho no espaço produtivo, mais intensa fica a condição de opressão feminina no espaço reprodutivo patriarcal e racista” (Nogueira; Passos, 2020, p. 4).

Portanto, o capitalismo encontra diversos elementos para reafirmar e naturalizar os afazeres domésticos como papel historicamente destinado às mulheres. O patriarcado (que já existia anteriormente ao modo de produção vigente) encontra amplo espaço nesse sistema sociopolítico que busca subordinar um gênero em relação ao outro para continuar a exploração e subordinação da mulher. Essa exploração e subordinação é ainda mais acirrada e intensificada para as mulheres negras, devido ao contexto histórico brasileiro do período colonialista e escravista são, portanto, as mais prejudicadas por esse modo de produção racista e patriarcal.

Conjuntamente essa herança do período colonial destinou-se as mulheres e homens negros o lugar do “não-ser na sociedade” (Fanon, 2008), os tornando invisíveis, explorados e criminalizados. Determinando o destino de negros e povos originários “[...] a condição majoritária de sem terras, sem tetos, sem emprego e sem direitos” (Souza; Teles, 2021, p. 51). O racismo, assim como o patriarcado, é um elemento ideológico que faz parte da estrutura da sociedade.

O patriarcado, com materialidade e cultura, penetrou em todas as esferas da vida social; o capitalismo mercantilizou todas as relações sociais; e, finalmente, o racismo, pela estrutura de poder, preconceito e discriminação, se espalhou em todo o corpo social como herança do escravismo (Barroso, 2018, p. 459-460).

Em síntese o papel do trabalho doméstico é sempre do sexo feminino, independente da classe social a qual faz parte, porém as desigualdades de raça/etnia e de classe social entre as mulheres são consideradas historicamente determinantes da sua inserção na relação trabalho doméstico ou relação trabalho assalariado. Segundo dados da PNAD contínua (Ibge, 2019), as mulheres representam 92% das pessoas ocupadas no trabalho

doméstico remunerado, sendo 62% negras, desse total mais de 70% estão na informalidade, sem carteira assinada ou direitos trabalhistas garantidos.

Esses dados e reflexões estão de acordo ao abordar que “é a partir das relações sociais de sexo/gênero, de raça e de classe que o trabalho doméstico se conforma como um campo de trabalho assalariado no Brasil”. Consequentemente, “[...] o trabalho doméstico contém, em si, a síntese da dominação, na medida em que articula a tríplice opressão secular de gênero, raça e classe” (Pereira, 2011, p. 4).

2.3 A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO E POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA

Os artigos que trouxeram elementos acerca da invisibilidade do trabalho doméstico como temática foram Bruschini (2006), Melo *et al.* (2007), Borges e Elias (2023). Bruschini (2006), ao debruçar-se sobre a falta de visibilidade, agrega a falta de estudos sobre a temática.

O trabalho doméstico permaneceu, por muito tempo, ignorado nos estudos sobre o trabalho. Os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, porém, não tiveram dificuldade em mostrar o estreito vínculo entre trabalho remunerado e não remunerado. Esta nova perspectiva de análise, articulando a esfera da produção econômica e da reprodução social, permitiu observar as consequências das obrigações domésticas na vida das mulheres, limitando seu desenvolvimento profissional (Bruschini, 2006, p. 338).

A autora também traz à discussão sobre as consequências que o trabalho doméstico acarreta a vida profissional das mulheres “[...] carreiras descontínuas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade, as mulheres muitas vezes acabam por priorizar seu investimento pessoal na esfera privada” (Bruschini, 2006, p. 338). Já para Melo *et al.* (2007), ao abordar sobre o termo invisibilidade do trabalho feminino, explana que em vistas da teoria econômica, a discriminação acontece de forma proposital ao não serem contados no PIB dos países.

[...] os serviços gerados na execução dos afazeres domésticos não são contados no PIB dos países; vale dizer, não são valorados, e por isso, consequentemente não reconhecidos socialmente. Provavelmente, isso se origina na histórica discriminação da mulher nas sociedades, a quem foram os afazeres domésticos delegados. Ignorá-los, por sua vez, refor-

ça o conceito da invisibilidade do trabalho feminino (Melo; Considera; Sabato, 2007, p. 451).

Portanto em seu ponto de vista, o trabalho doméstico não é reconhecido socialmente decorrente de todo o contexto histórico de discriminação as mulheres, que foram pela sociedade destinadas a responsabilidade da realização dos afazeres domésticos. Os autores Borges e Elias (2023) que analisaram dados da comunidade online de donas de casa da rede social Instagram, argumentam que a “visibilidade” presente na rede social reafirma o trabalho doméstico como papel da mulher, ou seja, infelizmente há uma romantização e aceitação ao mostrarem suas rotinas e compartilharem dicas para realização de suas tarefas.

Porém, isso não quer dizer que também não se encontre o empoderamento e a sua resistência, pois “as donas de casa da comunidade são conscientes da importância desse trabalho por sua prática diária, no entanto, reverberam a insatisfação pelo fato de a sociedade apenas valorizar o trabalho remunerado e por não serem consideradas trabalhadoras” (Borges; Elias, 2023, p. 15).

Numa rede social como o Instagram, onde se prevalece as aparências, essa comunidade se torna extremamente necessária para mostrar um vislumbre da verdadeira e brutal realidade das mulheres na sociedade. É claro que também há a romantização, pois “atender devidamente à lógica exibicionista que preside o Instagram implica em expressar traços marcantes de personalidade ou de estilo de vida por parte dos usuários mais engajados. Neste sentido, a dona de casa, no Instagram, é ainda mais dona de casa (Borges; Elias, 2023, p. 21).

Todavia, para os autores, “ao compartilharem suas rotinas no Instagram, as donas de casa rompem com a separação do espaço privado e tornam visível o trabalho que desempenham, possibilitando o seu reconhecimento como trabalhadoras” (Borges; Elias, 2023, p. 15). Ou seja, traz a necessária visibilidade em torno do tema, ao qual pode ser considerado como um ato de resistência encontrado por essas mulheres, uma forma de se organizar coletivamente e trazer discussões e reflexões acerca do tema, aprendendo umas com as outras.

Ao buscar refletir sobre formas de resistência ao trabalho doméstico, destaca-se Vieira (2020) e Garcia e Marcondes (2022). Para Vieira (2020), que argumenta a partir da perspectiva da área do Direito, traz como uma possibilidade de resistência e mudança acerca do trabalho doméstico a

garantia dos direitos e a diminuição da carga de trabalho destinada ao trabalho doméstico por meio da socialização desses afazeres.

[...] pensar o direito como instrumento para garantir a dignidade de trabalhadoras e trabalhadores, por meio da universalização de direitos e políticas sociais, permite formular propostas de financiamento público do cuidado, tal como um espectro ampliado da seguridade social, além de pensar melhor a distribuição das responsabilidades familiares entre homens e mulheres e ampliação da oferta de serviços públicos que diminuam a carga de trabalho doméstico não remunerado, como creches, refeitórios e instituições longa permanência para idosos (Vieira, 2020, p. 2537).

Esse pensamento vai na linha do que escritoras relevantes sobre a temática trazem como possibilidades de resistência ao trabalho doméstico como a Simone Beauvoir (1970), que traz reflexões sobre a necessidade de creches, restaurantes e lavanderias comunitárias para a população, buscando dessa forma proporcionar às mulheres um desafogamento do trabalho doméstico que elas devem realizar, socializando essas atividades. Entretanto, na visão de Beauvoir, é praticamente impossível tudo isso acontecer se a sociedade permanecer no modo de produção capitalista. Federici (2019), também traz essa perspectiva, da socialização e coletivização dos trabalhos domésticos, para tirar essa responsabilidade e peso dos ombros das mulheres e torná-las responsabilidade do Estado, todavia com as reivindicações da classe trabalhadora, pois de outra maneira, só aumentaria o controle do Estado sobre o povo.

Quanto às propostas de socialização e coletivização do trabalho doméstico, alguns exemplos serão suficientes para traçar uma linha entre essas alternativas e a nossa perspectiva. Uma coisa é construir uma creche da forma que queremos e então exigir que o Estado pague por ela. Outra coisa bem distinta é entregar nossas crianças ao Estado e pedir para que ele cuide delas, não por cinco, mas por quinze horas diárias. Uma coisa é organizar comunalmente a forma como queremos comer (sozinhos, em grupos) e então reivindicar que esse gasto seja assumido pelo Estado; outra diametralmente oposta é pedir que o Estado organize nossas refeições. No primeiro caso, nós recuperamos algum controle sobre nossas vidas; no segundo, ampliamos o controle do Estado sobre nós (Federici, 2019, p. 51).

Vieira (2020, p. 2537), discorre que na conjuntura atual do país o que parece ser possivelmente adequado é o movimento de “funcionalizar os instrumentos jurídicos para englobar o cuidado como uma das chaves que respondem aos desafios de nosso pacto social e econômico”. Ainda nesse viés, Garcia e Marcondes (2022) complementam trazendo a

urgência de se pensar em políticas públicas, a qual “a atuação do Estado se faça presente na edificação de uma estrutura que permita sistemática e consistentemente uma organização social do cuidado, aliviando a sobrecarga das famílias, principalmente das mulheres” (Garcia; Marcondes, 2022, p. 20). As presentes autoras também acrescentam como elementos extremamente necessários, “pensar a educação e o incentivo para uma divisão mais igualitária das tarefas no espaço doméstico, com essas e outras medidas, poderemos avançar em direção a uma maior equidade de gênero” (Garcia; Marcondes, 2022, p. 20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos analisados pontuaram diversos elementos acerca da discussão do trabalho doméstico feminino no Brasil. De acordo com eles, o trabalho doméstico é contextualizado como tarefas realizadas no dia a dia no âmbito de seu lar que são necessárias para a continuidade da vida, ele é decorrente da reprodução social e naturalizada pelas famílias e a sociedade no geral, fruto de constructos sociais que foram impostos ao longo do tempo.

Apenas um dos sete artigos selecionados foi produzido por assistentes sociais: Nogueira e Passos (2020), que apresentaram o relevante termo divisão sociossexual e racial do trabalho, englobando o recorte raça/etnia tão necessário para uma discussão justa e não excludente. Ou seja, deve-se considerar as relações sociais de sexo/gênero, de raça e de classe.

Se constatou que apesar de terem sido publicados em revistas da área do conhecimento do Serviço Social, a maioria das obras não são produzidas por assistentes sociais. Tendo em vista disso, compreende-se a falta de produção de conhecimento sobre o tema no Serviço Social e a urgência e necessidade de a área aproximar-se da temática. Por esse motivo, também não constam possibilidades de intervenção para a profissão. Se torna necessário estimular que as mulheres consigam visualizar o trabalho doméstico como tal, para em conjunto, pensar em possibilidades de enfrentamento.

Em vista disso, é possível apreender que a produção de conhecimento na área do Serviço Social pode ser considerada como uma forma de resistência. Onde, deve-se estar em um constante movimento de aprendizado sobre

os diversos temas que fazem parte do exercício profissional da profissão buscando uma ampla e competente qualificação e formação profissional.

Nesse sentido, a produção do conhecimento sobre a temática do trabalho doméstico se relaciona com o que, para Iamamoto (2000), é um exemplo de manifestação da questão social, ou seja, matéria-prima do trabalho do assistente social, pois se relaciona a saúde das mulheres, a pobreza e as relações de gênero, entre outros. Nessa perspectiva, entende-se a urgência do Serviço Social debruçar-se sobre a realidade da vida das mulheres e o seu contexto de exploração no modo de produção capitalista por meio da divisão sexual do trabalho, do patriarcado e do racismo estrutural, na busca de produzir conhecimento sobre a temática do trabalho doméstico.

Refletindo sobre a falta de assistentes sociais que produzam conhecimento sobre o tema, surgem as indagações de que como o trabalho doméstico já está tão naturalizado e enraizado na sociedade, possivelmente nem mesmo assistentes sociais possuem a apreensão do mesmo como trabalho, e a falta de que a corrente teórica que seguimos de sustentação à discussão.

Ao pensar em encontrar outras produções de conhecimento relacionadas à temática é interessante e indicado ir além procurar apenas em revistas da plataforma SciELO, com vistas que nem todas as revistas da área do Serviço Social estão nessa plataforma e, também, buscar em outras formas da produção de conhecimento, como teses de doutorado e dissertações de mestrado. Em vista disso, pontua-se que o objetivo do estudo foi de dar visibilidade ao tema, no intuito que, talvez surjam mais pesquisas e novas possibilidades, apreensões e formas de resistências, principalmente na área da produção de conhecimento do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 8 mai. 2023.

ASSUNÇÃO, Bárbara Damasceno et al. Serviço Social: a importância da pesquisa e da produção do conhecimento da formação ao exercício profissional, uma prática contínua. **Revista Científica Semana Acadêmica ISSN 2236-6717**. Fortaleza, v. 1, n. 000025, p. 1-11, jul. 2013. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/servico_social_a_importancia_da_pesquisa_e_da_producao_do_conhecimento_da_formacao_ao_exercicio_profissional_uma_pratica_continua_1.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

BARDIN, Laurence. **Organização da Análise**. In: BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. Cap. 3. p. 125-131. Tradução: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de->

-contec3bado-laurence bardin.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

BARROSO, Milena Fernandes. **Notas Para o Debate das Relações de Exploração Opressão na Sociedade Patriarcal-Racista-Capitalista**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 133, p. 446-462, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n133/0101-6628-ssoc-133-0446.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

BORGES, Juliano Silva; ELIAS, Ivi Vasconcelos. Vizinhas do Instagram: produção de sentidos sobre o trabalho doméstico na comunidade online de donas de casa. **Galáxia**. São Paulo, v. 48, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/mskNtYbHDyJ4r86vh7MmR8t/?lang=pt>. Acesso em: 4 mai. 2023.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/vG3HhnyjrSY7vFZFhSqWL7N/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRUSCHINI, Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez: Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 259-287. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/556ZJx8GpxyxGKbxQJ46jwh/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

CURY, Carlos Roberto. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1995. Acesso em: 22 mai. 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. 1.ed. Editora Elefante, 2019.

FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade; GUEDES, Olegna de Souza. A Produção do Conhecimento e o Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 34-42, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n1p25/42508>. Acesso em: 10 mai.2023.

GARCIA, Bruna Carolina; MARCONDES, Gláucia dos Santos. As desigualdades de reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27762%-5C&t=downloads>. Acesso em: dia mês ano.

LIMA, Rita de Lourdes De; SILVA, Amanda Kelly Belo da; SILVA, Franciclécia De Souza Barreto; MEDEIROS, Milena Gomes De. Trabalho Doméstico e desproteção Previdenciária no Brasil: questões em análise. **Revista Katálysis**, n. 1, v. 13, p. 40 - 48, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/PvSBH4pRZWbwxRwG8nhVFmH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 mai. 2023.

MELO, Hildete; CONSIDERA, Cláudio; SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. **Economia e sociedade**. v.16, n. 3 (31), p. 435 - 454, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/YFcf3Nd3WfXGvmwhsByQqBH/?lang=pt>. Acesso em: dia mês ano.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In: Livro Serviço Social- Direitos Sociais e Competências Profissionais. 2009. Acesso em: 22 jun. 2022.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno C R H**. v.33, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZWKHNKp9Jyxmjngm4SFZsRq/?lang=pt#>.

Acesso em: dia mês ano.

PEREIRA, B. P. De escravas a empregadas domésticas: a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição [Apresentação de trabalho]. 26º Simpósio Nacional de História – **Anpuh: 50 anos**, I, São Paulo, São Paulo, Brasil, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUHBergman.pdf. Acesso em: dia mês ano.

VIEIRA, Regina Stela Corrêa. Cuidado, crise e os limites do direito do trabalho brasileiro. **Revista Direito e Práxis**. V.11. n. 4, p. 2517 - 2542, dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/W3PbtBYHM4CvpMqYB6WTDJt/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SOBRE OS AUTORES

ANGELA QUINTANILHA GOMES

Professora associada da Universidade Federal do Pampa - Unipampa atuando nos cursos de graduação de: Gestão Pública, Administração, Ciências Econômicas e Direito; e na pós-graduação no Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), campus Santana do Livramento; Mestrado Profissional em Políticas Públicas- PPGPP e Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Proteção Social, no campus São Borja- PPG/SSPS. Integrante dos grupos de pesquisa: Laboratório de Política Pública e Territórios Fronteiriços - Labpoliter; Trabalho, formação profissional em Serviço Social e política na América Latina- *GTFOPPS*.

E-mail: angelagomes@unipampa.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5788307490349838>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7919-2011>

BRENO DA SILVA OLIVEIRA

Assistente Social. Graduado pela Universidade Federal do Pampa - campus São Borja/RS (2023). Residente Multiprofissional em Neonatologia - Serviço Social, da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo/SP, Hospital Municipal Maternidade Escola Dr. Mário de Moraes Altenfelder Silva - Vila Nova Cachoeirinha. Técnico em Serviços Jurídicos – Escola Técnica Estadual Doutora Maria Augusta Saraiva. Foi bolsista do Programa de Ensino Tutorial História da África (PET - História da África). Foi voluntário do Projeto de Pesquisa: Proteção Social e a Primeira Infância: análise sobre a rede de proteção de gestantes e crianças de 0 a 6 anos no Município de São Borja/RS. Integrou na condição de Vice-presidente o Diretório Acadêmico de

Serviço Social (DASS), gestão (2020-2021) da Universidade Federal do Pampa - campus São Borja/RS.

Email: brenodasilvaoliveira5@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5320507408179322>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0767-6113>

CAMILA TELLES DA SILVA

Assistente Social. Graduada pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS (2022). Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina/ CNPq - UNIPAMPA e do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e política- GEEP. Meus estudos estão focados em investigar gênero, sexualidade, interseccionalidade, raça/etnia, concepções de famílias, políticas sociais, população LGBTQIAP+.

E-mail: Camila.assistentesocial50@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9279103038823311>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1029-8579>

DIEGO CAMARGO DE LIMA

Assistente Social. Graduado pela Unipampa (2023). Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial História da África (PET - História da África). Tem certificado em cinema documental pelo projeto Odilon Lopez realizado pelo Coletivo Macumba Lab e Reina Produções (2021). Tem certificado em Operador de Micro pela Exattus educação profissional (2013).

E-mail: clpdiegoc@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8699544338687730>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5109-9597>

ELISÂNGELA MAIA PESSÔA

Pós-doutora em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (2019). Doutora em Serviço Social pelo mesmo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (2010). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (2007). Especialista em Serviço Social e Políticas Sociais (2001) e em Práticas Sociais com Famílias (2003). Graduada em Serviço Social pela Universidade do Contestado (1999). Atua como Docente do Curso de Serviço Social da Unipampa e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social. Faz parte do NDE e Comissão de Curso do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. Desenvolve pesquisas e projetos de extensão no âmbito de estudos sobre envelhecimento e velhices. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão.

E-mail: elisangelapessoa@unipampa.edu.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3560576146942774>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5583-9597>.

EMILI YASMIN VERÍSSIMO ANDRADE

Graduada no Curso de Tecnologia em Gestão Pública na Universidade Federal do Pampa, campus de Santana do Livramento. Foi estagiária na Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social neste município.

Email emiliandrade.aluno@unipampa.edu.br

FERNANDA PEREIRA MOLINA

Assistente Social. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (2021). Especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo Grupo Hospitalar Conceição (2024). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é trabalhadora da política de Assistência Social, atuando com a população em Situação de Rua na Associação Beneficente Amurt-Amurtel em Porto Alegre. Participa como executora do Projeto de Extensão: Curso de Educação Fiscal e Cidadania, junto à Associação Preta Velha, localizada no Bairro Cruzeiro do Sul em Porto Alegre. Meus

estudos dedicam-se nas diversas perspectivas que permeiam o processo de envelhecimento como as: tecnologias da informação e comunicação, o benefício de prestação continuada, relações de gênero, entre outras temáticas sobre velhices.

E-mail: nandapmolina@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/780453942673654>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7844-7432>

JAINA RAQUELI PEDERSEN

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (2014). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (2010). Graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2007). Atua como Docente do Curso de Serviço Social da Unipampa e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social. Faz parte da Comissão de Curso do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. Desenvolve estudos e pesquisas no âmbito dos direitos de crianças e adolescentes bem como das violências que acometem estes sujeitos. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão.

E-mail: jainapedersen@unipampa.edu.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2603615490605090>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6036-8486>

JOCENIR DE OLIVEIRA SILVA

Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (2015), Mestre em Serviço Social também pela PUCRS (2009). Especialista em Gestão de Políticas da Saúde Familiar e Comunitária pela ULBRA Carazinho (2006). Assistente Social, graduado pela ULBRA Carazinho (2004). Atua como Docente do Curso de Serviço Social da Unipampa e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social. Trabalhou como Assistente Social na APAE de Carazinho (2005-2008), Assistente Social Estatutário na

Prefeitura Municipal de Carazinho (2010) e Assistente Social da Unidade de Reabilitação Física de Ijuí (2010/2011). Experiência docente desde o ano de 2008, no Curso de Serviço Social da Universidade de Cruz Alta UNICRUZ, Universidade Luterana Brasil – ULBRA no Campus de Cachoeira do Sul. Faz parte do NDE e Comissão de Curso do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa.

E-mail: jocenirsilva@unipampa.edu.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2839632655955381>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8768-7607>

JORGE ALEXANDRE DA SILVA

Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (2014). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (2008). Graduado em Serviço Social pela UNISC (2005). Atua como Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social da Unipampa. É professor de Teoria Social e faz parte da Comissão de Curso do Curso de Serviço Social da Unipampa. Desenvolve estudos e pesquisas sobre os direitos de crianças e adolescentes e a precarização do trabalho. Integrante do Grupo de Pesquisa: Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina/CNPq.

E-mail: jorgealexandre@unipampa.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1697544939230109>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1069-0888>

JOSÉ WESLEY FERREIRA

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil, especialização em Saúde da Família e Comunidade pelo Programa de Residência Integrada em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição. É mestre e doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Trabalhou como docente no curso de Serviço Social da Faculdade do Sul/

Bahia e nos cursos de Serviço Social e Sociologia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Foi coordenador do curso de Serviço Social da Unipampa nos anos de 2017 e 2018. É professor adjunto do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa. Tem experiência na área de Serviço Social e Saúde Coletiva, com atuação nos seguintes temas: Questão Social, Serviço Social, Intervenção Profissional, Formação Profissional em Serviço Social, Processos de Trabalho, Violência e Clínica Ampliada.

E-mail: joseferreira@unipampa.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5791374040522410>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2562-419X>

JULIA ARNT MACHADO

Assistente Social. Graduada pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS (2022). Integrante do Grupo de pesquisa Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão. Atualmente residente no programa de Atenção Primária à Saúde do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA).

Lattes: <http://lattes.conpq.br/7074244742560857>

JULIA RAMBO VOLPATO

Natural de São Borja e graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa em 2023. A temática sobre o Trabalho Doméstico Feminino no Brasil sempre me instigou muito ao decorrer do curso, resultando no artigo presente nesta obra.

E-mail: juliarambov13@gmail.com

MAINA SALDANHA GARCIA

Assistente Social. Graduada pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS (2022). Integrante do Grupo de pesquisa Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão. Residente no programa de Atenção em Saúde Mental, do Grupo Hospitalar Conceição, Porto Alegre/RS (2024). Meus estudos estão focados em investigar as violações dos direitos de crianças e adolescentes, população LGBTQIAPN+ e a saúde mental.

E-mail: maina.saldanhagarcia@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1403886408327457>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8141-9237>

MARIA BEATRIZ JUNQUEIRA BERNARDES

Possui graduação em Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (1990), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2001) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2007). Atualmente é professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental e ensino de geografia e formação docente. Faz parte do Programa de Pós-Graduação em Geografia (IG/UFU).

E-mail: mariabeatrizjunqueira@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6028877637279493>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7002-2182>

MONIQUE BRONZONI DAMASCENA

Pessoa não-binária, bissexual, assistente social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa - Unipampa; mestre e doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS/PUCRS; tendo realizado estágio pós-doutoral no mesmo programa. Professora adjunta do curso de Serviço Social na Unipampa/Campus São Borja. Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social - GTFOPPS/Unipampa. Foi coordenadora regional da graduação, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço

Social - ABEPSS/Região Sul I, biênio 2021-2022 "Aqui se Respira Luta". Atualmente é vice-presidente da diretoria regional Sul I da ABEPSS, biênio 2023-2024 "Em Luta Seguimos Atentas e Fortes: Luciana Cantalice, Presente!".

E-mail: moniquedamascena@unipampa.edu.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2560981381694082>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8961-4580>

ROSILAINE CORADINI GUILHERME

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas-RS. Graduada em Serviço Social pela Universidade Franciscana, Santa Maria-RS. Professora no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa-RS. Líder do grupo de pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina/ CNPq. Coordenadora do Mestrado em Serviço Social e Proteção Social-PPG/SSPS. Experiência no âmbito da pesquisa, extensão e gestão universitária na condição de coordenadora de curso de graduação e de pós-graduação. Integra o grupo de pesquisa em Economia do Bem Estar Social do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social - NEPES da PUCRS e do grupo de pesquisa Observatório de Políticas Públicas da Unipampa-RS. Tem experiência na área de Serviço Social atuando principalmente nos seguintes temas: proteção social, políticas sociais, seguridade social, trabalho e questão social, participação e controle social, pobreza e políticas de transferência de renda. Estuda as determinações e relações entre o Estado, o mercado e a sociedade, particularizando a proteção social a partir das especificidades dos territórios latino-americanos e dos países que integram o bloco econômico MERCOSUL.

E-mail: rosilaineguilherme@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5492620176007294>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8705-8667>

ROBERTO BARBOZA CASTANHO

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2000), Mestre em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Santa Maria (2003) com parte realizada na Università Degli Studi di Udine - em Udine na Itália. Doutor em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2006). Estudos de Pós Doutorado na Universidad de Buenos Aires - UBA, em Ciencias Humanas y Sociales (2013), da Facultad de Filosofía y Letras. Atualmente é professor Titular da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, campus de São Borja - RS, no Curso de Graduação de Serviço Social. Editor Chefe da Brazilian Journal of Research in Applied Social Sciences – BJRASS. Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Transfronteiriças em Cartografia Socioambiental - LEPETRACS/UNIPAMPA -Campus São Borja - RS – Brasil. Professor Colaborador no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Proteção Social (PPG-SSPS).

E-mail: robertocastanho@unipampa.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8342891291730467>

ORCID: 0000-0001-7064-2154 <https://orcid.org/0000-0001-7064-2154>

SIRLENE APARECIDA DA SILVA

Administradora, Doutora em Geografia (Área de Concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, Mestra em Geografia (Área de Concentração: Produção do Espaço e Dinâmicas Ambientais) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, ambos Programas ligados à Universidade Federal de Uberlândia, onde também é servidora Técnica Administrativa em Educação. Há mais de 20 anos trabalha com gestão em serviço público, sendo que academicamente os temas de investigação estão relacionados à conexão entre escolhas alimentares e destruição da natureza; como os sistemas alimentares e as mudanças climáticas se influenciam mutuamente: da produção ao consumo; insegurança alimentar e direito à alimentação; ensino e educação ambiental como instrumentos de formação cidadã e crítica de atores sociais para atuação nos temas de investigação citados.

E-mail: sirlenesilva@ufu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0490542732300687>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3615-8283>

SOLANGE EMILENE BERWIG

Graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (2010), Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA (2013), Mestre e Doutora em Serviço Social e Política Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC/RS. Doutorado Sanduíche pela *Universidad de Ciencias Sociales Y Artes (UARCYS)* Chile. Professora do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA (desde 2014), Coordenadora do Curso de Serviço Social (2023 - 2025). Professora do Mestrado em Políticas Públicas PPG/PP na Universidade Federal do Pampa. Professora do Mestrado em Serviço Social e Proteção Social - PPG/SSPS na Universidade Federal do Pampa. Vice-líder do grupo de pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina. Membro do GT *Seguridad Social y Sistema de Pensiones CLACSO*. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Transfronteiriças em Cartografia Socioambiental - GEPETRACS (desde 2021). Membro do Observatório de Políticas Públicas (desde 2024). Editora assistente da revista *Brazilian Journal of Research in Applied Social Sciences*.

E-mail: solangeberwig@unipmapa.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2432723992234220>

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-6964-044X>

VITORIA SCHIMITZ NICOLI

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (2022).

E-mail: vitoriaschimitz24@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9623275582690934>

Obra financiada por recursos prospectados via Chamada Interna
n. 14/2023 de Apoio a Grupos de Pesquisa-AGP (Unipampa)

